



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. B AO N° 97, TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE BRUMADINHO

Ata da 10 ^a Reunião, realizada em 21 de maio de 2019	4
Ata da 11 ^a Reunião, realizada em 23 de maio de 2019	48
Ata da 12 ^a Reunião, realizada em 30 de maio de 2019	101
Ata da 13 ^a Reunião, realizada em 4 de junho de 2019	141





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10^a REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 19.

Às treze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Roberto Rocha, Dálio Berger, Randolfe Rodrigues, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Carlos Viana, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Zenaide Maia, Marcos do Val, Irajá, Izalci Lucas, Paulo Paim, Renilde Bulhões e Chico Rodrigues. Deixa de comparecer o Senador Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1^a Parte - Oitiva.** **Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do LUCIANO SIANI PIRES, em atendimento ao requerimento 25/2019; do LÚCIO CAVALLI, em atendimento ao requerimento 26/2019; do JOAQUIM TOLEDO, em atendimento aos requerimentos 23/2019 e 62/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2^a Parte - Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO N° 62 de 2019** que : "Requer acareação entre o ex-presidente da Vale, FÁBIO SCHVARTSMAN, o ex-Diretor operações do Corredor Sudeste da Vale, SILMAR MAGALHÃES SILVA, o ex-Diretor executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, Gerd POPPINGA, o Gerente-executivo de Geotecnica Operacional da Vale, JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO, o Gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário Paraobeba, RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO, e o funcionário do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale, FELIPE FIGUEIREDO ROCHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Eu gostaria inicialmente, antes de passar à fase de convocação para a oitiva, de perguntar ao senhor se podemos votar os requerimentos, já que temos no painel o quórum desejado para votar os requerimentos que estão sobre a mesa. (*Pausa.*)

Não iremos votar o requerimento em questão, porque ainda precisamos ouvir, nesta fase da oitiva, o Sr. Joaquim Pedro de Toledo, Gerente Executivo da Geotecnica Operacional da Vale.

Peço que ele seja conduzido ao plenário, por favor. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Joaquim Pedro de Toledo, informo ao depoente e ao Plenário que recebemos a decisão proferida, como de praxe, nos autos do HC 171.399, em seu favor, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desses direitos.

A pergunta que segue é se o senhor tem consciência desse *habeas corpus*, acompanhado do seu advogado, Sérgio Leonardo, que é advogado do depoente.

Tem conhecimento do HC?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim, Sra. Presidente, tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor tem a intenção de permanecer em silêncio?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não. Estou com a disposição de colaborar com os trabalhos desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero deixar claro aqui – a gente, muitas vezes, não fala tudo que é possível falar porque o tempo não preside as nossas intenções – que nós temos conhecimento de que essa é uma estratégia para que, no final dos trabalhos, seja dito que todos colaboraram com os trabalhos da CPI. Mas só o *habeas corpus* garantindo o direito de não falar a verdade não quer dizer que o senhor se sente a esta mesa e responda as perguntas com o teor da verdade. Mesmo assim, nós vamos ouvi-los.

Passo a palavra, inicialmente, ao nobre Relator, Senador Carlos Viana, para que possa fazer as perguntas pertinentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa-tarde, Presidente Rose de Freitas!

Meu boa-tarde a todas e a todos os presentes!

Meu muito obrigado.

Como sempre, é de praxe, Sr. Joaquim, nós colocarmos aqui para as pessoas que estão nos ouvindo que o mais importante é que nos elucide a participação clara de cada um pensando na própria defesa, e não apenas na defesa conjunta e já bem planejada da empresa Vale. A Vale, nós sabemos, tem feito treinamentos exaustivos com os senhores para que as respostas sejam padronizadas dentro das linhas de defesa da empresa, e o mais importante aqui é que o que o senhor nos disser, o que o senhor nos colocar pode facilitar, e muito, futuramente, a sua defesa, inclusive diretamente à Justiça, uma vez que as responsabilidades estão sendo definidas uma a uma e também as responsabilidades conjuntas.

Fica, portanto, aqui a nossa colocação e a nossa expectativa de que o senhor colabore diante de tudo o que nós vamos apresentar e que temos conseguido na avaliação dos documentos.

Quero também já deixar, com muita tranquilidade, que todos os *e-mails* de que nós tivemos a análise, toda a quebra do sigilo desses *e-mails* que foi feita... Uma boa parte, inclusive, nós não podemos apresentar por estar sob segredo de justiça. Mas aqueles que nós entendemos como relatórios públicos ou disponíveis para avaliação nos vários sistemas hoje de controle serão colocados aqui. São dezenas e dezenas de *e-mails* que estão à nossa disposição já há bastante tempo. Agora nós terminamos a compilação dos dados. Até a semana passada, nós não tínhamos ainda o trabalho totalmente feito pela equipe, mas ele está à nossa disposição, e nós vamos apresentar alguns deles aqui para que os senhores tenham acompanhamento.

Sr. Joaquim Toledo, na auditoria técnica de segurança da Barragem B1, em agosto e setembro de 2018, ou seja, poucos meses antes do rompimento, à p.70, lemos o seguinte:

Já no pé da barragem, deve-se atentar ao grande bloco abaixo da estrada. Para determinar com precisão sua extensão, recomenda-se a limpeza da área e a realização de mapeamento geológico de superfície. Esta última deve ser complementada por investigação geofísica para determinação das dimensões não expostas. Uma vez realizadas tais investigações, a estabilidade de bloco e seu potencial de comprometimento de estrutura devem ser avaliados. Especialmente, deve-se atentar à possibilidade de que movimentações desse bloco constituam gatilhos para liquefação.

Nós estamos falando aqui do relatório da TÜV SÜD em agosto e setembro de 2019, com muita clareza, sobre o que deveria ser feito e o que poderia acontecer caso se confirmassem as informações que estavam lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo tema, um documento da força-tarefa do Ministério Público cita o *e-mail* enviado pelo senhor para o consultor Armando Mangolim Filho em 31 de julho daquele mesmo ano, em 2018. Nesse *e-mail*, o senhor encaminha, como anexo, um relatório produzido por Flávio Ferreira Filho sobre a situação do bloco de canga no pé da Barragem B1. No *e-mail*, o senhor afirma: "A B1 de Feijão é mais tenebrosa do que eu imagino". Está lá no seu *e-mail*: "A B1 de Feijão é mais tenebrosa do que imagino."

O senhor é engenheiro de minas, trabalha na Vale há 27 anos. Não é isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Trabalho há 28 anos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até ser afastado, era Gerente Executivo de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste. Portanto, não é alguém que se assusta facilmente com as coisas. Por isso, pergunto, na sequência aqui: o que havia de tão assustador na Barragem B1, em julho de 2018? O que o senhor fez para reduzir os riscos da Barragem B1 depois de ter acesso a essa informação? O que foi feito em relação ao bloco de canga no pé da Barragem B1? Uma movimentação daquele bloco poderia ter sido o gatilho da liquefação da barragem? O que foi feito, Sr. Joaquim? Eu queria que o senhor deixasse claro o que era tão assustador na B1 que levou uma pessoa experiente como o senhor a escrever, a colocar isso dentro de um dos seus *e-mails*.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, essa foi uma situação particular que ocorreu ao receber um *e-mail* de um geólogo. Tratava-se de um bloco de formação ferrífera que estava a jusante da barragem, em terreno natural. Ao receber a informação do geólogo, eu tive a percepção de que esse bloco poderia estar conectado à estrutura da barragem. Imediatamente, usei esse adjetivo e encaminhei ao nosso consultor interno, Armando Mangolim. Sabendo que ele se encontrava no mesmo prédio que eu, eu me dirigi a ele, e ele me esclareceu que se tratava de um bloco externo de, provavelmente, idade geológica, ou seja, ele é bem anterior à instalação da barragem e ficava nessa região. Isso desfez o meu entendimento inicial.

Seguido a isso, eu recebo também o *e-mail* do Sr. César Grandchamp falando que iria tomar algumas medidas sobre esse bloco. Quais foram essas medidas? Uma limpeza do terreno, um desvio de drenagem e um ponto de monitoramento topográfico em cima do bloco. Então, eu acho que essas medidas foram acertadas e estabeleceram um nível de controle adequado.

A confusão inicial foi de minha parte, porque, ao imaginar que um bloco poderia estar integrado à estrutura, aquilo me causou muita preocupação. Então, quando fui esclarecido, eu desfiz essa minha preocupação e, logo em seguida, recebi essas outras informações que me contentaram do ponto de vista de preocupação e de responsabilidade sobre as ações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim Toledo, o senhor, um homem com 28 anos de Vale, que tem as informações que o senhor tinha inclusive sobre o fraturamento hidráulico que nós tivemos poucos dias antes desses relatórios, escreve que a B1 de Feijão era mais tenebrosa do que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imaginavam. O senhor está querendo nos convencer de que foi um monte de minério do lado de fora, um bloco, que levou o senhor a escrever isto aqui? É disso que o senhor está tentando nos convencer?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não, Excelência, o que estou esclarecendo é que eu fiz uma leitura equivocada da informação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que a B1 era tão terrível?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – É exatamente isso que eu estava explicando...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, o senhor está nos dizendo que havia um bloco externo e que depois foi retirada essa questão de segurança... Eu tenho a certeza de que o senhor, como um bom engenheiro que sempre foi, porque senão o senhor não estaria lá por 28 anos, sabe muito bem que um bloco externo à barragem não daria, em momento algum, condições para o senhor escrever que a Barragem B1 era mais tenebrosa do que imaginavam.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Pois bem, essa foi a minha interpretação equivocada, porque quando eu recebi o *e-mail*...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou o senhor não estava equivocado, a barragem rompeu.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – No momento, em agosto, a minha preocupação foi que, se houvesse um bloco de rocha integrado à barragem, essa seria uma situação muito preocupante. Por isso, eu agi com urgência, demandei informações do nosso consultor interno e depois recebi também informações do especialista técnico, o Sr. César Grandchamp, que esclareceram a minha dúvida, ou seja, não havia um bloco integrado à estrutura. Esse bloco era externo. Houve uma confusão de minha parte. Eu fui incisivo no adjetivo usado porque eu fiquei muito preocupado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor está se referindo só à questão do bloco ali de canga, mas e as informações anteriores que o senhor tinha?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – As informações anteriores... O primeiro evento, Excelência, que eu tive dessa estrutura foi o evento do DHP nº 15. Eu recebi um telefonema do Sr. César Grandchamp, falando do evento e que ele estava se dirigindo ao local. Então, esse foi o primeiro evento que eu recebi dessa barragem, ou seja, é o primeiro evento que denotou uma mudança do estado de conservação da barragem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria apenas entender o que o senhor está dizendo. No *e-mail*, o senhor afirmou: "A B1 de Feijão é mais tenebrosa do que imagino". Depois que soltaram esses eventos, essas conversas e constatações, o senhor já escreveu o contrário do que está aqui? O senhor disse que a B1 de Feijão não era tão tenebrosa quanto imaginava? O senhor escreveu isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, eu me dei por satisfeito pelas informações que recebi e não reescrevi uma nova mensagem sobre ela.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim Toledo, vou lhe dar aqui cinco eslaides ilustrativos de como a Vale lidava com a segurança das barragens. Nós vamos aqui analisar em conjunto.

Cadê o eslaide 1, por favor? Vamos colocar o eslaide nº 1.

Ali está. Vamos lá! Eu vou ler para facilitar para quem não consegue enxergar aqui. Esses, como eu disse, são documentos já oriundos da quebra do sigilo dos *e-mails*, os que podem ser divulgados naturalmente – há uma série de outros que estão mantidos sob sigilo, e nós temos um termo de confidencialidade com o Ministério Público, com a força-tarefa.

Então, vamos lá! Esse é o eslaide 1. É do Sr. Denis Valentim, da TÜV SÜD: "Boa tarde, segue planilha de leituras revisadas e atualizadas com os dados baixados na torre da Vale esta semana. Foram lançadas as leituras no dia 10 de janeiro de 2019". Então, no dia 10 de janeiro, Sr. Joaquim Toledo, o Sr. Denis Valentim escreveu para os senhores, e o senhor teve conhecimento: "Cinco sensores estão sem leituras [...] [ali ele cita os números], a equipe de campo irá verificar se há algo de errado nos *dataloggers*. Os instrumentos que estão com abas em amarelo estão com leituras discrepantes, e deve ser feita uma análise detalhada tanto quanto uma conferência dos *tags* cadastrados. Acredito que tenha instrumentos com *tag* trocado. Em anexo, dados colhidos na ação". No dia 10 de janeiro, 15 dias antes do rompimento, já havia um relatório claro sobre os sensores sem leituras e as informações desencontradas a que todos os responsáveis pela área de geotecnica tiveram acesso. Aqui nós temos a cópia de todos os que receberam dentro da TÜV SÜD.

Pode passar o segundo eslaide, por favor. É do Sr. Helio Cerqueira para o Sr. Denis Valentim. Ele diz o seguinte:

Fabiano/Denis, as leituras estão incoerentes. Favor verificar o que aconteceu. Ainda estamos sem leituras para prosseguir com o monitoramento dessa barragem alteada a montante.

Priorizar isso! Se não encontrarem a falha, me liguem no celular. Precisamos resolver isso rápido.

Sr. Helio Marcio Lopes de Cerqueira, Engenheiro Geotécnico, Gerência de Gestão de Riscos Geotécnicos, Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos.

O senhor conhece o Sr. Helio Marcio, Sr. Joaquim Toledo?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu o conheço. Eu o conheci após o rompimento da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos ao próximo eslaide, por favor!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artur Ribeiro diz: "Realmente, parecem leituras trocadas, conferindo com as leituras anteriores". Cita aqui os piezômetros e vai colocando... O assunto já havia ganhado destaque entre vários nomes da Vale: Helio Cerqueira, Tec Wise, Sr. Fabiano Gomes, Sr. Diego Fernandes. Cópias foram enviadas para Vinícius Xavier; para instrumentação TÜV SÜD; para Anderson Fernandes, da Vale; para Herbert Mascarenhas, da Vale. Todos estavam sendo informados sobre o problema dos dados que não existiam corretamente.

Vamos ao eslaide 4.

Escreve aqui o Sr. Anderson Fernandes, que é funcionário da Vale: "Implantação de projetos estratégicos".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Naquele eslaide anterior, há uma observação embaixo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É que nós tiramos os telefones de contato para não...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Está escrito: "Realmente, parecem leituras trocadas, conferindo com as leituras anteriores".

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente! E ali há dados que não podem ser divulgados.

O Sr. Anderson Fernandes, da Vale, diz: "Prezados, precisamos de uma análise rápida de vocês quanto a possíveis divergências entre o programa do *datalogger* e a instalação em campo para sanar esse problema rapidamente". Esse *e-mail* é do dia 24 de janeiro, um dia antes do rompimento, às 15h05.

Todos os alarmes estavam sendo dados interinamente e administrativamente para os gerentes, para os técnicos de campo e para os supervisores de geotecnia. Os *e-mails* são muito claros em relação à informação, e ela circulou entre todos os responsáveis diretos da Vale lá.

"Precisamos de uma análise rápida de vocês quanto a possíveis divergências entre o programa do *datalogger* e a instalação em campo para sanar esse problema rapidamente. Caso não tenhamos uma solução rápida, precisamos fazer a coleta manual dos pontos que geraram divergência. Obrigado, Anderson Fernandes."

Passe ao eslaide nº 5, por favor. É da empresa Tec Wise. Também é enviado para um grupo de responsáveis técnicos pela análise dos dados de Brumadinho e também para os contatos na Vale: "Boa tarde! Anderson, temos que analisar o programa do CR310 instalado. E, para a próxima semana, vamos agendar uma visita no local para sanar este problema. Confirmo com você a data".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao eslaide nº 6. Está lá já? "Fernando/Denis, vamos tentar ir amanhã. Ainda não temos leituras para o mês de janeiro/19 para as barragens 1, Vargem Grande e B3/B4. E só temos cinco dias úteis até a virada do mês. O risco de multa do DNPM é muitíssimo alto", assina Helio Marcio Lopes de Cerqueira, engenheiro geotécnico da Vale.

Sr. Joaquim, as informações, desde o início de janeiro, na verdade desde o ano anterior, estavam discrepantes. Os senhores tiveram acesso a todas as informações. Os técnicos começaram a fazer alertas graves a partir de janeiro. Dois dias antes, os *e-mails* que estão trocados aqui já mostravam claramente a preocupação com a barragem. Um dia antes, os dados estavam, todos eles, confusos. E, no último *e-mail*, nós mostramos aqui a preocupação de que a Vale fosse multada, não de que a barragem se rompesse e de que matassem pessoas.

Diante de todas estas questões aqui, Sr. Joaquim, eu gostaria que o senhor fizesse para esta CPI uma análise de como a Vale trata as questões de segurança da empresa, de como, com informações como essas, que são técnicas o suficiente até para leigos, de que a barragem poderia matar todas aquelas pessoas, ninguém tomou providências para que algo fosse feito. O que é que o senhor tem a nos dizer de todos estes detalhes aqui que comprovam a preocupação e as informações de que barragem poderia romper?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor pode responder, por favor.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, nesse período das trocas de *e-mails*, eu estava em minhas férias. Quando houve a notícia do rompimento da barragem, eu tive a oportunidade de conversar com o Sr. Artur Ribeiro, que me contou o relato dele sobre esse assunto. Ele recebeu a informação no dia 23, e essa informação tratava de um sistema de coleta de dados que havia sido instalado, ou seja, toda barragem de montante com dano potencial alto deveria ter seu monitoramento automatizado. Estava se realizando essa automatização. Na etapa em que se encontrava, existia a necessidade de conectar os 40 ou mais piezômetros automáticos a um coletor de dados, e essa transmissão do coletor de dados ainda não estava automatizada. Então, o que nós temos, do dia 10 ao dia 23, é uma única coleta no dia 23, que traz os dados acumulados desde o dia 10.

Ao receber essa informação... O Sr. Artur Ribeiro informa que recebeu a informação do Denis, da TÜV SÜD, avisando sobre possíveis defeitos de informação. Ele analisou a questão – ele falou para mim que analisou a questão – e verificou que existiam dados que eram impossíveis de existir, ou seja, o dado estava acima da cota do instrumento ou abaixo da cota do instrumento. Ele não se deu por satisfeito e, no dia 24, foi a campo, fez a inspeção desses instrumentos, verificou que não havia nenhuma anomalia na área e cobrou urgência para o pessoal vir a resolver esse problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse coletor de dados foi preservado, porque ele estava instalado na barragem B6, ele não foi danificado. E, após sabermos disso, houve a solicitação de uma auditoria externa, para que ela viesse e confirmasse se havia, de fato, a troca dessas informações nos instrumentos. Foi-me informado que essa auditoria externa, de fato, confirmou que havia a troca dessas informações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não!

A senhora quer fazer alguma pergunta? Posso seguir, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Pode seguir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, está bem.

O senhor estava em férias?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim, eu estava em férias.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor entrou em férias quando, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu entrei em férias nessa semana...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na semana do rompimento?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Na semana do rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, o senhor concorda com esta CPI que as causas do rompimento da barragem não aconteceram na semana em que o senhor entrou em férias, que as causas já eram de tempo anterior?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu tenho concordância de que, quando dessas informações que estão aí, eu estava no meu período de férias e de que, quando das outras informações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor concorda que o que levou a barragem a se romper não aconteceu naquela semana em que o senhor estava fora, que é um processo de meses anteriores?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O processo para o rompimento da barragem se encontra numa investigação...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim ou não, Sr. Joaquim? Para o senhor, como engenheiro, a barragem rompeu por conta de um problema de uma semana ou por conta de problemas acumulados ao longo de um tempo passado?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – As causas, em apuração, do rompimento da barragem encontram-se num processo de investigação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu ainda não conheço essas causas, não sei... Estou aguardando esse processo investigativo interno.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de fazer uma observação, Sr. Joaquim, em decorrência das suas palavras. Na verdade, o senhor veio aqui resguardado por um *habeas corpus*. O senhor se prontificou a falar. Eu só queria pedir – e não vou conduzir suas palavras de maneira alguma – ao senhor, devido à faculdade de várias pessoas pensarem e observarem o que nós estamos ouvindo e sabendo... As informações que o nobre Relator traz remontam a um tempo de avisos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De sete meses antes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... de sete meses antes.

Por coincidência, o senhor é o segundo que entra em férias dentro de um processo como esse. Não estou aqui para julgar ninguém. Eu espero que a lei o faça brevemente na juntada desse processo como um todo e que a gente possa chegar aos responsáveis por isso.

Mas veja bem: eu queria pedir ao senhor que o senhor respondesse e que, na impossibilidade de responder, o senhor dissesse "não poderei responder". Mas ilação sobre os pensamentos que estão sendo colocados acerca de todo o material que o Relator está trazendo eu gostaria de não permitir daqui para frente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim, só lembro que, no organograma da Vale, o senhor está no mesmo nível do Sr. Rodrigo Melo, que é o Gerente Executivo do Complexo. O senhor é o Gerente Executivo da Geotecnica Operacional. Portanto, a barragem estava diretamente sob sua responsabilidade, com os seus comandados. O senhor era responsável pelo Sr. Renzo Carvalho, Gerente de Geotecnica; por Artur Ribeiro, da Geotecnica; por Cristina Malheiros, que era quem, de fato, estava lá o tempo todo, juntamente com o Sr. Artur, e que aqui, totalmente destruída como profissional e como pessoa, não quis nem ver as imagens do rompimento – ela tinha contato direto com o senhor o tempo todo –; e também por Sr. César Grandchamp, que é um especialista em Geotecnica. Todos eles se reportavam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao senhor com os relatórios sobre a barragem, todos! Isso está muito claro nos *e-mails* e nos contratos que nós temos.

Então, vamos lá!

O senhor sabe o que são lençóis empoleirados?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu tenho uma ideia clara de que são possibilidades de haver níveis de água em níveis diferentes dentro de uma estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois bem, eu vou repetir aqui uma pergunta que foi feita ao Sr. Rodrigo Melo. Mas ele disse que não era da Geotecnia e que, por isso, não poderia responder, ou seja, é o senhor que tem de responder, porque o senhor está no mesmo nível dele, e a barragem é de sua responsabilidade também. O Sr. Rodrigo tem responsabilidade sobre a barragem como gerente.

Vou ler um trecho da auditoria técnica de segurança feita pela empresa TÜV SÜD entre agosto e setembro de 2018, à p.70, em que se diz:

Recomenda-se a instalação de novos piezômetros multiníveis com o intuito de confirmar a hipótese de existência de lençóis empoleirados no rejeito da barragem. Especialmente esses novos piezômetros também têm o intuito de validar a extração das camadas de empoleiramento e piezometria associada, realizada para a Seção E-E a partir das avaliações realizadas nas Seções C-C e D-D. Estes instrumentos devem ser programados em locais estratégicos, em lacunas, locais sem formação, e instalados em cada camada de empoleiramento, multiníveis.

Como o senhor certamente sabe, a hipótese mais provável para o rompimento da barragem é a liquefação interna. E a liquefação acontece por meio de um gatilho.

Fora as suas férias, Sr. Joaquim, a semana em que o senhor estava fora, o que foi feito nos quatro meses antes da tragédia para confirmar ou refutar a existência de lençóis empoleirados?

Os piezômetros multiníveis foram instalados? O senhor acha que os lençóis empoleirados de cuja existência a TÜV SÜD suspeitava podem ter sido o gatilho da liquefação da Barragem B1?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO (Para depor.) – Excelência, os piezômetros multiníveis estavam em instalação durante essa fase, não haviam sido concluídos. E, com relação às causas da ruptura dessa estrutura, eu não tenho essas causas e estou aguardando a investigação que está ocorrendo internamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, Sr. Joaquim, eu já estou adiantando para o senhor, quanto aos lençóis empoleirados, o seguinte: à medida que a barragem ia sendo feita, terra sobre terra, como se fosse uma espécie de degrau para que pudesse sustentar a barragem, o empoleiramento foi feito sem nenhum controle. Só nos dois últimos níveis é que foram seguidas as regras internacionais para execução de alteamento – só nos dois últimos níveis. E, naquele momento ali, a barragem já apresentava todos os sinais de rompimento, desde junho. Em junho, já havia sinais claros. Em julho, nós tivemos um fraturamento gravíssimo lá, e o senhor era o responsável direto por isso.

Na escala da gerência e da diretoria, o senhor é o responsável direto pela barragem, todos os que cuidavam dela tinham que se reportar ao senhor – todos. Aqui está muito claro que as medidas que deveriam ter sido tomadas antes deveriam ter sido tomadas dentro da sua equipe de geotecnica. E, até o momento, nós também não temos nenhuma prova de que elas foram tomadas, ou seja, há omissão grave aqui em relação a isso, que levou ao rompimento no seu período de férias. Se tudo aqui observado antes tivesse sido executado dentro inclusive das normas da boa engenharia – Juíza Selma, Senador Otto, uma boa tarde a vocês –, se todas as regras da boa engenharia tivessem sido cumpridas seis meses antes, aquelas pessoas não teriam morrido. Isso está muito claro a partir de agora.

O que nós estamos querendo aqui só, Sr. Joaquim, nesta reta final para o relatório, é identificar de fato a responsabilidade de cada um, mas, quando o senhor me diz que está esperando um relatório, aí o senhor me permita dizer: o senhor está assumindo passivamente uma responsabilidade grande, que era sua, de cuidar da barragem, com todas as questões técnicas que estavam lá. Não há como fugir do que está documentado, especialmente agora que nós temos toda essa apresentação.

E a gente tem visto aqui, Juíza Selma, Senadora Rose, que a preocupação da Vale, um dia antes do rompimento, não era com a vida as pessoas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Era com multa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Era com multa do DNPM.

A gente vai ver também, Senador, em outras questões, como são compostos os salários da Vale. Aquelas informações que o Sr. Schwartsman nos negou aqui, disse que não poderia... Nos Estados Unidos eles não têm como mentir, porque a lei lá nos Estados Unidos é muito mais dura. Lá, qualquer um que viesse aqui e mentisse sobre a responsabilidade sairia preso. Aqui, não. Aqui a gente é obrigado...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – A respeitar o *habeas corpus*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... a respeitar as decisões, mas vários sairiam presos daqui por conta da documentação que a gente tem, publicada ou não, sob sigilo, mas com as informações sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a responsabilidade de cada um. É impressionante. Eu tenho aqui toda... Eu vou deixar até para quando o diretor financeiro estiver aqui, mas eu vou mostrar, vou antecipar para vocês claramente. A remuneração dos diretores e gerentes da Vale, daqueles que têm cargos mais altos é feita da seguinte forma: 60%, geração de caixa; 10%, saúde e segurança; 10%, sustentabilidade; 20%, iniciativas estratégicas. Aqui, vou mostrar para todos aqui. É assim que a Vale paga os bônus aos diretores no Brasil, só que aqui ela não revela, mas lá nos Estados Unidos ela não tem como mentir, lá na comissão, que é uma secretaria que foi criada pelo pai do John Kennedy. Está lá há anos; lá ninguém mente. Lá ninguém mente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Nem chega com *habeas corpus*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nem chega com *habeas corpus* porque não tem conversa. Lá, ninguém mente. E aqui eles colocam claramente a questão das indenizações, quanto que a Vale vai pagar, vai ter de prejuízo e quanto a Vale quer pagar pela vida das pessoas.

E aqui, Sr. Joaquim, está muito claro em todas as manifestações que as informações técnicas para evitar a tragédia estavam disponíveis para todo mundo. Todo mundo assumiu aqui um dolo, todo mundo assumiu, especialmente aqueles que eram os responsáveis diretos pela Vale. O senhor... E aqui... O senhor não sabia do perigo da B1, Sr. Joaquim? O senhor não tinha ideia de que a barragem poderia romper a todo momento? Porque o senhor está tentando nos convencer de que o senhor escreve que ela era mais terrível do que se imagina porque tinha um monte de minério do lado de fora. O senhor não sabia disso? Em momento algum o senhor teve acesso a essas informações, Sr. Joaquim? O senhor pode responder, por favor.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, mais uma vez, a minha gestão cuidava dos aspectos de monitoramento e inspeção das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor era o responsável pela barragem, Sr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sobre essas características...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor era ou não era o responsável pela barragem?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu era responsável por fazer o monitoramento e inspeção dessas barragens...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então o senhor...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... a partir de uma equipe de gerência de geotecnologia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... era o responsável pela barragem. O senhor era o responsável pela barragem. Está aqui, não era o senhor quem era o chefe da Cristina Malheiros? Era o senhor que era o chefe?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O gestor dela era o Sr. Renzo Albieri, e eu era o gestor do Sr. Renzo Albieri.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, a Dona Cristina veio aqui...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Indiretamente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e falou que era ela que cuidava dos dados da barragem, então o senhor cuidava da barragem também. Ou não?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – E ela cuidou dos dados da barragem fornecendo as informações necessárias para os extratos de inspeção quinzenal, que não demonstraram, até então...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Não demonstraram...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... um estado de alteração do estado de conservação da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como que não demonstraram, Sr. Joaquim? O senhor quer que eu lhe passe aqui os *e-mails*? O senhor quer ter acesso aos *e-mails* para o senhor conferir se é isso mesmo que está aqui? O senhor quer conferir? O senhor quer ler os *e-mails*? O senhor teve acesso a esses *e-mails* ou não teve, informações sobre eles?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu não tive acesso aos *e-mails*, mas eu vi agora, aqui, na apresentação e...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor era chefe?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É chefe de todos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não era da Cristina, mas de um que estava acima da Cristina, quer dizer, verticalmente: o senhor era o chefe, Joaquim Toledo; Renzo Carvalho, e aqui um corpo técnico, embaixo; Cristina Malheiros...

Eu quero que o senhor entenda que, ao abrir mão de não se resguardar em um *habeas corpus*, o que ele está falando é absolutamente verdadeiro em qualquer outra situação. Uma pessoa não poderia mentir diante desta CPI. Quando o senhor abre mão, mas o senhor está resguardado por ele, o senhor impede qualquer atitude de ser tomada, mesmo diante da clareza dos fatos aqui expostos pelo nosso Relator.

O senhor me permite, Sr. Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Claro, obviamente!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria fazer uma pergunta. Nós estamos aqui tentando. Esta aqui é uma tentativa de que, em dado momento, por um lampejo de consciência, por todas as contradições que nós já anotamos e que estão gravadas e filmadas aqui nesta CPI, a gente possa evidenciar o contraste daquilo que se pretende omitir e daquilo que se pretende mentir.

Eu perguntaria ao senhor: na semana passada foi dado um alerta em Barão de Cocais, Minas Gerais, e várias providências foram tomadas, inclusive por orientação do Ministério Público, envolvendo a população local. Quem foi a pessoa da Vale que tomou essa providência em relação a essa barragem?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, eu...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor sabe, não é?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu, no momento, desde o dia 15 de fevereiro, não estou exercendo as minhas funções na Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não perguntei se o senhor estava exercendo as funções. Todos têm conhecimento aqui de que o senhor não está. Eu estou perguntando quem foi a pessoa da Vale que tomou a providência em relação à questão da Barragem Barão de Cocais.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu não sei quem tomou essa providência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não sabe, neste momento, porque está afastado, ou nunca soube de nada que montava essa engrenagem de poder, hierarquia de funções, responsabilidades?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, eu, no momento, não sei quem está fazendo essa gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu perguntaria também ao senhor – vale a pena registrar, gente, deixa para a história: entre o estado de absoluta normalidade, em que está tudo normal, tudo tranquilo, e uma situação de risco iminente decorre um tempo. Quantos segundos são? Tudo tranquilo, barragem normal, nada, e, daqui a pouco, risco iminente. Aliás, até no *e-mail* do senhor, o senhor usou uma palavra mais forte. Qual tempo que decorre, decorreu, pode decorrer do risco da tranquilidade e do risco iminente?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, as boas práticas de engenharia falavam que esses riscos iam aumentando o nível de alerta. Nessa estrutura, a ruptura se deu sem estabelecer nenhum nível de alerta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nenhum?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nem esses cronogramas todos que há aqui, mostrando ações, alertas, motivação para pedir que isso seja revisto – um dado que foi colocado pelo Relator, de quando ele fala assim: "precisamos rever"...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente, os dados com urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... "os dados com urgência" –, isso não era um risco iminente? Alertado várias vezes, reiteradas vezes, de que precisavam... Aqui: "Precisamos de uma análise rápida de quando vocês, o quanto possível, porque estão encontrando divergências entre o programa *data logger* e a instalação em campo para sanar um problema rapidamente". Esse problema não pode ter sido uma intempérie, uma grama que cresceu... Pode ser um risco iminente.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Quem estava no momento fez uma avaliação sobre os dados e fez uma inspeção. Essa estrutura vinha de três dias de inspeções. No dia 22, houve a inspeção regular de segurança; no dia 23, houve as inspeções da auditoria; e, no dia 24, o Sr. Artur Ribeiro, diante desses *e-mails*, decide fazer mais uma inspeção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... completando aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se não houve um terremoto, Senador... Não houve um terremoto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As causas todas eram muito conhecidas. Só faltou tomar as providências para poder...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... será que as causas para o desmoronamento dessa barragem... Não houve nenhum sinal? O senhor acredita nisso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, não acredito. Não acredito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nenhum sinal de risco iminente? Nada, nada?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu não acredito que um engenheiro de 27 anos de profissão escreveria que uma barragem é mais terrível do que se imagina se não tivesse as informações todas anteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor acha... Eu não sei, Senador Otto, se houve algum momento, Senadora Selma, da história da engenharia deste País em que nós tivéssemos tantas coincidências e tanta falta de comprometimento com o exercício da profissão, quer dizer, todos estavam ali com uma finalidade, contratados com aquela finalidade, tinham currículo, tinham exercício, tinham poder, tinham autorização. Eu não conheço um caso de engenharia como esse, assim, em que ninguém sabe o que aconteceu.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senadora, é no mínimo um atestado coletivo de incompetência, para não dizer outra coisa.

Eu posso só fazer uma pergunta?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Eu cheguei aqui um pouco depois do início da inquirição dessa pessoa; portanto, não sei se essa pergunta já foi feita, mas eu gostaria de tirar essa dúvida. Quem ficou no seu lugar enquanto o senhor estava de férias? Quem estava ocupando a sua função?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, foi o gerente de automação.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nome?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sr. Vicentino Rodrigues.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Vicentino Rodrigues.

Segundo o que eu consegui depreender daqui, desses momentos, de quando eu cheguei até agora – corrijam-me, por favor, Sr. Relator, Sra. Presidente –, o que se está apontando mais diretamente é para esses últimos, esses *e-mails* aí que foram trocados nos últimos três dias antes do crime praticado lá, não é? Então, nesses últimos três dias, o senhor já estava de férias.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse, inclusive, é do dia anterior, dia 24/01.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, sim. O senhor estava de férias?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, eu me encontrava de férias.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.

O senhor não teve, então, conhecimento do teor de nenhum desses *e-mails*?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu não fui copiado, em nenhum momento, nesses *e-mails*.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não estou perguntando se o senhor foi copiado, porque eu sei ler. Eu quero saber se o senhor tomou conhecimento.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não tomei conhecimento. Só tomei conhecimento após a ruptura, quando eu fui conversar com o Sr. Artur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem.

Quando, nesses três últimos dias, a situação se agravou, é até compreensível que o senhor não tenha tomado conhecimento, porque estava de férias, provavelmente aproveitando de alguma dessas benesses que a Vale paga para os seus diretores, em algum lugar do Planeta, mas eu quero lhe perguntar o seguinte: essa pessoa que o substituiu tinha que reportar esses fatos, essa super urgência – aliás, de fazer a inspeção da inspeção da inspeção –, tinha que reportar isso para o Silmar Silva?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Se ele tivesse ciência de que houvesse uma mudança no estado de conservação da barragem e o geotécnico o reportasse e o avisasse de que existia essa necessidade, ele reportaria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Certo. Então, o teor desses *e-mails*, para o senhor, não indica que ele tivesse que reportar?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O que eu estou dizendo é que quem deveria fazer essa avaliação é a pessoa responsável técnica pela estrutura...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu estou lhe perguntando o seguinte...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... que, no momento, era o Sr. Arthur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nesses últimos três dias, diante do teor desses *e-mails*, fosse o senhor que estivesse ocupando o seu digno cargo lá, qual seria a sua atitude?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Se eu tivesse acesso às informações e houvesse, por parte do geotécnico responsável no momento para fazer a análise do estado de conservação da barragem, ele me alertasse que deveria subir o nível de alerta e de emergência da barragem, eu o faria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O geotécnico a quem o senhor se reporta, então, é o Renzo, o Artur, a Cristina, o César, quem?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Quem estava no momento substituindo a Sra. Cristina Malheiros, que é a responsável técnica pela inspeção e monitoramento da barragem, era o Sr. Artur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem. Então, o senhor está... Se eu consigo bem compreender o que o senhor está dizendo – porque, na verdade, não está dizendo muita coisa –, o senhor está querendo nos dizer que dependeria de o Artur Ribeiro estartar esse alerta, ou seja, puxar o gatilho para que as providências fossem tomadas? É isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Precisava, sim, que uma pessoa responsável técnica por aquela estrutura e que estava vivendo o momento das informações daquela estrutura fizesse o início do processo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O Artur, segundo dá para ver aqui nos *e-mails*, foi um dos destinatários desses *e-mails*, ou não? (*Pausa*.)

Não, não foi... Foi, sim: arturribeiro@vale, não é? É isso. Ótimo.

O senhor teve conversa com essas pessoas posteriormente a esse fato?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, eu tive conversa no sábado, dia 26, com o Sr. Artur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E o que ele lhe disse? Por que ele não estartou esse alerta?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O que ele me falou é que ele recebeu essa informação, fez uma análise... A informação já vinha com uma prévia de que havia um defeito nela. Ele verificou que existiam dados impossíveis em algumas das informações – esses dados impossíveis são porque ou estava acima da cota do instrumento ou abaixo da cota do instrumento, o que não é possível registrar. Não satisfeito somente com essa observação, ele, no dia 24, foi a campo e fez uma inspeção.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E...?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – E constatou que não havia mudança do estado de conservação nessa região que apresentava as anormalidades de informação. Aí, ele pede urgência para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se conserte a informação, ou seja, vá lá ao *data logger*, que era o equipamento coletor, e fizesse a reordenação dos instrumentos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, a urgência, no caso, era para consertar esses *data loggers*?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, era isso mesmo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bem, Sra. Presidente, Sr. Relator, colega Otto, eu gostaria de fazer uma pontuação.

É certo que, ao contrário do que a legislação americana dispõe, aqui se permite que as pessoas investigadas, acusadas permaneçam em silêncio. É isso o que diz a nossa Constituição. Os princípios são de que você pode permanecer em silêncio ou de que você não é obrigado a produzir prova em seu desfavor. Mentir não é uma garantia constitucional. Então, eu sempre advoguei que essa máscara que as defesas dão para as mentiras esteja fora das garantias constitucionais.

Apenas essa ponderação, Sra. Presidente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu poderia... Só queria fazer uma pergunta e deixar registrada a resposta do senhor: qual é o nome do cargo do Sr. Renzo Albieri?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Gerente de Geotecnica do Corredor Sudeste.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome do superior hierárquico dele?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Joaquim Pedro de Toledo, que sou eu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Eu pergunto ao Senador Otto se ele gostaria... (*Pausa.*)

Então, devolvo a palavra ao Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou continuar aqui.

Bem, se o Sr. Artur – Artur... Como é o nome dele, que estava no seu lugar, ocupando a sua função nas suas férias?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O Sr. Vicentino Rodrigues.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vicentino Rodrigues.

A função dele seria tomar as providências caso fosse feito um alerta pelo Sr. Artur, não é isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Caso ele fosse informado e informado do nível de alerta que fosse definido pelo geotécnico responsável.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, não era responsabilidade do senhor, diante das informações anteriores todas, também ter iniciado esse processo de alarme para a barragem, já que sete meses antes todas as informações davam indicação de que a barragem era terrível, mais terrível até do que o senhor imaginava?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, no episódio do DHP15, houve uma classificação do estado de conservação da barragem que não elevava o nível de alerta para o nível 1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não houve dez pontos de...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... no estado de conservação da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor sabe que o senhor era o responsável pela barragem e que havia um equipamento de alta sensibilidade instalado na barragem B1, chamado de radar interferométrico. O senhor acompanhou isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Havia um radar para monitorar a barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É um bom equipamento, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Bem, Excelência, esse era um equipamento complementar, em teste. Ele não era um instrumento oficial da estrutura. E toda vez que ele apresentava um dado com alguma anomalia, que era reportado à responsável técnica da estrutura, ela deveria ir a campo e verificar nos instrumentos que são oficiais, que são os marcos topográficos, se havia alteração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem. Esse equipamento, explicando para quem nos assiste, é capaz de detectar alterações no formato da barragem, inclusive alterações invisíveis a olho nu.

Pois bem. Quem operava esse radar na barragem B1 era o Sr. Tércio Andrade Costa. Em depoimento confirmado na CPI da Câmara, Tércio Costa afirma que o radar detectou, na área 17 da barragem, uma deformação total progressiva, sobretudo após dezembro, parabólica positiva. O operador esclarece que isso significa que a deformação está aumentando e, inclusive, aumentando a velocidade da deformação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor ainda não estava em férias. O senhor estava ativo quando o relatório foi feito.

A área que apresentou essa anomalia foi estimada pelo Sr. Tércio em 15 mil metros quadrados ou 1,5 hectare, o que não é pouca coisa. O Sr. Tércio comunicou o fato por *e-mail*, no dia 18 de janeiro de 2019, uma semana antes da tragédia, para os funcionários da Vale Marcos Rodrigues, Artur Ribeiro, Andréa Dornas, com cópia para Renzo Albieri.

O engenheiro geotécnico Artur Ribeiro respondeu a mensagem dizendo que visitou o local, não viu alteração significativa, mas que não conseguiu fazer a leitura manual dos piezômetros porque eles tinham sido automatizados, ou seja, não adiantou nada ele ir lá – apenas esclarecendo que os radares existem justamente para detectar mudanças que não são visíveis a olho nu e os piezômetros existem para entender o que está acontecendo abaixo do solo, que também não dá para ver a olho nu. Então, faz muito sentido que ele não tenha visto nada diferente: estava tudo encoberto. O que não faz sentido é não ter acesso às informações dos piezômetros daquela área, que já estavam anteriormente apontando problemas.

Então, nós não estamos falando da semana do rompimento. Nós estamos falando já de meses antes, em que as informações estavam disponíveis.

Vale lembrar também que as dificuldades de leitura e as informações incoerentes dos piezômetros persistiram até 24 de janeiro, véspera da tragédia, conforme vários *e-mails* trocados por sua equipe, Sr. Joaquim. E, como se não bastasse, Juíza Selma, Senador Kajuru, o que precisaria ser esclarecido, algo estranho aconteceu. O Sr. Tércio confirmou em depoimento que o *notebook* que ele usava para fins profissionais, inclusive com esse relatório, foi solicitado pelo gerente de planejamento, Tales Bianchi, também funcionário da Vale, inclusive com senha, acesso e usuário, no dia 30 ou 31 de janeiro, depois da tragédia.

O computador com as informações sumiu. Só que a Polícia Federal, ao tomar conhecimento, buscou, e o computador apareceu, mas o computador estava escondido.

A informação sobre essas leituras do radar chegou até o senhor? O senhor sabe se foram feitas leituras automatizadas dos piezômetros no dia 18 de janeiro ou nos dias posteriores? Por qual motivo Tales Bianchi pediu o *notebook* do operador do radar? O senhor participou dessa decisão de recolher o equipamento?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, respondendo à questão do radar, em conversa com a Sra. Cristina Malheiros, esse aviso dado pelo Sr. Tércio no dia 18... Ela fez a conferência em campo, fez medidas de instrumentos que eram possíveis de fazer manualmente, registrou essas informações e não percebeu, e não identificou nenhuma anomalia ou mudança do estado de conservação, mostrando que o equipamento não tinha dado a informação confirmada em campo.

Relativo ao computador do...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Do Sr. Tércio.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... do Sr. Tércio, eu não fui informado sobre essa solicitação, mas havia, na Vale, nesse período, uma auditoria da empresa Deloitte, que estava fazendo uma cópia forense de todos os equipamentos, para preservar exatamente os dados para uso em todas as avaliações, com a garantia de que aqueles dados não foram alterados. Eu não sei se foi para isso que foi solicitado o computador do Sr. Tércio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de dar sequência, Senador Kajuru, eu tenho aqui uma última pergunta minha, porque, quanto às demais, eu já percebi que não vai adiantar muito...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desse mato não sai coelho!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

É o seguinte: quais as informações que deveriam ter chegado ao senhor? Que tipo de informação que o senhor receberia que fizesse com que o alarme, a questão da preocupação com a barragem se tornasse efetiva em retirar as pessoas? Sr. Joaquim, o que precisaria ter chegado ao senhor para que o senhor, imediatamente, como responsável pela barragem, dissesse "vamos tirar todo mundo da frente, porque a barragem vai romper"?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – A equipe de monitoramento e inspeção tem de fazer a inspeção, e, ao fazer a inspeção, se houver uma mudança do estado de conservação que atinja mais de dez pontos na tabela da portaria da Agência Nacional de Mineração, imediatamente tem de ser iniciado o nível 1, de emergência, do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, eu gostaria que o senhor nos explicasse por que todas as informações que foram produzidas tecnicamente, que foram produzidas por uma auditoria, não levaram a esse nível? Por que isso não aconteceu? Nós estamos querendo entender o que foi que aconteceu que, diante de tantas informações, o nível não subiu como deveria ter subido, como o senhor acabou de nos dizer.

Um dos elementos que pode provocar a chamada liquefação é o excesso de água na barragem. Nós já abordamos a questão da nascente que havia acima do reservatório da barragem B1. A nascente despejava água no reservatório, e a Vale fez algumas intervenções para tentar resolver o problema.

Eu vou ler aqui trecho da auditoria técnica de segurança feita pela empresa TÜV SÜD em agosto e setembro de 2018 – de que o senhor é parte, inclusive, do recebimento das informações; o senhor teve acesso a elas, não há como negar isso: "Observou-se o direcionamento da nascente diretamente para o extravasor. Entretanto, o sistema implantado apresenta capacidade limitada, não sendo capaz de controlar todo o aporte esperado durante o período chuvoso. Para esse fim, recomenda-se a construção de um *sump*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no trecho de montante do reservatório, o qual deverá direcionar a gravidade da água para o sistema extravasor sem permitir empossamento".

Agosto, setembro de 2018, a auditoria foi lá e disse: "Olha, há uma água aqui, e essa água é perigosa. Tem que tirar essa água daqui". E o sistema que foi feito pela equipe do senhor, sob a sua coordenação, não era suficiente. É o que está escrito no relatório. Agosto.

Então, o que foi feito, Sr. Joaquim Toledo, a partir das conclusões dessa auditoria, para resolver essa falha, que é uma das principais, inclusive, para a liquefação da barragem? Está muito claro isso, inclusive, no relatório técnico da perícia. O senhor acha que o acúmulo de água foi o que causou a liquefação da barragem e o rompimento?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, a ação tomada sobre essa recomendação foi de elevar a capacidade de bombeamento – foi instalado outro sistema de bombeamento – e a composição desse *sump*, que é uma escavação que permite a instalação de uma bomba em um formato de um pequeno lago. Isso foi feito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A liquefação foi o que causou o rompimento da barragem, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, mais uma vez, há um processo de investigação em curso, por uma empresa especializada, que vai nos apontar as causas desse rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu pergunto ao Senador Kajuru se ele quer fazer as perguntas, elaborar as perguntas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro, como sempre, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar depoente.) – Obrigado.

Bem, eu estava ouvindo pelo meu ponto eletrônico os questionamentos precisos e responsáveis dos colegas, mas quero aqui, Sr. Joaquim Toledo, insistir em alguns pontos. Quem era, por fineza, por ocasião do rompimento da barragem, o Gerente Executivo de Geotecnia Operacional do Corredor Sudeste? Responda, por fineza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O Gerente Executivo que tinha gestão de geotecnia era eu mesmo, Joaquim Toledo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Era o senhor?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esse cargo, então, realmente existia?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Existe um... O cargo que existe é Gerente Executivo de Planejamento e Programação. Uma das gestões inclusas nessa gerência executiva é a Gerência de Geotecnia.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então: a Gerência Executiva de Geotecnia Operacional do Corredor Sudeste, perfeito?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não existe esse nome.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não há esse cargo?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O cargo é Gerência Executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste. Uma das gestões que estava sob minha gestão era a Gerência de Geotecnia Operacional.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então o senhor quer dizer que não existe, o senhor não seria o Gerente Executivo de Planejamento e Geotecnia, ou sim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Planejamento e geotecnia, eu me refiro.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não, Excelência, o nome da gerência é Gerência Executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não fala "geotecnia"?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não fala "geotecnia".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Olha aqui, curioso, Sr. Joaquim. No organograma do Piesem consta que o seu nome, de V. Sa., é o Gerente Executivo de Planejamento e Geotecnia. Consta no organograma do Piesem seu nome.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, pode constar, mas o nome da gerência não é esse. Agora, eu não estou negando o fato de que havia uma gerência sob minha gestão chamada Gerência de Geotecnica, que era a Gerência de Geotecnica Operacional, e eu estou me responsabilizando por isso. O Gerente dessa Gerência de Geotecnica era o Sr. Renzo Carvalho Albieri.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É porque nesta CPI a gente ouve muito... O Relator fica indignado, a Presidente fica, os colegas ficam.

A gente ouve o tempo todo "isso não é da área técnica, isso não é da geotecnica operacional", quer dizer: então, agora aqui, eu fico numa dúvida: o senhor aqui, neste depoimento, quer nos fazer crer que a pessoa de cargo mais alto na geotecnica operacional simplesmente não existe? Ou existe?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, na gerência executiva, eu sou o responsável...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então existe?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Joaquim Toledo, sou eu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então existe? Então existe, é o Sr. Joaquim Toledo.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O.K., excelente.

Sabemos então que V. Exa. era o gerente responsável pela Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão. Pouco importa o nome que se decida dar, a meu ver, ao cargo. V. Sa. foi preso após o rompimento da barragem: sim ou não?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Eu fui preso no dia 15 de fevereiro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Após o rompimento.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Após o rompimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Várias pessoas da área técnica foram presas. O senhor saberia dizer algum diretor que foi preso?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Não foi preso nenhum diretor da Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nenhum?
(Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor acha que desta vez será diferente e o Judiciário irá aliviar os responsáveis pela morte de centenas de pessoas?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, as investigações no Ministério Público, na Polícia Federal, no Ministério Público Estadual, na Polícia Civil, é que vão apontar as responsabilidades.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor já ouviu falar no dilema do prisioneiro? Sim ou não?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Não ouvi falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É aquela teoria dos jogos. Esse modelo teórico funciona assim, Sr. Joaquim, brasileiros e brasileiras: se todos os acusados se calam, Presidente Rose de Freitas, em tese todos conseguem uma pena menor; mas, se um deles fala, os demais recebem penas maiores e o que fala é absolvido. Uma pessoa da área técnica já falou, e nós aqui ouvimos e sabemos quem é, o Relator tem aí tudo o que ele falou; não vou nem dizer o nome dele. Mas, ainda que ninguém tivesse falado nada, será que o dilema do prisioneiro se aplica a este caso, Sr. Joaquim? Diretores e gerentes da Vale estão repetindo à exaustão que não sabiam de nada, que tudo era responsabilidade da geotecnica operacional – e V. Sa. é da geotecnica operacional. Não seria melhor mudar essa estratégia?

Pergunto para o senhor, por favor.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – É, Excelência, o papel da geotecnica operacional era na atividade de monitoramento e inspeção e deveria estabelecer os níveis de alerta caso houvesse mudança significativa do estado de conservação da barragem. Relativo à auditoria, que é uma atividade que se faz de forma independente, com empresa auditora externa, ela verifica se esses padrões de inspeção foram feitos corretamente e têm a função de fazer o estudo de estabilidade da estrutura, gerando, ao final de toda essa análise, a Declaração de Conformidade de Estabilidade. Por fim...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim...

O SR. JOAQUIM TOLEDO – E essa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não, desculpa.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Só um minutinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – E essa atividade era feita pela geotecnica corporativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem eram os geotécnicos e quem era o gerente de geotecnia responsável pela barragem rompida e a quem o gerente de geotecnia se reportava, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – O gerente de geotecnia era o Sr. Renzo Carvalho Albieri, e ele se reportava a mim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele se reportava ao senhor.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Isso mesmo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele deixou de lhe informar algo a respeito da barragem que se rompeu?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Ele não deixou de informar nada sobre a barragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nada! Ele informou tudo? (*Pausa.*)

O senhor sabia dos riscos da B1, uma vez que foi informado pela Sra. Marilene Lopes desses riscos, conforme demonstrado aqui nesta CPI? O trabalho dela era repassar a informação, e ela o fez. Então, V. Sa. alguma vez deixou de informar ao Sr. Silmar Silva algum problema da Barragem nº 1, da Mina Córrego do Feijão?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Não deixei de informar nenhum problema que tivesse levado a um nível de preocupação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, eu finalizo, Presidente, Relator, Presidente Rose e Relator Viana, aqui rapidamente, em função do que até falei antes, que vi a exaustão do Relator: a gente sente que do mato não vai sair coelho. Esses funcionários da empresa assassina Vale, que repetem em uníssono que não sabiam do risco iminente da ruptura da barragem, soam como calopsitas amestradas, diga-se de passagem, muito bem amestradas por advogados regiamente pagos pela empresa assassina Vale.

Oitiva após oitiva, soberbamente conduzidas pela Sra. Presidente e pelo Sr. Relator desta CPI, nota-se que se desvela a conduta criminosa da Vale, em que pese a dissimulação ensaiada dos depoentes. É fato, nada houve de inesperado no rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Muito pelo contrário, o rompimento foi anunciado com meses, anos de antecedência: fator de segurança em queda, drenos entupidos, fraturamento hidráulico, lençóis empoleirados, sinais de piezômetros, de formação captada por radar, bloco de canga no maciço. Toda essa terminologia técnica significava apenas isto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Significava que a barragem era rigorosamente precária, agonizava, estava em estágio terminal, Presidente!

Quais avisos adicionais do risco iminente de rompimento da barragem a Vale esperava receber?

Ninguém responde.

Uma citação por carta registrada. Não está muito claro. Nada houve de inesperado no rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. O rompimento estava anunciado e, portanto, poderia ter sido evitado, sim, ou pelo menos as pessoas poderiam ter sido salvas, se avisadas a tempo. Se o rompimento da barragem não foi inesperado, também não há nada de inesperado na atuação da empresa assassina Vale no crime de Brumadinho.

E concluo: é exatamente o mesmo padrão do crime de Mariana, perpetrado por sua controlada, a Samarco. Afinal, controlada de assassina, e assassina é.

Trata-se da mesma negligência, da mesma imprudência, provocadas não por desconhecimento, certamente que não, são todos técnicos competentíssimos. Os funcionários da Vale que depõem nesta CPI sabiam muito bem o que estavam fazendo ou deixando de fazer. E o mais grave: conheciam perfeitamente as terríveis consequências que seus atos e omissões poderiam ter para centenas de pessoas.

Por fim, isso não os impediu em prosseguir em sua conduta fria e criminosa até o último e sanguinário evento. Por cobiça e desejo de ascensão profissional, ignoraram a técnica, afastaram a ética e renegaram qualquer sentimento de humanidade ou amizade. Cinicamente, praticaram uma verdadeira roleta russa de lama e rochas com a vida de colegas e subordinados, as pobres vítimas infelizes que trabalharam e morreram sem saber o perigo que corriam. Diante de tamanha perda de vidas, quase 300 trabalhadores e moradores pereceram em Mariana e Brumadinho, chamar, Presidente Rose de Freitas, a Vale de empresa assassina seria minimizar seu crime. A Vale é, isso sim, a meu humilde ver, uma empresa genocida.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora me permite, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria, para encerrarmos aqui, que o senhor esclarecesse o evento em que a Tractebel se recusou a assinar o laudo de segurança da barragem, a contratação da empresa TÜV SÜD, e porque a Tractebel se recusou naquele momento, qual foi a sua participação naquela tomada de decisão em mudar as empresas de auditoria, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, eu não tive nenhuma participação. Toda a gestão de contrato de empresa de auditoria e de revisões periódicas de barragem era feita pela Gerência de Geotecnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu não estou perguntando sobre a contratação, Sr. Joaquim, eu estou perguntando sobre o resultado, o laudo que eles não queriam assinar, que era sua responsabilidade, da sua equipe. A Tractebel disse: "Eu não vou assinar esse laudo de segurança, porque a barragem não tem os índices necessários" e foi tomada a decisão de contratar outra empresa. O pedido para contratação parte da sua equipe. Qual foi a sua responsabilidade nisso?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, o pedido de contratação não partiu da minha equipe, nós não participamos dessa decisão da substituição da Tractebel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a Tractebel informou para quem que não iria assinar o laudo de segurança da barragem?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – A gestão de... A gestão de auditorias, tinha responsabilidade a Gerência... De Geotecnica Corporativa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, mas não foi isso o que a Dona Cristina Malheiros nos disse aqui não.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Nós não participamos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando a Tractebel se recusou a assinar, a Sra. Cristina Malheiros participou com toda a Tractebel do processo de acompanhamento da barragem. Ela tinha plena consciência do que levou. E aí, administrativamente, a auditoria, a empresa passa outra responsabilidade, mas o acompanhamento das informações em campo e técnica era da sua equipe.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – A Sra. Cristina Malheiros, em todo processo de auditoria, era uma das pessoas auditadas. Ela deveria apresentar toda e qualquer informação relativa a inspeção e monitoramento que a empresa auditora estava executando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E esses dados não eram produzidos por sua equipe?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Produzidas pela minha equipe, solicitados pela equipe de geotecnica corporativa através da empresa auditora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois bem. A sua equipe produziu dados que levaram uma empresa de auditoria a se recusar a assinar um laudo. Quais foram esses dados, Sr. Joaquim?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, os dados fornecidos à empresa auditora sempre eram os dados dos monitoramentos quinzenais apresentados num sistema interno da Vale chamado Geotech.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E nunca se questionou lá sobre isso ao senhor dizendo "olha, os dados não estão bons. A empresa não quer assinar. Tem alguma coisa errada com relação à barragem. Joaquim, o que está acontecendo lá?" O senhor não foi questionado sobre isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, os dados de monitoramento e inspeção não foram questionados nessa abordagem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe-me, Sr. Joaquim. Alguém diz que não vai assinar um laudo. Efetivamente, isso é sobre o seu trabalho, está sob sua responsabilidade profissional técnica. Quando alguém disse "não vou assinar o laudo", isso não o incomodou, não o afligiu na sua responsabilidade profissional? "Não vou assinar o laudo" não acendeu um sinal de alerta? "Puxa, por que será que ele não vai assinar o laudo? Tenho que ver isso. Pode ter, nesse quadro, alguma anomalia. Eu preciso procurar".

Aqui: na ordem, Joaquim Toledo, Gerente Executivo da Geotecnica Operacional. O senhor comandava esse pessoal todo. Aqui embaixo, a Cristina Malheiros disse que dispunha de sete auditores... De dez auditores, semanalmente, para irem até a barragem.

Quando alguém que está trabalhando em conjunto com a sua equipe, com os outros quadros técnicos, diz "não vou assinar o laudo"... Se, aqui, depois dos depoimentos, o Sr. Relator falar "não vou fazer o relatório", esta Comissão toda vai se reunir e vai perguntar "o que está acontecendo?"

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não perguntou por que ele não iria assinar o laudo? O senhor não se incomodou nada? Nada perturbou o senhor a ponto de o senhor falar "espera aí, assim não dá. Sem laudo?". Ou, então, ao contrário do que nós estamos falando, alguém disse "contrata-se outra empresa. Se essa não quer, alguém fará". O senhor não se incomodou com isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, a empresa que fazia auditoria tinha independência, ela acessava os dados de monitoramento e inspeção da equipe de geotecnica operacional...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso eu entendi.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... e quem geria esse contrato e tinha contato e fazia as decisões junto com a empresa de auditoria era uma equipe de geotecnica corporativa...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Disso que o senhor era chefe.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ..., para ter total independência. Não era chefe...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor, pelo menos, não...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Da geotecnia corporativa eu não era chefe.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Escuta, Sr. Joaquim, quem sou eu para ensinar qualquer coisa? Eu ensinei para os meus filhos. Nem sei se ensinei direito.

Incomoda-me profundamente... O senhor me desculpe, porque eu não costumo emitir juízo de valor. Incomoda-me profundamente. Eu me senti, há alguns dias, não frustrada, porque há um longo caminho percorrido e mais um longo a percorrer... Incomoda-me profundamente ninguém, Senador Kajuru, ter nada a ver com isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por isso eu dei oportunidade a ele, não é? Porque quem falar, na minha opinião, Relator Carlos Viana, quem falar será absolvido. Só que ninguém fala. Então que se preparem. Todo mundo vai dormir na cadeia mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero, inclusive, depois, fazer uma reunião, Sr. Relator e Senador Kajuru, acerca do procedimento que nós estamos adotando. Eu acho que nós estamos beneficiando essas pessoas, na medida em que elas estão investidas de *habeas corpus*, chegam aqui, se dispõem a falar, falam o que querem e nós ouvimos, e, muitas vezes, de uma maneira revoltada. Então, talvez seja o caso de não permitir que aqueles que estão com *habeas corpus*, se querem permanecer em silêncio... Deixemos que a Polícia Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário como um todo ajam em cima dessas pessoas, porque isso aqui não é só de incomodar, é de doer mesmo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É de doer. Mas, Presidente, V. Exa. tem muito mais experiência do que eu, do que o Relator Viana, parlamentar. Mas eu penso que nessa hora a gente tem que fazer uma reflexão e tratar cada um que vem aqui da mesma forma que eles nos tratam. Comigo é assim: se o sujeito é frio comigo, eu sou frio com ele também. É quente? Eu sou quente também.

Por exemplo, o Sr. Joaquim informou aqui que está afastado da empresa.

Mas o senhor recebe salário da empresa Vale, não recebe?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim, recebo meus direitos trabalhistas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Olhem aí, recebe o salário dele, mas está afastado.

O seu advogado a Vale é quem paga?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – É praxe da empresa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É praxe, não é?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... oferecer advogados quando o assunto for relacionado ao trabalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu fico muito feliz com as respostas. Tenho certeza de que o Relator também. Ele aproveitará bem essas respostas e saberá fazer um relatório cirúrgico.

Porque, senão, Presidente, a gente vai... Eu acho até que a gente pode ver uma forma, como a senhora tinha até conversado conosco, e o Senador Randolfe estava aqui, prometeu até voltar, talvez vá chegar aqui daqui a pouco, a gente pode até ter uma estratégia, daqui para a frente, diferente daquelas que já pensamos aqui: a acareação, a nossa presença lá. Mas ouvi-los desta forma, como eu disse aqui, cínica, calopsitas amestradas, não é?, para mim faz bem. Eu me sinto bem demais. O Relator está tranquilo. Se eu fosse o Relator, eu indiciaria aqui 99,9%. Aliás, eu só não indiciaria o Sr. Felipe, para ser mais claro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para que eu possa completar aqui uma informação, Sr. Joaquim, antes que a Presidente tome a decisão de liberá-lo: foi dito aqui nesta CPI pelos vários representantes, inclusive pelo Presidente, Sr. Poppinga, que todos os relatórios referentes ao sistema operacional eram validados pelo corpo técnico local e enviados para a diretoria. O senhor, como um dos cargos mais altos ali em Brumadinho, participou da validação dos documentos dos relatórios?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, quais relatórios?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sobre as condições da barragem, as questões de segurança, para serem levadas, para serem tomadas as decisões. O senhor validou os dados que a sua equipe produziu e que foram entregues à auditoria?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – A empresa auditora tinha a total independência de fazer o relatório...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não. Eu perguntei se o senhor validou os dados que a sua equipe produziu e que foram entregues para a auditoria?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Inclusive, a Sra. Cristina Malheiros disse que mandava em campo dez fiscais permanentemente para auditar as barragens e oferecer subsídios.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Pode responder, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, os dados relativos à inspeção e monitoramento da estrutura foram, sim, validados pela Sra. Cristina Malheiros, que era a RT da Barragem B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor participou dessa validação dos dados?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não participei da validação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas como? – se ela era subordinada ao senhor.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Ela tinha essa função de produzir essa informação e verificar, porque ela é responsável técnica por esses dados.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é, mas ela... E aqui já fazendo... Ela tinha o Sr. Renzo, que era o superior dela, e o senhor, que era o superior do Sr. Renzo...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Renzo e os demais...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... O senhor não participava dessas decisões?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – A auditoria era uma das formas que a gestão tinha...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... de verificar que os dados registrados eram verdadeiros e corretos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim, por favor. O senhor almoçava no refeitório da Vale? O senhor almoçava lá em Brumadinho?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu já almocei no...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, quando almoçava lá, não olhava para a barragem quando estava entrando e falava assim: "Olha, minha equipe está monitorando aqui desde junho; essa barragem tem um problema grave; essa barragem é mais terrível do que eu imagino"? Os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados que sua equipe colocou indisponíveis fizeram com que uma empresa de auditoria fosse substituída por outra. O senhor em momento algum teve medo de acontecer alguma coisa ali em Brumadinho, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Pelo monitoramento, Excelência, do que estava a estrutura, ela se encontrava sem nenhuma intercorrência e sem mudança de estado de conservação desde o evento do dia... Do evento DHP 15.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor gostaria realmente que nós acreditássemos em tudo isso? Que, de repente, quem deveria assinar os laudos que a Sra. Cristina assinava, esses relatórios ficavam aqui, não passavam para lugar nenhum, o Renzo não tomava conhecimento, o senhor não sabia, e a só a Sra. Cristina auditava? Ela negou aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E os únicos responsáveis morreram...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela negou aqui. Lembra que ela negou?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Lembro e tenho a cópia do que ela falou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela disse que não houve tempo nem de produzir o relatório porque...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E os únicos responsáveis até agora foram os que morreram.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só. Por isso é que eu falei aquele dia: os culpados, então, são os mortos; vamos fazer uma CPI em sessão espírita.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria até de fazer uma pergunta interessante aqui: a seu ver, Sr. Joaquim, quais os indicadores de monitoramento deveriam estar disponíveis em tempo real para a sociedade? Uma empresa moderna, uma empresa que se preocupa com a população, inserida no contexto econômico do País e fora dele também: quais são esses indicadores que o senhor acha, de monitoramento, que deveriam estar à disposição da sociedade?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, para as barragens de dano potencial alto e construídas pelo método de montante, serão feitas até o período de junho... Até maio, são dois anos após a publicação da portaria, todo o trabalho de monitoramento piezométrico será disponibilizado diariamente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor fala daqui para frente, o senhor não está falando lá trás. O que deveria estar à disposição da sociedade permanentemente?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Estavam em implantação os dados de monitoramento automáticos dessas estruturas, e eles têm o prazo de execução e instalação até maio de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes, não havia a preocupação, a empresa não tinha a preocupação se havia indicadores que poderiam servir para a sociedade de instrumento de formação para que pudesse prevenir. O senhor achava que, tendo isso, a população poderia entrar em pânico pelos dados que os senhores tinham e que não eram fornecidos a ninguém, não eram repassados a ninguém ou eram repassados entre os senhores e não eram colocados publicamente para ninguém?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Sra. Presidente, a gente cumpria o que era importante e responsável para a manutenção da segurança da estrutura, conforme os procedimentos vigentes de engenharia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No caso da falha desses instrumentos, qual era a atitude? Assim, qual que é a ação preventiva que tinha a Vale em relação à falha de quaisquer desses instrumentos de medição dos riscos dessa barragem? O que tinha de instrumento?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Sra. Presidente, essa barragem era instrumentada com 90 piezômetros, indicadores de nível d'água, instrumentada com inclinômetros que são equipamentos que medem deslocamentos, marcos topográficos que também medem deslocamentos e deformações e com isso era feito o monitoramento conforme o manual operativo dessa estrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E não tinha nada de ação preventiva caso falhasse um desses piezômetros, tudo isso que o senhor citou que eram instrumentos extremamente importantes para a medição da barragem? Falhou. Não tinha nenhuma ação preventiva para nada?

Nós chegamos a essa fatalidade – fatalidade, ô palavra que não dá para falar nunca, não é? –, nós chegamos a essa drástica situação que aconteceu com essa barragem e não teve nada em determinado momento que alertasse com tudo que tinham: *e-mails* um para o outro, alguém dizendo que não podia, uma empresa multinacional que estava lá e que falou: "Olha, eu não vou investir nesse negócio, não, porque isso não tá bom" ou então: "Eu acho que os relatórios não estão chegando a contento, nós precisamos saber algo mais sobre essas barragens". Não tinha nada, nenhuma ação preventiva. Ninguém parou dentro de uma sala, tipo nós vamos fazer daqui a pouco, e falou: "Espera. Não está funcionando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito a nossa engrenagem para a proteção da empresa e do povo" porque só proteger a empresa não é possível.

Está demonstrado aí o que aconteceu com as vidas das pessoas na cidade. O que pode acontecer... Acabou de chegar uma manchete aqui que dizia que, no caso dessa Barragem Córrego, podem ser mais graves as consequências do que a Vale está estimando. Então, nesse momento, aconteceram várias coisas que nos levam a estar falando sobre esse assunto, mas, antes disso, ninguém falou nada, ninguém ouviu nada, ninguém sabe nada, ninguém tem responsabilidade.

Eu sei que o Kajuru, que está sentado ali, Senador, tem a responsabilidade de participar, produzir o seu relatório, testemunhar, caso necessário, do trabalho que o Carlos e eu estamos fazendo, mas na Vale, não, é tudo equidistante. Quem fez o relatório o outro não sabia, quem assinou os laudos... E o pessoal que ia campo, quando voltava, eu perguntei: "Dra. Cristina, essas pessoas que iam a campo produziam relatório?". "Não deu tempo de produzir", e houve tudo isso que aconteceu.

Agora, eu só queria saber: não existe nenhuma... Quer dizer, nós vamos ficar correndo todo dia atrás permanentemente de cuidar de salvar as pessoas da sua cidade. Pensa nisso, Sr. Joaquim. As pessoas construíram suas vidas ali, não em função do investimento da Vale, mas também em função disso. A cidade se ampliou, os investimentos foram para a cidade.

De repente, as pessoas são sobrestadas da sua realidade. Elas saem de lá e não têm casa. Conheço uma jovem que está lá em Belo Horizonte perdida. Perdeu o pai e a mãe, colocaram-na num hotel. Ela não sabe para aonde vai, não tem como voltar à escola porque a escola foi embora. A saúde dela... Psicologicamente está totalmente desnorteada, abalada. Vi o relatório, ouvi o depoimento, ouvi a gravação. É de comover.

Penso que, de repente, com todo mundo muito confortável em seus cargos, recebendo seus salários. "Veio o relatório? Não veio. Veio a auditoria? Não veio. Ou veio e alguém falou "deixe isso para depois". E as vidas das pessoas se acabaram, as vidas se acabaram. Não tem um momento sequer... Quem sou eu para clamar pela sua consciência, Sr. Joaquim! Não quero fazer. Tenho que dar conta da minha. Como sou uma representante pública tenho que dar conta dela publicamente. Não posso ser Rosilda de Freitas como em meu CPF. Sou Rosilda de Freitas, Senadora do Estado do Espírito Santo, com compromisso com o País. O senhor, em nenhum momento, fala assim: puxa vida, sou aquele... Está aqui: Sr. Joaquim Toledo, Gerente Executivo da Geotecnica Operacional. Em nenhum momento o senhor fala assim: eu podia ter feito isso, eu falhei.

Na verdade, o que o Senador Jaburu diz a todo o momento...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Kajuru.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não me mate por isso. Já falei que meu filho nasceu e eu o chamava de Rafael durante seis meses. Eu falei: minha mãe, ele não me responde. Ela me disse: "Claro, ele se chama Gabriel, não se chama Rafael". Então, eu troco os nomes, o senhor me perdoa, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O que me basta é que sua filha gosta de mim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E ela nunca fala Jaburu. Ela fala Kajuru.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor conseguiu deixar-me suando frio aqui. Viu!

Então, é isso. Em nenhum momento... Era isso o que o Senador Kajuru desejava ouvir, talvez muitos de nós, talvez quem esteja nos ouvindo: "Eu errei, eu falhei, eu contribuí sem querer."

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu fiz uma boa gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas "eu falhei." Não, uma boa gestão não levaria a isso. Não é possível.

Vou encerrar essa oitiva dizendo ao senhor que eu não durmo mais desde que assumi esta Presidência. Sou mineira, nasci em Caratinga e também sou Senadora pelo Espírito Santo. O senhor não imagina como é difícil quando chegam as manifestações das pessoas dizendo: "Senadora, não vai poder ser feito nada no final?" Sendo que o final ao que ela está se referindo é o desta CPI, mas o final aconteceu antes. O final, Sr. Joaquim, aconteceu quando aquela lama desceu levando todas aquelas vidas.

Até hoje uma coisa que me assusta, sobremaneira, Senador Kajuru, é a construção do refeitório. Como é que ninguém, ninguém, ninguém, Senador Relator, pensou, em determinado momento, que um acidente, que um equívoco, uma omissão, um desleixo, uma irresponsabilidade, poderia levar aquela lama a destruir tudo aquilo. Não falo das plantações, não vou falar dos animais, mas das vidas, das vidas. Não é possível que o senhor saia de tudo o que viu aqui e alguém diga lá na frente – e é possível que aconteça, não quero estabelecer: "Poxa, o senhor se saiu bem." Não podem fazer, a Presidente não pode dar-lhe ordem de prisão porque o senhor está resguardado pelo *habeas corpus*. "Eu me saí bem, eu coloquei tudo de uma maneira que não vão me pegar".

Eu não sei, eu não sei.

Nós vamos trabalhar muito para que a gente encontre...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas se estiver achando isso, está achando com "x".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... as pessoas responsáveis e que elas possam responder por isso, senão o meu mandato não terá valido a pena. Não terá!

Quero que o senhor saiba que eu não sou candidata à reeleição, estou no oitavo mandato, mas é difícil querer acabar um processo como esse deixando uma lacuna vazia nesse contexto que ceifou vidas, provocou uma indignação.

Eu não quero que a Vale acabe não, eu não quero que a Vale acabe não. Ela é importante para este País e para fora deste País, para os investimentos, mas eu quero que ela seja uma empresa decente, humana – humana! E que ela não lave as mãos e queira contratar por milhões e milhões de reais advogados competentes que possam livrá-los da culpa que os senhores realmente têm – que os senhores realmente têm!

É isso!

Vamos suspender a sessão por cinco minutos.

Está encerrada essa oitava.

(Suspensa às 15 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 37 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Declaro reabertos os trabalhos da CPI.

Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Luciano Siani Pires, informo ao depoente e ao Plenário que, mais uma vez, recebemos uma decisão proferida nos autos do HC 170414, em seu favor, que assegura o direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido a compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desses direitos.

Kajuru, outra vez. (Pausa.)

Após a reunião realizada com o Senador Kajuru – nunca mais vou errar o seu nome – e o Senador Carlos Viana, Relator da CPI, eu gostaria que fosse convidado também a vir a este Plenário o Sr. Lúcio Cavalli, ex-Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão da Vale.

Por favor, vocês poderiam trazer os dois aqui à CPI? (Pausa.)

Vou consultar os nobres Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria... Nós tivemos aqui conhecimento, Sr. Luciano Siani, tomamos ciência aqui da decisão proferida nos autos do HC 170414, em seu favor, que assegura o direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido a compromisso de falar a verdade ou subscrever termos, não sofrer qualquer constrangimento nem qualquer coisa que tenha conteúdo decorrente do exercício desses direitos.

O Sr. Luciano Pires também acaba de comunicar que está amparado pelo habeas corpus. E, após me reunir com meus companheiros e consultá-los, eu queria dizer que, em absoluto protesto, nós tomamos a decisão de não colher os depoimentos dos senhores, porque, ainda que investido do *habeas corpus*, que lhe assegura chegar e, instado pelas perguntas ou por livre arbítrio, prestar os depoimentos, nós fomos cerceados durante todo esse tempo – todo esse tempo – e ficamos à mercê de todas as declarações que aqui houve, e a última, o último depoimento realizado aqui, senhores e senhoras, foi um depoimento, ainda que nós não queiramos assumir, não somos donos da verdade, absolutamente mentiroso. Absolutamente mentiroso, absurdamente mentiroso.

Nós tivemos aqui declarações...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas foi muito útil para as nossas conclusões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Principalmente para o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E para não termos aqui mais uma vez uma cena... Nós entendemos... Eu não sou advogada, estudei até o quinto período de Direito, mas há aqui pessoas da área do Direito e várias que nós consultamos. O expediente usado pelos senhores e pelas senhoras que aqui compareceram, inclusive a Sra. Cristina Malheiros, se não estou enganada, e ela tinha constatações tão óbvias... Acabamos de ouvir a pessoa que aqui esteve falando que todos os laudos foram assinados pela Sra. Cristina, e ele, que estava acima do Sr. Renzo, que era o diretor imediato de todos eles, não sabia, não viu, nem ouviu falar.

Então, eu queria dispensá-los. Acho que os senhores não vão ter o trabalho de ficar exercitando a memória ao lado dos seus advogados, profissionais com certeza gabaritados e caros, para que possam aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pagos pela Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Para nós tentarmos de todas as maneiras extraímos um fato contundente, a favor dessa CPI, da apuração





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos fatos... Eu tenho certeza, os senhores têm consciência da gravidade por que passou o País e que passará nas próximas horas. Os senhores tenham certeza de que nós ficaríamos aqui sentados mais quatro, cinco horas, para extrair, tentar extrair qualquer depoimento que pudesse se somar a todos os relatórios que estão sendo efetivamente construídos pelo nosso Relator.

Nós trabalharemos, na fase final desta CPI, com a Polícia Federal e o Ministério Público, e teremos condições inclusive de checar informação por informação, embora todos estejam escudados aqui pelo *habeas corpus* que foi deferido pelo STF.

Portanto, quero dispensá-los, não sem agradecer por estarem aqui, por terem vindo aqui. O Sr. Lucio Cavalli é Diretor, foi Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão da Vale, e o Sr. Luciano Siani Pires, Diretor-Executivo de Finanças e Relação com Investidores da Vale S.A.

Eu passo a palavra para o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Presidente, nós temos, nesses últimos dias, debatido muito a questão inclusive da fase final para o relatório, temos conversado muito com relação a todos os detalhes, e ainda que os presentes, que aqueles que até o momento aceitaram colaborar, em termos, com esta CPI, tenham negado, as provas técnicas são muito diferentes daquilo que tem sido apresentado aqui nos depoimentos. A troca de *e-mails*, as confirmações periciais, os relatórios técnicos, todos apontam claramente para a responsabilidade comum e naturalmente uma responsabilidade que será dividida por cada um dentro daquilo que a Justiça brasileira entender e que essa CPI irá levar adiante.

Nós temos como prova principal 287 mortos, essa é a prova principal, uma prova que não deixa dúvida nenhuma de que nós temos a responsabilidade sobre a morte daquelas pessoas assumida por informações que não foram colocadas da maneira correta nem tratadas da maneira devida. Os senhores tenham certeza absoluta de que, apesar de tudo que foi feito – das limitações que nos impôs aqui o Supremo Tribunal Federal, das limitações que têm sido colocadas às CPIs, nós hoje temos uma série de instrumentos que não podemos mais utilizar –, isso tudo vem cerceando o nosso trabalho, mas há uma disposição muito grande da nossa equipe, dos Senadores, desta relatoria em dar uma resposta à sociedade.

Aqui nós temos o acompanhamento direto de um delegado da Polícia Federal, que nos tem sido extremamente útil; nós temos a colaboração da força-tarefa, em Minas Gerais, que nos tem mantido constantemente informados; nós temos a Procuradoria da República, que tem tratado conosco de uma maneira ímpar e com todas essas autoridades estamos de mãos dadas para que a CPI e a tragédia de Brumadinho não fiquem sem uma resposta. Os senhores tenham certeza de que, inclusive, há no Brasil hoje já instrumentos jurídicos suficientes para que a gente possa declarar perante juízo a responsabilidade de cada um por uma série de situações, inclusive, uma muito conhecida em nosso País, que é o chamado domínio do fato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas questões nós estamos analisando com muito cuidado e os senhores tenham certeza absoluta, nas próximas semanas, dia 2 de julho, nós entregaremos esse relatório embasado e principalmente com as respostas que nós queremos. Quanto à questão criminal, que é sempre muito cobrada pela sociedade, há um trabalho muito bem feito da Polícia Federal, do Ministério Público e da Polícia Civil de Minas Gerais – que preciso aqui destacar –, já muito claro sobre as questões. Porque nós não estamos tratando com uma empresa primária, nós estamos tratando com uma empresa que já tinha uma experiência anterior e que, diante dessa experiência anterior, com 20 mortos, não caminhou corretamente para evitar que outras quase 300 morressem. Isso, no meu entendimento, já é ponto muito importante, ponto fundamental na decisão da Justiça futuramente, em qualquer tipo de pronunciamento e decisão.

Então, agradeço à Presidente, reitero aqui o meu protesto. Nós vamos liberar esses dois, porque pouco vai adiantar, muito bem treinados pelos advogados – Senador Kajuru –, e nós vamos aqui apenas amassar o barro, como dizem em minha terra, nós vamos ficar amassando o barro aqui diante de pessoas que dizem que não sabem, que não participaram, mas com a confirmação – toda ela técnica – de que uma empresa distribuía os relatórios, as informações, e eles eram de conhecimento de todos, pelo menos por *e-mail*. Assinavam, inclusive, validavam esses relatórios, entregavam às autoridades brasileiras e agora vão assumir a sua responsabilidade, de acordo com o que a Justiça determinar.

Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Queremos reafirmar que esse trabalho será concluído. Não tenha ninguém a dúvida de que isso acontecerá. Nós vamos ter reuniões em conjunto com outras instituições que podem nos ajudar até para confrontarmos os depoimentos numa CPI de que "não vi, não ouvi e não falei". Ainda assim, desse comportamento, ainda que com todos os *habeas corpus* do mundo, não vai ser evitada a conclusão dos trabalhos que aqui foram e continuarão sendo realizados.

O senhor gostaria de falar alguma coisa, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Rapidamente, Sra. Presidente Rose, registrar aqui um momento único em que meu afilhado de 8 anos de idade, Gabriel, neste final de semana, chegou a mim e disse: "Padrinho, *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal também se compra?" Eu falei: "Meu filho, eu não tenho prova, não posso falar ainda." Aí, ele falou assim: "Padrinho, existe almoço de graça?" E eu comecei a rir do meu afilhado.

Então, é lamentável. Sua postura está correta. O Relator Carlos Viana concordou e eu também. Eu só não concordo com aquele momento seu de pessoa mais sensata, talvez, mais ser humano do que eu. Eu sou muito frio, sou meio Raul Seixas: não acredito em quase nada, em quase ninguém. Então, a cada reunião desta CPI, a minha conclusão é de que... V. Exa. colocou que a empresa Vale, para a senhora, não deve acabar. Para mim, ela não deve acabar, deve morrer! Eu quero vê-la morta, falida! Acabada,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não! Morta, falida! Porque ela não cometeu assassinato, ela é uma empresa genocida. A cada reunião que nós temos aqui, essa é a conclusão nua e crua não só nossa, mas da sociedade brasileira. Pode sair às ruas, fazer pesquisas e ouvir. Uma empresa genocida, essa é a realidade fria!

O Relator disse: não é uma empresa primária. Realmente, não é. É uma empresa primata.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Brasil contribuiu muito com essa empresa, Senador Kajuru. Eu estou aqui há 32 anos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas ela não contribuiu em nada com o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela vai ter que mudar a postura dela, e o Brasil tem que aprender a cobrar. Os secretários de meio ambiente, os diretores, as agências têm que assumir as suas responsabilidades, o que não fizeram durante esse processo.

Mas aqui nós queremos que a Vale mude, porque o que ela fez, realmente, é criminoso. Não há nada que justifique.

Eu gostaria de dizer, Senador Kajuru, que há aqui um requerimento de acareação entre o ex-Presidente da Vale Fábio Schvartsman; o ex-Diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale Silmar Magalhães Silva; o ex-Diretor Executivo de Ferrosos e Carvão da Vale Gerd Poppinga; o Gerente Executivo de Geotecnica Operacional da Vale Joaquim Pedro de Tolêdo, que acabou de prestar – eu não vou chamar de depoimento – esclarecimentos que considerava irrefutáveis; o Gerente Executivo Operacional da Vale no Complexo Minerário de Paraopeba Rodrigo Artur Gomes de Melo; e o funcionário do Setor de Gestão de Risco Geotécnico da Vale Felipe Figueiredo Rocha.

Eu vou colocar em votação porque o quórum permite que isso se faça para que nós possamos construir esse cenário de acareação e concluirmos, junto com o nosso ilustre Relator, os trabalhos desta CPI.

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e coloco em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor, como advogado, não tem direito de falar.

Estou num processo de votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Antes de encerrarmos, coloco em votação as Atas da 8^a e da 9^a Reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Quero explicar, antes de mais nada, concluindo a reunião, que nós entendemos tudo o que se passou aqui. Nós conversamos várias vezes sobre isso com vários membros desta CPI – com os que estiveram e com os que não estiveram aqui. Nós entendemos o que significou o *habeas corpus*, entendemos o que significou, apesar do *habeas corpus*, a garantia do direito ao silêncio. Nós entendemos por que falaram, com que objetivo falaram, e, por isso mesmo é que nós estamos dispensando os dois depoimentos deste dia.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 13 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Dário Berger, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcelo Castro. Deixam de comparecer os Senadores Juíza Selma, Mecias de Jesus e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do Victor Hugo Froner Bicca, em atendimento ao requerimento 33/2019; do Germano Luis Gomes Vieira, em atendimento ao requerimento 34/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/23>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Empresa de Mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à oitiva dos seguintes convidados... E, nessa condição, não são testemunhas, são depoentes. Consulto o Senador Kajuru e o Senador Relator se é possível ouvi-los juntos. Trata-se do Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração, que eu peço que seja introduzido à mesa. E o Sr. Germano Luis Gomes Vieira, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, que também peço seja conduzido à mesa. (Pausa.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Rose de Freitas, Relator Carlos Viana, senhoras e senhores, e brasileiros, estou diante de um texto, após decisão tomada ontem, às 9h10 da noite, pelo inimigo nº 1 da Pátria amada e unanimidade nacional, Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Pasmem com a decisão dele.

O que vem acontecendo aqui em nossa CPI, constantemente, é a vinda de convocados com *habeas corpus*, porém nos oferecendo, como colaboradores, o direito de pelo menos falar, mas não falar o que a Nação gostaria de ouvir – sempre não culpam ninguém, especialmente a Vale e seus colegas diretores. Agora, o Ministro Gilmar Mendes decidiu, em relação à Câmara, Relator Carlos Viana, que convocados por nós, obtendo o *habeas corpus*, também não deverão comparecer aqui.

Então, nós estamos na reta final do nosso trabalho. Aqui é apenas uma sugestão para que optimizemos os nossos trabalhos, tomemos uma decisão, porque, se ele fez isso com um convocado que iria para a Câmara, ele fará também conosco, a partir de agora. Palavras dele: "Ministro Gilmar Mendes afirma que fazer investigado ir, mesmo ele podendo ficar em silêncio, serve como abuso de investigação".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Pode repetir, por favor?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ministro Gilmar Mendes, ontem, às 9h10 da noite, afirma que fazer investigado ir à CPI de Brumadinho, mesmo ele podendo ficar em silêncio, serve como abuso de investigação.

Então, ele determinou que o funcionário da Empresa Tüd Süd Vinícius da Mota Wedekin não comparecesse à CPI de Brumadinho, lá na Câmara Federal. Ou seja, é o que nos espera daqui para frente, nos últimos convocados que nós temos, inclusive aqueles que aprovamos na reunião de anteontem para acareação. É o que vem por aí. Esse é o Ministro Gilmar Mendes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria registrar...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... a presença dos Senadores Dário Berger e Wellington Fagundes, a quem agradecemos.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só um esclarecimento para eu entender a rotina da nossa Comissão: eu queria saber se os nossos convidados são considerados investigados, nesse momento, ou não? Esses não?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eles são depoentes.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – São depoentes. Para esclarecer...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas as dúvidas...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... as dúvidas que porventura pairem ainda...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... e os procedimentos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... a respeito dos procedimentos.

Está o.k. Obrigado, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Pois não.

Sobre as palavras do Senador Kajuru, vale salientar que nós vamos fazer uma consulta... Há controvérsias. Antes da acareação, que era um ponto importante, essa decisão nos coloca numa situação bastante limitada. Mas não foi diferente durante todo o processo. Estabeleceram uma estratégia, Senador Wellington, de que os depoentes, depois transformados em testemunhas, não poderiam, em nenhuma hipótese, mentir diante desta Comissão. No entanto, eles vinham amparados por *habeas corpus* que dizia que eles não seriam obrigados a dizer a verdade, mas, no entanto, eles manifestaram a intenção de falar porque eles tinham *habeas corpus*.

Nós todos entendemos. Aqui não há nenhuma pessoa com incapacidade mental para não entender a estratégia que foi montada, e dela buscamos extrair todos os depoimentos que seriam extremamente importantes para o relatório do Senador Carlos Viana.

No entanto, às vésperas da acareação, que aconteceria na terça-feira, essa decisão do Ministro do Supremo Gilmar Mendes coloca uma situação de absoluta restrição, porque nós não queremos fazer aqui um palco em que se colocam as pessoas umas com as outras, para obter uma acareação, e elas agora não são nem obrigadas a comparecer.

Vamos consultar o Jurídico da Casa, porque não sabemos se ele pode ultrapassar aquilo que é um direito da CPI. Mas vamos consultar e daremos a resposta até o final.

Eu gostaria de dizer que se encontram aqui – para os que chegaram agora – o Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração, e o Sr. Germano Luis Gomes Vieira, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Eles se encontram à disposição do Relator.

Vamos alternar as perguntas do Relator com as de cada um dos Senadores presentes, se estiverem de acordo.

Os esclarecimentos que ora ouviremos são extremamente importantes para a elaboração do relatório final pelo nosso Senador.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O meu bom-dia a todos os presentes e a todas as presentes também. Saúdo os Senadores. Muito obrigado pela presença, Senador Wellington; Senador Berger, é um prazer. O Kajuru está sempre conosco também. Saúdo as nossas testemunhas, que, na verdade, são convidados e se dispuseram a vir. São muito bem recebidos, e as informações serão necessárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar também aqui as procuradoras do meu Estado de Minas Gerais, que estão presentes conosco acompanhando, e que têm, Senador Kajuru, Senador Wellington, acompanhado inclusive as nossas reuniões, têm feito as avaliações e podem ter certeza de que temos sido aprovados, não é, procuradoras? O trabalho desta CPI tem sido reconhecido pelo Ministério Público.

Eu quero fazer aqui, de pronto, mais uma vez um agradecimento a toda a força-tarefa de Minas Gerais, que tem colaborado, de uma maneira muito especial e profícua, com o Senado na questão da CPI. A Promotora Andressa Lanchotti tem feito um trabalho muito profissional. Agradeço ao nosso Procurador Dr. Sérgio Tonet, uma pessoa muito séria, um dos quadros mais representativos que temos no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, hoje como nosso comandante lá da Procuradoria. O nosso agradecimento a todos.

Há pouco, nós tivemos, Presidente Rose, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, uma reunião, uma convocação do Ministro Bento Albuquerque, o Almirante que veio de Minas e Energia nos falar sobre as medidas que o Governo Federal vem tomando em relação ao que aconteceu lá em Brumadinho e também ao que vem sendo colocado para a questão de Gongo Soco, que hoje é a nossa principal preocupação.

Ele produziu um documento – que vou pedir à minha equipe e inclusive à equipe da Secretaria que, por favor, disponibilize a todos os Srs. Senadores – com relação às competências, à segurança de barragens, às ações. Todos os dados que foram feitos na Resolução da ANM estão muito bem esclarecidos para os senhores terem uma ideia.

E, com muita satisfação, Senadora Rose, eu pude observar, Secretário Germano, Sr. Bicca, que o Ministério está *pari passu* com todas as nossas propostas que até o momento nós já elencamos como as principais, para que outras pessoas não morram mais dentro da mineração. O Ministério de Minas e Energia está atento. Inclusive, na resolução da ANM, estão várias propostas que nós pretendemos apresentar em conjunto, todos os Senadores da CPI, para a questão do vácuo legal que nós temos no Brasil.

Estávamos conversando há pouco com as procuradoras que o hábito de jogar para o Estado a responsabilidade tem uma base; é um limbo jurídico que nós temos no País, uma fragilidade do arcabouço legal brasileiro. Isso permite que pessoas que cometem crimes, que foram omissas, que deram declarações ideologicamente falsas possam, no âmbito da defesa, dizer que o Estado é o responsável. E, na verdade, o que nós temos em vários momentos é uma fragilidade da legislação, que permite esse tipo de argumentação.

Agora, diante de uma situação como essa em que o Ministro Gilmar Mendes nos brinda com essa decisão que eu considero uma intromissão nos trabalhos do Parlamento, porque, ao determinar que uma pessoa não seja obrigada a vir, ele nos tira inclusive a possibilidade de continuar com o devido processo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legal, que é a pessoa ser ouvida para que posteriormente ela possa ser, dentro da nossa proposta de relatório, indiciada ou não. Se ela não vem, se ela não participa, a possibilidade de indiciamento dessa pessoa se torna cada vez mais remota e vai diminuindo a possibilidade de se apontarem, por parte de uma CPI, as responsabilidades e aqueles que cometem os crimes.

Infelizmente... Eu caminho com o Senador Kajuru, lamento a decisão do Ministro Gilmar Mendes e digo que o Supremo Tribunal Federal tem todo o nosso respeito, tem toda a nossa consideração, mas as decisões que estão sendo tomadas, também dentro de um vácuo legal, estão invadindo a competência do Parlamento. E nós precisamos deixar um recado muito claro de que o Senado é a Casa onde nós colocaremos fim a esse tipo de atitude, se não houver por parte do Supremo uma própria consideração ou uma reflexão sobre onde está o limite do trabalho dos Ministros do Supremo, porque todos nós estamos debaixo de disciplina neste País; nós, da disciplina do povo; e eles, da disciplina da Constituição.

O Supremo hoje pode colaborar muito com o Brasil fazendo uma avaliação de qual é o limite na atuação dos Ministros. Essa visão de que a Justiça deve dar uma resposta em toda situação nós precisamos mudar! Até, se for preciso, Senadora, na lei. Nós podemos criar, aqui nesta Casa, uma proposta de emenda constitucional dizendo claramente que, em situações em que o Supremo não tenha uma legislação, ele se sinta impedido de julgar e devolva ao Parlamento com um prazo devido.

Fica aqui uma proposta, Senador Kajuru, de colocarmos um limite, dizendo que, onde houver dúvida sobre a questão legal, o Supremo não pode dar uma resposta, determinando-se o retorno ao Parlamento; e nós, com um determinado prazo, temos que dar resposta à sociedade sobre aquela questão. Assim, os Poderes começam a se equilibrar mais uma vez.

Diante disso, estão todos recebendo já o relatório do Ministério de Minas e Energia, que eu entendo muito interessante, para que os senhores possam acompanhar conosco.

Vamos começar pelo Sr. Bicca, que fez uma solicitação para que possa – como disse a Presidente – ser ouvido primeiramente.

Sr. Bicca, depois do desastre de Brumadinho, a Agência Nacional de Mineração publicou a Resolução 4, de 2019, que proíbe construções da mineradora que incluam a presença humana na Zona de Autossalvamento, o que era o caso do refeitório e da área administrativa da Mina do Córrego do Feijão. O prazo para remover tais construções vai até 15 de agosto de 2019. Neste ano, portanto, dentro de poucos dias, toda a questão da área de autossalvamento deverá estar preservada.

A mesma resolução também obriga as barragens de dano potencial alto a terem sistema de monitoramento em tempo integral e sirenes protegidas contra falhas em caso de rompimento da estrutura. São medidas que, se tivessem chegado antes, poderiam ter evitado ou minimizado a tragédia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que nós gostaríamos que o senhor nos esclarecesse, Sr. Bicca, é por que só depois da tragédia de Brumadinho essas questões da retirada da área de autossalvamento das construções da própria Vale em que os funcionários se alimentavam, havia um refeitório na área de salvamento... Por que essa decisão foi tomada somente depois da tragédia e não antes? Não foi percebido? Por que não se percebeu? E as mineradoras vão cumprir esse prazo determinado para a retirada da área de autossalvamento? O senhor pode responder, por favor?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas. Bom dia, Sr. Relator, Senador Carlos Viana. Cumprimento o Senador Dário Berger, conterrâneo de Santa Catarina. Cumprimento o Senador Kajuru. Senhores e senhoras, registro a presença do nosso Procurador-Chefe, Dr. Mauricio Correia; do nosso Chefe de Gabinete, Dr. Kiomar; do nosso Superintendente de Produção Mineral, Dr. José Antonio; e da Assessoria de Relações Institucionais, Dra. Haifa. Demais colegas da agência, senhoras e senhores, bom dia.

Senador Carlos Viana, a legislação que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens foi promulgada em setembro de 2010, a Lei 12.334. Ela estabeleceu como prazo para sua regulamentação dois anos. O DNPM, à época, regulamentou, em meados de setembro de 2012, a matéria conforme determinação da lei e continuou perseverando no aprimoramento da matéria supralegal no sentido de que fossem aperfeiçoadas as portarias em função da prática da nova cultura que começou a se estabelecer em decorrência da lei que foi promulgada, de tal sorte que, em meados de 2017, nós, depois de já havermos feito duas inovações na portaria a que fiz referência, editamos a Portaria 70.389, em 2017. Essa portaria foi formatada dentro de um ambiente pré-agência reguladora, de tal sorte que nós tivemos o cuidado – e isso foi muito importante – de colocar a minuta desta portaria em consulta pública durante cerca de mais de 70 dias.

Ela foi publicizada e houve mais de uma centena de contribuições para o aperfeiçoamento da portaria, inclusive, com participação efetiva da sociedade, dos órgãos organizados, dos órgãos de controle. E este avanço na regulamentação evidentemente experimentou uma série de aprimoramentos, como, por exemplo, a implantação de sistema integrado de gestão de barragens, a definição da frequência obrigatória com que esse sistema deveria ser alimentado, enfim, uma série de aperfeiçoamentos. Mas tivemos, lamentavelmente, sob todos os aspectos, essa tragédia agora do dia 25 de janeiro de 2019. Isso, lamentavelmente, como eu mencionei, nos trouxe uma reflexão profunda, porque, a despeito de todos os avanços significativos que houve nos últimos anos no aprimoramento da norma para fazê-la cumprida na plenitude, nós tivemos essa tragédia.

Então, isso nos levou a uma reflexão: "Olha, não foi suficiente o que foi feito até agora". Os avanços são significativos, mas nada justifica. Como aceitar como um processo evolutivo a morte de mais de 300 pessoas? Isso é inaceitável! Então, precisamos adotar outras providências porque, a despeito de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda essa participação da sociedade no aprimoramento da norma anterior, não foram suficientes para evitar essa tragédia.

Então, já agora, sob a égide da agência reguladora, nós baixamos a Resolução nº 4, que definitivamente proíbe o alteamento a montante, que é um método de construção de barragens, e que foi o método das duas barragens que suscitaram essas tragédias na cidade de Brumadinho e na cidade de Mariana.

Então, por isso, essa Resolução nº 4 saiu em caráter cautelatório, foi editada e imediatamente surtiu efeito, estabeleceram-se os prazos, conforme o Senador Relator destacou: 15 de agosto, as de DPA alto devem aprimorar seus mecanismos de controle com leituras em tempo integral, em tempo real; e isso está em curso, os prazos estão em vigência. Mas, como a Resolução nº 4 foi colocada em consulta pública – encerrou há poucos dias a consulta –, houve mais de 200 contribuições, para ser mais preciso, 272 contribuições no sentido de aperfeiçoar a norma.

Então, tal qual a Portaria 70.389, a Resolução nº 4 também está tendo a participação muito intensa da sociedade. Agora, é evidente que todos influenciados pela tragédia de 25 de janeiro. E muitas dessas contribuições, Senador Relator, vêm na linha relativa à questão de prazos. Há um entendimento de parte dos administrados de que os prazos seriam exígues para o processo de descaracterização e descomissionamento.

Então, nós constituímos um grupo de trabalho técnico com cerca de 11 profissionais da área, que está avaliando todas as contribuições. Estamos agora fechando, provavelmente na virada para o mês de junho, fazer uma audiência pública onde a gente pretende apresentar o resultado dessa consulta, justificando aquilo que nós vamos incorporar na norma e também explicando por que algumas das sugestões não serão acatadas pelo órgão regulador.

Então, os prazos eu diria que são relativamente exígues do ponto de vista da engenharia, porque é preciso conceber o projeto de engenharia e executá-lo num prazo até 2023, mas é o prazo que está definido na norma e, se houver argumentos muito contundentes que justifiquem, evidentemente que a agência vai avaliar essa questão.

Eu penso que com isso eu respondo, pelo menos no meu entendimento, Senador Carlos Viana, o seu questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Permita-me o Relator.

Dr. Bicca, há uma grande dificuldade de nós entendermos o processado em relação a tudo que aconteceu. Eu conheço o senhor antes de estar no cargo em que está, pelo trabalho técnico que fazia em defesa da regulamentação no meu Estado. O senhor acompanhou que não havia nem medidas necessárias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para atender à demanda para nós que somos um Estado importante na exportação de pedras e exploração de granito.

Eu queria fazer uma pergunta bem objetiva, porque eu sei que o senhor veio aqui com essa finalidade. Primeiro, se a agência está fazendo uma investigação técnica sobre as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Sim ou não?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Sim. Sim, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já se chegou a alguma conclusão?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Se a senhora me permite, eu gostaria só... Na verdade, dentro das condições que nós temos de trabalho – e elas estão muito longe ainda do ideal... Os personagens que têm esta responsabilidade... Por força de portaria, nós instituímos formalmente um grupo de trabalho para proceder, na forma da lei, à investigação das causas. É o mesmo grupo que está se debruçando também no acompanhamento do atendimento das mitigações decorrentes da ação da tragédia.

Então, esta portaria foi prorrogada poucos dias atrás, mas há a previsão de que, nos próximos dias, nós também tenhamos fechado este processo investigatório, que é um processo investigatório evidentemente muito mais de cunho técnico-científico do que de cunho policial e investigatório, nos moldes policiais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, o técnico-científico que o senhor aborda deveria ter sido uma permanente atitude em relação a todas as barragens construídas no Brasil.

Quantas barragens de rejeito da Vale e de outras empresas não têm laudo de estabilidade?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senadora Presidente, hoje nós temos aproximadamente 45 ou 46 barragens interditadas por decorrência de laudos que estão em processo ainda de declaração...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não têm laudos...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não têm laudos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se está processando, não tem. Tem ou não tem o laudo de estabilização?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Exatamente, não têm laudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quantas empresas não têm laudo de estabilidade?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Em torno de 46 estruturas estão interditadas em função da não declaração de estabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor, um homem público também, sabe o que significa para as populações que estão próximas dessas barragens viver essa agonia por que passou Brumadinho, passou Mariana, e por aí afora.

Quais as medidas que o senhor está tomando agora para resolver a falta dessas licenças, dessa estabilidade, do laudo específico? É uma licença para a estabilidade, declarando a estabilidade.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – A ausência do laudo de declaração de estabilidade, Senadora Presidente, enseja a interdição do empreendimento. Então, hoje nós temos vários complexos, especialmente no Estado de Minas Gerais, que estão interditados por falta do laudo de declaração de estabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas o que que está sendo feito para se ter esse laudo de estabilidade?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Esse laudo de declaração de estabilidade é uma obrigação do administrado nos apresentar. Então, ele deve estar concorrendo, junto às suas consultorias e às suas equipes técnicas, para aprimorar os seus mecanismos de manutenção do empreendimento. Por exemplo...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É uma coisa...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... a questão da drenagem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Bicca, só interromper: uma coisa é a manutenção; outra coisa é a construção. O senhor acha que quem constrói uma barragem também deve contratar a empresa para auditar a sua barragem? Para oferecer laudo de fiscalização?

Quantas barragens exatamente estão sendo fiscalizadas, neste momento, pela agência?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Nós temos, num universo de... A Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens estabeleceu quatro requisitos que é necessário serem atendidos para o barramento entrar na Política Nacional de Segurança de Barragens: a altura do barramento, o volume que está sendo armazenado, a natureza de o que está sendo armazenado, e se há risco ou não de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventual rompimento atingir pessoas. Esses quatro requisitos enquadram cerca de 750 barragens na Política Nacional de Segurança de Barragens.

No que diz respeito à mineração, cerca de 426 barragens estão dentro da Política Nacional de Segurança de Barragens. E, dentro dessas, nós temos aquelas que têm o DPA alto e alto nível de risco, que estão sendo priorizadas para serem vistoriadas agora em 2019.

Esse sistema a que eu fiz referência, o Sistema Integrado de Gestão de Barragem e Mineração, é um mecanismo inteligente, é baseado em Tecnologia da Informação, e processa todas as informações que dão entrada quinzenalmente no trabalho feito pelas empresas. Essas informações apresentadas pelas empresas geram um *ranking*, em função dos indicadores que nós usamos, que são 21 indicadores, e nos permitem ranquear as estruturas, de tal sorte que nós estamos atacando aquelas que esse *ranking*, em função dessas informações técnicas, nos aponta como as mais críticas ou as de Dano Potencial Associado mais elevado.

Então, nós já fiscalizamos agora, até o mês de maio de 2019, cerca de 140 estruturas. E, quando a gente diz "vistoriamos 140 estruturas", não significa necessariamente uma única vez. Nós temos estruturas em Minas Gerais nas quais devemos ter feito cerca de dez vistorias. Então, se fôssemos trabalhar em nível de vistorias, teríamos 250 vistorias.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... porque é da lavra do senhor, da sua agência, fazer esse trabalho.

Eu estou lendo aqui, nas ações desenvolvidas pela agência, a interdição de...

O senhor falou quantas barragens?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... 49 barragens que não obtiveram declaração da condição de estabilidade. Entre elas, está a barragem da Mina de Gongo Soco. Ela vai se romper a qualquer momento, a qualquer hora.

O que aconteceu antes, que não se pôde prever... Porque já houve declaração de estabilidade anterior ou já houve sinais de que poderiam ser mantidas sua construção, sua elevação e tudo o mais.

O que aconteceu... Porque agora nós estamos falando de um fato que não é o acontecido, pelo qual todo o Brasil diz que chora, mas nós vimos quem chora e quem não chora. Com certeza o povo chora mais.

O que aconteceu que essa barragem está para se romper? Em que momento a agência, quando não deu o laudo de estabilidade, constatou esse risco? E se constatou?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senadora Presidente, no caso da barragem de Gongo Soco, é a barragem Sul Superior. Essa barragem está interditada por falta de declaração de condição de estabilidade. Então, ela está num nível de alerta que ensejou as providências de remoção do pessoal a jusante da estrutura, e, a montante do barramento, nós temos a cava de mineração.

A cava da mina fica a aproximadamente 1,5km a montante do barramento. É uma das encostas dessa cava está em processo de ruptura, de tal sorte que parte do talude da cava de mineração, que fica para cima do barramento, está em colapso. Por falhamentos geológicos, por... Enfim... Chuvas... Causas até de natureza ou inclinação de talude, enfim... O fato é que parte do talude está escorregando, e a informação que nós temos hoje, dia 23 de maio de 2019, é que, nas últimas seis para oito horas, a velocidade de escorregamento aumentou para cerca de 10,4cm. Então, isso está sinalizando uma evolução bastante expressiva no processo de aceleração da descida do talude.

E qual a preocupação, Senadora Presidente, com essa descida do talude? É que esse movimento possa ensejar um abalo sísmico que possa suscitar um processo de liquefação na barragem, que fica a 1,5km a jusante da cava.

Então, esse abalo sísmico que pode ser provocado pelo talude, que está escorregando, pode ser o gatilho do processo de liquefação. E o que é o processo de liquefação? É quando o sólido que está contido na barragem deixa de se comportar como sólido e passa a se comportar como se fosse um líquido. Ou seja, a barragem tem muitos grãos de areia que estão justapostos uns com os outros. Esse fato de eles estarem fisicamente conectados é que dá a segurança do barramento. No momento em que o nível de água passa de um limite determinado, esses grãos deixam de estar justapostos uns com os outros e passam a se comportar como se fossem água. Isso redireciona as forças de pressão dentro do barramento, de tal sorte que aquilo que é gravidade, que estava apontando para baixo, passa a apontar no sentido do deslocamento da água.

Então, esse eventual abalo causado pela descida do talude – que é real, que está sendo medido – pode suscitar um gatilho que pode liquefazer a barragem. E aí, sim, poderá causar o seu rompimento.

Então, todas as medidas... Até conforme o Senador Relator, Carlos Viana, informou... E o Ministro Bento acabou de prestar esclarecimentos no sentido de que estão sendo monitorados, e isso está sendo monitorado em tempo real. É por isso essa precisão de afirmarmos que, nas últimas seis, oito horas, a velocidade passou de 10,4cm, e isso está sendo monitorado.

Duas hipóteses: ou o rompimento se acelera, de tal sorte que causa o sismo, ou então ele continua avançando, e é um processo quase que natural de acomodação do material no fundo da cava. Nessa segunda hipótese, que é o que nós desejamos, ela dificilmente suscitaria um abalo de uma magnitude que pudesse liquefazer a barragem que está a jusante da estrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou passar a palavra aos Senadores que aqui estão, não antes de registrar o encontro que me traz – eu não sou profissional da área...

Nós ouvimos inúmeros depoimentos – o senhor deve imaginar –, e todos eles têm evidências, possibilidades, "isso não estava visto", "isso não foi identificado", "isso não foi diagnosticado", "isso não foi auditado". Foi o que nós ouvimos.

A sensação que dá é de que pousou uma nave extraterrestre ali e falou: "Vou mexer nesta água que está acumulada aqui, vou romper este negócio, porque eu preciso pôr uma nave espacial aqui". Não há outra... Ninguém é responsável, Dr. Bicca? Ninguém é responsável. Ninguém é responsável.

Historicamente, isso causa um prejuízo enorme ao País, porque eu já disse aqui que eu não quero destruir a Vale nem tenho poder para isso. Eu quero a Vale em pé, com dignidade, cuidando dignamente da vida humana e do compromisso com o meio ambiente e com este País.

O que mais incomoda tremendamente é que, a cada depoimento – e, nesse caso, o senhor está aqui para colaborar –, a gente sente que nada foi possível fazer. Toda a explicação técnica nós vamos consumir, absorver, mas nós não vamos entender.

Sobre essa barragem, aqui... Eu estava lendo aqui que "o Ministro aborta um rompimento iminente da barragem de Minas". Aí fala da iminência das próximas horas, essa barragem... Aí, temos que contar com o fator de consolidação... Vou usar uma linguagem mais técnica, pelo que aprendi na vida: consolidação dos resíduos que ali estão com a água que está assentada naquela base, que ameaça, e que, com isso, possa – se Deus permitir... E acho que Ele poderia permitir mesmo – essa barragem não se romper.

Não... "Retiraram as pessoas". Olhe que maravilha: "Retiraram as pessoas. Mas a iminência de rompimento dessa barragem deflagra um processo de total irresponsabilidade da empresa, que não poderia auditar a si mesma, e da falta de fiscalização de órgãos que tinham essa finalidade".

Eu gostaria de passar a palavra para o Senador Kajuru, para proceder às suas perguntas, e perguntar aos dois Senadores presentes se querem... Em seguida o Senador Wellington e o Senador Dário Berger. Não sei se o contrário.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ser rápido, com apenas um questionamento, para que haja aqui, então, um rodízio, até porque o Relator, que tem direito a uma sequência de questionamentos, fez apenas uma pergunta até agora.

A Presidente tem toda a razão, quando observa que a gente, aqui nesta CPI, fica sem entender – ao mesmo tempo entende – quando funcionários da empresa Vale que aqui vieram, com seus advogados bem pagos pela empresa Vale... Só para que a população brasileira saiba, o escritório de advogados, em Belo Horizonte, que atende os depoentes funcionários da Vale – diretores que hoje estão afastados, porém recebem seus altos salários normalmente, mesmo afastados – cobra, de honorários, R\$5 milhões. Falo isso para que a sociedade entenda, até porque ela é sabedora do tamanho...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, R\$5 milhões por processo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por processo! Exatamente.

Então, vieram quantos aqui, Relator, até agora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Uns oito, mais ou menos. Não é?

Então, faça a conta: R\$40 milhões, só com advogados.

Então, o tamanho da empresa Vale é abismal. E, sendo abismal, Sra. Presidente, eu e o Carlos Viana, que somos, antes de Senadores, jornalistas, sabemos como é a maioria da imprensa. E o senhor também sabe, não é? Imprensa, neste Brasil, eu nunca generalizo, normalmente é como dizia Millôr: "O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo". Tanto que a gente vê uma minoria da mídia preocupada com esta CPI e dando espaço ao nosso trabalho, enquanto grandes veículos de comunicação ignoram completamente não a CPI... Se ignorar a CPI eu não estou nem aí, até porque, hoje, a força das redes sociais, para mim, é muito mais significativa do que qualquer veículo de comunicação. Mas ignoram o que aconteceu, porque não foi uma tragédia.

O senhor concorda comigo que o que aconteceu não foi uma tragédia, foi um crime ambiental, ou o senhor não concorda?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Eu concordo que foi uma tragédia...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não foi um crime?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... com um componente ambiental muito imenso. Realmente, o componente ambiental é assustador.

Eu estive lá em mais de uma ocasião, na área, vistoriando junto com os técnicos, e impressiona o estrago que foi feito. E sem falar nas vítimas, não é? Isso é um dado irreparável. Não temos como consertar. Lamentavelmente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não considera a empresa Vale, nesse caso – que eu repito: para mim, não foi tragédia; foi um crime ambiental –, uma empresa genocida?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Kajuru, no questionamento anterior, eu respondi ao Senador Relator que nós instituímos uma comissão que está investigando o processo do ponto de vista técnico-científico.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu sei, mas eu perguntei a opinião sua, como brasileiro, que acompanhou tudo isso e que sentiu, evidentemente.

Para o senhor, a empresa Vale não tem culpa de nada? Ela tem que ser inocentada?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Como brasileiro e como servidor público federal há 35 anos, geólogo de formação e muito honrado por estar na posição em que estou, eu lhe digo que nós vamos apurar criteriosamente tudo que aconteceu. E tenho a informar também...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E haverá culpado, na sua opinião?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – É provável que haja culpados. A mídia assim está apontando, em função do processo investigatório especializado, que é conduzido pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, por órgãos muito mais aparelhados para a natureza policial do processo.

Nós estamos avaliando do ponto de vista eminentemente técnico-científico. E, nesse aspecto, Senador Kajuru, eu gostaria de destacar: nós temos esse sistema integrado de gestão de barragens, e ele nos sinaliza fatos que mereçam a atenção especializada, um foco especializado.

Em fevereiro de 2018, nós tivemos nove anomalias. E por que eu falo de fevereiro? Porque fevereiro é o mês que antecede o prazo legal de apresentação da declaração de estabilidade, que é março. Em fevereiro de 2018, houve nove sinalizações. Acendeu nove vezes a luz.

Nós fizemos a intervenção, chamamos a empresa, fomos a campo, e as anomalias foram mitigadas. Então, o sistema, se bem alimentado, sinaliza. Na virada de 2018 para 2019, as luzes não acenderam, até porque a tragédia foi em 25 de janeiro, mas, toda vez que chega a informação no sistema, o sistema foi projetado para que o cruzamento das informações contidas nele sinalizem os órgãos de fiscalização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interna para que promovam ação em campo. Então, isso está concebido de uma forma bastante inteligente. É um sistema que tem uma característica até quase que de individualidade, porque, no mundo não tem quem faça desta forma. De tal sorte que o sistema sempre que é alimentado, com a seriedade que a boa técnica recomenda, tem surtido os efeitos.

Exemplo: agora recentemente, pós-tragédia, lamentavelmente, com as informações que chegaram ao sistema e que deram conta de que havia a possibilidade de laudos de declaração de estabilidade não serem emitidos, foi emitido o alerta e várias cidades tiveram que adotar providências, junto às suas defesas civis, para evacuar a população que estaria dentro da zona de autossalvamento. Quer dizer, então, é isso que a nossa comissão interna, que foi constituída para essa finalidade, vai, nos próximos dias... É evidente que são inúmeras informações que precisam ser trabalhadas, e eles também vão nos apontar, do ponto de vista técnico, efetivamente o que ocorreu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há uma dúvida... (*Fora do microfone.*)

Foram mitigadas pela empresa ou pela agência?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não, a mitigação envolve a defesa civil, e a defesa civil tem uma amplitude que é municipal, estadual e federal, mas as ações mitigatórias são, em primeiro lugar e especialmente, da empresa, que tem a responsabilidade, de acordo com a Lei 12.334, que é a da Política Nacional de Segurança de Barragens, de fazer a segurança do seu empreendimento. E aí as medidas do Estado são através das suas defesas civis, que mobilizam os órgãos, entre os quais, a própria Agência Nacional de Mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Toda vez em que eu me deparo com a ação da Vale, em relação a esses procedimentos cautelatórios ou não, me dá uma impressão de raposa tomando conta do galinheiro, porque não consigo entender, porque ela produz tudo, ela produz a fiscalização, a investigação, os relatórios com todos os interesses dentro do escopo desse procedimento.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez, eu quero aqui cumprimentar a nossa Presidente, Rose de Freitas; o Relator, Carlos Viana; e o Dr. Germano.

Dr. Bicca – o famoso Bicca, esse nome aqui é conhecido –, primeiramente eu quero aqui transmitir o respeito a V. Sa., por estar aqui conosco. Mas eu vejo que, com a sua afirmação, o senhor começou a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que tem trinta e poucos anos no DNPM e, portanto, o senhor, com trinta e poucos anos, tem extremo conhecimento de tudo o que aconteceu até hoje em termos de mineração no Brasil.

Então, eu começaria perguntando: em relação à situação de Mariana, o senhor viu o que deveria ter sido feito, e que não foi feito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, eu ainda vou continuar.

E ainda, no que não foi feito, onde entra a responsabilização de quem? É só da empresa? E também por parte do Governo? E aí nós não estamos falando do atual Governo; nós estamos falando do Estado, porque governos mudam e a vida continua. Mas é exatamente pela experiência e o tempo que V. Sa. tem de vida profissional, tanto é que está como indicado e nós o sabatinamos, e dentro de todos os membros da Diretoria atual da agência, porque foi um objetivo nosso de criá-la. Por quê? Porque o conceito aí na praça é de que o DNPM era algo que estava ultrapassado. V. Sa. concorda com isso, que o DNPM estava ultrapassado? O DNPM não cumpria o seu papel? Por quê? Porque o Estado brasileiro não dava condições para isso? Mas quem estava lá dentro se acomodou também?

Por exemplo, nós acabamos de ver o Ministro Bento ali. Ele disse, inclusive, que a palestra, a fala dele foi construída até 11h30 da noite, ontem, com o senhor. E ele disse o seguinte: criou-se a agência. E ele acha que, ao noticiar a possibilidade da criação da agência, houve um desestímulo, houve uma acomodação dos servidores do DNPM.

Eu também questionava o Ministro sobre a necessidade, porque já tive conversa aqui, em outros momentos, desde a criação, desde a sabatina com os outros diretores... E o que a gente vê? É uma agência em relação à qual houve dois vetos, me parece, do Presidente, na questão da equiparação salarial – já do atual Presidente –, e também da criação de 132, me parece, cargos. No depoimento do próprio Ministro do Meio Ambiente, quando aconteceu o acidente, ele foi lá e disse que não havia gente suficiente para fazer a fiscalização, enfim.

Então, essa área mineral – porque a gente percebe aí, já na área mineral como um todo – são grandes empresas que dominam grandes áreas no Brasil e algumas cooperativas também de mineradores. No meu caso, no nosso caso do Estado do Mato Grosso, nós temos Peixoto de Azevedo como uma das maiores cooperativas, segundo eles. E eu estive lá, organizada, mas eles alegam que as dificuldades, para fazer a mineração das cooperativas ou dos mineradores individuais, é muito grande, porque a perseguição em cima é muito maior do que às grandes empresas.

Então, eu acho que a análise seria muito importante aqui, porque nós estamos tratando de uma situação específica de Brumadinho, que é a nossa CPI, mas, se a gente não compreender a possibilidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de omissão no passado e a responsabilização dessa omissão no passado, daqui a pouco nós vamos resolver, concluir o nosso relatório de Brumadinho e virão outras.

Porque o grande problema também que eu vejo na mineração no Brasil é o rácio social das consequências sociais em qualquer lugar em que é feita a mineração. Porque vai lá, faz-se a mineração, e o compromisso social do início, durante a exploração e depois, é abandonado, tanto é que a gente vê muitas abandonadas, Brasil afora, não só quanto ao rejeito mineral, mas outras circunstâncias todas aí. Então, com a experiência que V. Sa. tem de vida e tudo mais, eu acho que seria importante o seu depoimento até em outro momento, se não for suficiente aqui hoje.

Mas eu quero fazer também aqui, deixar especificamente... Eu gostaria que a agência pudesse fazer uma fiscalização e também nos trazer as consequências de uma coisa pequena que é uma hidroelétrica do Município de Poxoréu, cidade tradicional do garimpo de diamante. Lá há um lago dessa hidroelétrica totalmente assoreado há muito tempo. E a forma com que eles resolvem, de vez em quando, diminuir a limpeza, exatamente diminuir o assoreamento na barragem é abrindo as comportas, e aí, rio abaixo, as consequências são inacreditáveis. E eu já tive a oportunidade de ir lá, de ver. Mas, para eles fazerem aquela liberação, houve fiscalização? Várias; durante 10 anos, 20 anos, isso é feito, e é à luz do dia; não é escondido, não.

Então, no caso específico, porque não é grande, não, é uma hidroelétrica pequena, o que o órgão deveria fazer para exigir que aquilo tivesse realmente uma compensação ambiental ou executar o serviço necessário para que os crimes ambientais não continuem? Porque lá é um afluente do Pantanal. Toda consequência, Senador Kajuru, vai para o Patrimônio da Humanidade que é o Pantanal. E o nosso Pantanal, que é dez vezes maior o Everglades lá na Flórida, é uma riqueza muito grande para o Brasil e está também sendo consumido por essas irresponsabilidades junto a sua cabeceira. Então, eu estou fazendo um pedido, uma denúncia especificamente sobre esse caso, que é pontual, mas o Relator, que está estudando muito, falou aqui do apoio que está tendo do Ministério Público.

E aí, Presidenta, eu vejo a angústia, Presidente Rose, eu vejo a angústia de V. Exa. por ver uma CPI que está sendo esvaziada. Ela foi esvaziada de propósito, há algumas influências aqui. Então, eu gostaria de que nós pudéssemos aqui, Senador Otto, V. Exa. foi um dos proponentes da criação desta CPI... Porque é ruim a gente não dar uma satisfação muito clara para a população, porque, afinal de contas, estamos gastando recurso público para tudo isso. Essa viagem que teremos lá amanhã é um esforço que a CPI está fazendo em busca de trazer exatamente o apoio para aquela população ali que vive as angústias todas.

Então, é essa a consideração e perguntas, Senadora Rose, que eu faço. Não sou de Minas Gerais, mas sou brasileiro. A gente sabe... Porque eu vejo muito essa questão: é crime ou não é crime? Essa pergunta foi feita para o Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Ministro falou: "Não, eu não vou dizer isso, porque eu não conheço todos os... Não vou pre julgar", enfim. Mas se sabe que, como foi a repetição praticamente de Mariana, não há dúvida aqui de que existe um crime forte. Quem são as pessoas responsáveis, é só a empresa como empresa ou não? Mas eu tenho certeza de que o Relator vai procurar definir isso no seu relatório.

Então, é isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei se gostariam de juntar as perguntas do Senador Dário e fazer uma resposta em blocos. Se o senhor gostaria de ser...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há uma convocação do Congresso em relação à medida de 170 e...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou ser bem rápido, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E, em função da minha amizade com o Senador Wellington Fagundes, acho que não vamos ter nenhum conflito de indagação aos nossos convidados.

Eu, preliminarmente, quero cumprimentar V. Exa. por mais essa missão que enfrenta, que não é pequena e que exige muita responsabilidade. Portanto, a minha opinião é de que está em boas mãos e certamente os resultados vão ser bastante profícuos e significativos para que episódios como esse não voltem a se repetir.

E percebo também a capacidade do Senador Carlos Viana na condução dessa relatoria, que demonstra equilíbrio, serenidade, porque é nesses momentos de crise que nós homens públicos somos chamados à responsabilidade não para ampliar o conflito, mas, sim, para encontrar soluções para esses graves problemas que o Brasil enfrenta.

E quero cumprimentar também o Dr. Germano, que é o Secretário de Estado de Minas Gerais, render minhas homenagens àquele povo trabalhador e destacado do cenário brasileiro.

E quero, sobretudo, também, fazer uma referência ao catarinense e homem público de trinta e tantos anos de serviço prestado à área da mineração, que todos nós aqui conhecemos e já o sabatinamos diversas vezes, e, durante todo esse período, não acumulou nenhuma mancha a que se pudesse fazer algum reparo, ao seu currículo e à sua atuação. Então, eu quero fazer esse registro preliminar também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dando continuidade e tentando ser objetivo, nós estamos diante aqui de um processo de causas, efeitos e consequências. Qual é a causa, me parece? A causa é a negligência e a irresponsabilidade daqueles que deveriam ter outro comportamento em relação a essas barragens, que, se percebe, têm um risco muito alto. E um risco muito alto precisa ter um controle muito alto.

E aí talvez também haja uma falha que eu queria que você pudesse, na medida do possível, colaborando com o que o Senador Wellington Fagundes já mencionou sobre o sucateamento do DNPM, agora, com a implantação da Agência Nacional de Mineração etc. e tal... Enfim, isso é coisa bem natural do Brasil, quer dizer, a coisa vai envelhecendo, nós vamos criando outro órgão, e aquele vai ficando.

E a burocracia vai aumentando, e a responsabilidade cresce, e nós não sabemos nem de quem efetivamente cobrar um resultado quando temos uma tragédia dessa. Tenho certeza de que o Senador Carlos Viana está encontrando dificuldade para tipificar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tipificar o crime.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Especificar e atribuir responsabilidades objetivas para que também não se cometa aqui outra injustiça, o que é pior ainda.

Bem, o sistema, é notório que colapsou. A tragédia de Brumadinho, realmente, com Mariana, manchou o nome do Brasil não só no Brasil mas também no mundo inteiro, e vitimou, lamentavelmente, centenas de pessoas, e isso é que é o mais importante.

Então há duas perguntas que eu quero fazer.

A primeira delas é a seguinte: o que fazer para que desastres como esses não voltem a acontecer? Mas de forma concreta, objetiva. Quer dizer, vamos fazer um algoritmo de cinco itens de responsabilidades que precisam ser constantemente avaliadas para que essa realidade possa ser alterada.

Em segundo lugar, preocupa-me... Eu não fui a Brumadinho, também não fui a Mariana, mas a gente acompanhou isso pela mídia, pela televisão, etc., etc. Eu percebo que quando se constrói uma barreira dessas, quando se exploram essas regiões, cria-se o entorno dela. E eu quero saber o seguinte: aquelas construções são construções regulares ou irregulares? Quem tem a capacidade também de fazer o controle disso? E se, evidentemente, quando o Governo autoriza a exploração de uma barragem, ele não verifica – certamente ele verifica – no seu entorno a capacidade de risco que aquilo vai oferecer? E aí vai dar a autorização ou não dar a autorização. Porque o que se percebe é o seguinte: dá-se a autorização de uma forma, o cenário se altera completamente, a irresponsabilidade dos órgãos impera, sejam estaduais, municipais ou federais, e a tragédia fica anunciada, como aconteceu com milhares ou centenas de vítimas.

Portanto, essa urbanização é própria. Se a gente observar os aeroportos há quarenta anos, a gente percebe que o aeroporto era bem distante da cidade. Hoje, faz parte da geografia urbana da cidade. Quer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, uma barragem de Brumadinho, trinta anos atrás, não sei quando ela foi autorizada, tinha uma geografia. Hoje ela tem outra geografia, que certamente tem ali a postura humana que relaxou, que não encontrou os mecanismos necessários para trazer essa segurança para a população que mora no seu entorno e de não autorizar então, essa urbanização próxima às barragens.

Sra. Presidente, ficam essas duas indagações, reiterando a minha admiração, o meu apreço pelo trabalho realizado pelo nosso Diretor-Geral da Agência de Mineração, que é notório e é reconhecido, certamente, por todos nós.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, permita-me aqui, antes da resposta, um aparte. Primeiro, Senador Berger e Senador Wellington, agradecer a presença mais uma vez, o apoio que vocês têm dado ao Senador Otto nessa questão da CPI. Nós estávamos até... Foi tema também da conversa com as procuradoras: o que se espera de uma CPI? Porque o que nós assistimos nos últimos anos no Congresso Nacional foram CPIs que optaram mais pelo espetáculo do que por respostas. Esta CPI, desde o primeiro momento em que o Senador Otto tomou a decisão e me convidou para trabalharmos juntos, que a Senadora Rose aceitou, esta é uma CPI que se propõe a responder à população dentro de um vácuo legal existente que está muito claro.

Essa investigação de Brumadinho, senhoras e senhores, não está concentrada nesta CPI. Nós temos, além dos nossos trabalhos, os trabalhos de uma força-tarefa do Ministério Público Estadual de Minas Gerais em conjunto com a Polícia Civil, temos uma força-tarefa da Procuradoria da República, no Ministério Público Federal, com a Polícia Federal. Então, nós temos três grandes vertentes, sem dizer aqui, claro, prestando solidariedade a uma CPI da Câmara dos Deputados, uma Comissão Externa de Brumadinho, que fez um excelente trabalho, e temos ainda, agora, uma CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que também tem trabalhado intensamente nisso. Então, as investigações estão em vários âmbitos e em várias vertentes, o que é muito bom, porque assim cada um poderá dar uma resposta específica ou um recorte específico para essas questões. Nós não temos aqui a responsabilidade de sermos os únicos, nem era a nossa pretensão.

E outra coisa: toda uma série de provas que nós temos, Senador Wellington e Senador Kajuru, que estão disponíveis, nós temos um termo de compromisso de sigilo para que nós as conseguíssemos. Nós temos uma série de *e-mails* que foram quebrados, de provas que não podem ser divulgadas, que só poderão ser divulgadas quando da finalização do inquérito da força-tarefa e, aí sim, será dada a publicidade devida. Mas hoje nós temos uma série deles aqui conosco, que estão disponíveis na investigação e que mostram claramente a responsabilidade de cada um daqueles que, inclusive, nós já convocamos.

A questão da tipificação do crime é verdade. Por quê? Porque nós queremos ter a responsabilidade de não cometer uma injustiça. Nós queremos ter aqui a tranquilidade de que nós vamos oferecer à Justiça,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a instância da condenação, bases e uma série de avaliações e de conclusões que sejam úteis para o trabalho do nosso Judiciário; é isso o nosso intento.

Então, o que choca muitas vezes é porque nós estamos muito acostumados com aquelas CPIs em que a pessoa chega e fala assim: "Está preso, daqui você vai sair para a cadeia.". Não, isso aqui não é uma delegacia de polícia. E eu espero que, com o trabalho que nós vamos oferecer à sociedade, com as mudanças na lei para as quais nós já estamos bem encaminhados, porque já estamos caminhando para o final... No nosso relatório, inclusive, Senador Wellington, nós traremos uma série de projetos de lei que serão assinados por todos nós; os senhores receberão antecipadamente, antes do dia 2 de julho, o relatório para avaliação de cada um dos 11, e lá ninguém aqui vai assinar nenhum projeto sozinho, será uma conclusão desta CPI para o bem do País.

E podem ter certeza, tanto o Secretário Germano, que falará daqui a pouco, quanto todos os envolvidos, o próprio Froner Bicca, todos aqueles que estão colaborando conosco, a Fundação Gorceix, que é ligada à Universidade Federal de Ouro Preto, o próprio setor da mineração, que já acordou que não tem mais jeito, que *lobby* não vai resolver o problema deles aqui, que aqui não vai funcionar, hoje nós daremos uma resposta clara; porque qual é o nosso objetivo? Não morrer mais ninguém. Se nós, num prazo de dez anos, conseguirmos acabar com todas as barragens de rejeito no Brasil – todas, de mineração e industriais –, mantivermos apenas as barragens de uso humano: irrigação... Se nós fizermos isso, nós já teremos dado uma colaboração para o futuro do País, inestimável. Então, não precisamos dos holofotes. Os holofotes foram dados no passado e, quando eles se apagaram, esqueceu-se tudo.

Nós aqui, não. Nós vamos trazer conclusões que vão mudar o futuro de um setor importantíssimo no Brasil. Se nós alcançarmos – e eu tenho fé que Deus vai nos dar sabedoria; eu falo pela minha fé, que exercito todos os dias, falo pela confiança que temos entre nós, pelas conversas que temos tido –, se nós conseguirmos mudar esse rumo e não morrer mais ninguém em mineração, senhores, já teremos cumprido o nosso dever de patriotas aqui, de uma forma muito firme, e é isso que nós queremos. Não queremos espetáculo aqui, não: nós queremos respostas; e as pessoas que estiveram aqui já nos ajudaram em relação a isso.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero ressaltar que há um projeto aprovado, V. Exa. foi o Relator, podia até acrescentar na sua fala o projeto.

Então, passo a palavra ao Sr. Bicca, para responder, e pergunto ao Senador Otto se ele quer...

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos ouvir primeiro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, eu só quero aqui colocar a minha preocupação, talvez a forma de falar: nós queremos fazer com que a agência seja fortalecida, porque, para o meu Estado, por exemplo, o Mato Grosso, nós temos menos de 1% do potencial mineral explorado. Então, nós queremos, e vamos fazer tudo, no sentido de apoiar o fortalecimento da agência.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente, só mais uma pergunta, bem rapidinho: não existe no mundo uma tecnologia mais avançada para resolver o problema desse rejeito, dessa massa? Não é possível que não tenha um aquecedor que possa... Não é possível que... Quando eu olho aquilo, como leigo, quando eu olho aquilo, Senador Otto Alencar... Mas não é possível que aquilo, com o tempo, não fique rígido. É um negócio assustador.

Então, eu queria saber da tecnologia: certamente outros países adotam outra tecnologia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Adotam, sim.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... talvez mais avançada, e que nós poderíamos exigir, principalmente de empresas como a Vale, que não pode visar ao lucro máximo, tem que visar ao lucro ótimo. Aliás, vamos em frente, vamos ouvir o...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Lembrando, Senador Dário, que foi aprovado um projeto de nossa autoria, da relatoria do Senador Carlos, que agora obriga ao aproveitamento dos resíduos e dos rejeitos das barragens. A técnica sobre isso vai ter que ser consolidada e construída; o que não se pode mais é usá-la da maneira que vinha sendo usada nessas barragens, que é rejeitada no mundo inteiro.

Com a palavra o Sr. Bicca.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Quisera eu ter a capacidade de responder aos questionamentos que foram feitos na plenitude, porque eles são extremamente fundamentais no processo. Eu acho que o Senador Wellington e o Senador Dário deram uma contribuição muito grande para a gente poder refletir sobre efetivamente o que está ocorrendo.

Quando a gente diz que o modelo do departamento exauriu, e isso foi diagnosticado dentro da própria casa, é porque efetivamente as entregas para a sociedade já não estavam atendendo aos anseios da sociedade, e isso se arrasta desde 1984, Senador o Wellington, quando nós autarquizamos o departamento aqui no Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, isso é um modelo de décadas que a gente viu: "Olha, o modelo exauriu, esse modelo departamental precisa ser repensado". E isso foi diagnosticado pelos servidores dentro da casa, e o modelo que se aventou lá em 1984 era um modelo de agência executiva na época. Isso foi em 1984, nós autarquizamos o departamento de 1984, tínhamos a expectativa de que rapidamente daríamos esse passo em direção a um novo modelo de gestão.

Lamentavelmente, estacionamos na autarquia, ficamos mais algumas décadas parados no modelo da autarquia, as demais áreas do Governo criaram as suas agências: a Aneel, a ANP, a Ancine e a Anvisa, e nós continuamos como departamento.

Agora, nos últimos anos, recentemente, isso voltou, no Governo do Presidente Temer, voltou à pauta. Em dois anos, autarquizamos o departamento sobre o modelo de agência, agência reguladora, para começar uma nova história. O departamento prestou durante 84 anos e 10 meses relevantes trabalhos à Nação, mas o modelo esgotou, precisávamos fazer mais. E por isso, então, que o Congresso Nacional criou a Agência Nacional de Mineração.

Agora, lamentavelmente, Senador Wellington, quis o destino que exatamente nos primeiros 30, 60 dias de implantação da agência, Senador Berger, nós tivéssemos a tragédia de Brumadinho, 25 de janeiro. Nós estávamos começando a discutir regimento interno, cargos, estruturas, quando nos deparamos com uma tragédia dessa dimensão. Fomos literalmente nocauteados e tivemos que buscar forças, sabe lá de onde, para poder fazer a retomada dessa necessidade que a sociedade tem de ter um órgão regulador da mineração forte, independente, com autonomia, com capacidade, com recurso orçamentário.

E aí, só para relatar na questão de recurso orçamentário, Senador Dário Berger e Senador Relator, Carlos Viana, o Tribunal de Contas da União, entra ano e sai ano, diagnostica nos seus acórdãos que o departamento – e, hoje, a agência – não recebe aquilo que a lei determina, no que diz respeito, por exemplo, à compensação financeira pela exploração de recursos minerais; está na lei, 7% deveria ser receita da Agência Nacional de Mineração.

O gráfico que consta neste relatório síntese do Tribunal de Contas dá conta de que o que é repassado para agência se confunde com a ordenada, tamanha a inexpressão que ele tem, menos de 1% desses 7% chega aos cofres...

(Interrupção do som.)

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... questão orçamentária se resolvem todos os problemas, mas tem que ter um começo, e o Ministro Bento, há poucos minutos, manifestou esse desejo de governo de fazer com que festivamente a agência seja estruturada.

E aí me permita, Senador Carlos Viana, talvez a história esteja nos colocando nas mãos essa oportunidade – lamentavelmente, com o custo de vidas, lamentavelmente, isso não tem preço que pague –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, mas é uma oportunidade efetivamente para a gente olhar para trás: onde é que erramos? Onde é que o órgão gestor da mineração no País errou? Não tem gente, não tem capacitação técnica, carece de orçamento.

Senador Wellington, até o final do mês de maio de 2019, nós teremos repassado para os Municípios mineradores e para os Estados mais de 1,5 bilhão, Senador Dário Berger. Nós estamos mensalmente repassando. Este mês de maio deve fechar em 500 milhões de arrecadação de compensação financeira. Nós estamos mudando tudo, com o veículo em movimento, e somos um órgão superavitário. No ano passado nós arrecadamos R\$3 bilhões, 7% deveriam estar nas receitas deste ano, por força da lei, R\$210 milhões. Para o nosso custeio este ano nós recebemos R\$62 milhões.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, me permite um aparte?

O senhor concluiu? Não, não é?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque eu acho que isso que o Dr. Bicca fala é muito importante, talvez até de ser observado aí depois no relatório, porque a gente está falando também de prevenção, não é? Esses recursos a que o Dr. Bicca se refere, eles estão sendo repassados aos Municípios, mas não têm os Municípios nenhuma obrigação de que esses recursos sejam também aplicados na compensação; ou seja, nós poderemos ter problemas nos Municípios com recurso na conta, porque esses recursos não têm critério, vão para o caixa único também do Município.

Então, se V. Sa. quiser fazer algum comentário, isso me deixou muito preocupado, porque repassam o recurso e esse recurso é usado para outras áreas sem nada a ver... Nós nunca vamos ter com isso então uma consequência de uma mineração, digamos, saudável, produtiva, uma mineração que a população... Por isso que eu falei do rastro social.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – O.k.

Eu queria, só para concluir, Senadora Presidente, a lei não vincula o recurso, esse é realmente um ponto...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sugiro a V. Exa., que é um Deputado brilhante, sabe que eu o elogio fora dos microfones, pela sua atuação permanente, que a gente possa em conjunto estudar leis específicas que possam alterar inclusive a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei orçamentária. Cabe a esta Casa. Muita vez nós não lamentamos que não exista essa iniciativa de lei, mas podemos fazê-lo.

Tanto que na questão dos resíduos foi o relatório do Senador. Então, quanto à destinação dos recursos, e eu gostaria de acrescentar, já que o senhor vai falar sobre esse assunto, se existem algumas... A contribuição que é feita das empresas, tem uma contribuição, uma taxa de contribuição obrigatória, ela é feita para utilização de estudos técnicos, para estruturar melhor a agência? E também aproveitando o mesmo assunto, quantas multas foram aplicadas à Vale e qual a destinação desses recursos?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Presidente, ele poderia também entrar, Sr. Bicca, porque uma preocupação é a questão do contingenciamento dos recursos, porque, Senador Wellington, a contribuição financeira à Cfem não é um imposto, mas ainda assim ela acaba não sendo repassada. Nós temos que trabalhar isso diretamente na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é lá que nós temos que trabalhar para que o recurso chegue de fato aonde é a destinação, onde é o caminho correto para ser colocado.

Então, Sr. Bicca, fale por favor sobre o contingenciamento. Nós estamos aí diante de uma série de cortes. A agência sofreu contingenciamento este ano? As questões dos recursos para o acompanhamento das barragens que não têm o laudo de estabilidade é suficientes até o momento ou pelo menos se mantiveram?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Carlos Viana, o senhor me permite? Eu acabei não concluindo a resposta da pergunta anterior. Só gostaria de mencionar, Senador Wellington, que a hidrelétrica de Poxoréu nós vamos encaminhar para a Aneel para fazer a vistoria, já que a hidrelétrica foge um pouco da nossa competência.

E eu queria registrar ao Senador Dário Berger que efetivamente existem tecnologias hoje disponíveis, e nós já temos algumas empresas que estão bastante avançadas no processo de migração do processo de beneficiamento úmido para beneficiamento a seco. Então, a tecnologia está disponível, e a própria Vale, que é objeto desse trabalho, já sinalizou publicamente que está prevendo investir nos próximos anos algo em torno de 11 bilhões para migrar o sistema de beneficiamento para beneficiamento a seco, que é por filtragem, prensa e deposita o material com baixa umidade. Então, há alternativa tecnológica.

No que diz respeito às construções, ela faz parte de um *player* de responsabilidade que envolve Município, o próprio Estado e a União. Nós, da agência, por força da resolução, determinamos a proibição de construção a jusante dos barramentos, lamentavelmente, após essa tragédia aí que todos nós vivemos.

Houve a espécie de uma... O pessoal acostumou com o risco e continuou lá durante décadas. A barragem é desde 76, era da Ferteco, adquirida pela Vale, a barragem estava lá e todo mundo assumiu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele risco como uma coisa natural. Lamentavelmente, isso acabou concorrendo. E, e quando digo isso, é todo mundo, são os órgãos de fiscalização do Município, do Estado, da própria União...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só fazer um aparte, sem atrapalhar, mas o senhor tocou num ponto interessante. Eles assumiram a barragem da Ferteco. Em momento algum o antigo DNPM cobrou, por exemplo, os projetos da antiga barragem? O conhecimento sobre ela? Quem construiu, como construiu, quais eram as exigências para que ela fosse drenada? Isso nunca foi pedido? Porque ela começou com 13 metros e foi terminar em 84.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – É interessante, Senador Carlos Viana, a sua abordagem revela um ponto fundamental no processo. Nós temos que ter clara a linha do tempo das coisas. Em 76, essa empresa foi adquirida por outra ou a barragem foi construída em oitenta alguma coisa, que ela foi comprada. Eu não sei exatamente o tempo. A lei da Política Nacional de Segurança é de 2010. E essa preocupação com os projetos de alteamento é extremamente importante, porque muitas das vezes o alteamento que é feito não é pelo mesmo mentor intelectual do projeto original do barramento. E, por isso, então, que a legislação foi aperfeiçoada, a resolução, para exigir "As Built" e "As Is", para poder ter a leitura do passado do barramento, porque isso não existia. E muitos tiveram dificuldade em encontrar a memória...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos deixar a parte técnica. Também cabe a parte técnica da fiscalização.

Então, dizer que hoje corrigiu-se esse erro de rumo, mais especificamente à fiscalização, quando havia esse aumento das barragens, o alteamento, não havia ninguém para dizer se era compatível aumentar mais dois, três, quatro. E começou com treze?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Treze.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Acabou em quanto?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Oitenta e quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Oitenta e quatro. Havia fiscalização durante esses procedimentos?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – A fiscalização é do órgão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. É ele que fiscaliza o exercício da profissão da engenharia. É ele que cobra anotação de responsabilidade técnica pelos projetos de engenharia. Então a finalização é do Conselho, não é? E é claro que com a competente licença ambiental do órgão do Estado ou do Município.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então talvez aí esteja um ponto que deva ser abordado, quer dizer, qual a vida útil de um barramento? Existe um sombreamento aí que... Até quando pode ser levantado? Esse conjunto de forças que estão contidas num barramento, esse jogo de pressões. Na medida em que se aumenta, a complexidade aumenta para se regerem esses esforços todos dentro do barramento.

E eu só queria, só para encaminhar, então há tecnologia mais avançada, muitas empresas já estão migrando para essa alternativa, um pouco na linha do que o Senador Relator acabou de ponderar. Então o cerne é fortalecer o órgão regulador. É um dos pilares que tem que ser atacado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, Sr. Bicca, começa-se agora uma possibilidade clara, colocada, de que vai modificar a técnica para depósito, sei lá qual o nome que vai ter isso, desses resíduos de barragem.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA (*Fora do microfone.*) – A seco. Depósito a seco.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A seco. Eu fico curiosa em saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não é isso. Sabe o que eu fico curiosa em saber? Vai começar um novo procedimento; quem vai acompanhar? Qual projeto vai ser apresentado? Vai haver fiscal? Quem vai autorizar? Porque daqui a pouco, vai haver um problema nessa nova modalidade técnica de se tratarem os resíduos. E daqui a pouco nós podemos ter, olha, deu um furacão naquela região, espalhou tudo, cobriu as cidades. "Ah, mas nós nos esquecemos de ver se era válido ou não era, se tecnicamente era perfeito." A questão ambiental e a questão humana.

Eu gostaria de saber, porque agora, de repente, instalou, está uma manchete no jornal, todo mundo fala sobre essa modalidade de tratamento a seco dos resíduos, mas ninguém diz como, onde, quem vai supervisionar, que projeto precisa ser apresentado. Estão dizendo isso como se descobrissem a lâmpada, não é? Acendeu, agora há uma ideia.

Não pode este Brasil improvisado, com falta de gestão apropriada. E aqui não vai a crítica ao senhor, porque eu tive, há muitos anos que eu não falo com o senhor pessoalmente, mas elenquei todas as discussões no meu Estado em volta da questão da exploração das jazidas lá do nosso Estado, levando, sugerindo, cobrando. É da minha natureza fazer um trabalho que chegue a algum lugar.

Eu ouço com reservas essa nova proposta da Vale, Senador Wellington. Eu vejo com reservas, porque eu quero saber: começa onde? Quem são os responsáveis? Como será feito? Ou nós vamos deparar – talvez eu não esteja viva mais – daqui a vinte, trinta anos, com problema outro, oriundo dessa nova inovação de prática, de tecnologia para tratar a questão dos resíduos. E eu gostaria...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não pode usar a palavra.

O SR. MAURO LOPES (Bloco/MDB - MG) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpa, Deputado, eu tenho o maior carinho, você é da minha terra, mas me permita, eu não posso transformar em Comissão mista. Me permita. O senhor pode escrever e me dar, porque não posso transformar a CPI numa CPI mista. É só do Senado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, eu vou transmitir aqui o que...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ainda vai falar isso para o meu conterrâneo, ele vai me excomungar, ele é de Caratinga também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o nosso grande e experiente companheiro Deputado Mauro Lopes gostaria de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, ilustre Deputado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na verdade, o que ele queria registrar é aquilo que eu acabei de falar há pouco, o fortalecimento da agência.

Nós criarmos aí, eu acho... Quando eu disse que talvez o Relator, que está debruçado nisso... Como ele disse que vai apresentar vários projetos para serem apresentados pela nossa CPI, por todos os membros, então, acho que é um aspecto que precisa deixar claro o fortalecimento da agência e os recursos arrecadados também, qual o mecanismo que a gente pode fazer, se vai ser na LDO, de que forma nós poderemos fazer para que a agência, porque ela é nova... E o pior, Presidente, é você herdar um passivo. Como disse o Ministro, o DNPM desestimulou e foi confirmado pelo Dr. Bicca.

Então, não há como separar o DNPM da agência, porque continua ali todo o patrimônio físico e também de trabalho humano, porque para, também, a agência sair catando nos Ministérios só para ter volume de pessoas sem serem especializadas, acredito que não será a solução.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Até tem que oferecer um organograma de quantas pessoas são necessárias, para que área são necessárias e qual a finalidade dessas pessoas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, o veto do Presidente, o que teve agora, para a contratação de gente especializada, neste momento de crise do setor da mineração é muito maléfico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Wellington, no grupo de trabalho com o Tribunal de Contas da União, nós colocamos como sugestão, como parte do relatório, a anexação à agência da CPRM, que é uma decisão do Executivo, não é uma decisão do Legislativo, mas o Tribunal de Contas da União pode sugerir ao Executivo.

Essa será uma das propostas, porque a CPRM presta um grande trabalho à sociedade, tem quadros técnicos, hoje, qualificados e juntando-se à ANM pode colaborar e muito nesse vácuo que nós temos aí de trabalho em relação a isso.

É uma das propostas em andamento, junto com o TCU.

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sobre a questão das multas da Vale, eu gostaria de saber.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senadora Presidente, só para concluir. A resposta é que, em função das vistorias, das ações em campo, dos autos de infrações que foram emitidos, das interdições, é evidente que nós também lavramos multas, mas a nossa multa é aquele valor previsto no Código de Mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não está na hora de alterar isso não?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Foi proposto pelo Executivo o aperfeiçoamento, a atualização dos valores das multas, mas Senador Dário Berger, a nossa multa, hoje, máxima é R\$3,5 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Senador Relator informa que há um projeto aprovado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Temos um projeto aprovado, agora, recentemente, da Senadora Leila e até do ex-Senador do Espírito Santo que não se reelegeu...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Magno...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ricardo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ricardo Ferraço, um excelente... Deixou um legado muito bom nesta área, a Senadora Leila encampou...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Anastasia também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Anastasia foi o Relator, está aprovado e foi à Câmara. As multas chegam até R\$10 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria que, de forma objetiva, o senhor respondesse as últimas perguntas, porque o Plenário abriu, mas ainda estão aguardando a votação da Câmara.

Primeiro, se o senhor pretende, a partir de agora, com a inovação de comportamento, estruturação e fortalecimento, divulgar indicadores de monitoramento de estabilidade das barragens de forma pública e em tempo real?

Mais uma pergunta. Vou fazer todas.

As empresas... A ANM tem simulações de impacto do rompimento das barragens?

E o senhor teve conhecimento das falhas dos equipamentos de monitoramento da Barragem de Brumadinho? Isso chegou ao conhecimento da ANM?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me complementar essa pergunta, excelência?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Bicca, uma resposta fundamental na questão do processo.

Nós tivemos em junho de 2017 um evento grave de fraturamento hidráulico na Barragem B1, que inicialmente foi dado como fator 3 e informado posteriormente à agência como fator 6. Os senhores tiveram conhecimento do que aconteceu lá? As autoridades da ANM tiveram fiscalização sobre isso? Ou, de fato, a informação de que o evento não era tão grave permaneceu posteriormente desconhecido da agência?

Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode responder, por favor.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Bom, Senadora Presidente, primeiro em relação à contingência, Senador Relator, o Ministro acabou de manifestar publicamente que efetivamente a Agência Nacional de Mineração não vai sofrer o contingenciamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu só queria fazer uma observação.

A informação que chegou até a agência é que esse contingenciamento não atingiria a área finalística. É evidente que, para a área finalística poder operar na sua plenitude, é indispensável que a área meio também opere.

Então, temos a informação do Ministro Bento de que não haverá contingências na agência. Ficamos muito felizes, porque até então estávamos entendendo que a área meio seria também contingenciada. E na fala do Ministro ele ressalvou que a agência não vai ser contingenciada. Então, isso nos dá efetivamente uma condição de trabalho bastante dentro das condições de que dispomos para o trabalho que precisa ser feito.

No que tange ao monitoramento público em tempo real, essa eu acho que pode ser uma meta a ser alcançada. Eu penso que se trata de matéria de natureza eminentemente técnico-científica e que nós precisamos achar um mecanismo, uma forma de como traduzir isso numa informação de consumo de toda a sociedade, sob pena de a gente correr risco de semear alguma preocupação, quando esta efetivamente não existe.

Mas eu acho que é possível e podemos perseguirmos essa meta de tornar um monitoramento em tempo real e público naquilo que couber.

Falha de equipamentos, nós não tivemos relatado no nosso Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração. Aí já faço um conexão, Senador Carlos Viana, com essa referência ao fato de junho de 2017. O que nós temos no sistema é a informação 3. O pessoal da área técnica me reportou agora que já está nos autos essa dúvida de que, na verdade, não seria 3, seria 6. Então, isso também está sendo matéria de análise, evidentemente, por esse comitê que foi criado internamente para apurar responsabilidades e certamente será considerado no processo de investigação.

São essas as observações que eu gostaria de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Essa agência faz uma análise de potencial de aproveitamento dos resíduos – já que nós falamos que é uma proposta de uma nova modalidade –, desses resíduos que já existem, antes de aprovar, sobretudo, Sr. Bicca, o novo empreendimento extrativista de um mesmo material já existente nesses resíduos.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Com a criação da agência, consta como uma das competências da agência desenvolver mecanismos para incentivar o aproveitamento de resíduos do material de mineração.

É evidente que essa é uma equação econômica, que faz parte de um plano de aproveitamento econômico e que precisa ser incorporada pelo administrado, então faremos um esforço. E temos até um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termo de execução descentralizada, que está sendo construído para a Universidade Federal de Minas Gerais, no sentido de buscar alternativas de uso desse material resíduo da mineração.

É claro que, com a mudança do beneficiamento de úmido para seco, esse volume de material seco vai ser muito grande, vai ser empilhado. As alternativas hoje disponíveis são interessantes, do ponto de vista da operação, mas às vezes não têm viabilidade. Por exemplo, fazer tijolos, fazer refratários porque aí há a questão do... Cimento, mercado. Há a questão da distância do transporte, que inviabiliza a equação econômico-financeira... Enfim...

Mas é um assunto que agora está tomando uma densidade muito grande, por força desse aperfeiçoamento da legislação, e certamente nós passaremos a exigir cada vez mais, nos requerimentos de lavra, a destinação dos rejeitos e, efetivamente, maximizar o aproveitamento daquilo que é gerado como rejeito. Evidentemente que todo esse esforço tem que andar *pari passu* com o órgão de licenciamento ambiental, que é também quem dá a palavra, do ponto de vista ambiental do empreendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero encerrar esta oitiva.

Eu queria oferecer ao Dr. Bicca um estudo que é feito na Universidade do Espírito Santo, que fala sobre o reaproveitamento dos resíduos e que, inclusive, coloca um pouquinho de alternativa para utilização. Inclusive, acho que não se deve rejeitar a utilização para tijolos de maneira nenhuma, porque há estudos muito mais consolidados, há um mercado para isso. É que, na verdade, nunca ninguém se atreve, porque a palavra final sempre foi da Vale do Rio Doce – a modalidade, o projeto técnico.

O que eu quero desejar ao senhor é o seguinte: está nas suas mãos. Evidentemente, se quiser colaboração, participação do Congresso, nós faremos aqui o que nos cabe dentro da legislação, como oferecer inclusive o apoio para reestruturar a agência, mas que ela nos ofereça também elementos para dizer qual a finalidade de todas as propostas de fortalecimento da agência, que serviço prestará a partir de agora a toda a população brasileira e aos interesses que envolvem essas empresas. E, também, que a gente possa colocar total transparência em toda a parte orçamentária, a dinâmica da técnica, para que a população se sinta pelo menos compensada de tanto sofrimento que teve até então.

Eu agradeço a sua presença nesta Comissão. O senhor está dispensado.

Passaremos agora para o Sr. Germano Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

Pois não.

Com a palavra o Relator, para se dirigir ao nosso depoente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, Sr. Germano, já nos cumprimentamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor usasse a CPI e nos dissesse aqui, neste momento, para esclarecer um assunto que foi muito divulgado pela imprensa, mas que não ficou muito claro, sobre a questão das licenças ambientais, que é a sua responsabilidade.

O senhor for nomeado Secretário de Meio Ambiente pelo Governador Fernando Pimentel em 27 de novembro de 2017. Duas semanas depois, como Presidente do Copam, o senhor assinou a Deliberação Normativa 217, que alterou as modalidades de licenciamento ambiental, permitindo que, em alguns casos, o licenciamento fosse feito de forma concomitante com a expedição simultânea de duas ou mais licenças. Posteriormente, essa modalidade foi utilizada para a concessão da licença de descomissionamento e reaproveitamento de rejeitos da Barragem B1, que foi aprovada em dezembro de 2018, em uma reunião tensa, lá, com o voto contrário da ambientalista Maria Teresa Corujo. Ela, inclusive, publicou uma série de artigos sobre essa questão.

A Vale afirma que não havia iniciado nenhuma obra ou ação na barragem por conta da licença concedida, mas, considerando que o reaproveitamento dos rejeitos implica em alterar significativamente o ambiente da barragem, o que poderia gerar gatilhos de liquefação, o senhor acha que a modalidade de licenciamento concorrente seria adequada para esse tipo de barragem?

Os senhores fizeram uma revisão? Ela se mantém?

Não seria o caso também de ouvir a ANM na tomada de decisão?

Se chegasse hoje ao Copam um pedido do mesmo tipo para outra barragem de rejeitos, o senhor seria favorável à aprovação da licença, como foi no passado para a B1, Sr. Germano?

O senhor pode responder, por gentileza.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Sra. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senadora Rose de Freitas; cumprimento a senhora, agradeço-lhe pelo convite, estou aqui à disposição integral da Comissão. Cumprimento também o Senador Carlos Viana, Senador Relator, dois mineiros, e o Senador Dário Berger. Muita satisfação em poder colaborar.

Eu queria aproveitar este início para cumprimentar os mais de 2 mil servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que devem estar nos assistindo, e também toda a equipe de segurança pública do Estado de Minas Gerais, sobretudo as ações heroicas do Corpo de Bombeiros Militar, da Defesa Civil e da Polícia Militar. Quero cumprimentar os integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal e Estadual, que tem muito contribuído.

E, para responder à pergunta de V. Exa., é interessante apenas uma abordagem inicial sobre o que é um licenciamento ambiental, porque, muitas vezes, o licenciamento ambiental é visto como o solucionador de questões ambientais ou de outras políticas que são muito mais extensas e muito mais vastas do que propriamente o que se analisa num licenciamento ambiental, no aspecto ambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Senador Wellington Fagundes falou sobre questões de compromissos sociais; questões, às vezes, ambientais já são tão mais vastas sobre o projeto em si que é apresentado e também são as questões de sustentabilidade, questões de outras políticas como essa aqui, que era uma política de segurança, que acaba por se integrar num procedimento de licenciamento ambiental.

A rigor, um licenciamento começa a requerimento de um interessado e segue uma etapa que pode ter solicitação de uma audiência pública; depois disso, há uma análise técnica, vistorias de campo, vistorias de compensação ambiental, vistorias de espeleologia – que é caverna, cavidades –, vistorias de fauna, enfim... Esse olhar ambiental é todo o procedimento dentro do licenciamento ambiental.

Depois das vistorias, segue-se uma etapa de manifestação dos órgãos intervenientes. Por exemplo, se houver um licenciamento que tenha impacto em terras indígenas, há manifestação da Funai; se houver patrimônio histórico, há manifestação do Iphan. E, no caso, como se tratava de uma barragem, há a declaração também de condição de estabilidade, que é levada à Agência Nacional de Mineração, à Fundação e ao próprio Ministério Público, no âmbito de um inquérito civil.

O licenciamento ambiental que estava em questão, que é o licenciamento do Complexo do Feijão... Eram dois: o Complexo de Jangada e o do Feijão. O do Feijão, para ficar mais fácil o entendimento, se iniciou em 2015. Havia já quase 4 anos. Dentre as atividades que são relacionadas para se licenciar, estava uma unidade de tratamento de minerais com o tratamento a seco; pilha de rejeito estéril de minério de ferro; disposição do estéril em cava; o reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem; e o mineroduto, que tecnicamente é melhor chamar de rejeitoduto, que levaria o rejeito do beneficiamento até a cava, para ser disposto.

O que é uma alternativa também tecnológica ao uso de barragens é o uso das cavas exauridas ou semiexauridas, sempre com autorização do órgão regulador, porque o minério é um bem da União, e você pode estar excluindo a utilização de um minério.

Então, eu fiz esse contexto para dizer que a questão de V. Exa. é sobre essa atividade de reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem.

Para a gente entrar no aspecto da outra premissa, fazendo uma análise de premissa maior ou menor para chegar à conclusão, a segunda premissa é sobre as alterações da Deliberação Normativa 217.

Por mais que ela tenha se concluído em 2017, foi um trabalho muito extenso de discussão ao longo dos últimos anos. Isso começou, Senador, no ano de 2009, quando o próprio Conselho Estadual de Política Ambiental aprovou a Diretiva Copam nº 2, na qual o próprio conselho que elabora a norma solicita que essa norma seja aprimorada, para que sejam integrados os chamados fatores locacionais. Isso densificaria muito a análise de um licenciamento, porque hoje ele apenas se classifica, na grande maioria dos Estados – e eu não sei se há outro com essa mesma especialidade de Minas –, apenas em relação a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porte – que é o tamanho do empreendimento: pequeno, médio ou grande – e ao potencial poluidor que ele causa em solo, água ou ar.

No cruzamento de porte e potencial, você tem uma classe. Qual que foi a inovação de Minas Gerais? Foi justamente trazer, como um terceiro parâmetro, o fator da localização dele, porque, em razão da localização desse empreendimento, muitos outros atributos ambientais podem ser analisados com mais determinação, com mais especificidades. Vamos dar um exemplo na questão de cavidades.

Um empreendimento, uma indústria, no norte de Minas, é diferente de uma indústria no Triângulo Mineiro, se ela estiver numa área de potencial insurgência de cavidades; se estiver na Mata Atlântica ou fora da Mata Atlântica, se estiver numa área de abastecimento de mananciais ou não, se estiver numa área que tem água ou não tem água...

Dessa forma, a nossa ideia é fazer com que – inclusive, o que vem se discutindo muito atualmente – as regras sejam racionais, relativas ao tipo de empreendimento que se está propondo. Obviamente, os empreendimentos com maiores atributos ambientais a serem utilizados têm um licenciamento mais rigoroso, ao passo que os licenciamentos com atributos ambientais não significativos têm um licenciamento não tão cauteloso, do ponto de vista das regras, complexidades e etapas decisórias.

No ano de 2012, houve um chamamento público lá na secretaria, que buscou trazer propostas para a elaboração de uma minuta que substituisse a minuta anterior, que era de 2004, a Deliberação Normativa 74. Esse chamamento público de 2012, porém, não considerou a diretiva de 2009 do Copam. O que que isso quer dizer? Houve o início de uma discussão, sem que esses fatores locacionais solicitados pelo conselho fossem inseridos.

Em 2013, a associação brasileira das entidades ambientais chamada Abema, da qual, inclusive, atualmente eu sou presidente, elaborou esse documento, Senadora, que se chama "Novas propostas para o licenciamento ambiental no Brasil", de 2013. Uma das diretrizes desse documento, com especialistas – e os 27 Estados participaram –, é justamente a questão da inserção desses fatores locacionais. Foi por essa razão que, em 2014, nós novamente nos debruçamos sobre a discussão de uma melhoria da legislação ambiental, para que tirássemos autorizações ambientais de funcionamento sem análise, para que tirássemos autorizações provisórias para operar sem análise, para que tirássemos do secretário a prerrogativa de dar licenças sem passar pelo conselho...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

Na sequência da sua resposta, era a próxima pergunta que eu iria lhe fazer.

Uma reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 22 de fevereiro, assinada por Maurício Angelo, diz o seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretores da Vale discutiram com servidores estaduais de Minas Gerais, em 2014, regras para acelerar o licenciamento ambiental no Estado, revelam áudios e documentos obtidos pela Repórter Brasil.

As sugestões feitas pelos funcionários da mineradora, no encontro de outubro de 2014, foram adotadas três anos depois, quando o Governo de Minas, sob Fernando Pimentel [...], simplificou o licenciamento ambiental no Estado.

A [...] norma enfraqueceu a fiscalização e acelerou o licenciamento da mina de Córrego do Feijão, que rompeu em 25 de janeiro e deixou pelo menos 176 mortos [está na matéria] e [...] 134 desaparecidos [...].

Diz a reportagem que o encontro:

aconteceu na [...] Secretaria de Meio Ambiente [...] em Belo Horizonte [...] [e que] contou com a [...] [presença] de quatro funcionários da [...] [Vale] e de pelo menos dois servidores da secretaria. A presença de funcionários da Vale neste grupo de trabalho viola [uma] norma interna da própria secretaria.

Uma das executivas da Vale presentes na reunião era Gleuza Jesué, Gerente Executiva de Meio Ambiente da empresa.

Ainda segundo a reportagem, o senhor estava na reunião como chefe de gabinete da Semad, coordenador do grupo de trabalho.

Aí nós perguntamos: o senhor confirma que esteve nessa reunião de 2014?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Confirmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor confirma que quatro executivos da Vale participaram da reunião do grupo de trabalho presidido pelo senhor, contrariando as normas da Semad?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Eu não conheço qual é a norma da Semad de que não poderia haver a participação externa, mas nós temos inclusive a lista de presença, em que a gente pode confirmar quais são – um, dois, três, quatro – os quatro integrantes da Vale.

Esse grupo de trabalho se iniciou em 4 de junho de 2014 e, de acordo com o art. 2º, o grupo de trabalho será composto por representantes, um titular e um suplente, dos seguintes órgãos e entidades...

Aí, "cabrá ao chefe de gabinete ou alguém por ele designado a coordenação-geral dos trabalhos (...) A critério do grupo de trabalho, poderão ser convocados a participar das reuniões outros representantes que possam colaborar...".

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, mas por que só da Vale, Sr. Germano? Por que não um grupo de trabalho da mineração?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – O senhor sabe que, quando a gente começa a resgatar essas temáticas, é que a gente vai, inclusive, revisitar todos os temas.

Em 2014, é importante lembrar que dois grupos de trabalho foram criados: um grupo de trabalho foi criado para informatização do sistema, porque tudo é uma construção, desde 2009. Então, se você tem a necessidade de inserir fatores de localização, você precisa colocá-los sob uma plataforma digital, para que todo empreendedor possa, dentro do seu cenário de investimento, consultar quais são os atributos ambientais antes sequer de ele começar um procedimento administrativo.

Muito bem.

Esse grupo de trabalho foi também criado pelo secretário à época, e foi criado um outro grupo de trabalho, que é esse que o senhor menciona, justamente para consolidar as propostas que, até então, vinham vagando desde 2009.

O grupo de trabalho não foi uma reunião secreta, porque foram gravadas todas as reuniões, e todas elas foram inclusive registradas em atas de reunião, sobretudo porque eu era chefe de gabinete. Todas as pessoas que participaram foram registradas em ata, então não tem nada de secreto. E, na ocasião, uma servidora nossa...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu estou confusa aqui..

Desculpe-me, Relator. O senhor pode falar. É porque eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, perfeitamente.

É porque nós estamos falando de uma reunião em 2014...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Que não é uma reunião secreta, mas não é uma reunião de uma simbiose tal que só possa ter Vale dentro...

Desculpem, desculpem. Eu estava...

Desculpe-me, Sr. Germano.

Sr. Germano, as pessoas todas que falaram e tiveram preocupações até quanto ao seu comparecimento aqui, que é extremamente importante, falaram do seu procedimento, do seu caráter, da sua competência... Assim, quando o Relator faz uma pergunta... Por que só a Vale estaria na reunião? Por que quatro representantes da Vale? Já que cabia ao chefe de gabinete – e o senhor era chefe de gabinete – convidar as pessoas, por que não outras pessoas, se tratava especificamente essa reunião de coisas que têm muita importância no contexto dessa comissão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui não há nada que conteste o seu procedimento profissional, apenas a condução do procedimento em relação a essas reuniões realizadas, que têm tanta importância para a apuração de fatos na CPI.

Eu gostaria até que o senhor continuasse o seu raciocínio, mas, assim, não se trata de defender um procedimento, mas o senhor está revisitando a sua expressão, revisitando procedimentos, reuniões... Dentro desses procedimentos e reuniões, não está excludente o procedimento da Vale dentro de uma reunião dessa?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – É porque, Senadora, nessas reuniões também participaram representantes da agricultura, não só da empresa Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agricultura genericamente e a Vale especificamente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ouvindo os áudios, você vê – e eu tive que realmente ouvir para relembrar – que uma das nossas... Inclusive, hoje, diretora do Igam. No início da própria reunião, ela registrou que, coincidentemente, representantes da Vale a haviam abordado, dizendo que eles tinham feito um estudo comparativo sobre o licenciamento ambiental no Brasil, na Austrália, no Canadá, e gostariam de fazer a apresentação. Então, em razão desse pedido, que foi deferido, fizeram a apresentação; mas o que consta na ata, os encaminhamento, nada é relativo a uma decisão, a essa apresentação que foi feita, apenas um estudo de Direito Internacional Comparado, que foi, então, proposto pela conselheira e foi, então, assim realizado.

Agora, todos esses trabalhos, Senadora, chegaram a um resultado final – nós fizemos um relatório executivo de todos os trabalhos que se fizeram, inclusive com a participação da própria ouvidoria ambiental em algumas dessas reuniões –, e nós o apresentamos no próprio Conselho Estadual de Meio Ambiente, no final de 2014, que é o nosso maior fórum de debate democrático que temos nos Estados, que são os conselhos estaduais. Então, todo o relatório foi apresentado também no Conselho do Meio Ambiente, porque naquela ocasião nós ainda estávamos num fim de Governo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor é secretário?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Atualmente sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não acha importante... Desculpe-me atalhar sua resposta.

Veja a linha do perigo e das consequências desse perigo todo, porque a Vale é um perigo. A Vale demonstrou-se perigosa. Ninguém... Eu apoiei a Vale a vida inteira, lutei pela Vale, presidi Comissões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde havia interesse do Brasil, a gente sempre procurou construir legislação específica para tratar dos interesses do Brasil.

Veja bem, o senhor me fala que na apresentação, que ela pediu licença para fazer uma apresentação de um trabalho realizado, e o senhor autorizou – o senhor e outras pessoas, acredito. E, quando autorizou, aí no relatório não faz menção sobre essa apresentação. Mas o senhor veja como o procedimento é importante: eu recebi... Eu tenho amigos na Vale. Ao longo de 32 anos, 35 na verdade, na atividade política, a Vale nos encontra dentre toda legislação dentro desta Casa. E fui de comissão em que várias vezes solicitamos a presença da Vale para esclarecer. E o nosso objetivo é apoiar tudo que significa investimento para o Brasil. Eu acho que há... Eu quero deixar esta minha impressão, porque ela não compromete, mas específica que outras atitudes possam ser tomadas diferenciadas no futuro ou a partir de agora. A Vale tem uma relação umbilical com os Governos. Umbilical. Imagine a situação: estou vendo aqui o parecer da licença relativa à mina do Córrego do Feijão. Eu imagino... O senhor pode ser meu filho. Imagine, internamente, como as pessoas de vários Governos se sentiram por não ter um certo olhar técnico, distanciado, ao mesmo tempo comprometido, para ressalvar tanto espaço que a Vale teve. Tanto espaço que a Vale teve.

A Vale construía, auditava o que construía, fiscalizava o que construía, fazia e, depois, legalizava. E tendo a compreensão de todos, porque eu também entendo, como municipalista que sou, o quanto importante é haver investimento nas regiões. Mas veja ao que tudo isso nos levou.

Quanto ao trabalho que o senhor executa, eu não tenho dúvida, até por pareceres de pessoas... O senhor está há três Governos?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – É, porque eu sou servidor de carreira. Como secretário, desde dezembro de 2017.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não foi secretário do Anastasia?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas todos falaram bem do senhor. Então me desculpe.

O meu papel aqui não é apreciar seu currículo – aguarde que eu conclua e o senhor fala –, mas nós temos que estabelecer diferenças de procedimentos, para que a gente, com um olhar muito cuidadoso, possa também barrar as infringentes indisciplinas, irresponsabilidade de empresas como essa, e o quanto importam para Minas e para o meu Estado do Espírito Santo. Nasci em Minas, sou Senadora pelo Espírito Santo, e estou no oitavo mandato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim... Quando ela pede para comparecer, adentrar uma reunião em que se está tratando de coisas tão importantes, como o senhor colocou... E vejo que o senhor entende profundamente do que fala. E ela pede para fazer uma exposição... Poder-se-ia marcar uma reunião separada, para que ela fizesse, e ela fosse pública, e ela constasse do relatório, porque tudo isso são apenas procedimentos que levaram a Vale a ter permanentemente o apoioamento de todos, até o meu. Entenda isso.

Então, o senhor, que está prosseguindo nessas atividades que, eu sei, vão muito mais adiante, pelo que eu estou vendo aqui... Eu tenho uma pergunta a lhe fazer. Primeiro, pela simplificação de procedimento. Essa simplificação de procedimento de licenciamento ambiental de barragens pela secretaria que o senhor hoje comanda contribuiu ou não para o acidente de Brumadinho?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Senadora, para eu chegar até à resposta, eu só preciso concluir o entendimento de 14...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode concluir. Sinta-se à vontade.

Eu queria só uma questão de objetividade, porque a sessão do Senado se realiza daqui a pouco.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Hoje, lá no sistema de meio ambiente... Tanto eu como todos os chefes das entidades vinculadas são servidores de carreira, e nós temos uma preocupação de as coisas que são propostas serem muito bem analisadas, todas as propostas. Em 2015, quando começou o Governador Pimentel, eles criaram uma nova força-tarefa para diagnosticar o próprio sistema de meio ambiente e a burocracia de processos, etc., o que levou à edição de uma lei em 2016. Esse é o sequenciamento histórico. Com a aprovação da Lei de 2016, havia a criação de um modelo de licenciamento não só sequencial, mas o concomitante e os simplificados. Essa é uma realidade que existe em todos os Estados, o que é licenciamento trifásico e o que é o licenciamento simplificado. O simplificado não quer dizer que é sem análise.

No caso de 2017 – e, aí, já dentro da minha tutela como gestor –, nós, em vez de fazermos uma discussão só interna, na secretaria, fizemos dezenas de reuniões técnicas primeiro, junto com os nossos servidores, depois nós fizemos reuniões – e várias – junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental, em todas as suas câmaras e, para que não bastasse, para sair dos muros do conselho, a gente colocou uma norma em consulta pública, em que nós tivemos mais de 500 manifestações. Todas elas foram analisadas e foram pautadas no conselho, ao final do ano, premissas e bases sobre as quais o próprio conselho ambiental, que é paritário entre Poder Público e sociedade civil, deliberou sobre essa norma de 2017.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor considera nessa análise, nessa consulta, evidentemente valiosa, que essa simplificação era considerada um rebaixamento dos riscos das barragens?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Não. O licenciamento ambiental não lida com o risco. Ele lida com a classifica...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não... Vamos formular a pergunta de uma maneira que o senhor possa responder.

Essa simplificação gerou, deu a conotação de um rebaixamento dos riscos das barragens, principalmente a de Brumadinho?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – A classificação das barragens, em relação ao risco, é a classificação da Agência Nacional de Mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas com a simplificação, Sr. Germano, simplificou o procedimento para oferecer o licenciamento. Essa simplificação – vou tornar a repetir – reduziu, diminuiu a questão do rebaixamento da segurança... Não é mais a segurança, mas seria em relação à fiscalização e àquilo que a Vale teria que apontar dentro do processo de segurança.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Isso. Compreendi.

Bom, cada atividade que é proposta tem uma classificação. Por que que muito se discutiu sobre o tal do rebaixamento de classe? Porque parecia que o licenciamento – esse, que a senhora tirou cópia – era relativo a você construir a barragem, ou você aumentá-la, ou você colocar rejeito nela. O licenciamento que estava em questão tinha até um fator positivo que era: o reaproveitamento leva como consequência o desmonte progressivo dos alteamentos e, ao final, à recuperação de área degradada.

Então, essa norma de 2017 encampou uma regra que era anterior, de 2016, que dizia o seguinte: para dispor o rejeito numa barragem, a classe é seis, porque é um maior potencial; para retirar o rejeito, a classe é menor, é quatro, pelo potencial poluidor. Isso foi discutido no conselho em 2016 e foi trazido de novo em 2017.

O procedimento se deu em licenciamento, mas todas as fases – licença prévia, licença de instalação e licença de operação – possuem as mesmas regras. Licença de instalação e licença de operação – possuem as mesmas regras. Os mesmos documentos de licença prévia, de instalação de operação estavam nesse licenciamento: estudo de impacto ambiental, as compensações ambientais, tudo isso estava dentro desse licenciamento. Qual é a diferença? A diferença é que ao invés de você passar pelos licenciamentos sequenciais – faz uma, termina, começa outra, faz uma, termina outra –, toda a fase do licenciamento mas por etapas com as características de cada licença é analisada simultaneamente pelos analistas. E quando eles vão elaborar o parecer, eles abordam tanto a parte da viabilidade quanto a parte da instalação, quanto a parte da operação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ao mesmo tempo?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ao mesmo tempo. Isso quer dizer que muitos outros órgãos até tratam isso como uma ampliação inclusive em adendo, nem licenciamento. Lá em Minas Gerais a gente classifica esse reaproveitamento como passível de licenciamento, porque você vai gerar um rejeito dele. Ainda que haja esse fator, você gera um rejeito, você tem que saber onde esse rejeito vai ser disposto. Então, ainda que a infraestrutura esteja mais consolidada, nós temos que saber onde que vai dispor esse rejeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas já não sabia antes? Não é igual tudo o que era antes? Não era a mesma modalidade de barragem?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou esclarecer. É até bom que ele responda. É outro posicionamento que eu gostaria de chamar a atenção. O senhor, por gentileza, nos dê uma resposta. Em novembro de 2018, foi assinada a deliberação normativa 228, que abriu caminho para que as atividades enquadradas na classe quatro pudessem utilizar o licenciamento concomitante com a concessão simultânea das licenças. Como explicamos, esse foi o enquadramento da licença concedida para descomissionamento e aproveitamento de rejeitos da barragem de B1. Isso foi dado em 2018. Essa mesma deliberação 228 cancelou a DN 210, dispensando o parecer da NM, caso o empreendedor quisesse despejar os rejeitos na cava da mina, porque antes a NM tinha que participar da decisão. Aí com essa determinação do senhor, esse parecer da ANM foi retirado e foi dado diretamente pelo Governo do Estado. Por que o senhor achou dispensável o parecer da ANM? Para acelerar o processo? Isso também acabou não fazendo com que a Vale atrasasse o descomissionamento da Barragem de Brumadinho em busca de reaproveitar ou de lucrar com o rejeito que estava ali e não tomou as providências para que ela fosse comissionada mais rapidamente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – O licenciamento que tratava de reaproveitamento de rejeito é da deliberação normativa 210. Essa deliberação normativa 210 foi inserida e aproveitada na deliberação normativa 217. Então as regras que foram utilizadas neste processo aqui são da deliberação normativa 217. Quer dizer que ele foi todo analisado com a licença prévia de instalação de operação e depois pautado no Copam sobre as regras da deliberação normativa 217.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas depois o senhor mudou. A 228, por determinação do senhor ou do seu grupo, essa participação da ANM foi retirada do contexto. Por que isso?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Aí eu tenho que ler para ter o total entendimento, Senador. Mas considerando que é um bem mineral e você vai dispor em cava, a ANM deve fazer a participação sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é. Pelo que consta aqui da própria ANM – nos foi informado no acompanhamento que nós estamos fazendo com um grupo de trabalho –, a sua deliberação 228 retirou isso. A ANM passou a não ser consultada, porque antes, para depositar rejeitos numa cava onde havia minério antes, tinha que ter o parecer de todos minério antes, tinha que ter o parecer de todos. E com a deliberação normativa 228, isso foi mudado. A ANM foi retirada desse contexto e a empresa passou a ter o direito de depositar do jeito que ela quisesse, onde ela quisesse o rejeito. Nós queremos entender por que isso. O ... 210 que é da ANM e a 228, que é da Secretaria de Meio Ambiente. Por que essa mudança em retirar um parecer da ANM e garantir o licenciamento direto mais rápido pela Secretaria de Meio Ambiente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Bom, essa norma primeiro não é nossa. Essa norma é do Conselho de Meio Ambiente, do Conselho Estadual de Política Ambiental. Essa reunião de conselho quem preside é o secretário adjunto. Por isso eu preciso estudar para poder falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas o secretário adjunto se reporta ao senhor.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Como é uma discussão eminentemente técnica, nós precisaríamos do esclarecimento do teor das discussões para que nós pudéssemos não dar nenhuma resposta equivocada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós vamos entregar aqui ao senhor. Aí o senhor providencie, por favor, uma informação oficial sobre esse assunto, por gentileza.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria também perguntar se o senhor acha que essa simplificação foi boa. Eu quero que o senhor responda isso, por favor, à luz de todos os acontecimentos de agora.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Senadora, para o licenciamento de listagem de mineração do ponto de vista da avaliação de impacto, porque licenciamento é forma, é sequenciamento de atos. O conteúdo é o importante, que é a avaliação. São os estudos ambientais. Todos esses estudos ambientais para listagem de mineração são os mesmos do que existia antes. Todos os códigos... Você tem uma avaliação. Tem que exigir a Rima? Tem e se exige a Rima. A comparação pelo que a equipe reporta de classe, de portes, potenciais poluidores de um relativo a outro, comparando os quadros, para listagem de mineração, é o mesmo. Então você tem que fazer. E a norma não trata de EIA. Quem trata de Estudo de Impacto Ambiental são várias outras normas. Então você está fazendo um licenciamento ambiental seja ele concomitante, seja ele trifásico, seja ele bifásico. Se você tem que fazer o Estudo de Impacto Ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental é elaborado e é analisado. O que ocorreu dentro desse licenciamento é o que nos traz a indignação é que, em setembro do ano passado, do ponto de vista da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança da estrutura, foi apresentada uma declaração de condição de estabilidade que atestava que aquela barragem era considerada segura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quem apresentou?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – A empresa Vale. Não apenas isso, como, por exemplo, se noticiou, Senadora, depois em jornais de grande circulação como este aqui, em própria petição inicial do órgão ministerial...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor está me dando um jornal aqui: "Promotor diz que Vale obstruiu apuração". Quem estava fazendo apuração?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – O Ministério Público. Então na inicial que eu tive conhecimento até agora existem algumas passagens muito interessantes para a comissão, por exemplo, as declarações de estabilidade não retratavam a verdadeira criticidade da Barragem 1, que acabou rompendo em 25 de janeiro. Por conseguinte, a dinâmica ilícita afastou do radar do poder público e da sociedade a real gravidade das condições da estrutura que veio a romper e causar centenas de mortes e graves danos ambientais.

Continua o promotor: "Em um contexto de escassez Continua o promotor: "Em um contexto de escassez de recursos e de limitação orçamentária para composição de equipe técnica suficiente para fiscalização de todas as estruturas, conforme o próprio Presidente da ANM assim fez menção, o poder público adota a priorização da sabidamente menos estáveis para reforçar as atividades de fiscalização. Trata-se da concretização do princípio da eficiência do planejamento e que deve nortear a atividade administrativa no Brasil"

Essa inicial inclusive teve ação de deferimento pelo Poder Judiciário, em que a juíza concordou com as alegações do Ministério Público e em razão da complexidade da gravidade dessas investigações que nós sempre tomamos conhecimento quando as ações são liberadas porque aí nós vamos ter acesso a e-mails, etc. Nós lavramos mais um auto de infração contra a Vale pela prestação de informação falsa ou materialmente falsa. E nós também fizemos esse encaminhamento a ela.

Então para a sua resposta. O que é mais importantes nisso tudo, o licenciamento simplificado. E não era um licenciamento simplificado. Era um licenciamento concomitante que é muito diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas o senhor usou essa palavra. Eu, quando lhe perguntei simplificado, o senhor falou simplificado. Então a palavra não é minha. É de uma definição técnica de várias outras pessoas. E o senhor usou essa palavra. Como é que eu vou dizer isso, meu Deus? Não quero ser ofensiva a ninguém, mas não cabia ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do Estado? São danos irreparáveis causados à população, à cidade, à região, à economia. Não cabia ao Estado, diante do que está escrito aqui, diante do que lavrou a juíza, promover uma ação popular por danos irreparáveis em prejuízo da verdade, das vidas?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Nós já fizemos duas ações pela Advocacia Geral do Estado. No primeiro dia nós... São as procuradoras. No primeiro dia, nós elaboramos uma com medidas emergenciais que garantiu um aporte financeiro para continuar os trabalhos do pós-desastre e uma segunda mais recentemente para garantir a indenização de todos e quaisquer danos socioeconômicos e socioambientais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E os danos às famílias?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Não tem preço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não tem. Ao dizer que não tem preço, quer dizer que a Vale não precisa pagar. É isso que nós estamos vendo. A Vale não paga. E aquele povo que esteve lá, que sofreu as consequências não tem parceiro nessa luta a não ser o próprio povo. Não existe parceiro.

O senhor é uma pessoa extremamente ... nesse processo. O senhor não é nossa testemunha. O senhor é nosso depoente. O que o senhor diz aqui é de fundamental importância para esse processo como um todo. Não sei se o senhor acompanhou a CPI. Está aqui o Senador Carlos e outros que estão nos gabinetes que nos comunicaram que estão acompanhando a CPI. Não sei se o senhor acompanhou, mas todos mentiram. Eles alcunharam o *habeas corpus* a sua imagem de testemunha e chegaram aqui. Por que trouxeram *habeas corpus*. Porque ali diz que eles não têm o compromisso de dizer a verdade. Estão amparados pelo *habeas corpus*. No entanto falaram. E por que falaram?

E por que falaram? Estão livres de qualquer implicação da mentira, da veleidade das respostas; no entanto, eles vieram aqui e falaram. Eles falaram que montaram a estratégia. E essa estratégia, ao final de tudo, Sr. Germano, é apenas para não atender minimamente, já que o dinheiro não paga nada àquelas famílias que perderam tudo, inclusive as pessoas.

Então, o senhor é fundamental nesse processo. O senhor sabe disso.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Estou à inteira disposição. Inclusive, umas das perguntas que vocês fizeram ao Presidente da agência, com sugestões, se eu pudesse elencar, eu estou disponível para fazê-lo, porque isso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos aproveitar isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é, Sr. Relator?

Vamos aproveitar as suas sugestões, a sua capacidade profissional.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora, já pediram para a gente... Estamos sendo chamados ao Plenário, então, temos que ser mais breves aqui. Já temos o aviso da Diretoria de que daqui a pouco os Senadores todos...

Sr. Germano, nós começamos aqui a CPI, até eu estava conversando com... Antes dessa reunião. Eu coloquei que o nosso interesse aqui é que não morram mais pessoas, esse é o nosso objetivo. Nós trocamos aqui, eu falo por mim e tenho certeza de que a Senadora Rose também, zero divulgação na imprensa por zero morte. É um acordo justo. Não queremos divulgação, nós não queremos espetáculo, nós não queremos nada. Nós queremos é que não morra mais ninguém. Se isso acontecer, e nós conseguirmos fazer com que a mineração continue gerando riqueza, emprego, com segurança, nós já demos uma contribuição, esse é o nosso objetivo.

Então, eu gostaria que você, na sua experiência, como servidor de carreira, como secretário, diante do que aconteceu, fizesse uma avaliação de quais seriam as medidas que hoje necessitariam ser modificadas. O que nós precisamos fazer para mudar? O senhor já deve ter feito uma reflexão com o seu grupo sobre esse assunto. Traga-nos aqui o que nós temos que fazer. Quais são os âmbitos legais que nós podemos trabalhar para que não aconteça?

E um segundo ponto, a questão da mineração a seco, em quanto tempo nós teremos essa determinação hoje obrigatória para que nós não tenhamos mais as barragens de rejeitos novas? Quero aqui – inclusive, já coloquei – saudar mais uma vez, porque outras quatro barragens não serão mais construídas em Minas. Isso é uma grande notícia para a população de Conceição do Mato Dentro, para as pessoas de Barão de Cocais, de Mariana – quatro novas, as empresas já desistiram. Nós já conseguimos avançar.

Então, eu gostaria que o senhor fizesse esta avaliação: onde houve erro ou existiram erros; onde nós podemos mudar e a questão do futuro da mineração. Porque quem nos assiste, quem trabalha na mineração, por exemplo, hoje, liga para cá, às vezes, até nos ofendendo, dizendo que nós estamos querendo acabar com os empregos. Quantos empregos valem a pena para matarmos 300 pessoas? Qual é a riqueza que nós temos que gerar para poder pagar a uma família de Brumadinho que nos assiste, ou às famílias de Mariana, dos 20 mortos de Mariana que perderam pai, perderam irmãos? Quanto é que vale isso para essas pessoas? Essa reflexão é uma contribuição que nós não podemos deixar de dar.

Eu gostaria que o senhor fizesse uma análise para a gente, por favor, em relação às falhas, ao momento e ao futuro que as pessoas esperam, por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ótimo. Obrigado, Senador.

Senadora Rose, só para não deixar pairar dúvidas sobre isso. Lá em Minas são três tipos de licenciamento: o trifásico, o concomitante e o simplificado. Esse aqui era o concomitante.

É muito importante, Senador, os protocolos. E para isso é importante o acesso integral às informações em tempo real. Parece que nisso nós concordamos plenamente com a Agência Nacional de Mineração

Parece que nisso nós concordamos plenamente com a Agência Nacional de Mineração, porque é a necessidade de que essas informações em tempo real não sejam apenas interpretadas, auditadas e preenchidas, cadastradas pela própria empresa.

A auditoria, minha primeira proposta, tem que ser de fato independente, para isso, um cadastramento junto aos órgãos reguladores poderia servir como prerrogativa, a partir do momento em que você pode fazer um *background check* dessas auditorias.

Segunda, é a necessidade premente da descaracterização, em que pese a impossibilidade, em Minas, de construir novas barragens a montante desde 2016, é necessário que esse passivo herdado seja descaracterizado. A lei de Minas Gerais colocou o prazo para três anos, acredito que é um prazo muito arrojado, tendo em vista que existem várias barragens a montante de grande porte, em que uma descaracterização em massa pode também gerar efeitos sinérgicos do ponto de vista inclusive do trabalho, da circulação de pessoas, caminhões, etc. Então, é necessário fazer uma descaracterização de acordo com premissas técnicas.

Terceira, é a estruturação dos órgãos públicos. Essa é uma necessidade e uma realidade que nós diagnosticamos.

A experiência que nós tivemos na China, no ano passado, foi muito interessante. Na China, eles conseguem chegar ao reaproveitamento de quase 18% de rejeitos dispostos em barragem. Isso é uma evolução, porque lá o teor de minério é muito baixo. Então, gera-se muito rejeito. Então, produtos de construção civil, como o senhor até colocou, cimento – eu estive com a ABCP (Associação Brasileira de Cimento Portland)... Ou seja, tem que ter uma economia circular, porque o rejeito, o passivo de uma pode virar ativo de um outro setor, como da construção civil, como do cimento. Há também, na China, tributo específico para disposição de rejeito em barragem, também incentivo econômico para que você faça outras tecnologias e o monitoramento em tempo real. Essas outras tecnologias estão disponíveis, nós temos que ter uma disposição do setor em fazer esses investimentos e propor aos órgãos os projetos, porque se iniciam projetos a requerimento do interessado.

V. Exa. citou empilhamento a seco, drenado, citaria também separação magnética, disposição em cava.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Mas vocês já emitiram licenças para que fosse produzida essa nova técnica a seco.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Já emitimos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Não exigiram reaproveitamento de nada? Não cabe à empresa dizer se ela vai fazer ou não, cabe estudar todo o contexto onde esses resíduos são jogados, aproveitados, tecnicamente construídas barragens daquela modalidade. As licenças foram construídas sem pedir um estudo técnico para aproveitamento disso, para reutilização, para comercialização?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Quando a empresa escolhe adotar uma dessas outras tecnologias que são a seco, ela tem que fazer todos os estudos de projetos de engenharia também relativos a isso. Inclusive, porque uma pilha também tem que ser monitorada geotecnicalemente e não uma barragem apenas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E sua secretaria nunca fez um estudo para reaproveitamento, oferecer um subsídio? Tem que ter uma interação nesse procedimento.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – No ano passado, nós fizemos três seminários internacionais justamente para fomentar a troca de tecnologia de empresas internacionais com o setor de mineração de Minas Gerais. E eu acredito que deve haver um incremento setorial relativo a isso aqui. Talvez essa ideia de se relacionar essas alternativas à própria autorização de

relacionar essas alternativas à própria autorização de lavra, é algo que também incentive ainda mais que isso seja apresentado nos projetos de licenciamento.

Senadora, já que me disse que era para contribuir também, eu queria só fazer um registro de que a nossa lei estadual foi aprovada há quase três meses, e ela colocou um prazo para que, em 90 dias, todos os empreendedores com essas barragens que ainda existem, que lá em Minas nós temos a informação de que são 48, têm que apresentar um cronograma para encerrar essas barragens.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já é um projeto de lei aprovado?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Não podem...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas é em âmbito estadual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Em âmbito estadual.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós precisamos trazer essa legislação para o âmbito federal, para o âmbito nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... uma de âmbito nacional.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Mas apenas 12 apresentaram, das 48.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos aproveitar aqui o seu posicionamento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor ouviu o que ele falou?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ouvi.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sobre as 12 que apresentaram, das 48...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ouvi. Mas o que eu gostaria que o senhor deixasse bem claro, para aqueles que trabalham na mineração hoje, que têm seu emprego na mineração, que dependem dessa renda para sustentar a família, para os comerciantes das cidades, eles também estão preocupados com essa questão da mineração...

E nós, como eu disse, trocamos aqui zero divulgação da imprensa por zero morte. Nós não estamos dispostos aqui, até por respeito às pessoas que morreram em Brumadinho e Mariana, a usar essa CPI como um espetáculo, um holofote para nada, nós queremos aqui é que não morra mais ninguém e a mineração continue gerando os recursos que gera para o nosso País, mas dentro de um limite em que as pessoas se sintam seguras. Que ninguém seja obrigado mais a ficar saindo de casa de madrugada, com sirene tocando; que ninguém volte para dentro de casa dizendo o seguinte: "Será que eu estou seguro na minha casa? Será que isso vai romper de novo? Será que vai matar alguém da minha família?". Alguém que está fora do Brasil assistindo, acompanhando... Barão de Cocais tem muita gente que mora nos Estados Unidos também, é uma região que tem muitos emigrantes, pessoas que moram em outros Estados, preocupados. E o que é pior: nós matamos o comércio até do entorno por conta das informações, da carga de notícias. Brumadinho, por exemplo, o museu passou a não ser tão visitado quanto era antes, é o maior museu aberto de arte contemporânea, é uma pérola na cultura de Minas Gerais e do Brasil. A própria hotelaria de Brumadinho sentiu um efeito muito forte em relação à...

Então, o que eles esperam de nós hoje e do senhor, como secretário, são respostas. A mineração a seco vai se tornar uma realidade em quanto tempo? Quanto tempo... Nós estamos colocando aqui dez anos para acabar com todas as barragens de rejeitos. É um tempo suficiente? As licenças atuais, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos proibir inclusive... Alteamento a montante não há mais, mas quais outras restrições a gente já pode criar de imediato que mantenha a efetividade do setor, mas que diminua os riscos. Essas respostas... Nós temos que ser muito claros para as pessoas – muito claros.

O que a maioria cobra é, por exemplo: "Ah, já tem tanto tempo de desastre, nós não sabemos nem o que aconteceu ainda". Por quê? Porque todo mundo que vem aqui da Vale, todo mundo que vem aqui da própria ANM, todo mundo está se esquivando, está todo mundo saindo dessa história toda. E nós como autoridades, o senhor como secretário, porque foi mantido no cargo, temos a obrigação de dar a nossa resposta.

Foi o que eu e o Senador Kajuru estávamos falando há pouco, nós aqui estamos debaixo da autoridade do povo brasileiro. Nós começamos a trazer as pessoas, os responsáveis, os envolvidos para darem uma resposta, aí o Ministro Gilmar Mendes vai lá, dá uma série de *habeas corpus*, e agora dá uma decisão que a pessoa não é obrigada comparecer à CPI, numa flagrante intervenção ao trabalho do parlamento. Por quê? As pessoas nos cobram respostas, e como é que Porque as pessoas nos cobram respostas e como é que nós vamos dar essas respostas para as pessoas se nós não temos os elementos mínimos para poder ouvir, para poder propor o indiciamento se, a cada vez que passa, o direito de defesa no Brasil vai se tornando cada vez maior até para bandido. Bandido no Brasil tem mais direito de defesa do que muitas vezes nós diante da população. O povo quer resposta: "Você foi eleito. Cadê as respostas? A Senadora foi eleita. Cadê as respostas?" E o bandido, o sujeito que é o criminoso mesmo simplesmente vai lá na justiça e diz: "Não vou falar nada. Não quero falar nada e não vou falar nada". Agora nem aqui precisa comparecer. Não é um negócio esquisito? O Brasil pedindo respostas e a justiça nos dificultando dar as respostas numa intervenção ao trabalho do Parlamento.

Então eu gostaria que o senhor fosse mais claro. Hoje o que é que nós vamos mudar? A mineração a seco vai se tornar realidade quando? As barragens de rejeitos não vão mais interromper o sono de ninguém quando? Quem vai acompanhar isso? Qual é o nosso trabalho daqui para frente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ótima pergunta. Vai me dar a possibilidade de abordar o que eu penso de fato.

Barragens... sempre foram consideradas, sobretudo depois dos últimos desastres, como as barragens obsoletas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes já eram.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Houve a proibição de construir novas e houve a necessidade agora estabelecida de descaracterizar as barragens herdadas de algumas décadas para trás. Nós temos que avançar nessa frente. O risco zero existe? Não existe. É como o risco de avião. Para você não ter risco de acidente aéreo, você não pode deixar o avião decolar. Nós não podemos deixar mais que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haja construção de barragens a montante e que as já existentes sejam descaracterizadas. Segundo ponto: para as outras barragens com outras técnicas, a sua construção deve ser quando não for possível fazer a utilização de outras tecnologias de disposição. Da mesma forma, para que você possa, quando necessárias, elas serem otimizadas em porte e tamanho inclusive da desnecessidade de altear. É a mesma lógica de um aterro sanitário. Quando você reaproveita, quando você recicla, o que acontece com o aterro sanitário? Você deixa de levar resíduo para lá. Então eu acho que a gente não deveria nem chamar de rejeito, deveria chamar de resíduo, porque há possibilidades de você fazer outras coisas com resíduos. Então a que a secretaria se propõe, Senador, a partir de agora? Nos estudos técnicos, nas suas instruções de serviço, inclusive nós já temos uma recente sobre isso, que seja demonstrado nos estudos ambientais de fato alternativas tecnológicas visando às melhores práticas de disposição de uso do rejeito para que possamos avaliar realmente se naquele caso específico há a necessidade de construção de alguma estrutura de barramento, considerando a exploração de outros minerais que dependem muito mais de uma estrutura de barramento do que os minérios de ferro.

Então nós precisamos avançar nessa disposição de alterar a possibilidade, as instruções de modo que seja muito categórica a demonstração cabal da possibilidade ou impossibilidade de colocar para atender uma produção outras alternativas de disposição e deixar isso muito claro para a sociedade.

Terceiro ponto: não há hoje em Minas Gerais a possibilidade de manter na zona de autossalvamento, que é uma zona de 10 km, a existência de zona de autossalvamento, que é uma zona de 10 km, a existência de ocupações seja de estruturas trabalhistas, seja de ocupação de pessoas. A zona de autossalvamento é aquilo que está à jusante da barragem. A lei estadual já estabeleceu...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não quer dizer nada. Desculpe. Eu estou constrangida porque agora se passou à votação verdadeiramente e a sensação que eu tenho, Sr. Germano, é que essa normativa serviu mais ao empreendedor do que à questão ambiental. Eu vou deixar com o senhor as perguntas. Gostaria que o senhor formalizasse as respostas. Havia várias aqui sobre a DN 2017. Eu gostaria de dizer que a estratégia de fazer concomitantemente com as licenças, tudo isso pode ajudar o procedimento. Mas nós continuamos com a questão inicial, que é de muito tempo. O procedimento como um todo de abrigar todas as formulações técnicas que a Vale apresentou em todos os momentos. Então quando simplifica um processo como esse, que em si já é complicado, já é defasado, a gente sabe que alguém vai ser beneficiado com isso. Não foi o meio ambiente. Não foi. Então eu entrego ao senhor as perguntas formuladas. Gostaria que o senhor respondesse oficialmente. Há algumas que o senhor já respondeu. Gostaria também, se o senhor assim quiser, que o senhor trouxesse as contribuições que efetivamente o senhor deseja que sejam construídas em projeto de lei, para que a gente possa proteger daqui para frente. E eu mandarei para o senhor, me comprometo a mandar todo projeto previamente elaborado para que o senhor possa contribuir com o Congresso Nacional. É com a questão de procedimento, nem é para a CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Eu me comprometo com V. Exa. de encaminhar já as discussões que nós temos dessas alterações legislativas no âmbito do Estado de Minas Gerais, que porventura possam também engrandecer os resultados da comissão do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo. Muito obrigada.

Eu considero encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12^a REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 13.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Jorge Kajuru, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Eliziane Gama, Marcos do Val, Izalci Lucas, Jayme Campos, Angelo Coronel e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Juíza Selma, Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública integrantes da Força-Tarefa Brumadinho. **Participantes:** Sr. Helder Magno da Silva, Procurador da República; Sra. Andressa Lanchotti, Promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Sr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-geral de justiça de Minas Gerais. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/30>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Empresa de Mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, esta reunião é destinada à audiência pública...

Um minutinho, por favor... (*Pausa.*)

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à audiência pública com os seguintes convidados: Sra. Andressa Lanchotti – falei certo? –, Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, a quem convido a fazer parte da Mesa; Sr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, a quem também convido a fazer parte da Mesa; Sr. Helder Magno da Silva, em substituição ao Sr. José Adércio Leite Sampaio, que justificou a ausência. Portanto, está aqui o Sr. Helder, Procurador da República, a quem convido a fazer parte da Mesa.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença, passar a palavra ao Relator e, em seguida, ao Senador Kajuru, e dizer que esta fase dos trabalhos da CPI é extremamente importante. O que vamos ouvir... Os esclarecimentos colocando tudo o que foi feito agora pelo Ministério Público, pela Procuradoria de Justiça de Minas Gerais e pela promotora são importantes para a elaboração do relatório, porque houve compartilhamento desses trabalhos que foram fundamentais para a sustentação do andamento do trabalho da CPI, que todos tiveram a oportunidade de presenciar, sabem exatamente o que aconteceu aqui, as pessoas que vieram, as pessoas que estiveram aqui e que deram total apoio.

Eu quero registrar esse apoio dos procuradores que aqui estão e da promotora que contribuem para que o Sr. Relator possa elaborar o seu relatório, ajudando efetivamente para que fatos como esse não aconteçam nunca mais no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente Rose, bom dia. Bom dia, Pátria amada!

Eu gostaria apenas de registrar aqui, como é costumeira a gentileza do Senador Carlos Viana, nosso Relator, que fiz um pedido a ele, em função da sessão plenária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria apenas de registrar aqui, como é costumeira a gentileza do Senador Carlos Viana, nosso Relator, que fiz um pedido a ele, em função da sessão plenária que começa agora às 10h da manhã – e pode nem haver –, para medidas provisórias que necessitam de aprovação.

Faremos aqui um revezamento. Eu vou para lá rapidamente. O Senador Anastasia, que esteve aqui também vai, e eu volto. Então, eu queria ver se hoje poderíamos quebrar essa regra, com a concordância do Senador, para eu fazer apenas três observações de uma vez e, depois, eu retornarei. Pode ser? Não há problema?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque aí eu vou, a gente faz o revezamento, a senhora também vai ao Plenário...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser que haja sessão, correto?

Eu quero já de imediato cumprimentar V. Sas. aqui presentes. Vou chamar de Dr. Tonet, Viana... Dr. Tonet, ligações com o interior de São Paulo; a doutora, com Ribeirão Preto...

Eu vou fazer as três colocações rápidas porque são importantes, no meu ponto de vista, para a sociedade brasileira sentir o que uma autoridade pensa.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região entendeu que não houve crime de homicídio na tragédia de Mariana. V. Sa. pensa que essa decisão foi técnica ou foi política?

A penúltima: no passado recente, era incomum ricos ou poderosos serem presos – o senhor sabe muito bem disso. Como o senhor avalia que, a despeito do farto material probatório nas mãos do nosso Relator cirúrgico, Senador Carlos Viana, os tubarões – a gente ouviu aqui lambaris e ouviu tubarões –, a meu ver, da empresa assassina Vale conseguirão escapar em razão do poder político, do poder econômico de que dispõem?

E a última, Dr. Tonet: V. Sa. acha que será necessário utilizar aquela chamada Teoria do Domínio do Fato, uma vez que há provas em abundância? Ou o senhor pensa que nem mesmo com as provas e com a teoria que levou políticos poderosos para o cárcere será possível aquilo que o Brasil espera: a condenação dos diretores da empresa Vale?

Só isso, por fineza.

Agradeço a gentileza do Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as minhas colocações, e depois voltarei para o final desta reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor prefere que ele responda quando o senhor voltar?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, eu gostaria de ouvir aqui agora e depois eu vou para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

De acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A pergunta foi feita a todos?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A quem quiser responder dos três...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria que se colocassem à disposição para responder às perguntas.

Por favor, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Muito bom dia a todas e a todos.

Eu cumprimento inicialmente a nossa Presidente Senadora Rose de Freitas. Gostaria de cumprimentar o nosso Senador por Minas Gerais Carlos Viana; o Procurador da República, Dr. Helder; a Dra. Andressa Lanchotti; e também o Senador Kajuru.

São perguntas bastante oportunas e pertinentes, todas direcionadas para o núcleo criminal

São perguntas bastante oportunas e pertinentes, todas direcionadas para o núcleo criminal do nosso trabalho no âmbito do crime da Vale em Brumadinho. O Ministério Público de Minas Gerais, desde o início, formatou três núcleos de trabalho: um núcleo socioambiental, um núcleo socioeconômico e um núcleo criminal.

Eu designei a Dra. Andressa Lanchotti para coordenar a força-tarefa, coordenar esses três núcleos, e vários colegas passaram a trabalhar.

Nos dois núcleos, no socioeconômico e no socioambiental – a Dra. Andressa, depois, vai esmiuçar melhor –, nós já vimos avançamos muito. Praticamente, já acautelarmos a possibilidade de todas as indenizações e as reparações ao meio ambiente como medidas cautelares e já ações definitivas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área criminal... E por que isso foi conseguido, foi obtido de uma forma muito célere? Em primeiro lugar, porque nós começamos a agir desde o primeiro minuto, nós conseguimos formatar uma força-tarefa interinstitucional desde o primeiro dia. No dia 25 de janeiro, nós conseguimos reunir no meu gabinete na Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte, cerca de 10 a 11 instituições: o Ministério Público de Minas Gerais; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Federal; a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; a Defensoria Pública da União; a AGE; a AGU; a Polícia Militar; a Polícia Civil; e a Defesa Civil.

Naquele dia, nós já começamos a estabelecer estratégias de trabalho, com muita harmonia, com muita união e com muito poder de fogo. Foi o que não aconteceu, infelizmente, por ocasião de Mariana, porque as instituições passaram, desde o início, a trabalhar cada qual ao seu tempo e modo, dando o seu melhor, mas sem muita harmonia, sem muito entrosamento. Isso foi percebido pelas empresas.

Por outro lado, nesse aspecto agora, por ocasião da tragédia da Vale, a empresa percebeu que nós formamos uma espécie de barreira institucional e passamos a trabalhar em conjunto. E o Poder Judiciário também foi célere: adotou, deferiu uma série de medidas cautelares nos dois aspectos, tanto socioeconômico quanto socioambiental, que permitiu um bloqueio, já no primeiro dia, de 5 bilhões para o socioeconômico e, no dia seguinte, mais cinco bilhões para socioambiental. E a culpa, nesse caso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Cinco bilhões no primeiro dia, na sexta-feira, dia 25, para o socioambiental; e, no dia seguinte, no sábado, dia 26, nós requeremos ao juízo de Brumadinho, e a juíza deferiu mais cinco bilhões para o socioeconômico, para as indenizações. Esse dinheiro, esses valores já estão acautelados, já estão disponíveis para as indenizações e reparações.

De uma certa forma, na reparação ambiental – e não deveria indenizar –, a responsabilidade é objetiva. É o poluidor-pagador, um princípio que rege essa indenização.

Na área criminal, nós dependemos de um trabalho melhor, de uma aferição melhor, de busca de provas.

Com relação à Mariana, nós perdemos, nós consumimos muito tempo, muito tempo discutindo competência: se a competência, tanto a criminal quanto a ambiental para as ações socioeconômicas e ambientais, seria da Justiça Federal ou da Justiça estadual. Então, houve uma divergência muito acentuada, nós consumimos muito tempo. E a Justiça acabou entendendo que a Justiça Federal era a competente tanto para o socioambiental quanto para o criminal.

E a Justiça acabou entendendo que a Justiça Federal era a competente tanto para o socioambiental quanto para o criminal. Então, a ação criminal trabalhada pelo Ministério Público Federal foi proposta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Justiça Federal. Nós da Justiça Federal, o Ministério Pùblico estadual nãò trabalhou na área criminal nesse momento, porque desde logo a competência foi trabalhada na Justiça Federal.

E, desde o inicio, nós pessoalmente trabalhamos junto ao Ministério Pùblico Federal, à Dra. Raquel Dodge, ao Dr. Helder, junto ao Ministério do Meio Ambiente, ao chefe da AGU, para que nãò houvesse uma judicialização por parte dessas entidades, ainda que de medidas cautelares necessárias na Justiça Federal, para que nãò houvesse um deslocamento prematuro da competência do Estado para a União. Isso foi fundamental, porque houve um grande concerto nesse sentido, as instituições federais entenderam da necessidade da manutenção da competência com os juízes de Brumadinho e com o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, e isso foi um fator muito importante no avanço das nossas investigações, tanto na área cível quanto na área criminal.

Na área criminal, nós conseguimos... O eixo criminal conseguiu cerca de 11 prisões. Essas prisões foram necessárias e foram úteis pelo tempo que elas duraram, porque nós conseguimos ouvir as pessoas, checar, fazer acareações. Depois, o STJ decretou a liberdade provisória, porque, evidentemente a razão pela qual já tinha cumprido os seus objetivos.

Agora, com relação ao término, nós estamos terminando as investigações criminais. Faltam alguns laudos periciais. O trabalho está sendo feito em conjunto, na área criminal, com o MP estadual, o Federal, com a Polícia Civil e com a Polícia Federal. Então, dentro de pouco tempo, nós vamos conseguir encerrar o caso e apresentar à Justiça a denúncia.

Eu nãò tenho condições de antecipar ainda, até por questões estratégicas, nãò adiantar o mérito da acusação, porque ainda nãò é o momento. Nós temos que ter essa cautela neste momento de nãò dizer qual vai ser o crime, mesmo porque nãò terminamos ainda as investigações. A Polícia Federal, o MP Federal, a Polícia Civil, e o Ministério Pùblico do Estado de Minas Gerais estão terminando os trabalhos, mas eu acredito, num prazo de mais 60 dias, 90 dias no máximo, já teremos esses laudos para conclusão, e vamos apresentar a denúncia criminal à Justiça.

Com relação àquelas pessoas que serão denunciadas, como o Senador Kajuru disse, vai depender de prova, vai depender do nível da qualidade da prova. Eu nãò concordo, muitas vezes, com denúncias vazias, denúncias que podem nãò chegar a lugar nenhum. É melhor ter uma denúncia consistente com uma justa causa criminal bem consolidada para que a Justiça receba o processo, e depois consigamos a condenação.

Mas o nosso objetivo, Senador Kajuru, é conseguir a reparação integral do meio ambiente, a indenização total em favor das vítimas, e a punição dos responsáveis, dos culpados por esse crime que atingiu cerca de 300 pessoas e devastou o meio ambiente ali na calha do Rio Paraopeba.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu passo a palavra ao Relator para que ele possa produzir a sua fala.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu bom dia a todas as presentes e a todos os presentes aqui. É minha satisfação, mais uma vez, estar ao lado da Senadora Rose de Freitas, num momento

satisfação, mais uma vez, estar ao lado da Senadora Rose de Freitas, num momento que eu considero histórico para esta Casa e num momento que considero também – Promotor Tonet, o meu bom dia; Promotora Lanchotti, já estivemos juntos; Dr. Helder – histórico para Minas Gerais, porque do exercício das nossas funções nós estamos delineando e definindo um novo futuro para as famílias de Minas Gerais, para a economia do Estado e também para um bem muito precioso para o nosso País que é a extração mineral.

Nós estamos aqui dando um direcionamento que mudará completamente – a Promotora poderá confirmar também – os rumos de um setor que viu as próprias expensas e as próprias regulações gerando riqueza, mas ao mesmo tempo deixando um rastro de muito sofrimento e de muitos problemas. A expressão mais correta é um rastro de lama. Essa é a verdade. A riqueza vai embora, ela serve aos interesses de quem investe. Mas para nós o rastro de lama tem sido o grande resultado da maior parte. E esse questionamento está sendo feito de uma forma muito segura, muito responsável e muito aprofundada, nas reuniões que tivemos no comando da Senadora Rose de Freitas, aqui na CPI.

Eu saúdo, com muita satisfação... Quero aqui fazer, em primeiro lugar, um agradecimento, que já fiz em outras oportunidades, mas presencialmente, ao Dr. Antônio Sérgio Tonet, à Dra. Andressa, ao Dr. Helder. Quero agradecer o trabalho que o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual têm feito conosco no compartilhamento de provas, no compartilhamento de laudos, de informações que foram fundamentais para que aqueles que foram convocados a esta CPI, ainda que muito bem orientados pela Defesa, o que é justo, ninguém está aqui para fazer qualquer crítica ou condenação aos advogados... É função do Direito essa questão da defesa, nós sabemos disso. É essencial para o exercício da justiça o trabalho dos advogados.

Nós tivemos a possibilidade, com as provas, que foram todas elas compartilhadas, de quebrarmos boa parte, inclusive, dos discursos que estavam prontos. Nós recebemos aqui, senhores... Quero saudar também o nosso Delegado da Polícia Federal que tem estado conosco à disposição, em um trabalho muito efetivo da Polícia Federal junto à CPI.

Os discursos já estavam todos prontos. E quando nós começamos aqui, Senador, a apresentar as informações que estavam sigilosas no Brasil, mas disponíveis internacionalmente, nós começamos então a mostrar que de fato tudo aquilo que estava sendo organizado seria quebrado. E nós conseguimos falas importantes que irão nos levar a um relatório que será entregue no dia 2 de julho, permitindo Deus que tenhamos saúde, tenhamos força; será entregue dia 2 de julho para que a sociedade conheça os resultados desta CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em nome do Senado Federal, o nosso agradecimento à boa vontade de todas as instituições que estão conosco nessa caminhada. Também à Polícia Civil de Minas Gerais, que não se faz presente mas tem um trabalho importantíssimo nessa questão; à Polícia Federal e aos que nos acompanham.

Na sequência, eu tenho aqui algumas perguntas apenas para que a gente possa conduzir, porque a Dra. Andressa já desde Mariana vem comandando a força-tarefa e, juntamente com todos os investigadores, pode nos trazer informações muito preciosas sobre a experiência, como citou aqui o Senador Kajuru, em relação a quais medidas iremos tomar, ou quais os pedidos, o caminho que iremos seguir daqui para frente, nas nossas decisões.

O Procurador

o caminho que iremos seguir daqui para frente, nas nossas decisões.

O Procurador Tonet, que já é nosso conhecido há muitos anos, com quem me relaciono e posso dizer da seriedade e da capacidade dele como nosso Procurador-Geral, sabe muito bem que na minha trajetória nós aqui não estamos dados ao espetáculo. Esta não é uma CPI que foi criada para gerar grandes impactos e choques, prisões. Nós não estamos aqui para tomar nenhuma decisão que não seja de fato baseada nas questões legais e até no direito de defesa das pessoas. Esta é uma CPI propositiva.

Desde o primeiro dia em que nós fomos aqui colocados nessa responsabilidade, a Senadora e eu, nós temos uma forma de conduzir e dizer o seguinte: nós queremos dar respostas. Nós não queremos gerar fatos, nós queremos que a população saiba o que aconteceu, quem foram os responsáveis e o que nós vamos fazer para que isso se resolva.

O Dr. Tonet foi um conselheiro muito importante ao decidirmos que toda questão criminal seria muito melhor que permanecesse já no âmbito do Ministério Público e da força-tarefa, para que esta Casa não tivesse retrabalho, para que nós não tivéssemos aqui que nos debruçar sobre quebra de sigilo de *e-mail*, sobre quebra de sigilo de telefones, o que já foi feito pela Polícia Federal, que foi feito pela força-tarefa, muito bem feito, e nós poderíamos aqui utilizar, dentro inclusive de um pacto de sigilo.

Como eu tenho falado para vocês, existem muitos documentos que temos em mãos que não podemos divulgar, por uma questão inclusive do âmbito legal e de estarem ali sob sigilo. Esta CPI entende, respeita o trabalho das instituições e respeita até o dinheiro público, porque nós poderíamos aumentar os nossos gastos aqui para assumirmos uma função que já está sendo feita pelo mesmo contribuinte, que é quem paga os impostos, quem paga nossos salários e quer do nosso trabalho produtividade e resultados.

Por isso eu me sindo muito tranquilo em estarmos caminhando para o final da CPI. Às vezes somos muito cobrados de dizer assim: Olha, alguma coisa bomba foi no ar... Bombas aqui nós desarmamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bombas aqui... Nós sabemos trabalhar com elas e elas virão da forma certa, não como surpresa, mas como um trabalho que terá um embasamento legal, com provas, com tudo aquilo que nós temos para levar essa investigação a bom cabo, ao final e a uma resposta à população.

Encerro aqui, para fazer a primeira pergunta, dizendo que nós já conseguimos mudar o perfil desse setor no Brasil. Já conseguimos!

Hoje, pela manhã, eu estava lendo um relatório sobre a possibilidade de volta do trabalho da Samarco, lá em Mariana. A volta. Eles querem voltar. Mas o que aconteceu? A própria empresa, os próprios acionistas e investidores já não fazem pressão para uma volta imediata porque eles estão decididos a não trabalharem mais com barragem de rejeitos. Promotor, isso é uma vitória! Em nome do povo! Senadora Rose, isso é uma vitória! Eles mesmos vão atrasar o reinício das atividades porque eles vão oferecer à sociedade o fim do rejeito.

Sinceramente, se nós não chegássemos a lugar nenhum, nos nossos resultados, nós já teríamos contribuído e muito para que outras pessoas não morram mais, inclusive dos próprios empregados. Essa é a grande vitória que nós temos! E que de agora para frente nós teremos na forma da lei. Esta CPI terá uma série de

E que de agora para frente nós teremos na forma da lei. Esta CPI terá uma série de propostas, que nós esperamos que se tornem deliberativas, num trabalho conjunto com a Câmara dos Deputados, que também tem feito um trabalho louvável.

A Comissão Externa de Brumadinho foi a primeira a chamar atenção sobre esse assunto. Nós temos que aqui louvar o trabalho dos Deputados que participaram. E quem sabe quiçá possamos transformar as nossas decisões em decisões deliberativas. O que é isso? Elas viriam muito mais rápido como decisões legais, dentro do nosso arcabouço e nós conseguiríamos definir claramente o futuro, que é o que nós desejamos em termos de mineração.

Eu vou colocar aqui também, Dr. Helder, essa mesma pergunta. Seria interessante que cada um pudesse fazer... A senhora concorda, Presidente? Deixarmos os três, porque as experiências são próprias.

Hoje nós completamos 124 dias da tragédia de Brumadinho e nós tivemos ontem, inclusive, um balanço trágico, feito pela Polícia Civil de Minas, de 265 corpos encontrados e 25 pessoas que estão desaparecidas; portanto, um total de 290 mortos é o dado oficial que nós temos, da Polícia Civil de Minas Gerais, em relação à tragédia de Brumadinho. São 290 pessoas!

A força-tarefa comandada por V. Exas., principalmente pela Promotora Dra. Andressa, tem trabalhado desde o primeiro dia para esclarecer as causas e apontar as responsabilidades. Nós gostaríamos que a senhora nos dissesse também, Promotora, na sequência, como está a questão das conclusões sobre as investigações? O que se pergunta muito – e eu tenho sido muito questionado – é sobre a área criminal,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é de toda maneira e de longe a nossa parte mais difícil em todo esse trabalho, porque uma vez indiciada, a pessoa terá de responder a isso. Então, devemos fazê-lo com muita responsabilidade.

Gostaria que a senhora nos dissesse – e também o senhor, Dr. Antônio – sobre a questão das investigações. Em que pé hoje nós estamos? Nós ainda temos muito trabalho pela frente? Nós estamos finalizando? O que a senhora pode nos dizer?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Senhoras e senhores, bom dia. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o Senado Federal pelo convite para participar desta audiência, na pessoa da Presidente desta audiência, Senadora Rose de Freitas.

Também gostaria de cumprimentar o Senador Carlos Viana; cumprimentar meu colega do Ministério Público Federal, Dr. Helder Magno; nosso Procurador-Geral da Justiça de Minas Gerais, Dr. Antônio Sérgio Tonet; todos os Senadores e demais membros da audiência aqui presentes.

Como o Dr. Tonet já explanou, desde o primeiro dia houve uma interlocução interinstitucional para atuação nesse caso, o que permitiu uma atuação bastante célere por parte das instituições de justiça. Então, a Força-Tarefa do Ministério Público Federal teve os seus trabalhos concentrados em três grandes eixos de atuação: socioeconômico, que tem por objetivo a reparação integral das vítimas dos atingidos; socioambiental: que desde um primeiro momento teve como objetivo garantir a segurança das estruturas do Complexo Paraopeba, em Brumadinho, onde se encontra a mina Córrego do Feijão. Porque havia um risco ali iminente, ainda no dia 25 de janeiro, de rompimento de outra barragem de água que foi também atingida pelo rompimento de B1, B4 e B4A, a Barragem B6.

Então, no dia 25 de janeiro, a zona central de Brumadinho teve que ser evacuada; no dia 27 de janeiro, sirenes foram acionadas novamente. Eu estava lá pessoalmente

sirenes foram acionadas novamente. Eu estava lá pessoalmente. Eu fui uma das primeiras pessoas a chegar lá na Associação Comunitária do Córrego do Feijão, junto com o meu colega Francisco Generoso, para onde as autoridades se dirigiram para as primeiras providências. E ali, naquele momento, a Vale parece que estava um pouco perdida, não sabia como agir.

Então, além disso, a área socioambiental também tinha como urgência a contenção dos rejeitos, para poder minimizar os danos ambientais, e a reparação integral do meio ambiente, que é o nosso objetivo final

Desde o dia 25, nós começamos a trabalhar na responsabilização criminal. Essa reunião na Procuradoria-Geral de Justiça, que o Dr. Tonet mencionou, terminou, na sua primeira fase, meia noite e meia do dia 25; depois, nós nos dirigimos, apenas Ministério Público Estadual e Federal, para outra sala, e ficamos até às três e meia da manhã, já ali planejando as primeiras medidas de cunho criminal. Isso possibilitou a primeira fase de prisões, na terça-feira seguinte ao evento. Então, houve uma atuação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinérgica desde esse primeiro momento, com a Polícia Federal cumprindo parte das medidas cautelares, em outros Estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro; a Polícia Civil em Minas Gerais; o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual unidos. E nós estamos assim até hoje.

Nós fazemos reuniões de alinhamento nos três eixos, participamos das audiências em conjunto, propomos ações em conjunto. Então, há audiências, na questão socioeconômica, com uma periodicidade praticamente quinzenal, na 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte. Lá nos manifestamos conjuntamente: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, da União Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais. E também a Advocacia-Geral do Estado está atuando de maneira sinérgica conosco.

Em relação ao criminal, avançamos muito – que é a pergunta de V. Exa. Estamos numa fase, como o Dr. Tonet disse, de finalização de laudos periciais. É necessária a finalização dos laudos de necropsia, é necessária também a finalização do laudo pericial das causas do desastre. Esse trabalho está bastante avançado. Como os senhores puderam observar, aqui nas próprias audiências da CPI já havia muitos elementos que apontavam para a situação de risco iminente da barragem B1. Então, tudo isso é objeto dessa análise pericial. As provas são contundentes.

Até me dirigindo aqui a um questionamento do Senador Jorge Kajuru em relação a teorias, à teoria do domínio do fato, que foi citada, eu ratifico o posicionamento do Dr. Tonet no sentido de que a força-tarefa busca a responsabilização individualizada dos culpados. Esse trabalho de estabelecimento da cadeia de comando é o mais difícil, porque as provas de materialidade saltam aos olhos, na minha visão. São muito contundentes. Então, agora, o trabalho é você realmente definir essa cadeia de comando, para que todo aquele que participou desse ato criminoso seja devidamente responsabilizado, porque é isso que a sociedade quer e é para isso que o Ministério Público está trabalhando.

Então, eu não posso me ater aqui a detalhes da investigação porque isso poderia até prejudicar o prosseguimento dos trabalhos. Então, eu peço vênia para simplesmente falar de uma maneira mais genérica, como eu expus.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Aproveitando a oportunidade que o Relator nos concede, eu queria fazer uma pergunta. Na verdade, quando a senhora fala que a sociedade espera, essa é a parte que eu mais temo, essa é a parte que eu mais temo!

essa é a parte que eu mais temo – essa é a parte que eu mais temo. Porque, de todo o trabalho realizado, com tudo que nós ouvimos, Dr. Helder, nós tivemos momentos de profundo constrangimento, em que todos os documentos aqui – por certo, até muitos deles compartilhados, apresentados pelo Senador Relator... Nós ouvímos com nossos ouvidos, quando tínhamos oportunidade de questionar com a nossa fala, de todos que aqui estavam, que muitos depoimentos foram mentirosos. A mentira, dentro de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um contexto que envolve vidas, comprometimento ambiental, é muito séria. Imagino o esforço, a tarefa que os senhores e a senhora especialmente fazem para tentar chegar num momento em que a sociedade se sinta contemplada com a verdade, o que faltou permanentemente aqui na Comissão.

Todos obtiveram, depois de um determinado ponto, o *habeas corpus* e vieram protegidos por ele. Aqui se colocaram na proteção do *habeas corpus*, que ressaltava, por óbvio, que não poderiam dizer verdades, se sentiram ameaçados fisicamente pela falta de liberdade, qualquer restrição de liberdade, e, no entanto, com as provas que o Relator tinha em mãos, com os relatórios anteriores prestados ao próprio Ministério Público e a outras instâncias também, havia profunda contradição que nos deixava totalmente estarrados.

Enfim, ouvindo a senhora me ocorreu... Eu queria fazer uma pergunta elementar, eu estou no oitavo mandato, mas eu estudei cinco períodos de Direito. Não sou advogada, sou apenas uma legisladora, que aprende todo dia através das comissões, do assessoramento. Eu até frisei aqui: o que é considerado dolo eventual? Se o senhor pudesse me responder para que eu pudesse exercer o raciocínio que nós temos construído aqui.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Exato.

No Direito Penal nós temos alguns institutos para definir a conduta do agente. A conduta, em linhas gerais, pode ser dolosa ou culposa. Age com dolo quando, *grosso modo*, a pessoa age com intenção, sabendo o que está fazendo, digamos assim, tem consciência da conduta e do resultado e se direciona nesse sentido. Na culpa, a pessoa, ela não tem aquela intenção, ela dá causa ao evento por negligência, imperícia e imprudência.

Aí, surge uma questão no Direito Penal muito interessante, que é distinguir a culpa consciente do dolo eventual. No dolo eventual, o sujeito, o agente, ele pode não querer um resultado específico, mas ele assume o risco de produzi-lo com seu comportamento anterior.

Então, evidentemente que nessa questão desse crime esses institutos serão chamados novamente à discussão, como aconteceu em Mariana. Em Mariana, na tragédia de Mariana, o Ministério Público Federal – o Dr. Helder depois pode inclusive nos dar um posicionamento mais específico porque a Federal tem acompanhado essa ação –, lá o MP Federal imputou aos agentes, aos responsáveis da mineradora Samarco, o dolo eventual, atribuiu

o dolo eventual, atribuiu as 19 mortes ao dolo eventual. Os responsáveis pela empresa admitiram, consentiram naquele resultado. Agora, essa situação vai voltar à tona. Então, ao final, o Ministério Público vai ter que decidir qual imputação fará. Isso, evidentemente, no momento oportuno.

Então, a caracterização do dolo eventual é dessa forma: *grosso modo*, a pessoa, ela assume o risco de produzir um determinado resultado com seu comportamento anterior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E a questão mais explícita do homicídio culposo muitas vezes abordado? Qual a diferença entre o dolo eventual e o homicídio culposo?

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Foi como eu disse: no homicídio culposo, o agente não quer o resultado, ele não imagina, ele não tem na sua mente produzir um resultado determinado. Por exemplo, no homicídio o sujeito dá um tiro, desfecha um tiro contra uma pessoa querendo matá-la, o dolo direto, ele mentalizou, ele quis um resultado e produziu. Aí, no crime culposo o sujeito sai de casa com seu carro e, inadvertidamente, ultrapassa um sinal vermelho e, com isso, atropela uma pessoa, vindo a causar-lhe a morte. Ele não estava pré-ordenado para atingir aquele resultado "morte", foi por um descuido dele, foi por uma imprudência, uma negligência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor me permite?

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só me coloque sempre como uma Senadora, um agente político. Mas teve um momento aqui em que o Senador Carlos declarou – e trouxe as provas aqui – que houve auditores de determinada empresa contratada pela Vale que não quiseram assinar os laudos das barragens. Quando ela não quis, a Vale contratou outra empresa; essa, sim, assinou.

Dentro do meu mínimo raciocínio da lógica construída à luz do Direito, que o senhor está colocando, ao fazer isso a Vale saiu do dolo eventual e parece entrar no homicídio culposo. Se eu estiver errada, o senhor me corrija, que eu vou ser uma aluna aqui.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Poderemos estar entrando num homicídio culposo ou até doloso com dolo eventual. A senhora tocou num ponto que talvez seja o ponto mais importante nessa discussão: é a certificação da segurança dessas barragens. Esse é o ponto. Por que que muitas mineradoras, muitas barragens estão interditadas hoje? Porque há uma desconfiança do Estado, da população, das autoridades e até mesmo de muitas mineradoras. Por quê? Essas certificações eram feitas no ambiente extremamente deletério. A senhora própria deu o exemplo: uma certificadora, uma empresa não quis certificar porque não encontrou as condições de segurança necessárias para que o fizesse. A empresa, então, abandonou... A Vale abandonou essa empresa e contratou uma outra, no caso aqui, a TÜV SÜD, que, mesmo naquelas condições, emitiu a certificação que foi enviada para a Agência Nacional de Mineração, para a Semad, para o Ministério Público em setembro do ano passado... O Ministério Público de Minas Gerais instaurou um procedimento para apurar a segurança daquela barragem e foi... Tanto quanto a União, o Estado, o Ministério Público também foi iludido por uma declaração que hoje nós já consideramos totalmente falsa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente falsa. E por isso o Ministério Público de Minas Gerais já ingressou com uma ação, com base na Lei Anticorrupção, contra a TÜV SÜD para, inclusive, suspender as suas atividades no Brasil, interditar os seus bens e fazer com que esses empresários não exerçam mais atividade aqui.

E nós estamos buscando *expertise* internacional para que possamos buscar um meio de essa certificação ser a mais correta possível. A Dra. Andressa, gente da Agência Nacional de Mineração e da Semad de Minas Gerais estiveram na Holanda recentemente buscando tecnologia. Outros tantos estão indo para o Canadá, a Austrália, porque nós precisamos ter um sistema. E, nesse sentido, o Senado, o Congresso Nacional dará, tenho certeza, uma grande contribuição na definição de um marco regulador que discipline, que moralize as relações das mineradoras com as certificadoras. Isso é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A gente... Nós temos uma dificuldade muito grande aqui. Aqui é o Parlamento, mas interagimos permanentemente com audiências públicas, debates e sabatinas para que as empresas – inclusive a Agência – possam ter nomes aprovados específicos para administrar setores como esse. Me parece que o último debate que teve aqui eu tive um constrangimento. Apesar de conhecer muito o Dr. Bicca, parece que ninguém tem responsabilidade nesse processo. E a Vale tem a palavra inicial e final porque ela contrata a auditoria do seu próprio investimento, da sua própria... Ela supervisiona a sua própria técnica e dá pareceres sobre ela. Então, realmente não tem nada: o Governo não se responsabiliza – não é? – e nós precisamos de legislação específica, que é o que nós estamos fazendo neste momento, tentando construir, Dr. Helder, uma lei. Já começamos pelo aproveitamento dos resíduos, também a proibição da barragem a montante, também a questão das editorias. Porque é como colocar uma raposa tomando conta de um galinheiro: "Na hora em que essa vai dar um parecer contrário aos meus interesses, eu contrato outra". Isso para não ter outro nome que possa definir uma irresponsabilidade como essa. Acho que nisso os senhores poderiam até nos sugerir, aos olhos do Ministério, de todo trabalho executado, quais são os projetos de lei que poderiam nos ajudar a cercar de precaução para que acidentes como esse não ocorram.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Obrigado, Senadora Rose Freitas. Eu agradeço, em nome de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa, Senador Carlos Viana, Promotora Andressa Lanchotti, Procurador-Geral de Justiça Tonet, senhoras e senhores, agradeço esse convite ao Ministério Público, essa oportunidade de estar aqui prestando essa cooperação com essa Casa que tem sido, realmente, com apontado pelo Dr. Tonet, muito cooperativa para com os trabalhos dos Ministérios Públicos.

A gente que é da área de Direito sempre fica empolgado quando surgem alguns debates jurídicos. E, assim, se me permite Tonet, até tentando complementar um pouquinho a fala do Tonet, em resposta à senhora, Senadora, em casos como esses, a gente tem uma regra. Porque a discussão sobre dolo e sobre culpa, ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque a discussão sobre dolo e sobre culpa, ela perpassa também algumas outras discussões, até de teorias mais novas, da Teoria da Imputação Objetiva, que é nesse tipo de atividade que a gente tem que discutir alguns termos. Por exemplo, são atividades de risco. Sendo atividade de risco, a gente tem que analisar a observância do dever objetivo de cuidado. Para os crimes culposos, de um modo geral, se trabalha com essa lógica também do dever objetivo de cuidado. E a causação do resultado nesses casos, como desses rompimentos, em regra, ela vai ser imputável aos responsáveis a título de... A gente chama crime, algumas situações em que a omissão é penalmente relevante. Ou seja, em regra, a gente trabalha com crimes com a ideia do crime de ação, quando a pessoa atira para matar, essa a ideia. Mas a gente tem essas situações da omissão penalmente relevante quando o sujeito tinha o dever objetivo de cuidado.

Pensando um exemplo bem mais simples – e aí, pensando, lembrando que a senhora é do nosso amado Espírito Santo –, eu penso naquela mãe que vai à praia com a amiga. E a mãe deixa a criança com a amiga e pede assim: "Cuida das crianças enquanto eu vou ao mar". E aquela amiga deixa, descuida da criança, não olha. Ela tinha assumido o dever de cuidar da criança e às vezes ela fica ali lendo uma revista ou, hoje em dia, no celular, como fica... Aí, a gente tem uma situação em que ela assumiu uma responsabilidade de cuidar da criança. E, assim, uma mãe não pode dizer que fica no celular, ela não pode dizer que: "Ah, eu estava no celular e eu não vi", porque ela tinha... Por isso que eu falo assim: essa discussão de dolo e culpa, ela é mais ampla, porque ela tinha o dever de cuidar, ela tinha o dever de olhar. Ela não pode ser assim: "Ah, eu não vi porque eu estava no celular". Ela não podia estar no celular se ela assumiu essa responsabilidade de cuidar da criança.

E aí, quando a gente passa para as empresas, é exatamente isto: se ela tem uma atividade de risco, uma barragem, ela tem esse dever de cuidar para que a barragem não rompa, porque a gente sabe que esse tipo de empreendimento tem esses riscos.

Então, na discussão sobre dolo e culpa e dolo eventual não dá para ele simplesmente dizer assim: "Ah, eu não sabia" ou "Outro atestou". Ele tem que exigir de quem atesta que o atestado seja realmente idôneo. E aí, quando a senhora fala: "Olha, mas se uma entidade, se uma empresa se negou a atestar?". Exatamente essa é a dúvida da senhora, e aí, ele, na verdade, tem que entender por que e buscar comprovar as razões. E isso mostra que, por exemplo, ele sabia. Porque o dolo envolve, tanto o dolo eventual como o dolo direto, o chamado dolo direto, ele trabalha com a ideia assim: você sabe e você quer o resultado. No dolo eventual, você sabe que o resultado pode acontecer e você aceita sob o risco de permitir que ele aconteça ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Aí entra o crime de omissão?

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Exatamente. Os crimes de omissão, eles acabam tendo essa ideia. Porque, em regra, os crimes são cometidos por ação. Mas essas ideias, elas são muito fortes quando a gente trata os crimes de omissão: você tinha o dever objetivo de produzir resultados. Os crimes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

culposos também trabalham com essa ideia de dever objetivo de cuidado. Porque, se você vai dirigir, você tem o dever objetivo de dirigir com observância das normas. Você sabe que é atividade de risco, um pedestre pode passar, então, você tem que observar as leis de trânsito. Agora, há momentos em que você observar as leis de trânsito. Agora, há momentos em que essa inobservância ultrapassa em muito esse dever objetivo de cuidado. Você sabe.

Então, são essas ideias que eu acho que precisam ser pensadas.

E até agora, tentando responder um pouco – não sei se eu respondi isso à senhora –, respondendo um pouco até a uma pergunta do Senador Jorge Kajuru, e eu me sinto na obrigação de fazer este relato aqui aos senhores... Quando a gente, no contexto de Mariana, os colegas... Eu não participei da feitura da denúncia, mas eu participei de audiências. Os colegas coligiram muitos elementos aos autos que evidenciavam a existência do dolo, ou seja, de que as pessoas, os diretores das empresas, as pessoas que estavam nos escalões mais altos, tinham conhecimento das condições da barragem de Mariana, tinham conhecimento de questionamentos, de riscos que estavam a ocorrer, e eu não vou entrar no mérito deles aqui, porque a pessoa melhor para explicitar isso é o meu colega, o Procurador da República que atualmente está lotado em Viçosa, Gustavo Oliveira, que tem acompanhado de perto a tramitação da ação penal.

Mas o que nós temos é: o Ministério Público denunciou, o juiz federal de Ponte Nova recebeu a denúncia, e é um processo do tribunal do júri. Os processos da competência do tribunal do júri tem duas fases. Tem um fase que é a fase do processo de homicídio, que é julgado pelo júri... Há um primeiro momento, que é o chamado "juízo sumariante", em que o juiz de direito conduz a oitiva de testemunhas, a instrução processual, e define se é caso de levar a júri. Então, há uma primeira decisão, que é a de recebimento da denúncia, e uma segunda decisão, intermediária, do juiz, para deliberar se os elementos ali realmente seriam bastantes para levar o caso à apreciação do júri.

O que nós tivemos, infelizmente, foi que, a partir de um *habeas corpus*, o TRF alterou a tipificação dada pelo Ministério Público Federal de homicídio, e isso inclusive retira da competência do tribunal do júri o processamento do caso.

Infelizmente digo isso, porque é sabido que o *habeas corpus* não admite dilação probatória. O *habeas corpus*, nessas questões que são jurídicas... E aí, inclusive em *habeas corpus*, essa discussão se o crime foi doloso ou culposo, essas questões, em regra, por demandarem dilação probatória, são questões que, em princípio, não são veiculadas em *habeas corpus*. Infelizmente, o tribunal se valeu dessa questão sem adentrar nas provas.

E os recursos cabíveis, os recursos possíveis para os tribunais superiores – STF, STJ –, em regra, não admitem tratar de prova. Eles só permitem a discussão de direito. Então, isso acabou inviabilizando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamentos pelo Ministério Público Federal em relação a essa decisão – pelo menos assim entendeu o colega que poderia ter recorrido dessa decisão.

Isso preocupa muito, porque isso acaba se transformando num salvo-conduto, porque a gente sabe que, no crime de homicídio, as penas são mais elevadas. Se nós tratarmos de 19 homicídios que são denunciados lá em Mariana, a gente teria um contexto bem maior, uma possibilidade de uma apenação bem mais gravosa.

É claro que as mortes, nesses casos aí, sem ficar aqui preocupado, porque, na verdade, nossa preocupação não é ficar trabalhando aula de direito, ao que eles vão responder agora é um crime que a gente chama preterdoloso. São aqueles crimes preterdolosos, aqueles crimes em que o resultado não é querido, mas a pessoa vai responder por ele a título de culpa, porque, se ela produz aquele resultado, a gente... Crime preterdoloso é o dolo na ação e a culpa no resultado, de uma forma mais simples, que é o crime de inundação, que o TRF entendeu que vai ser, com o resultado morte.

É como em algumas situações que acontecem, mais comuns, como a lesão corporal com resultado morte. A depender do resultado, a pena acaba sendo mais agravada. O sujeito não quer matar. Ele apenas quer lesionar. Mas produz lesões de tal monta, que te mata. Pode chegar a responder. Só que, aí, o tipo penal é outro. A pena não é a mesma pena de um homicídio doloso, que é de seis a 20 – ou de 12 a 30, no caso do homicídio qualificado. E aí, nesse caso, você não vai ter reconhecimento de qualificadores, apenas a responsabilização pelo resultado.

Eu não sei se ajudei nessas questões, mas...

Esses são pontos que a gente precisa pensar, mas, como o Tonet disse, eu acredito que os colegas têm uma equipe muito boa cuidando dessa parte.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permite-me aqui, Presidente: aqui, tanto o Dr. Tonet quanto o Dr. Helder, nessa questão... Nós temos uma diferença entre Mariana e Brumadinho que é muito clara: em Mariana, nós tínhamos um setor específico cuidando da manutenção daquela barragem, e as informações estavam centradas em um núcleo da Vale; no caso de Brumadinho, nós temos um alerta feito a toda a empresa; nós temos os relatórios de risco colocados à disposição e apresentados a toda a diretoria da empresa – os gerentes de Geotecnica, os gerentes administrativos, todos eles. E há uma fala, que é estrutural em toda a questão da investigação, que veio do próprio ex-presidente, o presidente afastado, que está muito clara aqui: todo e qualquer funcionário da Vale poderia ter imediatamente suspendido ou suspenso o trabalho da mineradora, se o risco estivesse claro.

Então, essa fala mostra que há uma cadeia de responsabilidade muito clara, desde a diretoria geral até a base da empresa e quem lidava diretamente com a barragem e fornecia as informações ao Estado lá, na autodeclaração junto à NM.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse caso... Por exemplo: não há uma diferença – e aqui eu coloco para os dois: criminalmente, não há uma diferença na questão do núcleo específico da Samarco ali, um grupo menor, que respondeu, e agora, com Brumadinho? Porque nós não estamos falando de uma empresa que é primária. Isso não mudaria o contexto inclusive da denúncia, mudando essa decisão do TRF?

Os senhores não entendem que, desta vez, nós não poderíamos conseguir, de fato, essa qualificadora do homicídio, Doutor?

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Na verdade, eu não estou trabalhando com a questão criminal. Então, talvez a Andressa e o Tonet possam enfrentar e os colegas que estão trabalhando. O que eu posso garantir aos senhores é que eles estão atentos e, obviamente, essa situação desse *habeas corpus* do caso Rio Doce, do caso Mariana, é uma questão que certamente será levada em consideração pelos membros do Ministério Pùblico que forem elaborar a denúncia, para se antecipar mesmo a essas discussões.

Então, eu até, se o senhor me permite, não adentrando essa questão, porque, assim... Hoje, pelas forças-tarefas, tanto do Rio Doce quanto de Mariana, eu tenho estado mais presente nas questões socioeconômicas, nas questões dos atingidos.

Eu acabei fazendo esses comentários, porque, da minha experiência de vida, eu tive a oportunidade de trabalhar muito com...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor está colaborando muito. Essa tem sido uma discussão diária, inclusive, com os assessores todos que estão conosco.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Eu tive a oportunidade de ser professor de Direito Penal numa faculdade no interior de Minas chamada Fadileste, na faculdade fui monitor e pesquisador de Direito Penal, e sou especialista em Ciências Penais pela UFMG. Então, na verdade, é a minha área de formação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dra. Andressa, isso, hoje, esta nossa investigação, em que nós temos a confirmação de que a informação circulou, que ela era de domínio de todos eles... Isso pode mudar alguma coisa na denúncia com relação a homicídio?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Em relação a esse ponto, eu gostaria de dizer que, depois do desastre, o Ministério Pùblico de Minas Gerais, na semana seguinte, fez uma série de requisições de informações e documentos à empresa Vale. Isso, no âmbito cível, sem falar no âmbito criminal também. E, entre essas requisições, foi indagado à empresa se havia um estudo de risco monetizado de barragens da companhia e o respectivo ranqueamento, se a companhia estava estudando o risco de suas barragens. Então, nós recebemos, em resposta, no dia 31 de janeiro, cerca de oito gigas de documentos, entre eles um documento datado de outubro de 2018, assinado por Felipe Rocha, que foi um dos presos na segunda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fase da operação, em caráter cautelar, e esse documento foi uma apresentação na qual eram apontadas dez barragens da empresa Vale que estariam em zona de atenção, *Alarp Zone*. *Alarp* é um conceito técnico que quer dizer *as low as reasonably practicable*: abaixo do que é aceitável.

Entre essas dez barragens, duas haviam colapsado no dia 25 de janeiro, B1 e B4. Então, havia outras oito barragens que a companhia tinha ciência de que estavam com o risco acima do aceitável. No próprio documento era mencionado que barragens com nível de risco acima de 10 a -4 deveriam ser levadas ao conhecimento da diretoria, do *board of directors*, do CEO da empresa.

Então, nós temos esses elementos, e isso gerou uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais no dia 1º de fevereiro. Nós ficamos tão alarmados com essa situação, porque as outras oito barragens tinham um risco ainda maior que B1 e B4. Então, no dia seguinte já propusemos uma ação civil pública, que hoje tramita na 1ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte, na qual postulamos diversas medidas, entre as quais auditorias externas independentes, para aferir a situação dessas barragens.

Também nós postulamos a atualização ou mesmo a elaboração de estudos técnicos, como estudos de cenário de ruptura, planos de ações emergenciais das barragens, todos esses estudos necessários para a garantia da segurança das pessoas que convivem nas imediações das barragens. As liminares foram deferidas no mesmo dia 1º de fevereiro, e houve e ainda há uma dificuldade enorme de cumprimento dessas medidas liminares.

Então, na verdade, até hoje o Ministério Público ainda não tem informações da contratação das auditorias. Estamos, de fato, discutindo isso extrajudicialmente com a Vale.

Imediatamente requeremos fosse indagado nos autos da empresa se havia outras barragens em situação de risco. A companhia, o tempo todo, negou a existência de outras barragens em situação de risco. Inclusive, nos autos, disse que o Ministério Público estava interpretando indevidamente o conceito de *Alarp*, que não era isso, que as barragens estavam seguras, só que os fatos desmentiram a versão da companhia, porque, em fevereiro, algumas dessas barragens tiveram o nível 2 de emergência decretado, de acordo com a Portaria da DNMP 70.389. Então, já indicando que havia uma situação de risco, que geraria evacuação. Então, houve evacuações em fevereiro.

E, posteriormente, no mês de março, algumas dessas barragens subiram para o nível 3 de emergência, que é em ruptura ou iminência de ruptura. Hoje, em Minas Gerais, há quatro barragens da empresa Vale nessa situação, em nível 3 de emergência. São as barragens Forquilhas 1 e 3, que já estavam nesse estudo do dia 31 de janeiro. Elas são situadas em Ouro Preto, Complexo Mina de Fábrica. Há a barragem Sul Superior, em Barão de Cocais, e há também uma barragem que se chama B3/B4, em Nova Lima, que tem, na sua zona de autossalvamento, a comunidade de Macacos, no distrito de São





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sebastião das Águas Claras, que foi evacuado, que teve toda a sua vida modificada. As pessoas aí não têm como voltar para suas atividades habituais. Essas quatro barragens nessa situação.

Então, as provas materiais indicam que a companhia tinha ciência sim da existência de barragens em situação de risco, e não alertou oportunamente as autoridades nem agiu para coibir esse risco.

Em relação a isso, eu até gostaria de fazer aí uma fala, em relação às auditorias externas, porque tanto Fundão, que colapsou no dia 5 de novembro de 2015, da empresa Samarco, que tem como controladoras a Vale e a BHP Billiton, quanto B1, da empresa Vale, tinham DCEs, certidões de declaração de estabilidade garantidas. Então, o que é que nós verificamos? Que o sistema está doente. Há um defeito no sistema. Porque as DCEs são emitidas, apresentadas aos órgãos públicos, à Agência Nacional de Mineração, ao Ministério Público, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e esses órgãos definem suas atividades fiscalizatórias com base nessas informações. Só que o sistema não tem mecanismos para garantir a independência das empresas de auditoria. Por exemplo: a TÜV SÜD tinha mais de seis contratos em andamento com a Vale, com cifras superiores, no global, a R\$10 milhões para outros serviços, enquanto era auditora

global a R\$10 milhões para outros serviços, enquanto era auditora independente da Barragem B1. Então, as provas já indicam essa relação promíscua entre a empresa de auditoria e a empresa auditada.

O Ministério Público de Minas Gerais, após o desastre de Fundão, capitaneou um projeto de lei de iniciativa popular chamado Mar de Lama Nunca Mais. Esse projeto finalmente foi aprovado, foi sancionado pelo Governador, no dia 25 de fevereiro deste ano. Exatamente um mês depois do desastre de Brumadinho, houve a sanção integral do projeto, que foi aprimorado nesses quase três anos, com a participação do Ministério Público, da sociedade civil, de órgãos públicos como o Ibama. Então, é um projeto que realmente vem trazer um novo paradigma para o licenciamento ambiental e para a fiscalização de barragens em Minas Gerais.

Vou citar alguns exemplos dessas inovações, por exemplo: hoje lá não pode haver barragens ou serem alteadas barragens, se identificadas comunidades nas chamadas zonas de autossalvamento. São aquelas áreas a jusante abaixo da barragem, onde não haveria tempo para as autoridades agirem em caso de desastre; a pessoa precisa se autossalvar. E os casos recentes demonstram que são essas pessoas as primeiras a morrerem, a serem impactadas; não há tempo para se autossalvarem. Na B1, o vídeo demonstra aí, que, em menos de um minuto, a onda já estava atingindo os trabalhadores ali no refeitório. Então, não haveria tempo hábil. Então, hoje é proibido; essa situação é proibida em Minas Gerais. É um grande avanço, é o cerne, na minha opinião, dessa nova lei.

Também a lei exige as melhores tecnologias disponíveis. No Estudo de Impacto Ambiental, a empresa deve mostrar por que está utilizando a barragem, se hoje há tecnologias mais modernas com o desaguamento. Nós temos o empilhamento dos rejeitos arenosos, o empilhamento drenado; nós temos o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espessamento dos rejeitos lamosos. Essa é a tecnologia que vai ser utilizada no retorno da empresa, no eventual retorno da empresa Samarco.

Logo que assumimos – o Dr. Tonet assumiu como Procurador-Geral de Justiça, em dezembro de 2016, e me convidou para assumir a área ambiental do Ministério Público –, nas primeiras reuniões, já colocamos para a Samarco que não aceitáramos mais do mesmo; que, na verdade, se ela quisesse retomar, ela teria que reinventar a sua atividade. Isso é um trabalho que está sendo feito com o acompanhamento contínuo do Ministério Público, por meio da sua auditoria técnica, fruto de um termo de ajustamento de conduta firmado com a Samarco. Eu tenho reuniões mensais com a Samarco de cerca de cinco horas, com a auditoria técnica; estamos em desenvolvimento de um projeto de filtragem que vai ser, tudo indica, colocado em operação aí na retomada da Samarco.

Então, além disso, a lei também exige o licenciamento trifásico. Hoje a lei ambiental permite uma licença em fase única para a mineração. B1 teve uma licença concomitante à licença prévia de instalação e de operação. A lei não vai permitir mais isso; para barragens é necessário o licenciamento trifásico. Isso é uma garantia do sistema. Passar para uma fase seguinte, só quando você cumprir todas as condicionantes das medidas mitigadoras, é uma garantia do sistema. A lei exige caução ambiental também. O empreendedor, desde o primeiro momento vai ter que reservar uma quantia em dinheiro para fazer frente a um eventual desastre ou para descomissionar, descaracterizar a barragem ao final da operação.

Eu costumo dizer que teve um lado até positivo dos dois maiores desastres de mineração envolverem uma das maiores mineradoras do mundo. Imagine se fosse uma mineradora que não tivesse condições econômicas

Imagine se fosse uma mineradora que não tivesse condições econômicas para fazer frente às indenizações, à recuperação ambiental! Então, a caução é uma necessidade.

E também, por fim, essa lei veda novas barragens a montante em Minas Gerais e o alteamento das barragens a montante existentes, e fixa prazo para o descomissionamento dessas barragens. Em três anos, é o prazo fixado pela lei, essas barragens deverão ser descomissionadas.

Mas a lei não enfrenta ainda o problema das auditorias. Então, nós fomos, como o Dr. Tonet disse, numa missão do Governo brasileiro, do Estado de Minas Gerais, à Holanda, que também aprendeu um pouco com outros modelos. Esse modelo holandês é um modelo que pode ser referência para o sistema brasileiro, porque a Holanda prevê uma comissão independente para a avaliação de impacto ambiental.

Então, com base nisso, eu até fiz um documento que apresentei à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, em relação aos projetos de lei que foram elaborados, nove projetos de lei. Eu fiz uma análise preliminar de dois deles, o que prevê o licenciamento, o que trata do licenciamento ambiental e também o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que atualiza a Lei de Política Nacional de Segurança de Barragens. E nós propusemos ali um modelo pelo qual as autoridades identificam, apontam a empresa de auditoria. E a empresa mineradora apenas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Quem aponta?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – As autoridades públicas...

Haveria um credenciamento prévio dessas empresas de auditoria para garantir critérios de independência, excelência técnica e *expertise* dos profissionais, com um termo de referência, por exemplo: "Não pode ter prestado serviço para tal empresa, para a empresa vai auditar em tal período de tempo"; estabelecimento de quarentenas. Então, faria um credenciamento. A autoridade pública, no caso, a ANM ou o órgão licenciador, apontaria a empresa para fazer a auditoria, e o empreendedor apenas custearia os serviços. No meu entendimento, esse modelo seria um aprimoramento. Quanto menos for próxima a relação entre a empresa de auditoria e a empresa auditada, isso é uma maior garantia de independência do sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas a empresa custear um processo numa Comissão Externa como essa, ainda que sejam indicadas as pessoas pelos órgãos técnicos, não acha comprometedor?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Não, pelo contrário...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O envolvimento econômico da empresa poderia – muito obrigada – gerar um...

Gente é porque eu estou tomando remédio, viu? Então, sou eu e ele aqui – não é? –, com medicamento antibiótico. (*Risos.*)

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Há um princípio no Direito Ambiental que é o princípio do poluidor-pagador. Quem aufera lucros com a atividade econômica deve ser responsável por todas as externalidades, por todos os custos decorrentes dessa atividade. Então, esse trabalho de auditoria é um trabalho extremamente técnico, que exige equipes multidisciplinares, realização de estudos geotécnicos. Não é possível, na minha visão, que o órgão público arque com todos esses custos. Eu vislumbro um sistema no qual haja uma fiscalização pública eficiente, um controle público eficiente. Hoje isso não é real no Brasil, pelos dados que foram publicizados. A ANM Minas Gerais, antes do desastre, tinha nos seus quadros apenas três fiscais para fiscalizarem mais de 200 barragens. Então, há uma deficiência tanto do ponto de vista humano, quanto material dos órgãos de controle. Isso deve ser aprimorado.

Foi proposta até uma ação pelo Ministério Público Federal, em face da ANM, com esse objetivo. Possivelmente nós vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público Federal, em face da ANM, com esse objetivo. Possivelmente nós vamos conseguir aí lograr um acordo nessa ação para melhor estruturar a ANM, mas são duas coisas que devem atuar conjuntamente. O autocontrole também é necessário, ter auditores independentes é necessário, só que tem que ter mecanismos que garantam a independência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Para garantir a independência (*Fora do microfone.*)

Desculpe interrompê-la.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, lá fora a sociedade tem mais controle disso do que se tem no Brasil. A interferência econômica de alguém que vá manter uma auditoria como essa tem uma leitura aqui no Brasil de uma certa dependência de quem paga. Eu tenho muito medo disso. Por exemplo, nós estamos conversando sobre tudo isso aqui, mas eu estou aqui com uma preocupação adicional, qual seja: nós estamos conversando sobre aquilo que aconteceu e, ao mesmo tempo, há uma ameaça de outros acontecimentos.

Simultaneamente a isso – Dr. Antônio, Dr. Helder, Sra. Andressa –, nós temos que ter uma ação de acompanhamento dos possíveis desastres que estão cantados em verso e prosa de que podem acontecer a qualquer momento. Há uma, outras várias barragens com problema de risco de desmoronamento. Nesse momento, entre uma coisa e outra, até chegarmos a um projeto ideal, que aí, como legisladora, eu quero ter oportunidade de estudar muito todas essas comissões externas, como elas serão, de que forma que elas verão, qual é a cumplicidade entre a empresa e elas, porque não pode existir. E também é preciso estarmos atentos ao acompanhamento.

E até é uma pergunta que eu faço: dentro desse quadro, que nós vemos, de prováveis... Eu vou chamar de quê? De tragédia, de calamidade...

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI (*Fora do microfone.*) – De desastre...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não vou chamar de desastre, não vou chamar de desastre, porque desastre é uma coisa que pode acontecer a qualquer momento, mas para isso já há um aviso prévio. Nós estamos esperando Barão de Cocais a qualquer momento, não é isso? E fica até uma coisa doída – uma imagem mexeu tanto para cá, tanto para lá – e uma observação atônita.

Então, acho que, nesse processo, agora dá para haver uma ação de intervenção. Até há a pergunta se vocês estão acompanhando as outras barragens que estão denunciadas, o que os senhores podem fazer, o que nós podemos fazer, porque aqui é a parte da legislação. Quando a senhora fala em comissão externa, até anotei aqui, a senhora falou alguma coisa sobre caução, o que achei muito interessante; a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão externa independente. E essa palavra "independente" me soa melhor, se não tivermos... Não é que o Poder Público pode pagar tudo, mas o Poder Público também taxa, ele também recebe dinheiro. A Agência Nacional recebe as multas, as taxas. O que se faz com esse dinheiro? Não pode ela ter uma comissão externa, fiscalizadora e aí com independência, sim, independência da empresa, que é o que mais me preocupa? A Vale não agiu, até este momento, pelo que nós estamos sabendo, em relação a isso, com o compromisso de quem tinha o dever objetivo do cuidado.

E, com a fala dele, que me esclareceu muitas coisas, com a visão do dever objetivo do cuidado, que eu pergunto: o que nós podemos – juntando tudo o que precisamos fazer, para exigir uma nova modalidade técnica, de controle, de fiscalização – fazer para que a Vale não continue na direção em que ela sempre esteve e para evitar esses novos

e para evitar essas novas tragédias? Porque, ainda que se perca uma vida, é uma tragédia; ainda que se comprometa o ambiente, é uma tragédia.

O trabalho que a senhora demonstrou é extremamente importante, mas queríamos construir um rito nesse processo, para que a gente possa também estar atento aos passos que a Vale vai dar em relação àquilo que ela está hoje colocando, expondo, como também quanto a outras barragens de risco que estão espalhadas. Então, precisamos juntar a iniciativa para se proteger futuramente, mas também ver o que que nós podemos fazer imediatamente, e não só os senhores, cujo trabalho estou vendo que é extremamente competente.

A senhora demonstra... Eu só fico orgulhosa – desculpem-me os demais – por ser mulher, com essa propriedade, com esse conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, um pouco mais atrás: "Não; não põe, não, porque é mulher". Agora: "Põe, porque é mulher". Entendeu? Isso é muito importante.

Então, esse objetivo de cuidado de que ele fala, que a gente possa construir isso juntos. A senhora, com a sua visão extremamente profissional, técnica, cuidadosa, respeitosa, comprometida, e os demais, o Dr. Antônio e o Dr. Helder, que a gente possa, nesse interregno, saber o que efetivamente o Ministério Público pode estar fazendo para socorrer os evidentes diagnósticos de cuidados quanto a tragédias que possam estar em andamento.

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Senadora, em relação a isso, nós, no mês de fevereiro, pouco antes do Carnaval, se eu me recordo, fizemos uma reunião na Procuradoria de Justiça. Nós identificamos todas as barragens da companhia Vale situadas em Minas Gerais. Convocamos os Promotores para uma reunião. Preparamos todo um material de apoio numa pasta virtual, com modelos de ações, portarias, peças jurídicas. Orientamos os Promotores e propusemos várias ações no Estado de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minas Gerais. Hoje são 21 ações civis públicas. Conseguimos liminar em todas elas, no sentido de ter várias medidas independentes, auditoria externa independente, de acordo um termo de referência que foi construído pelo Ministério Público, que prevê refazimento de estudos geotécnicos; todas as fases necessárias para se auditar, de uma maneira real, a barragem, para podermos conhecer a situação dessas barragens no Estado.

Em relação a nossa atuação, eu acho que ela motivou também algumas empresas a terem se negado a conceder a DCE para algumas barragens em 31 de março. Então, várias empresas aí não concederam a certidão de declaração de estabilidade. Essas barragens entraram em nível de emergência e elas estão sendo monitoradas. Então, nós estamos atuando em relação a essas questões mais urgentes de barragens processualmente e também extrajudicialmente.

Em relação a Barão de Cocais, especificamente entramos com três ações, inclusive no âmbito socioeconômico, para garantir aí também o pagamento de valores emergenciais para as pessoas atingidas que deixaram de auferir renda em razão dessa situação que se prolonga por vários meses já. E a expectativa é de que se prolongue até por anos, porque se retornar à estabilidade da Barragem Sul Superior, isso é uma ação de longo prazo; vai ser necessário um descomissionamento.

Eu sobrevoei a área anteontem, inclusive, e pude ver a existência de trabalhadores, vários trabalhadores ali contratados pela empresa Vale, que estão trabalhando numa área muito próxima à barragem, em obras emergenciais de contenção, para a hipótese de ruptura da barragem.

de contenção para a hipótese de ruptura da barragem, então estão sendo feitas medidas para conter os rejeitos. A zona de autossalvamento foi evacuada em fevereiro em Barão de Cocais, assim como nas demais barragens com nível 2 ou nível 3 de emergência, mas há, ainda, sempre a preocupação em relação à zona secundária de inundação, que é aquela área que vai ser atingida pela lama e pelos rejeitos num período de tempo maior. A Defesa Civil vem trabalhando de maneira incansável, a Defesa Civil estadual e também as Defesas Civis municipais envolvidas, fazendo simulados de emergência para treinar a população a como agir na hipótese de ruptura, mas a incerteza e a insegurança são reais, e as pessoas estão vivendo a lama antes de a lama atingi-las. Os efeitos da lama são sentidos.

Para os senhores terem uma visão desse problema, eu não pude sobrevoar o centro de Barão de Cocais porque a população está aterrorizada, então me pediram para o helicóptero só ficar na zona rural, porque quando as pessoas avistam um helicóptero ficam desesperadas. As crianças... Nas calçadas, está pintado em vermelho onde a lama vai passar. Isso acontece em Nova Lima, em alguns distritos de Nova Lima, também em Barão de Cocais. As crianças pulam a área vermelha da calçada, "ah, aqui a lama, a lama está aí". Então a lama já está atingindo as pessoas, e precisamos fazer alguma coisa para mudar. E, do meu ponto de vista, o papel que esta Casa pode ter é ir contra esse movimento de flexibilização da legislação ambiental, porque há um discurso sempre muito forte no sentido de que a preservação do meio ambiente é um entrave ao desenvolvimento econômico, quando isso não é verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, há problemas relacionados ao licenciamento ambiental que são muitas vezes ocasionados pela pouca, pela baixa estruturação do sistema como um todo. Então, na minha visão, enfraquecer a legislação de proteção só vai agravar esse problema. Nós precisamos ter em nível nacional uma legislação forte como essa que foi finalmente editada em Minas Gerais, nós precisamos enfrentar o problema da ausência de independência das assessorias técnicas, não só para as auditorias, mas também para a elaboração dos estudos de impacto ambiental, porque não são raros os estudos de impacto ambiental que minimizam os problemas. Há um estudo todo numa direção, e a conclusão final é contrária, sempre permitindo a instalação de atividades que muitas vezes não seriam possíveis naquele local, seja pelas características naturais da área, seja pelas características das populações tradicionais. Então, enfrentar esse problema da independência é um ponto em que eu acho que esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, o Congresso como um todo tem um papel muito importante. E o Ministério Público está pronto também para contribuir, para a gente avançar nessa legislação mais forte, que possa garantir a segurança das pessoas e do meio ambiente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu só gostaria de... O senhor gostaria de falar, doutor?

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Eu queria só... Se o senhor me permitir...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Na linha da fala da Andressa, tem um ponto que eu tenho percebido na minha atuação já com os atingidos, sob a ótica dos atingidos: é preciso aprimorar o sistema de informação, para que as empresas cumpram... E eu até entendo... Acho que isso pode ficar melhor explicitado na legislação, mas eu entendo...

Por exemplo, esta Casa, o Legislativo brasileiro vem de promulgar a Lei da Transparéncia. As nossas remunerações, toda a movimentação do serviço público tem que ficar evidenciada. E quando a gente trata, por exemplo, de licenciamento ambiental, que é um procedimento estritamente público e com repercussão na vida das pessoas... Um licenciamento ambiental, se uma licença ambiental é concedida, ou os planos de ação emergencial de barragens, isso afeta a vida das pessoas. A gente tem uma série de documentos que são produzidos pelas empresas e que são entregues a órgãos públicos. A gente precisaria pensar numa forma de obrigar – e aí talvez uma legislação específica –, de clarificar essa exigência de que esses documentos sejam desde sempre públicos, na rede mundial de computadores, porque, por exemplo, se eu tenho um licenciamento...

Eu falo isso porque eu percebi, num caso de atuação lá em Minas Gerais, ao questionar a Semad sobre o dever dela de exigir que a empresa colocasse na rede mundial de computadores o seu EIA, que é o estudo de impacto ambiental, ela disse que não podia exigir isso, a Semad, o Copam, o sistema mineiro de licenciamento, porque a matéria era regulada por uma resolução do Copam de 1993 que se contentava com o depósito de uma cópia do EIA, o estudo de impacto ambiental...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Nossa, 1993!

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – ... nas Câmaras Municipais ou em alguns lugares. E aí vejam bem: se você está tratando de uma atividade dessas, você tem o interesse inclusive dos concorrentes, até a concorrência, os concorrentes têm que ter o direito de saber como se vai fazer, até para que se tenha crítica. A universidade, a partir do momento em que você tem essa informação disponível, a universidade tem acesso, e inclusive o trabalho no Ministério Público é facilitado, porque se um estudo como esse fica disponível na rede mundial de computadores, os pesquisadores vão ter acesso a ele e vão poder criticá-lo. E a população vai ter acesso também, vai poder entender, vai poder perguntar, vai poder pedir esclarecimentos.

Esse é um outro lado também dessa ideia da Andressa que eu acho que é muito importante que a gente pense. E, em termos de cooperar com o Legislativo, acho que talvez a gente precise pensar em mecanismos de imposição de transparência, porque há documentos que devem ser públicos, eles não podem ter uma publicidade restrita, eles têm que ser submetidos à crítica, à luz, a população tem que ter acesso, tem que ter possibilidade de ver os conteúdos para poder criticá-los. Esse é um ponto que a gente precisa... E o sistema hoje se contenta com a entrega, por exemplo, do PAEBM, e as pessoas se ressentem, porque a gente quer saber por que se definiu essa... A gente tem algumas discussões sobre essa definição de zona de autossalvamento, qual seria o alcance da mancha, como é que se trabalha. A gente precisa ter a possibilidade inclusive de discutir isso com os órgãos, seja os órgãos serem obrigados a publicizar isso, seja as empresas – esses documentos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria de pedir, Dr. Tonet, para nós retomarmos uma pergunta que eu fiz que para nós é fundamental no direcionamento daqui para a frente.

O senhor acredita que, com os novos fatos que vieram à tona com a questão de Brumadinho, a decisão sobre a qualificação de homicídio poderia ser diferente do que aconteceu em Mariana? Nós conseguiríamos avançar essa acusação diante das novas provas?

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Senador, eu acredito que sim, mas essa não pode ser uma resposta peremptória, porque essa conclusão será feita pelos promotores, que estão atuando em conjunto com os Procuradores da República, com a Polícia Civil e com a Polícia Federal. Em relação a isso, os promotores têm autonomia e independência funcional para, no momento oportuno, qualificar o crime como inundação, homicídio culposo, homicídio doloso. Então eu não poderia antecipar esse mérito porque nós não concluímos ainda a investigação, nós não concluímos ainda os trabalhos, seria prematuro.

Esse debate é válido, ele é até instigante no meio político, no meio acadêmico, muitos Senadores entendem de uma forma, outros entendem de outra forma, no meio acadêmico também... Tem sido um grande laboratório nas universidades esses casos, tanto o de Mariana quanto o de Brumadinho, mas nós,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estamos na ponta da investigação, principalmente os promotores, não podemos, antes do momento oportuno, antecipar o mérito.

Então, eu entendo a preocupação e a ansiedade da sociedade com relação a uma resposta criminal efetiva por parte do Ministério Público, nós a daremos no momento oportuno, mas essas considerações são importantes. Esses novos elementos de prova que estão surgindo nesse contexto podem realmente levar os promotores à convicção de que se trata realmente de homicídio doloso, com dolo eventual. Isso pode acontecer.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, a Senadora Rose até já externou uma parte da nossa preocupação. Nós temos 280 mortos, 290, hoje, número oficial, entre os 25 desaparecidos – eu posso até estar enganado em um ou outro – e 265 já identificados pelo Instituto Médico Legal e os corpos entregues às famílias. A preocupação nossa é de que a sociedade brasileira assista a um crime como esse, no âmbito ambiental, administrativo também, há um crime a ser considerado, e que ninguém seja condenado ou preso no homicídio pelas mortes dessas pessoas. Essa é uma preocupação que a sociedade tem e que é a nossa preocupação.

A questão é saber a responsabilidade de quem e em cada grau, mas alguém matou essas pessoas.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Alguém matou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Alguém matou. E quem matou essas pessoas tem que responder por homicídio. E aí, Promotora, Dra. Andressa, eu estendo a sua consideração: será que, com tudo que nós agora elencamos, que vamos apresentar, a aceitação, a denúncia de crime de homicídio tem mais chance de prosperar, apesar da decisão do TRF da 1ª Região, será que nós vamos conseguir avançar ou será que nós vamos precisar criar novos tipos legais inclusive para definir o que é homicídio no Brasil?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Senador, eu ratifico as palavras do Dr. Tonet no sentido de que não é possível emitir agora um juízo de valor em relação à tipificação porque isso vai depender do que a equipe como um todo definir em relação ao ponto de vista jurídico mesmo da escolha da equipe. Mas eu acredito que, como o senhor bem colocou, as provas são muito contundentes no sentido de responsabilização dos culpados, seja qual for o tipo penal escolhido ali pela equipe de promotores no momento do oferecimento da denúncia. O importante é a consistência das provas, a consistência em demonstrar essa cadeia de comando da tomada de decisão e quem são os verdadeiros culpados pelos crimes. Acho que esse é o trabalho principal.

A tipificação, seja qual for a escolha, embasada em provas consistentes, vai levar à responsabilização. É nisso que nós acreditamos, nós trabalhamos com esse objetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora sabe, por exemplo, que a Vale... Nós não podemos menosprezar a capacidade de articulação da Vale. Eu já disse e repito que eu não quero acabar com a Vale. Eu quero um novo comportamento de uma empresa desse tamanho, que tem grande importância para o Brasil, que gera emprego, riqueza e tudo o mais, mas que tem que estar comprometida com a vida, com a questão ambiental, enfim, comprometida com o País.

Sabe que a Vale contratou, recentemente, uma ex-Ministra do STF, para minha grande surpresa, não a contratação, mas para qual papel? Ela vai compor uma comissão para investigar as causas do rompimento da B1. A Vale contrata uma ex-Ministra do STF para compor uma comissão. Nós estamos todos trabalhando nessa direção. Melhor do que o trabalho até desta Casa, e em paralelo, é o trabalho que os senhores estão fazendo. Sobre ele e sobre esta Casa não vai parar qualquer dúvida, mas compor, contratar.... É um arsenal de guerra sem precedentes. Eu nunca vi isso, contratar uma ex-Ministra do STF para compor uma comissão que vai investigar a causa do rompimento da B1, como se não estivessem as causas suficientemente demonstradas por depoimentos, laudos, pareceres ao longo desse tempo, como se não estivesse tão evidente.

E aí fica a pergunta que o Senador colocou: é uma tentativa de influenciar no resultado final? De se contrapor às evidências de todos os relatórios que serão apresentados? Torno a repetir que eu sou pela saúde da Vale, inclusive de gestão. Novo comportamento, nova atitude, novo comprometimento...

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Excelência, posso fazer um aparte com relação à gestão? Uma das preocupações que nós tivemos – e aí da força-tarefa como um todo, o Ministério Pùblico Federal até que liderou esse movimento, e nós aderimos e trabalhamos nesse sentido também – foi de, durante esse processo e logo após o rompimento da barragem, obtermos a substituição de toda a diretoria da Vale, porque nós entendíamos que aquela diretoria estava comprometendo os trabalhos, não só a imagem da Vale como um todo, mas os trabalhos. Aí postulamos junto ao Conselho de Administração da Vale a total substituição da diretoria, no que nós fomos atendidos. Isso deu uma leveza maior para a diretoria para dar sequência, não estava eventualmente comprometida com os erros anteriores. Isso foi fundamental para a gente prosseguir, inclusive com muitos termos de ajustamento de condutas com a própria Vale. Nós estamos obtendo grandes avanços nessa direção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós vamos fazer uma última pergunta para que os três, por favor, façam uma consideração final juntamente com a resposta, porque daqui nós temos que suspender, terminar para irmos ao Plenário, mas eu gostaria muito que os senhores falassem agora sobre a questão da indenização às vítimas, o porquê da demora, a dificuldade que nós temos em que essas famílias sejam reembolsadas em pelo menos parte daquilo que perderam.

Qual experiência, Dra. Andressa, que a senhora traz, Dr. Tonet, Dr. Helder, em relação a isso, ao direito dessas famílias a serem resarcidas e indenizadas em toda essa situação que nós temos. Agora, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barão de Cocais, por exemplo, o pessoal não dorme, o comércio fecha. Qual é o balanço que vocês fazem para nós em relação a isso, por favor?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Eu vou começar essa análise pelo caso Samarco, pelo que nós verificamos ali.

Eu ingressei na coordenação da força-tarefa um pouco mais de um ano após a ocorrência da ruptura de Fundão. Nós verificamos uma demora inaceitável em relação tanto à indenização aos atingidos quanto à recuperação ambiental. O Ministério Público, desde o início, se contrapôs ao TTac, o chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, que foi firmado entre a Vale, a BHP, a Samarco e os governos dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, que criou a Fundação Renova com 41 programas de reparação – hoje são 42 programas.

A Fundação Renova não tem demonstrado capacidade de fazer as suas ações com a celeridade necessária. Então, até hoje, Bento Rodrigues não foi realocada, não há uma nova Bento. O Ministério Público tem que trabalhar diuturnamente nesse processo para praticamente guiar a atuação da Fundação Renova. Então, há uma demora em relação à realocação – o Dr. Helder pode falar também sobre as outras comunidades impactadas; o Dr. Helder tem um trabalho fantástico de assistência às vítimas do desastre de Fundão, ele conhece as pessoas envolvidas pelos nomes.

Então, nós quisemos, em Brumadinho, não incidir nesses mesmos erros. Assim, o Ministério Público, desde o início, se posicionou contrariamente à criação de qualquer ente que pudesse receber a tarefa que é da poluidora, é da causadora do problema, do dano – cabe à entidade que cometeu o crime recuperar o meio ambiente e reparar as vítimas. Então, o Ministério Público, desde o início, chamou a Vale à sua responsabilidade.

Conseguimos avanços significativos em relação a pagamentos emergenciais. Já na semana seguinte, conseguimos estender a todos os residentes em Brumadinho o pagamento de um salário mínimo para adulto, meio salário mínimo para adolescente, um quarto de salário mínimo para criança, e a todos os residentes a um quilômetro da calha do Rio Paraobeba até Retiro Baixo, que é onde a pluma de rejeitos e substâncias contaminantes se encontra hoje, no Município de Pompéu. Mas há um trabalho muito complexo em relação à reparação integral, porque modos de vida são modificados num desastre dessa magnitude, não é uma questão só de dividir dinheiro. Há cidades que perderam a sua vocação completamente. Nós tivemos isto no desastre do Rio Doce e também agora, no Paraobeba: há cidades que viviam do turismo e não vão poder mais fazer isso. Então, têm que ser quantificados esses danos e, para isso, os atingidos precisam de assistência técnica, porque eles têm que negociar em condições de igualdade com a empresa – a empresa é a quarta maior mineradora do mundo; então, ela tem um corpo de advogados e de profissionais ilimitado, e os atingidos, muitas vezes, ficam numa situação de disparidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a assistência técnica vai combater essa disparidade, e nós conseguimos, já na semana seguinte ao desastre, garantir o pagamento, pela Vale, de assistência técnica a todos os atingidos. Nós estamos numa fase de escolha das assistências técnicas – já foi escolhida a de Brumadinho. O Dr. André Sperling, que lidera o nosso eixo socioeconômico no Ministério Público de Minas Gerais, a Dra. Cláudia Spranger e a equipe toda – a Dra. Cláudia é nossa Coordenadora de Direitos Humanos – têm trabalhado diuturnamente, finais de semana, feriados – as escolhas das assessorias normalmente são nos finais de semana, as comunidades é que escolhem quem vão querer que sejam seus assistentes.

Aí, depois disso...

Aí, depois disso, há um trabalho de quantificação dos danos e o pagamento. Mas tudo isso está sendo acompanhado, e acompanhado de perto, pelo Juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública de Minas Gerais, que está fazendo audiências quinzenais e homologando acordos parciais.

Então, nós acreditamos que esse trabalho de indenização vá ser muito mais rápido em relação ao que ocorreu em Mariana. Essa é a nossa expectativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Paralelamente a isso há o trabalho de recuperação geoeconômica. A cidade é muito afetada. Eu sei do trabalho individual, daquele que tinha uma pousada, daquele que tinha uma farmácia, uma creche, por aí afora.

O conceito da unidade municipal é muito amplo, não só do esvaziamento da cidade como também todo o sacrifício econômico que a cidade sofreu, é uma derrocada. Existe isso institucionalizado como unidade federativa? Há um trabalho para a recuperação do capital de conceito econômico e geográfico?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Há sim, Senadora.

Como o Dr. Tonet disse, nós ingressamos com as medidas cautelares, tanto ambientais, no dia 25, como socioeconómicas, no dia 26, e depois propusemos nossas ações principais. Foi proposta, em 13 de março, a ação principal socioambiental, um documento de mais de 120 páginas com milhares de documentos anexos que prevê toda a recuperação ambiental. Aí são especificados patrimônio cultural, fauna, flora. E, na questão socioeconômica, também: nós propusemos a ação principal socioeconômica. Então, até o prejuízo aos Municípios já está postulado em juízo, os prejuízos que os entes municipais sofreram, que todas as comunidades sofreram. Ela é muito ampla, é uma ação também com mais de 100 páginas. Então, isso já está postulado.

Agora o Ministério Público vem, junto com as demais entidades públicas e a empresa... Há certa dificuldade nessa negociação, não posso negar. Não é assim: nós propomos e a empresa aceita. Não. Essas audiências são audiências que demoram seis horas, há uma discussão muito intensa, mas nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos avançar por acordos parciais. Então, a nossa expectativa é ir fazendo acordos para ressarcir os Municípios...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já se pode determinar um prazo de conclusão desse acordo com a Vale? A Vale tem todo interesse de postergar...

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – O juiz vem dando um impulso de celeridade muito firme no processo. Se a gente não consegue acordo, o juiz determina. Na própria audiência, ele diz: "Ah, não há acordo? Então eu vou sentar aqui e vou decidir!" E ele começa a redigir, o que motiva o acordo. Então, tem acontecido isto, a gente tem conseguido avançar também pelo impulso do Poder Judiciário. Então, são as instituições todas juntas, e nós acreditamos que vamos avançar celeremente. Mas é muito complexo, não dá para finalizar as indenizações este ano, é um trabalho de fôlego, de longo prazo, e que nós estamos fazendo pouquinho a pouquinho.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Há uma questão, Senadora, em relação às indenizações.

A Vale, logo após o desastre em Brumadinho... Eu sei que a senhora não gosta muito do termo "desastre", mas a gente o prefere, até como um antônimo de "acidente", porque a ideia de acidente é que a gente afasta mais fortemente.

A Vale já se mostrou para nós até... Procurou a advocacia do Estado num primeiro momento querendo que a gente já parametrizasse as indenizações, já as estabelecesse – as indenizações individuais, das pessoas. E nós entendemos que nós não podemos fazer isso, nós precisamos ouvir as pessoas...

E nós entendemos que nós não podemos fazer isso, nós precisamos ouvir as pessoas. E, aí, esse conceito de que a Andressa falou, da assessoria técnica, é muito importante, porque é preciso que quem dê valor aos bens perdidos sejam as pessoas que os perderam ou, no mínimo, que elas tenham participação nesse processo. O que a gente vê da empresa...

Então, quando dissemos para a Vale que não estávamos dispostos a fazer aquilo que ela queria, aí – não sei se os senhores se lembram daquela promessa de doações – a Vale começou a dizer que faria doações, doações de 100 mil por morto. Mas aquilo porque, de início, ela queria fazer esse acordo com a gente, queria que os órgãos chancelassem essa ideia dela, e nós entendemos que não podíamos, porque existem questões que são da vida das pessoas que as pessoas precisam definir.

O caso de Mariana tem nos ensinado que também existem danos que vão aparecer com o tempo. Os danos à saúde, que são muito graves, muitos deles estão aparecendo agora, com o tempo: problemas de pele, problemas de saúde mental. Esses pontos, não dava para a gente dizer...

E a lógica que permeou esse processo, com todo respeito àqueles que dele participaram, tem algumas coisas boas, como o TTac, tem alguns méritos, como uma iniciativa primeira de busca de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reparação, da atuação dos governos, mas teve um demérito muito grande, que foi o de criar a ideia de que, com o pagamento de determinado valor, a coisa estaria resolvida para as empresas. O grande defeito do TTac, a despeito dos méritos que têm de ser reconhecidos, foi exatamente esse.

Ainda hoje a Fundação Renova trabalha com essa lógica do TTac, muito embora os Ministérios Públicos e as Defensorias Públicas tenham firmado com as empresas e os governos um TAC, que é o chamado TAC Governança, que prevê uma repactuação e que trabalha com a ideia de reparação integral e não apenas reparação naqueles termos do TTac.

É que o TTac... Veja bem uma coisa; talvez a senhora já tenha visto essa situação acontecendo no Espírito Santo. Em relação às indenizações das perdas que as pessoas tiveram, o programa essencial é o PIM, o Programa de Indenização Mediada. É um programa que tem muitos defeitos, sendo o principal deles o seguinte. Esta semana houve a reunião do CIF, o Comitê Interfederativo, que é um comitê criado pelos Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo para fiscalizar a atuação da Renova. E ainda nesta semana nós recebemos produtores rurais de Conselheiro Pena e de vários lugares atingidos, e eles trouxeram alguns problemas, como, por exemplo: quem não negocia com a Renova, quem não aceita o acordo que a Renova propõe, fica no limbo. Se você não aceita, pela regra do Processo Civil, ela deveria dizer assim: "Então, eu vou te pagar isso que estou propondo e você vai discutir com a gente o restante." Mas não. Se a pessoa não aceita o acordo, vai ficar sem receber. É uma forma de obrigar as pessoas a um acordo, o que é indevido.

E essa crítica é uma crítica que eu estendo também... Nós tivemos um problema muito difícil no caso de Brumadinho: infelizmente, uma das nossas coirmãs, uma das entidades que estavam trabalhando juntas, uma parcela delas, aceitou fazer um acordo com a Vale sobre indenizações individuais com o mesmo defeito. Quem não faz acordo como é que fica? E se a Vale propõe... É que tudo é definido pela Vale. Se a Vale propõe e a pessoa...

Se a Vale propõe e a pessoa não aceita o valor proposto, a pessoa volta para casa de mãos vazias e vai esperar, porque, inclusive, não está claro... Nesse caso, a Defensoria Pública deveria já, de plano, mover ação individual para aquele atingido que foi fazer um acordo, mas, ao que tudo indica, ela não está fazendo isso e nem há previsão, nesse termo de acordo da Defensoria Pública com a Vale, de que ela vá fazê-lo. Então, a gente tem esses gargalos que precisam ser corrigidos.

Nós entendemos – esse é um aspecto – que só com a contratação da assessoria técnica é que os atingidos têm condições, inclusive, de dizer das suas perdas, de entender as suas perdas e dizê-las melhor, para ficarem mais fortalecidos nas suas reivindicações. Infelizmente, nós estamos caminhando para a contratação da assessoria técnica em Brumadinho e, embora já tenhamos as entidades escolhidas para a assessoria técnica...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Espírito Santo nós não temos até hoje nem uma assessoria técnica contratada. Já estão escolhidas desde setembro e outubro, mas nós temos tido dificuldades como as empresas na definição da forma de contratação e, infelizmente também, com o juiz. Diferentemente do Dr. Elton, que tem tido uma forma de conduzir o processo, o Juiz Federal da 12ª Vara não tem tido, ou talvez eu não tenha percebido – falo da minha percepção –, um olhar como o do Dr. Elton, da 6ª Vara. Digo isso com muita tristeza, porque, nesse processo nós estamos aguardando... Já foi apresentada para ele a listagem das entidades escolhidas, e estamos aguardando que ele homologue essa escolha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – É o Juiz da 12ª Vara em Belo Horizonte.

E fico muito preocupado, porque, no *site* da própria Justiça Federal, há uma fala desse juiz, o Dr. Mário, em que ele fala que o drama... Diferenciando Brumadinho de Rio Doce, de Mariana, ele fala que, em Brumadinho, o problema seria 90% drama humanitário e 10% ambiental e, no Rio Doce, seria 90% ambiental e 10% humanitário.

Eu sinto muito, porque, se ele fala isso numa explanação... De onde ele tira essa conclusão? Quantas vezes ele foi até as comunidades? Quantos atingidos ele ouviu? Quantas vezes ele ouviu as empresas? Quantas vezes ele recebeu os advogados das empresas? Quantas vezes ele recebeu os atingidos, os representantes dos atingidos ou fez audiências com os atingidos? Nesse caso, o Dr. Elton, da 6ª Vara, tem sido digno de elogios, exatamente por sua postura, o que a Dra. Andressa tem ressaltado. As audiências... É claro que há limitações nas salas, mas as audiências têm ocorrido quinzenalmente, tem sido facultada a presença de representações dos atingidos nas audiências, além do Ministério Público e das Defensorias Públicas. Isso, com certeza, tem feito uma diferença positiva em prol dos atingidos.

O que a gente tem de fato, para nossa tristeza, é que a Fundação Renova e as empresas criam, ou trabalham para criar, a ideia de que estão promovendo a reparação. Quando a gente vê os informes da Fundação Renova... Isso a gente não pode deixar acontecer em Brumadinho, muito embora pareça que a Vale tenha tentado fazer isso com esse acordo com a Defensoria Pública. Dá aquela ideia de que...

isso ou tentou fazer isso com esse acordo com a Defensoria Pública. Dá aquela ideia de que está promovendo a reparação e que algumas pessoas poucas que estariam gritando, dizendo que não estão sendo reparadas, essas pessoas seriam aquelas que vão espernear, que estão esperneando.

Na verdade, eu asseguro aos senhores – até agradeço à Andressa, porque eu tive oportunidade de ir a várias localidades, tenho, sim, tido oportunidade de, pelo Ministério Público Federal, ir desde Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, descendo o rio, no caso de Minas Gerais, até Resplendor, Aimorés e Itueta –, tenho tido oportunidade de conversar, de ter acesso aos atingidos. E a percepção generalizada é a da pouca efetividade ou de nenhuma efetividade da atuação da Renova e de uma preocupação da Renova essencialmente de fazer parecer que está fazendo, que está resolvendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, o custo... E isto a gente não pode permitir: que o custo do desastre fique nas costas das pessoas mais pequenas, das pessoas mais frágeis, ao ponto de, por esse PIM, que é o Programa de Indenização Mediada da Renova, eles pagarem, por exemplo, num pé de limão, num pé de fruta produzindo que a pessoa perde, um valor menor do que o de 1kg da fruta. A gente tem casos, claro, de oferecerem por um pé de limão produzindo valor menor do que o de 1kg de limão na feira, ou de quererem pagar a muda ou, por exemplo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – A produtividade não leva em consideração.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Não leva.

A Célia trouxe a questão, por exemplo, na hora de pagar o lucro cessante de quem perdeu: tem perdas de vacas, perda da produção de leites, de bezerros, vacas que estão abortando, plantas frutíferas também estão abortando, porque não estão produzindo. Aí, se uma vaca aborta, se ela não dá uma cria, não é só o leite que está se perdendo, não é só a produção de leite que reduz. Pensem numa bezerra ou num bezerro, no momento em que ele vai ser vendido para o produtor rural, no custo dele. A Fundação Renova se nega a trabalhar, na reparação, o reconhecimento desses fatos e quer trabalhar sempre, por exemplo, com os animais, como se todos os animais fossem para corte; e, na verdade, não é isso. Uma vaca perdida, uma vaca que está em certa idade, a gente tem que pensar: quantas crias ela teria? Quantos bezerros seriam? E se fosse uma bezerra? Quantos bezerros seriam?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – É o lucro cessante.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – O lucro cessante não tem comportado isso. Uma galinha, quantos ovos ela botava? Esses ovos dariam uma galinha chocadeira? Quantas outras galinhas? Esse tipo de cálculo precisa ser feito considerando a forma como a pessoa vivia e não a lógica da Fundação Renova, porque, do contrário, o custo fica nas costas das pessoas, do produtor rural, do pescador, de pessoas pequenas.

Essa preocupação a gente tem tido. E a gente entende que a assessoria técnica aos atingidos é a melhor forma de perceber, de dar voz aos atingidos e os atingidos apresentarem... Por exemplo, se vai fazer uma matriz de danos, um outro defeito desse acordo da Vale com a Defensoria Pública é que ele trabalha com uma lógica de construir uma chamada matriz de danos sem ouvir as pessoas atingidas. Então se define um parâmetro: para quem perdeu animal doméstico, eles trabalham com a lógica de R\$10 mil de indenização. Seria um tipo de dano moral. Mas quantos animais domésticos... Por exemplo, tem pessoas que teriam cães, cachorros, *pets*, cujo valor talvez seja até maior do que o valor simples do dano moral. O custo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O custo mesmo de aquisição do filhote talvez, pode ter caso, seja até maior que isso. E, na verdade, se você tem mais de um filhote, não dá para se pensar nessas parametrizações sem conversar com os atingidos, sem ter essa percepção da realidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou só fazer uma correção aqui antes. Eu acabei de receber... Pedi o laudo oficial do número de mortos e desaparecidos. Nós temos, confirmados pela Defesa Civil de Minas Gerais, 244 mortos e 26 desaparecidos, um total de 270 pessoas. Eu havia citado 280, mas são 270 pessoas: 244 mortos e 26 desaparecidos, é o laudo oficial divulgado ontem pela Defesa Civil.

Dr. Tonet...

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Deixe-me só dizer uma coisa aqui. Como o senhor falou em mortes, é importante a gente entender que, quando a gente fala de mortes decorrentes do rompimento, eu começo hoje a perguntar se, no caso do Rio Doce, a gente pode falar em 19 mortes. Só no distrito de Gesteira e em Barra Longa, a gente já teve algumas mortes posteriores. Nós tivemos o caso de uma pessoa que morava lá, que a família morava, a mãe, e, no dia seguinte, foi a Barra Longa, foi lá em Gesteira e, quando voltou a Belo Horizonte, para casa, se matou. Nós temos o caso de uma pessoa que ficou separada da mãe – o Reginaldo e a Dona Geralda –, o Reginaldo, que ficou fora da família, longe da família, porque a casa dele em Gesteira foi destruída, e acabou falecendo a partir desse momento de separação da família. A Dona Geralda, que é a mãe do Reginaldo, tinha 82 anos, tinha 80 anos, mas era uma pessoa que esbanjava saúde. Da morte do Reginaldo em diante, ela caiu em depressão e em pouco mais de dois meses veio a falecer também. São fatos em que a gente percebe claramente que essa demora, além de tudo, tem trazido de respostas... E de reassentamento, não só de reassentamento... Porque houve um momento em que se pediu que se criasse uma solução para a Dona Geralda e o Reginaldo, e a Renova não providenciou essa solução para mãe e filho. E depois da morte do Reginaldo, da internação da Dona Geralda, eles já vieram propondo uma solução para a Dona Geralda.

Isso é preocupante, porque a gente precisa perceber a relação desse adoecimento mental, dessas mortes que acabam acontecendo com essa demora da Renova nas respostas. Há outros casos de mortes que eu poderia relatar aos senhores que também preocupam. Esse adoecimento mental tem sido terrível, e as respostas, quando a gente vai trabalhar com a Renova que ela tem a obrigação de aprimorar o sistema, de contribuir para o aprimoramento do sistema de saúde de Barra Longa, o que a gente ouve, eu participei de uma reunião e fiquei chocado, é a pessoa dizer assim, da Renova: "Mas isso que vocês estão propondo é para uma cidade com 150 mil habitantes". Na verdade, era preciso, é preciso. Se você tem um adoecimento mental numa cidade de 6 mil habitantes equivalente ao de uma cidade de 150 mil habitantes, então, na verdade, a resposta tem que ser essa mesmo.

Então, esses pontos são pontos que deixam a gente preocupado com a forma de fazer, com a forma de olhar, com as demoras nas respostas da Fundação Renova. Isso tem sido muito preocupante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dr. Tonet.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Eu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Queria fazer uma consideração, Andressa?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Eu só queria fazer uma complementação em relação à dívida dos produtores rurais de Brumadinho. Desde a primeira audiência, nós estamos trazendo esse tema e não há acordo

Desde a primeira audiência, nós estamos trazendo esse tema, e não há acordo por parte da Vale, porque os produtores rurais, muitos foram atingidos e deixaram de produzir. Então, eles estão na expectativa. E alguns já estão com o nome sujo nos sistemas de controle de crédito. E isso leva também a uma questão até psicológica, que pode gerar depressão. E a solução dada pela empresa, não obstante a Defensoria e o Ministério Público buscarem acordo na audiência para o pagamento dessas dívidas dos produtores, dívidas relacionadas à produção rural, é a de remetê-los ao acordo individual com a Defensoria Pública.

Foi feito um acordo com a Defensoria Pública, que o Dr. Helder mencionou. A Vale quer que esses produtores vão buscar a solução lá que já está parametrizada e não atende de maneira individualizada para cada produtor o seu problema. Então, a empresa muitas vezes fala: "Nós estamos prontos para resolver todos os problemas, fazer acordos", mas a realidade nem sempre é igual, na mesa de negociação, ao que é exposto na mídia. Na negociação nós temos muita dificuldade. Esse é um problema concreto que nós buscamos resolver para os produtores rurais.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Eu gostaria de ratificar tudo o que o Dr. Helton disse e a Dr. Andressa também com relação às indenizações e de enfatizar que a Vale, desde o início, desde o primeiro dia, se apresentou com a intenção de promover uma indenização a mais rápida possível. Foi o discurso utilizado, e é utilizado até hoje. Evidentemente que esse é um discurso que minora, diminui um pouco o dano à imagem da Vale. E nada melhor do que as indenizações individuais para satisfazer esse objetivo – isso é um ponto pacífico. Mas as indenizações individuais não constituem o lado mais complexo da integral indenização. Como disse o nosso Procurador da República e a Dra. Andressa, nós precisamos estabelecer uma matriz que seja completa para a indenização desses danos.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos buscando, na nossa ação principal de indenização, que tudo, tudo, tudo o que for pago, o que já foi pago e o que vier a ser pago a título de indenizações individuais, seja por intermédio do Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública estadual, da União, pelo MP, seja por meio de advogados constituídos, que o atingido – a vítima tem o direito de escolher o seu advogado também, ou a Defensoria Pública, isso é um direito natural –, que tudo o que for obtido neste momento, ou já foi obtido, seja considerado um pagamento mínimo a título de indenização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que for obtido depois nas negociações coletivas seja concedido, seja estendido também a quem já negociou, a quem já recebeu. Esse é o grande trabalho nosso.

Para concluir, para encerrar a minha participação, eu gostaria, mais uma vez, de elogiar o Parlamento brasileiro, da Câmara de Vereadores lá de Brumadinho, passando pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, pela Assembleia Legislativa, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Houve um trabalho muito forte do Poder Legislativo brasileiro em torno da união de esforços para que esse caso não fique no esquecimento, porque foi preciso três anos e mais uma tragédia para que esse assunto voltasse à pauta nacional. Não bastou a tragédia de Mariana. Nós precisamos ter tido mais uma, a de Brumadinho.

Agora nós estamos num momento que não é ainda o do esquecimento. O Parlamento de Minas Gerais já contribuiu com uma legislação

O Parlamento de Minas Gerais já contribuiu com uma legislação avançada, um marco regulatório forte, seguro. Eu percebo que a Câmara dos Deputados e o Senado também estão se movendo nessa direção, mas nós precisamos aproveitar esse momento, porque, se passarem mais três, quatro anos, a pressão pela produção é muito forte, porque a produção gera empregos, a produção gera riquezas. E Minas Gerais é um Estado... Nós temos dois, três, quatro, cinco Estados em Minas Gerais. Minas Gerais é um universo. Só que, no Estado de Minas, o Estado minerador constitui a nossa raiz. Nós não temos como negar sua vocação para a mineração, para a geração de empregos, riquezas. Então, a pressão é muito grande.

E o trabalho preventivo das instituições, principalmente do Ministério Público, nem sempre é bem compreendido. Nós somos acusados o tempo todo pelo poder econômico principalmente de fazermos terror, promovermos terrorismo quando atuamos preventivamente. São necessárias tragédias para dizer: o Ibama, o IEF, o Ministério Público e tantos outros órgãos reguladores estavam certos em exigir o trabalho preventivo. Então, nós estamos buscando esse respeito nesse momento.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estarmos aqui prestando contas do que estamos fazendo, de elogiar, mais uma vez, o Senado – e aqui o faço na pessoa da nossa Presidente e do nosso Relator, por ter tido a diligência de ter ido a Brumadinho, de ter tido reuniões conosco lá – por estar levando esse trabalho com muito profissionalismo, com muita discrição naqueles aspectos mais sensíveis da investigação, que, no momento oportuno, nós vamos apresentar à sociedade.

Com essas considerações, agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Parabenizo também todas as instituições. E aqui abro um parêntese para dizer do Poder Judiciário de Minas Gerais. Talvez isto tenha sido um diferenciador muito importante, porque o Poder Judiciário de Minas está próximo. Às vezes, a Justiça Federal fica muito distante dos fatos. É por isso que nós estamos clamando que Minas Gerais tenha também um Tribunal Federal. E parece que isso vai ocorrer agora. Os dois juízes de Brumadinho, Dra. Perla e Dr. Rodrigo, têm feito um trabalho maravilhoso, uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade fantástica. O Dr. Helton também, da 6ª Vara de Fazenda Pública, os desembargadores que têm decretado as medidas, mantido cautelares, liminares tanto na área cível como na área criminal. Isso tem sido muito importante também. Então, queria deixar esse registro, ao lado do elogio a todas as instituições, também ao Poder Judiciário de Minas Gerais, que tem dado essa contribuição.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria.. Muitas vezes, nas minhas caminhadas políticas ao longo desses oito mandatos, tenho dito que muito será cobrado a quem muito foi confiado. Então, nessa situação que nós estamos aqui agora, diante desse trabalho repleto de Senadores que participaram, todos os dias, desta Comissão, podemos contar quantos, ela não deixou desistir, esse é um desafio que está posto para os senhores e para a senhora, para o senhor, como está posto para esta Comissão. A união de esforços e a capacidade de com muita lucidez e responsabilidade caminharmos juntos é que vai oferecer à sociedade a resposta que se deseja.

Evidente que nós não desconhecemos que muitas pessoas, os colegas mostraram isso, diziam: "Não queremos que a Vale acabe, vamos perder nosso

É evidente que nós não desconhecemos o que muitas pessoas – meus colegas mostraram isso – diziam: "Não queremos que a Vale acabe. Vamos perder nosso emprego. Olha o Ministério Público, olha o Senado, olha a Câmara!". E, por outro lado, as pessoas indagam: "Ninguém vai ser punido?".

Então, para nós não existe caminho do meio. A escolha, ao instalar esta Comissão – fui escolhida por companheiros de todos os partidos para presidi-la, e V. Exa. foi escolhido para relatar –, foi exatamente a de não procurar o caminho do meio, mas a de procurar o caminho certo. E o caminho certo é o trilhado com verdade, com responsabilidades.

Eu entendo perfeitamente o que o senhor acabou de falar, entendo perfeitamente. E o Ministério Público tem de fazer aquilo que está fazendo até agora.

Eu fico feliz... O senhor sabe que eu sou mineira, não é? Nasci em Caratinga. Fui escolhida pelo povo, por oito vezes, para estar dentro da política, com representação. Quero dizer que minha alma mineira fica feliz ao ver o trabalho que está sendo realizado lá. Fico feliz por ver isso. Leio todas as peças que vêm à minha mão e que são mandadas, inclusive, por Vereadores de pontos distantes, um projeto de lei, uma iniciativa, um discurso, que repercutem nas ações dos senhores também.

Portanto, ao encerrar esta reunião, quero agradecer. Eu gostaria de reafirmar o compromisso nosso, principalmente do nosso Relator, de caminharmos juntos, para chegarmos ao final e termos não a sensação do dever cumprido, mas, sim, a certeza de que o dever foi cumprido à luz absoluta da verdade, que é o que importa para este País.

Muito obrigada a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13^a REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7.

Às treze horas e vinte e seis minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas, Jorge Kajuru e Carlos Viana, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Dário Berger, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Audiência Pública. **Participantes:** Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU). Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo, Diretor do Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/04>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) –
Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras da Pátria amada, 4 de junho de 2019.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Antes de iniciarmos a audiência pública desta terça-feira, coloco em votação as Atas da 10ª, 11ª e 12ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à audiência pública com os seguintes convidados: Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo, Diretor do Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix. Trata-se de uma referência nacional e agradecemos muito sua presença; sabemos de sua colaboração com esta CPI.

O segundo e último convidado é o Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU), também autoridade respeitada.

Solicito à Secretaria que os conduza à Mesa para o início do nosso trabalho.

Com a palavra do eminente Relator, o Senador mineiro Carlos Viana, o Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Meu boa-tarde a todas as presentes, a todos os presentes, saudar aqui o Senador Kajuru; saudar também os nossos convidados de hoje, o Prof. Fernando, o Uriel Papa; agradecer a colaboração, desde já, das presenças e também da contribuição que será dada durante este nosso encontro.

Nós estamos caminhando para a fase final da CPI, da elaboração inclusive dos relatórios. Todos os envolvidos diretamente com o desastre, com o crime de Brumadinho, já foram ouvidos. Estava aqui comentando há pouco com o Senador Kajuru em termos acertado na época – os Senadores que estavam aqui foram contrários à criação de uma CPMI, a decisão não foi minha, isoladamente, foi de todos os onze presentes, a maioria votou contra –, uma vez que o assunto, nós sabíamos, iria gerar muita polêmica e que, naturalmente, mais cedo ou mais tarde, poderíamos esbarrar em algum tipo de impedimento legal.

E acabou acontecendo. Assim que nós terminamos as oitivas, o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro Gilmar Mendes, estranhamente, a nosso ver, como sempre, deu uma decisão em que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqueles que estavam de posse de um *habeas corpus* não seriam obrigados nem mesmo a comparecer para o depoimento.

Isso gerou uma estranheza muito grande, Senador Kajuru, em toda a questão jurídica brasileira, em todos os representantes, até os mais próximos, de que uma decisão em que um ministro do Supremo determina que uma pessoa não é obrigada a comparecer, por ter um *habeas corpus*, a um inquérito – porque isso equivale a um inquérito –, isso também é de repercussão geral. Portanto, uma pessoa que é testemunha num homicídio, por exemplo, em um crime grave, ao solicitar o *habeas corpus*, ela se isenta de comparecer a uma delegacia de polícia para prestar os depoimentos.

Essa decisão gerou uma estranheza muito grande em todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Inclusive, Relator, dentro do próprio Supremo Tribunal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A maioria dos ministros ficou aturdida com a decisão dessa figura nefasta que é unanimidade nacional negativa, evidentemente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E isso prejudicou, está prejudicando em profundidade o trabalho da CPI aberta na Câmara dos Deputados, que também tem por função investigar o que aconteceu em Brumadinho e que conta com total apoio da nossa parte aqui no Senado.

Nós, desde o início, entendíamos que essa é uma investigação muito ampla, muito profunda e muito séria. Ela trata de um setor que hoje tem um poder econômico muito grande, inclusive em apoio nas casas legislativas. Então, quanto mais investigações nós tivéssemos, melhor seria para a isenção e para que conhecêssemos todos os setores. Aqui ninguém tem absolutamente nada a esconder. E, é claro, nós podemos, vez ou outra, passar muitas vezes ao largo de algum assunto que seria importante, e alguma outra CPI levanta essa questão em respeito ao contribuinte e à população brasileira, que tem direito de saber o que está acontecendo.

Bem, terminada a primeira fase na questão das oitivas dos envolvidos, nós estamos caminhando agora para a questão legal. Nós sabemos exatamente quais foram as falhas da legislação, quais os pontos que precisam ser corrigidos, os setores em que nós podemos colaborar também na questão legal, onde nós podemos preencher e o futuro desse setor em nosso País. Daí o nosso convite ao Prof. Fernando Araújo, com quem já tive oportunidade de estar. O Prof. Fernando vai fazer uma apresentação por si mesmo, mas ele hoje é uma das grandes autoridades no Brasil na questão da mineração, no desenvolvimento de projetos e também na facilitação de pesquisas para o setor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui temos uma mania muito grande de buscar soluções lá fora. "Lá fora está melhor isso. Em Israel tem um sistema melhor para aproveitamento da água". Não é verdade, nós temos universidades federais no Nordeste brasileiro que têm sistemas tão bons quanto, que se adequam às nossas realidades, não são de fora. Não é que seja melhor ou pior, mas nós temos uma tendência a não conhecer claramente quais são todas as nossas possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Talento não tem naturalidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Prof. Fernando... A Fundação Gorceix está ligada à Universidade Federal de Ouro Preto, onde, os senhores sabem muito bem, a mineração existe desde o século XVIII. Há uma experiência, uma *expertise* na extração de minérios que já remonta a mais de 200 anos. E a fundação hoje é ponta, ele mesmo vai falar. Nós queremos saber qual o futuro que nós podemos delinear para a questão da mineração em nosso País.

Então, se me permite, Presidente, quero passar a palavra aqui ao Prof. Fernando Araújo para suas considerações e apresentações.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

Senador Carlos Viana, Senador Kajuru, Dr. Uriel, demais presentes, eu gostaria de pedir licença para fazer a apresentação de pé e eu gostaria de saber o tempo que tenho, porque eu sou professor e se deixar eu vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ficar tranquilo em relação ao tempo.

Registro aqui, Senador Carlos Viana, o senhor não estava lá no dia da audiência pública: Brasil, veja o que é um homem educado; ele pediu licença para se levantar. O Ministro da Educação, quando veio em uma audiência pública aqui, levantou-se, não pediu licença para ninguém, tampouco para o Presidente, tirou o paletó, dobrou a manga da camisa até aqui, soltou a gravata quase que no umbigo e se levantou para mostrar o telão. Então, essa é a diferença entre um homem educado e um Ministro da falta de educação que este País tem.

Fique à vontade, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Com licença.

Muito obrigado a todos.

Posso falar assim? Está bom?

Eu vou só completar aqui as informações a respeito da minha pessoa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dirijo o Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix, que é uma fundação de 1960. Curiosamente, o Presidente Juscelino passou por Ouro Preto para iniciar os trabalhos da fundação três dias antes de inaugurar Brasília. Acho um dado interessante.

A fundação é uma fundação de pesquisa, é uma fundação filantrópica, é uma fundação de apoio à Universidade Federal de Ouro Preto.

Eu sou também professor, sou físico e professor da Universidade Federal de Ouro Preto. Sou coordenador do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Ouro Preto.

O que eu vou apresentar aqui foi desenvolvido, em maior escala, em laboratórios da Fundação Gorceix, que são laboratórios-piloto. Alguns outros estudos são estudos pessoais nossos na fundação e na universidade.

Então, vou falar aqui de alguns conceitos fundamentais e inovações em coproducto e disposição de rejeitos no setor mineral.

Nós, na fundação e na universidade, achamos muito importante expor isso aqui, porque eventualmente nós percebemos que nós estamos falando muito frequentemente contra alguns conceitos que estão sendo disseminados pelas empresas, pela mídia e até por partes da academia, com os quais nós não concordamos completamente. A gente acha que é importante isso.

Eu vou falar de uns conceitos fundamentais, porque foi uma coisa que nos surpreendeu muito. Após o evento de Fundão, nós começamos a estudar mais a fundo as questões das barragens. Os nossos estudos não tiveram tanto eco, a princípio. A gente chegou a apresentar, inclusive, a várias empresas e, agora, finalmente, estão tendo eco por um motivo nefasto, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

Para quem não conhece bem a área, eu vou falar basicamente aqui... A gente está falando de mineração, mas eu vou falar basicamente de minério de ferro, porque os dois acidentes foram relacionados à mineração de minério de ferro.

Então, o minério de ferro corresponde a aproximadamente 75% da nossa exportação mineral. Os números não estão completamente atualizados porque esses números variaram, principalmente nos últimos anos e com a nossa produção recente, mas são 75% da nossa exportação, 5% do PIB do Brasil e sustentam, aproximadamente, 10 milhões de pessoas, para dizer o mínimo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um setor importante para nós. Não é porque nós somos um País ainda não desenvolvido que é um setor importante. Há muitos países desenvolvidos em que a mineração é muito importante: Canadá e Austrália são dois exemplos que se destacam.

Agora, no minério de ferro, que é o nosso grande gerador de divisas, nós temos, na verdade, duas origens. Uma das origens do minério de ferro – por isso eu pedi para ficar em pé, para apontar – é a origem hematítica e, a outra origem, é a origem itabirítica. São rochas. A hematita, na verdade, é um mineral, a gente tem uma rocha que é pura desse mineral, e o itabirito é uma outra rocha.

Essa produção, que é uma produção de aproximadamente 450 milhões de toneladas por ano, de potencial atual instalado, gera um volume muito grande de rejeitos. São de 250 a 300 milhões de toneladas por ano de rejeitos. É muita coisa! E esse é um dos focos da nossa discussão aqui.

Além disso, nós já temos um passivo em barragens de 3 bilhões de metros cúbicos. Nós não sabemos exatamente qual é a massa disso, porque variam as densidades e existem barragem diferentes.

Vou contar rapidamente quem são. A rocha hematítica é essa aí. Ela praticamente é só óxido de ferro, não gera rejeito praticamente nenhum. É o caso de Carajás.

A rocha itabirítica é aquela lá, tem quartzo, que temos nos vidros das janelas, e ferro. Atualmente, essa rocha itabirítica gera, aproximadamente, 50% de rejeitos.

O minério de ferro produzido em Minas Gerais, daqueles 450 milhões de toneladas, é de cerca de 300 milhões de toneladas. Todo ele é desse tipo, dessa rocha itabirítica. É a nossa situação em Minas Gerais hoje.

Essa é uma das razões pelas quais não é muito interessante, no caso, chamar pessoas da Austrália, chamar pessoas do Canadá, embora sejam extremamente competentes, porque quem lava essa rocha, no mundo, fundamentalmente, é Minas Gerais. Esse é um problema nosso, com o qual nós trabalhamos já há um bom tempo. Nós conhecemos bem e boa parte das soluções da indústria no mundo para este tipo de rocha foram criadas em Minas Gerais. E, na fundação, nós recebemos material do Cazaquistão, que é parecido para nós, para analisarmos, da Libéria, da Rússia, de vários lugares no mundo que são semelhantes porque nós temos *expertise* nisso.

Como é o processo? Não vou falar tanto do processo porque eu não quero que ninguém durma agora, o pessoal vai ficar cansado, mas o fundamental é que grande parte do material que a gente gera, de 100% do material que a gente gera, a gente tem aí 90%, 95% de uma coisa que se chama Pellet Feed. É pozinho de minério de ferro utilizado para fazer pelota.

O minério tem que ser transformado nesse pozinho antes de separar o ferro da sílica, é essa a brincadeira. E o principal processo para a produção de grandes volumes, o processo utilizado pelas duas empresas que tinham depósitos de rejeitos dessas barragens, é o processo de flotação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou falar muito disso. O que eu vou dizer é o seguinte, para essa flotação ser feita, antes é feita uma operação que é para tirar o pozinho mais fino, que é mais difícil de processar, que eu vou chamar de lama de processo. Ela tem essa cara aqui. É essa cara que a gente está acostumado, inclusive, a ver na televisão, esse vermelhinho. É isso aqui em cima. Na verdade, eu acho que tenho algumas amostras aqui se alguém tiver curiosidade de ver.

É gerada essa lama de processo. Na extração, realmente, do conteúdo metálico, que é do ferro, é gerado um outro rejeito, que é o que vou chamar de rejeito arenoso. Ele tem essa cara de sílica, de areia de construção.

O que foi feito ao longo desses últimos 40, 50 anos? Esse material foi colocado em um mesmo depósito de barragem. Então, eu tenho um depósito com uma barragem abaixo.

Eventualmente são colocados os materiais mais finos, que são essas lamas, e os mais grossos em pontos diferentes da barragem, mas, naturalmente, dentro de um mesmo volume. E o que isso acarreta? Por isso que eu estou falando de conceitos fundamentais, e foi isso que nos surpreendeu tanto quando a gente entrou mais a fundo na questão de Fundão, na verdade, e depois nós descobrimos que isso vinha sendo feito para várias barragens. Nas barragens é feita essa disposição conjunta do rejeito arenoso e lama de processo e a gente tem a lama de barragem.

Essa aqui é outra barragem, lá em Minas Gerais. Não é um negócio muito bonito de se ver. E, no final das contas, a gente tem essa lama de processo, aquela vermelhinha, que é um material rico em ferro que nós estamos jogando fora. Isso já é um problema, porque nós estamos lavrando com baixa eficiência. Isso implica que, para dar melhor resultado, você tem que lavrar mais.

Essa lama de processo tem até 55% de ferro. O ferro que é lavrado em Minas Gerais tem, tipicamente, 45. Nós estamos jogando um material extremamente fino fora ao longo dos anos porque ele realmente é mais caro para ser processado, mas é processável, como eu vou mostrar, tá? E a gente mistura esse material com esse rejeito arenoso, que é esse quartzo, que vem sendo objeto de muita especulação.

Muito bem. O problema de misturar esses dois é fazer um depósito com heterogeneidade granulométrica. Então, a gente tem uma lama que é muito fina e muito diluída misturada com um material grosso. Desculpem-me aqui. Quando você tem uma tensão, alguma força, alguma vibração, uma tensão, se usar amianto, esse material vai escoar. Vocês estão vendo que, quando ele está mais diluído, ele vai escoar mais do que esse material grosso.

Quando esse negócio é misturado, a expectativa de um leigo e, curiosamente, expectativa de empresas, e elas não poderiam ter essa expectativa, isso é uma coisa complicada do ponto de vista técnico... Mas um leigo poderia olhar e falar "bom, eu vou misturar esses dois e o meu comportamento vai ser na média dos dois". Não é isso que acontece. E esse é um dado clássico. Quando a gente mistura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um material muito fino com um material muito grosso, a viscosidade da mistura é mais baixa do que qualquer dos dois separados. Isso é, do ponto de vista da estabilidade, um perigo, e isso vem sendo feito há muitos anos. Isso é clássico, isso é reologia clássica, 1850.

Muito bem. Aí você vai falar "depois, quando fica lá dentro, eles ficam com a mesma umidade". É verdade. Quando você tem a mesma fração de sólidos com a mesma umidade nessa mistura, esse material mais fino, sozinho, tem até uma viscosidade alta. Ele não tende a descer com a barragem nem nada, não. Mas, se misturar, é a mesma coisa. Esse material fino funciona como lubrificante do resto do material.

Já viram esse grafitezinho que a gente joga na...? É um sólido que funciona como lubrificante. Esse material muito fino funciona como lubrificante. A gente chama de em suspensões bimodais. Então, o que a gente tem quando a gente tem essa mistura, e a gente tem isso em várias barragens, é menor viscosidade. Menor viscosidade, maior probabilidade de liquefação, que foi o que aconteceu nos dois eventos.

Tem probabilidade de liquefação em barragens... Eu acho muito importante falar isto aqui porque tem muita gente falando em misturar os dois para, depois, colocar em pilha. Quer dizer, a gente vai deixar de ter um problema horizontal para misturar e ter um problema vertical.

Então, eu vou fazer algumas sugestões, vou me permitir fazer algumas sugestões ao final.

Muito bem. Então, eu trago aqui só alguns gráficos para mostrar que... Aqui, quando a gente bota exatamente 20%, olha como cai a viscosidade. Ela cai aqui, para 60% de sólidos, de 400 de viscosidade relativa para 20. Ela cai muito drasticamente, curiosamente, exatamente na fração... Começa a ser mais drástico exatamente na fração que é colocada aqui nas nossas barragens.

Então, eu trouxe esses gráficos para mostrar que isso está na literatura, já é conhecido, não tem grande novidade nisso.

Aqui, falando da diferença de tamanho entre as partículas; quanto maior for a diferença de tamanho entre as partículas, mais grave é o problema, e aquela lama costuma ter um material que a gente chama de coloidal. O que é o material coloidal? É aquele que foi parar lá em Abrolhos. É o que não decanta. É um material muito fino. Ele está próximo de um milionésimo de metro ou até abaixo disso, abaixo de um micrôn.

Muito bem. Esses são os materiais, então. Essa aqui é a areia, aquela mais branquinha, e esse aqui, o que está em verde e vermelho, é o minério de ferro e o que está em azulzinho é sílica. As cores são artificiais. Isso é da tese de doutorado de um aluno meu, isso é do equipamento que coloriu aí para ficar mais fácil a identificação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente tem? A gente tem esse material, que corresponde à grande maioria do que a gente produz de rejeito, que é mais grosso, e tem muita sílica. Parece com areia de construção. A pergunta é: é recuperável? E a gente tem um material muito fino, mas com muito ferro. Isso é recuperável?

Então, começando as sugestões. A primeira sugestão que a gente se permite dar – não sei se isso caberia numa resolução, alguma coisa assim – seria, como solução futura, a partir de agora ninguém poder misturar essas duas coisas. Essa seria a primeira sugestão. Talvez partisse como uma recomendação da Comissão. Eu não sei. Eu estou conversando, já conversei inclusive com o Ministério de Minas e Energia e com a ANM e vou dar uma palestra no Ibram depois de amanhã a respeito disso. Várias empresas vão lá apresentar tecnologias, e, entre as tecnologias que eles estão apresentando, algumas estão sugerindo justamente que se misture. Quer dizer, as pessoas não estão vendo um problema fundamental antigo que a gente tem.

Muito bem. Com respeito ao rejeito arenoso. Digamos que a gente, a partir de agora, não misture mais. Com esse rejeito arenoso eu tenho muita sílica. Só que a gente gera mais de 250 milhões de toneladas disso por ano. E aí a mídia está fazendo, com base em divulgações da academia, uma grande divulgação do potencial do uso desse material na construção civil. E vêm estudos da academia, alguns deles até financiados por algumas empresas, com respeito a isso, e isso está sendo divulgado como se fosse uma solução para o problema.

Acontece que, se a gente pegar toda a construção civil em Minas Gerais, a gente tem, quando a coisa está andando bem, um consumo menor do que 20 milhões de toneladas por ano, e isso aqui misturando material mais grosso – brita, areia grossa, areia média; isso é uma areia muito fininha, não é? Então, ainda que você consiga usar isso, não se precisa de grande pesquisa para saber que você pode usar a areia de quartzo em construção civil. Claro que pode, não tem problema nenhum, ou, pelo menos, nenhum problema grave.

Ainda que você use, isso não é solução geral. O volume e a logística são absolutamente inviáveis. Você não vai usar tudo, você não vai pegar um caminhão saindo lá da região do Mariana ou da região de Brumadinho e levar com rejeito para Uberlândia, com uma areia dessas. Vai chegar lá com areia que dá 30 vezes o preço de mercado. Você iria resolver o problema da mineração e quebrar a construção civil. É um negócio que não é viável. Pode ser usado em obras locais? Pode e deve. Uma pequena parte você vai usar em obras locais, obras da própria empresa, obras dos vizinhos. Sim, não há problema nenhum, está bom?

Mas, então, qual é a solução para o restante disso? A vantagem é que há uma solução: é empilhar em grande escala. Há várias soluções prováveis; eu acredito na combinação de todas elas. Em determinados casos, talvez você não precise combinar todas elas: é empilhar a seco, com material estéril, em confinamento. A gente tem que ter muita clareza disto: essa é uma areia muito fininha; se sairmos espalhando-a em pilhas, em Minas Gerais, nós vamos criar os lençóis mineiros. Nesse negócio vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ventar... A gente não sabe até se não pode dar silicose. Não sei. Não temos esses estudos ainda, nós não fizemos isso.

E usar algum aglomerante e até fazer estruturas de contenção, por exemplo. A empresa continuou a trabalhar agora, está gerando mais rejeito: pega aquela parte do rejeito, faça uma estrutura de contenção abaixo da barragem existente agora, usando aquele próprio material. Isso eu recomendo inclusive antes de mexer na barragem existente, porque são barragens em que não temos segurança para mexer.

Nós estamos com uma resolução para descomissionar essas barragens até 2021. Pode até ser, desde que eu não tenha que manejá-las nenhuma máquina lá em cima dela, porque é muito perigoso. Hoje nós não conhecemos o que há lá, e eu vou explicar por que daqui a pouco.

Bom, se fosse com esse material puro, gente, a barragem não seria... Uma barragem a jusante não seria problemática; mas eu acho que a sociedade não aceita mais. Eu posso fazer a barragem eu mesmo. Se eu for falar com a minha esposa: "Vamos morar lá embaixo?", ela não vai; vou ter que ir sozinho. Então, nós conseguimos perder a credibilidade da sociedade nisso.

Então, realmente, vai ter que ser em pilhas, e a gente vai ter que estudar como serão essas pilhas. Não é só chegar e falar assim: "Empilhe!". Esse é um material diferente, com o qual as empresas não trabalharam ainda isoladamente.

Ele tem uma vantagem: ele é um material facilmente drenável. Então, este daqui – vou usar um termo técnico –, o quartzo é hidrofóbico, ele expulsa a água, e as partículas são grandes. Então, o que acontece é que esse material não tende a ficar úmido e não tende a se liquefazer com facilidade se estiver em pilha drenada. Está bom?

Muito bem. O outro material, que é o mais crítico, que eu acho que é o causador dos nossos problemas, é esse minério de ferro presente na lama, que é muito fininha. Este aqui corresponde a uma geração anual de aproximadamente 50 milhões de toneladas, que ficam misturadas com o resto. Não vamos misturar mais a partir de agora, e nós já testamos soluções convencionais que, em processos separados, recuperam... Na verdade, a gente recuperou 57% da massa desse material, mas a gente não pode sair prometendo isso, porque a lama de uma mina é diferente da lama de outra.

Fizemos uma estimativa, com alguns testes que nós fizemos, de recuperar em torno de 40% da massa desse material. Esse é um negócio que deixa, desses 40% – são 20 milhões de toneladas –, de ser problema e passa a ser receita, inclusive porque vai ter que ter um investimento para processar esse material. Está bom?

Bom, então, nós reduzimos o nosso material restante para 30 milhões de toneladas. Ainda é muita coisa. Nós não podemos misturar esse material lá e nós não recomendamos que ele seja depositado em lugar nenhum de maneira permanente. Há uma filosofia que a gente tem considerado que é a seguinte: um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

material com esse nível de instabilidade, enquanto a empresa está operando, a gente está trabalhando em um ambiente relativamente controlado, mas esse material depositado, 30 milhões de toneladas por ano, durante 30 anos, e depois abandonado pelos próximos 200, vira um problema de 200 anos, quando a empresa pode nem mais existir. Quem é que vai cuidar daquilo?

Então, a gente advoga que sejam buscadas soluções também para esse restante de material. O que a gente pensou? Construção civil não faz sentido. Esse material inclusive nem é o adequado para a construção civil. Uma empresa que é mais ou menos do mesmo tamanho da mineração é o setor de óleo e gás. No setor de óleo e gás existe uma demanda de um material que se chama propante – eu tenho até umas amostras aí –, que só nos Estados Unidos já é de 100 milhões de toneladas por ano e que pode ser feito com esse material. A gente já testou, já produziu. Vou mostrar uma fotozinha, vou mostrar uma amostra, que são micropelotas usando esse rejeito. Já foi apresentado para as empresas. Algumas das empresas já estão envolvidas em problemas há mais de dois anos, mas eles acreditavam que não tinham problemas. Eles acreditavam que não tinham problemas; então, essas tecnologias não foram consideradas. Eu acho que agora elas têm uma tendência a ser consideradas. Já há até uma outra empresa que está na vanguarda disso, que está fazendo estudos com a gente, já está começando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Dr. Fernando...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só uma pausa...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... rápida, por fineza, para dar uma satisfação a todos aqui e a todas.

O Senador Carlos Viana e eu vivemos essa situação aqui, essa cena em 90% de nossas 13 reuniões até agora. São 11 membros compondo esta CPI de Brumadinho, e sempre nós dois aqui – nunca falhamos – e a Presidente. A Presidente, ultimamente tem tido algum compromisso, aí eu tenho que abrir a reunião. E a sessão plenária começa agora. Eu sempre sou o primeiro orador por dez minutos. Perfeito? Eu vou correndo e volto para cá. Depois há reunião de Líderes às 3h da tarde. Então, é uma situação difícil.

Eu só gostaria de saber o seguinte: o senhor ficaria tranquilamente aí para concluir a sua explanação pelo menos mais dez minutos?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Até em menos de dez minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, se é possível, pelo tempo de dez minutos, porque aí eu vou lá, faço o meu pronunciamento e volto correndo para cá...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – O senhor quer que eu aguarde?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... para que o Senador não fique sozinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não?

Eu quero que o senhor continue. Eu quero que o senhor colabore comigo, para que eu possa cumprir aqui a minha obrigação parlamentar. Vou lá na tribuna, faço o pronunciamento e volto para cá, para não deixar o Relator sozinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Pode ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por gentileza. Eu lhe agradeço.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu sou um subordinado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu lhe agradeço pela compreensão. Volto em dez minutos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele retornando... Daqui a pouco também teremos a presença de outros.

Então, o senhor estava falando sobre a questão do propante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso, que é uma proposta...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A gente nunca pode perder a esperança, não é professor? Temos que ser positivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Então, quanto à questão da construção civil não é possível, não há demanda para isso. A deposição, ou seja, deixá-lo lá para que o próprio tempo possa agir é um risco inclusive tão grande quanto a questão da barragem.

Aí, nós poderíamos usar isso num setor novo?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Em um novo produto ou em alguns outros novos produtos.

A gente advoga o setor de óleo e gás porque ele consiste de uma demanda aproximadamente tão estável quanto a geração de rejeitos da mineração. E a gente já testou.

O que a gente diz no final das contas? Podem até não ser esses propantes, mas o que a gente tem que fazer é gerar produtos e coprodutos com essa lama, que é o material mais sensível desse rejeito, tá?

O que a gente tem que fazer, então? A primeira coisa é recuperar o ferro presente nela, e a gente já testou outras soluções... (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Estábamos te esperando.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Tudo ao mesmo tempo.

Suspendeu?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, o Kajuru foi ao...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu encontrei com ele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O professor está fazendo a exposição para a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe, professor. Eu tinha uma reunião da Educação, e os assuntos são meio graves aqui no Governo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele está nos explicando aqui o que fazer com os rejeitos. Já que sem a mineração...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Pode continuar, Professor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Perfeitamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, Senadora.

Então, para essa parte dos rejeitos, desde que eles sejam separados, a gente advoga que seja a primeira recomendação, a gente já estudou... Não estou dizendo que são as únicas quatro possibilidades, mas nós já temos quatro possibilidades estudadas e comprovadas que são: recuperar o ferro, esse eu acho que é mais ou menos inevitável; aditivar pelotas; produzir minipelotas para sinter-feed e produzir esses propantes, por fim, eliminando de uma vez por todas a lama fina. Fica aí o rejeito arenoso, que deve ser empilhado, está bom?

Muito bem.

Bom, isso é aqui referente ao...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, a dúvida é...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Se a senhora quer que eu volte um pouquinho? Eu volto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para explicar para ela qual é a produção...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu volto aqui.

É o seguinte. Senadora...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora Rose. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

Na verdade, os rejeitos são dois, retirados do processo em dois momentos diferentes. E o grande problema é que esses dois rejeitos foram misturados para colocar na barragem.

Quando você mistura esses dois rejeitos para colocar na barragem, você aumenta a probabilidade de liquefação em coisas da ordem de 10, 20 vezes. É um risco muito grande.

Esses dois rejeitos são... Vou mostrar... (*Pausa.*)

Deixe-me fazer uma coisa, só um minutinho!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Os dois rejeitos são estes: este aqui, que parece areia de construção, e este aqui, que é a lama de processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Que é o pó que vai na água que a gente vê nas imagens.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – É que a pergunta que eu tinha feito aqui é só se precisaria... Nós estamos ficando hoje com gravação? Estamos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Creio que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só funcionaria a mistura para a construção de barragem. Não havendo construção, não precisa misturar.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não, a questão não é...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esse resíduo pode ser separado.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A questão não é essa. Não precisa dessa mistura. Não podia ter havido essa mistura nos últimos 40 anos. Esses materiais não poderiam ter sido colocados em barragem e misturados, porque é um risco alto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não confio, não.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Esse aí... Você pode fazer até tinta com ele. Aliás, há artistas plásticos fazendo tinta com ele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isto aqui é ferro, é ferro puro, só que é um pó que precisa de uma nova técnica para reaproveitamento, e a areia: misturou as duas, porque não há o que fazer, porque é muita coisa...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito bem. Sobre esse pó fininho, mais escuro aí, que tem muito ferro, então, a gente diz o seguinte. A gente tem esse mais branquinho, que tem essa cara. Essas cores aqui são criadas pelo microscópio eletrônico que fez isso. É tudo artificial, tá? Mas isso que está azulzinho aqui, na verdade, é o que está branquinho ali. E o que está vermelhinho e verde ali é o que está vermelho lá no outro material.

Então, esses dois materiais vêm sendo misturados, e a gente advoga que eles não podem ser misturados, a gente está advogando isso com muita intensidade agora. Eu vou até a um congresso depois de amanhã, em que há várias empresas, inclusive multinacionais, propondo tecnologias de secagem e drenagem desses materiais. E para drenar eficientemente estão, inclusive, propondo a mistura dos dois, de novo. Quer dizer, estão faltando a um conceito fundamental de física lá de um século e meio atrás. É com esse erro que a gente tem que acabar! Então, o que a gente diz é que, como solução futura, Senadores,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses dois rejeitos não podem ser misturados. Não poderiam ter sido misturados no passado e não podem sê-lo agora. Curiosamente, isso tem vindo como surpresa até para as empresas para as quais eu apresento. Eles falam assim: "Ué, é assim?", pois é! Mas essas coisas foram feitas por pessoas que não veem a interdisciplinaridade das áreas: um só vê a questão dele; o outro só vê a questão do outro, e a coisa acaba não sendo abordada adequadamente.

Então, Senadora, em relação ao que a senhora perguntou: esse rejeito que parece uma areia de construção, só em Minas Gerais, são mais de 250 milhões de toneladas por ano. E a gente tem uma demanda, para todos os agregados de construção civil em Minas Gerais, de menos de 20 milhões de toneladas por ano. Além de não ser possível você retirar esse material e transportar mil quilômetros uma areia, que iria custar... Isso iria sair a preço de ouro... Se você usasse essa areia em toda a construção civil, você não ressolveria nem 10% do problema.

Então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Mesmo na construção de tijolos...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Menos ainda, menos ainda.

Aí, eu estou considerando que você vai fazer concreto, porque também não pode usá-la assim, direito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Então, para tijolos é diferente.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Tijolo é uma coisa; concreto é outra coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sei. Mas, assim, na proporção da utilidade – desculpe, gente, já é o cansaço aqui... Fica parecendo que eu estou onde eu estou.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Senadora Rose, se usar tudo, a gente faz duas coisas: a gente quebra o setor de cerâmica e a gente quebra o setor de areia. A gente aumenta o preço da construção civil, a gente faz tijolos piores, concretos piores, e não resolve nem 10% do problema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entendi.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – E isso está sendo divulgado com uma intensidade enorme pela grande mídia. Isso é muito grave, porque isso traz esperança para as pessoas, não é?! "Ah, vamos pegar tudo isso, vamos fazer um monte de casas populares. Vamos fazer prédios e tal",





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é verdade. É possível fazer? É, é possível pegar o rejeito, botar num foguete e mandar para a lua. Também é! É factível, do ponto de vista prático? Não. Quem disser que é não está falando a verdade. "Ah, na China faz-se muito isso em algumas coisas". China, o governo chega, manda fazer, faz, o maior depósito de carvão no mundo, energia lá não é problema... Isso é outra coisa. E, mesmo assim, a maior parte lá está em pilhas e barragens. Você resolve uma pequena parte do problema.

Então, o que a gente advoga é que a construção civil não é solução geral. Você pode usar esse material para fazer a construção civil? Pode, é areia, não precisa nem... É a academia que está dizendo isto: "Não, porque temos a solução!". É claro que tem, não precisa de academia para dizer que você pode usar areia para fazer argamassa. Eu sei, ué! Todo mundo sabe! Essa é a questão.

Agora, o volume e a logística são inviáveis, não é, e podem ser usados em obras locais. A gente diz, então, que a gente tem que empilhar em grande escala. E a gente está propondo que seja uma combinação de várias tecnologias de empilhamento. Inclusive uma delas – e eu gosto muito da ideia – é empilhar em estruturas de contenção, ou seja, onde há uma barragem, você faça um empilhamento desse material abaixo da barragem, a jusante da barragem, com algum aglomerante, é como se você fizesse quase que um concreto com ele, porque, na eventualidade de algum acidente, esse material ajuda a conter. É uma ideia interessante. Tem que ver se a topografia permite... Há várias coisas a serem consideradas. Mas, de maneira geral, essa é a solução.

Para a lama...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor poderia voltar um pouquinho aí?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Está escrito ali: "empilhar em confinamento".

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Empilhar em confinamento.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Empilhar em confinamento é fazer uma barreira mais rígida de um lado, uma barreira mais rígida do outro e colocar as pilhas entre essas barreiras. Essas barreiras podem ser feitas exatamente com esse material e mais aglomerante. Esse aglomerante pode ser cimento, tá?

Por que a gente diz que deve ser empilhado em confinamento? Esse material é um material muito fininho; é uma areia muito fininha. Essa daí até que está mais grossa, mas há algumas que são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente finas. Então, se a gente simplesmente puser as pilhas, elas vão ser movimentadas pelo vento, igual às dunas lá do Maranhão e tal. A gente vai criar os lençóis mineiros lá, eles vão sair se movendo e vão causar a poluição atmosférica também, porque esse material é muito fino, as pessoas vão respirar esse pó. Então, é bom estar confinado entre barreiras mais rígidas.

Qual é a solução completa para isso? Ninguém fez ainda. Fizeram as pilhas convencionais. Para esse material sozinho, a gente vai ter que desenvolver as soluções, inclusive para cada mina, Senadora, porque o rejeito de uma mina tem semelhanças com o rejeito de outra mina, mas tem distinções também importantes em muitos casos.

E a gente está falando de 250 milhões de toneladas por ano. Para a gente saber qual é o tamanho de 250 milhões de toneladas por ano, basta saber que a gente consome em construção civil menos de 20 milhões por ano. É um negócio muito grande. É um negócio muito grande e é um problema típico de Minas Gerais. Minas Gerais precisa disso para continuar com sua indústria na área.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei se o senhor já reparou, andando por Minas Gerais, por cidades grandes também, veem-se muitas contenções, principalmente dentro da cidade de Belo Horizonte, onde se vê o cimento usado como uma capa revestidora, que é uma contenção, com que se gastam fortunas. Esse material poderia ser usado para isso, por exemplo?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Para contenção em Belo Horizonte, poderia, Senadora, mas não deveria. E a senhora sabe por quê? Porque esse material não é produzido perto de Belo Horizonte; esse material é produzido algumas vezes a centenas de quilômetros de Belo Horizonte. E a quantidade é muito pequena desse material. Então, a energia que se gasta com o combustível, com a mobilização dos transportes, da logística, para tirar esse material de lá e para levar para Belo Horizonte, transforma esse material num material, que parece um material de graça, num material muito mais caro do que o que é usado atualmente.

Uma boa parte do preço das coisas... É uma coisa que a gente precisa ver... A gente, na verdade, não vende minério de ferro; a gente vende a energia que a gente gastou para tirar o minério de ferro de lá, botar no navio e botar no destino. A gente vende é o nosso trabalho. Por acaso o minério de ferro está aqui, mas a gente não vende a montanha do jeito que está lá; o que a gente vende é todo esse serviço, é toda essa energia que a gente gastou, do combustível, das pessoas, dos insumos, é isso que a gente vende. Então, um grande fator em qualquer indústria de grande escala é a logística junto com a energia. Eventualmente, eu posso produzir... Eu estou com esse material que está de graça, por exemplo, lá em Itabira, está de graça lá. "Ah, então me dá esse material de graça aqui em Belo Horizonte!". Está bom! Como que eu vou trazê-lo? Eu tenho que ter todo o equipamento para retirar esse material, carregar um caminhão, trazer o caminhão... Aí, ele vai chegar lá em Belo Horizonte por R\$100? "Ué, mas eu compro areia a – digamos – R\$15, R\$30, por que eu estou pagando isso tudo por um material que é de graça?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, você não está pagando pelo material; você está pagando pela energia que foi gasta para trazer esse material para cá. E é sempre assim, não é?! Quando a gente compra um caro, a gente está pagando é a energia que foi gasta para fazer aquele carro. É assim para todas as coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A dificuldade disso é que o senhor está nos trazendo informações importantes tecnicamente. E eu tenho dificuldade de pensar, assim, por que não foi feito antes, por que não se pensou antes e o que realmente se pode fazer. Se nós considerarmos essa questão da logística... Aliás, logística nacional é uma grande discussão a ser travada um dia neste País. Nós mais evitamos fazer do que queremos fazer, para se construir uma logística racional que permita este País se desembrulhar dos seus problemas cotidianos em várias áreas.

Eu fico pensando, o senhor está explicando, e eu estou raciocinando: então, qual é a solução, não é? O senhor está falando dos rejeitos, e até nos mostrou aqui...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Para esse rejeito branquinho...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual é a solução? Alguém estudou a solução? Porque a Vale vai continuar, e é bom que continue, que exista...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela é geradora de emprego. Mas nós estamos falando das consequências dos problemas que foram deixados e foram construídos ao longo do tempo, sem que nenhuma nova técnica fosse discutida. Foi feita... "Faça uma barragem, faça outra ali, não tem problema, não. Vamos fazer mais algumas", não é?!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – É. Barato...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quando a gente está analisando isso como... Nós não somos técnicos da área. Você também não é, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não somos.

Então, a gente está pensando que, em dado momento, a gente já fez um projeto, ele já relatou, a Comissão tem feito outros projetos, a gente não quer sair do trilho, mas a gente também não quer ficar permanentemente dentro do vagão. Não poder pensar em nada novo sobre a utilização disso... Construir o raciocínio de que elas não deveriam ter sido feitas dessa maneira, não poderiam ser misturadas, olhe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanta coisa... Mas nós queremos saber evidentemente o que pode ser feito, se alguém parou para estudar, se pode ser aproveitado. Eu não sei também dizer para o senhor...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Por isso que eu estou mostrando para a senhora justamente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... se de graça sai mais caro. Eu não sei dizer. Eu vejo todo dia: é um hospital que desabou ali porque não tinha uma contenção. Em Belo Horizonte inteira, você anda por aquela rodovia lá, de fora a fora, e há contenções lá dentro. Quanto custou aquilo para a Administração Pública? Eu não sei se o de graça e a outra logística que pode ser contemplada de maneira diferenciada não sairiam a contento? Desculpe a minha impertinência. Por favor, desculpe-me, porque eu gostaria de entender. O não poder fazer, o não fazer me incomodam mais do que tudo na vida. Então, eu tenho medo de que, daqui a pouco, a gente pare ali... E há uma frasezinha ali embaixo, Senador Carlos, que diz: "A sociedade aceitará novas barragens?". É lógico que não!

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É lógico que não! Então, qual é a solução? Qual é a solução? O senhor vai nos dar uma aula, e eu quero aprender muito. É lógico que não sou eu que vou praticar, então, eu tenho que ter a capacidade de discutir qual é a saída operacional dos problemas que geraram tamanhas catástrofes e ameaçam tantas outras.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim, Senadora, é o seguinte. O que a gente está mostrando aqui é como solução. O material desaparecer? Não vai desaparecer se a gente continuar produzindo. Se nós utilizarmos ao máximo esse material todo, inclusive com essas contenções e tudo mais, nós não resolvemos nem 10% desse problema. A solução é totalmente diferente do que vem sendo feito; não é a mesma coisa. É uma frase antiga, não é? Nós estamos com problemas novos, nós precisamos de soluções novas. As empresas foram muito refratárias a isso, durante muitos anos, porque as outras soluções já eram conhecidas – infelizmente, levaram o que levaram, não é? –, mas esse conjunto de soluções que eu estou mostrando para a senhora aqui é um conjunto novo de soluções.

Agora, posso usar uma parte desse material, inclusive, nas encostas? Posso também, só que usar nas encostas não vai consumir esse material todo. Eu botei logística no meio, mas a questão principal é energia, quanto eu vou gastar de energia para levar lá. E eu tenho que olhar também um outro lado da minha questão. Bom, eu quero resolver o problema das mineradoras. Vou criar o problema com todos os produtores de tijolos e todos os areeiros e vou fechar todos eles? Como vai acontecer isso? Como resolvo? E, deixando claro, eu não vou resolver os problemas das mineradoras, porque a demanda é menor do que 20% da geração. Se eu fizer todo o esforço, fizer uma mudança completa, contra essa matemática não há argumento. Eu tenho a demanda menor que 20% da geração desses rejeitos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, há solução para esse rejeito arenoso? Há solução para esse rejeito arenoso, inclusive ajudando a minimizar os impactos já anteriores, fazendo contenções abaixo das barragens atuais, antes de descomissioná-las, e fomentando negócios nas proximidades. Normalmente – esses números já são bem conhecidos –, a movimentação de material do tipo areia de quartzo é viável economicamente até um raio de 100km do gerador. Mais de 100km, o combustível já fica mais caro do que o material. Essa é a questão.

Mas a primeira recomendação ou sugestão – eu não estou na posição de recomendar; estou na posição de sugerir –, a primeira sugestão que a gente dá tecnicamente é de ser impedida a mistura desses dois materiais que estão aí sobre a mesa. Com um deles, que é o gerado em maior quantidade, utilizar essas tecnologias juntamente com obras locais. E, para o outro material – esse é mais preocupante, Senadora –, pelo menos 40% dele poderiam ser produto da própria indústria de minério de ferro. E não vem sendo simplesmente porque ele é um material um pouco mais difícil de processar. A gente já testou as tecnologias até em escala piloto. Esse material mais fininho pode ser gerador de produtos para o próprio setor mineral. E não vem sendo por quê? Porque aí é o *payback* para o valor investido, não é? É claro que é um processo um pouco mais sofisticado que os usuais. Então, um investimento nisso me dá menos retorno, pelo menos financeiro, momentaneamente, que um investimento na lavra convencional. Mas, desse material, que são 50 milhões de toneladas por ano, a gente já acredita que recupera pelo menos 20 como produto para a indústria mineral. Os outros 30 milhões ainda são 30 milhões que a gente acredita que não devem ser depositados na natureza em nenhum depósito.

Então o que nós fizemos? Nós estudamos várias, estudamos pelo menos quatro soluções que nós já comprovamos e já mostramos para as empresas, até já desenvolvemos, já teve trabalho de aluno meu de doutorado, de aluno meu de mestrado, e já mostramos para as empresas que eles são viáveis. É claro que até o acidente de Brumadinho ninguém estava muito interessado nisso. Até o acidente de Brumadinho a gente tinha a solução corrente. Agora parece que está todo mundo convencido, e eu imagino que a gente terá resoluções que vão impedir que continuem as soluções correntes.

Então nós temos aqui quatro soluções, são questões, essas aqui são mais técnicas ainda do que a construção civil simplesmente, mas eu queria deixar muito claro que o material mais problemático é essa lama de processo, é essa fininha aí.

Esse é que nós temos que usar, ele todo.

E esse é economicamente inviável.

A gente chegou a fazer inclusive estudo econômico...

Sim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor está nos ensinando, mas as perguntas são muitas.

A areia o senhor disse que ela poderia ser utilizada na construção civil?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A lama, o senhor disse claramente que economicamente não é viável?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso. A lama é o contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A lama é o contrário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É porque lá tem ferro.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A lama tem muito ferro. Aproveita ela. A primeira coisa é não jogar fora um recurso que nós já extraímos do solo.

Esse é um recurso que vem sendo jogado fora aí há 40 anos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que joga fora? Porque custa mais caro para processar?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ali está escrito que pode produzir mina...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Aqui em cima, olha, recuperar ferro.

Aí o volume desse material já cai praticamente pela metade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpa eu estar comendo paçoca, é porque eu não almocei.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então tem que fazer alguma coisa para ficar de pé, entendeu? Senão a glicose vai no chão.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Bom proveito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada.

Então recuperar o ferro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu gosto muito de paçoca. E cajuzinho também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, ele estava escondendo debaixo da mesa e eu peguei...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Para o desespero do Caco Antibes, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não pode falar Kajuru, cajuzinho... (*Risos.*)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – De que que a senhora chamou o Senador?

Olha, tira isso dos autos aí.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, desculpa, desculpa, desculpa... Eu tenho problema com nome, muito sério...

Então, recuperar o ferro.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Essa é a principal coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso já foi proposto? É professor?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso já foi proposto em alguma década passada?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Olha isso foi proposto várias vezes ao longo dos anos.

Eu sou físico, mas eu venho trabalhando com rejeitos e co-produtos que a gente chama, que é pegar um rejeito e transformar num outro produto, há quinze anos. E muita gente nunca deu muito ouvido a nós, não. A gente produziu muita coisa, isso já foi proposto a várias empresas, foi proposto a empresas que falaram: "Não, não é problema para nós, vamos... A nossa solução para esse material é simplesmente botar na barragem. Pronto".

Só que, para ser franco com a senhora, a gente, dentro da academia, não sabia exatamente como eles estavam botando esse material dentro da barragem. A barragem basicamente é um dique que vai conter um material que jogam dentro de um depósito. E aí ficou um problema grande. Qual que foi o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema? O pessoal que cuida do dique é o geotécnico, normalmente um engenheiro civil – ele cuida do dique. O pessoal que cuida da operação é o engenheiro de minas – ele sabe operar. E quem é que olha o material que se está colocando lá dentro? Não ficou ninguém. Por isso eles misturaram. Não há jeito de você calcular, ao longo do tempo, o que vai acontecer com aquele dique, se você não conhece bem o material que está lá dentro.

Eu argumentei com algumas empresas para as quais a gente apresentou um conjunto de soluções que a gente já testou, depois do acidente de Fundão, e eles falaram: "Não, aí está subindo muito a regra. Nós já atendemos à legislação. Não vamos fazer nada disso".

Então, é o seguinte: daqui para frente, coisas muito simples. Eu vou mostrar depois, mas é: não pode misturar mais rejeito fino com rejeito grosso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não pode por quê?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não pode misturar mais, porque, quando você mistura, ele se liquefaz mais fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas existe alguma proibição?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não. Eu estou sugerindo que vocês proíbam.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah, está certo.

Eu até fiquei surpresa. Eu falei: "Não, não é no Brasil que essa coisa andou tão rápido. Nós estamos discutindo isso e já existe proibição? Não existe, não".

Porque também, professor...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não, não existe. E eu estou conversando com as empresas, e eles estão com muita raiva de mim por causa disso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não liga, não. Passei 35 anos com todo mundo com raiva de mim.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Mas eu estou convencendo. Sempre conversei com muita calma e tal...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agora, professor, ninguém...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – E as pessoas ficam chateadas: "Pô, mas eu estava fazendo isso". Pois é...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas ninguém...

Quando a técnica das barragens, quando elas foram aprovadas, ninguém que conhecia o que se extraía do solo sabia que saíam todos esses produtos? E ninguém, em determinado momento – aí é curiosidade pessoal, de Senadora; logo... Ninguém percebeu que aquela mistura era bombástica? Que, com o decorrer do tempo, haveria consequência? Ninguém? Não é possível!

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu contei para alguns colegas...

Bom, para senhora ter uma ideia, para mim foi uma surpresa. Eu não sabia que eles misturavam também. Eu fui saber em Fundão. Quando aconteceu o acidente de Fundão, como eu sou físico e houve um terremoto ao mesmo tempo, eu resolvi fazer uns cálculos daquele material lá e da interação deles com o terremoto. E, aí, eu perguntei para eles: "O que que vocês estão botando aí dentro?". Aí, quando eles me descreveram o que estavam colocando lá dentro, eu falei: "Opa!". E eu contei para vários colegas da academia também, e eles não sabiam disso. Quer dizer, quem sabia que daria problema não sabia o que eles estavam fazendo; quem estava fazendo não sabia que daria problema.

E, com respeito às soluções de antigamente, Senadora, eu acho que, historicamente, houve vários trabalhos. Eu não estudei toda a literatura, mas, historicamente, houve vários trabalhos com outros usos para esse material, inclusive de alunos meus, já há 15 anos trabalhando com esses materiais. E a coisa esbarrou no seguinte: é mais barato botar na barragem. E as pessoas não conheciam... Porque.... O que que a gente propunha? O que que a gente propunha? A gente propunha o aproveitamento mais racional dos recursos minerais, o que faz sentido – para nós. Eventualmente, para o acionista não. E aconteceu um evento muito forte... Não, não vou entrar nisso não. Deixem pra lá. Deixem-me continuar com isso aqui. Porque foi nas empresas, mas isso aí é outro assunto.

Mas a gente tem que ficar atento à falta de pessoas técnicas nos conselhos de todas as empresas. Estão os representantes de todos os grupos financeiros lá, mas, na hora de se tomar uma decisão técnica, não há uma pessoa que fale "Opa! Peraí!". Ou um grupo, não é? "Eu sou da área. Isso aí, tecnicamente, não está legal".

Muito bem. Então, a gente tem solução para isso aqui. Daqui para frente, gente, não misturar, empilhar uma parte, fazer produtos com a outra.

E daqui para trás? Isso aqui nos preocupa muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para as barragens existentes...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Professor, eu gostaria muito que o senhor voltasse...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Volto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – ... e explicasse para a gente sobre a questão dos propantes.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Ah, os propantes estão aqui; vocês podem até ver. Nós já fizemos também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Isso aqui, hoje, no mundo, é a produção de xisto; de petróleo e xisto.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não, isso é para produção de gás de xisto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Gás de xisto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Fale no microfone.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ah, desculpe. (*Fora do microfone.*)

Só chamar atenção aqui ao seguinte: hoje, o mundo começa a desenvolver a questão da produção do gás de xisto ou petróleo de xisto. Nos Estados Unidos, por exemplo, isso começou a ficar muito forte e derrubou o preço do petróleo internacional. E eles usam... Na exposição que eu pude receber, lá na Fundação Gorceix, eles precisam de um material para, quando eles quebrarem a rocha, isso dar sustentação interna na produção da quebra da rocha, falando *grosso modo*. E o material mais, vamos dizer assim, correto para poder isso acontecer na exploração é o propante, que vem da areia e do minério, que é uma mistura dos dois, não é isso?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Exatamente.

Ele já... Ele é tradicionalmente feito com areia de rio, que tem um impacto muito grande, porque ela tem que ser redondinha, ou feito com bauxita. E nós o fizemos usando essa lama.

Esse negócio está... No momento, ele custa mais do dobro do minério de ferro: chega a US\$200 a tonelada. É óbvio que, se você...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso está patenteado, professor?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Está.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está patenteado, não é?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Está.

Está pedido, não é? Aí, como é o Inpi, daqui a uns 15 anos estaremos bem. (*Risos.*)

Mas a gente pediu no exterior também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E há demanda no exterior para isso, professor?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Bom, são 115 milhões de toneladas por ano nos Estados Unidos, mas é óbvio que lá já existem fornecedores do propante de bauxita. Então, o que que vai acontecer? Com mais um entrante com esse volume, vai cair de preço, mas, aí, para nós ainda está numa faixa muito boa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não há outros mercados?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Os mercados principais são Estados Unidos – hoje, não é? –, Canadá, México, Argentina – que está entrando agora. O Brasil já exporta o propante de bauxita para a Argentina – e o Oriente Médio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então o Brasil pode ser um consumidor disso aqui.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu conversei isso no Ministério de Minas e Energia, mostrei toda essa apresentação lá também, e me parece que a orientação para o Brasil... Embora a gente tenha um bom depósito de gás de xisto, a orientação para o Brasil é produção de gás do pré-sal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Então, nós não devemos ter uma grande... Antes de a gente entrar no gás de xisto, nós vamos entrar no pré-sal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O.k.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Porque é uma decisão... É uma estatal, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Isso aqui existe há mais tempo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Eles é que desenvolveram. É patente deles, da fundação.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito bem.

E a gente tem algumas patentes também, até para recuperar ferro e tudo mais.

Muito bem. Agora... Podemos seguir, então?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, por favor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Porque eu acho que essa questão que eu vou falar agora é mais grave...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – ... que é para as barragens existentes.

O que que está sendo feito nas barragens? E isso a lei já exige, já deu um prazo para elas. É monitorar deslocamentos e pressão de água. Eu quero saber se ela está se movimentando e eu quero saber o tanto de água que eu tenho lá dentro. E, aí, você tem um monte de técnicas: tem acelerômetro, câmera, radar, piezômetro, satélite...

Muito bem. E o que que isso nos dá? Isso nos dá o que a gente chama de monitoramento crítico, gente. Uma barragem com 50, 60, 500 milhões de toneladas, uma vez que começou a se movimentar muito, a recomendação é a seguinte: saia de perto. Não há mais o que fazer. Ou seja, nós precisamos de técnicas preditivas, porque esse problema não tem correção. Não adianta. O monitoramento crítico se faz quando é possível fazer uma manutenção corretiva. Aqui não é. É muito arriscado.

Então, vem tarde demais esse monitoramento crítico. Ele deve parar? Não; é claro que ele tem que continuar. Mas o que que eu tenho de fazer com isso? Eu tenho que alimentar modelos em todas as barragens, caracterizar todas as barragens, conhecer o que que está lá dentro, para saber se aquilo tem possibilidade de se liquefazer e em que nível de vibração ou de quantidade de água aquilo vai ter probabilidade de se liquefazer.

Hoje, a gente tem uma resolução que diz que a gente tem que entrar nas barragens desmobilizando-as até 2021, e, sinceramente, com as barragens com alteamento a montante – e isso aí vocês já estão dominando bem, não é? –, não dá para você botar equipamentos com esforços mecânicos trabalhando, nem nas proximidades dela, realmente com segurança.

Se não acontecer nada, você pode até dizer que é sorte. Mas qual que é o problema? Como a gente não sabe exatamente como está o material lá dentro e como ele vai se comportar, pode ser até, Senadores,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não aconteça nenhum acidente, mas a gente não sabe, e, quando a gente não sabe, o nível de segurança é zero.

Então, antes de mexer nas barragens, nós temos que calcular tudo que está lá dentro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Isso é para descomissionar as barragens existentes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas as barragens não têm os mesmo componentes, resguardadas as proporções?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não. Elas têm diferenças entre si. Até quando a barragem é do mesmo tipo de minério – minério de ferro, por exemplo –, em uma barragem eu tenho material de um jeito, em outra barragem eu tenho material de outro. Os processos a que aquele minério de ferro foi submetido são diferentes, a quantidade... Por exemplo, eu disse que a gente tem lama e tem rejeito arenoso, não é isso? Numa determinada mina, eu gero 15% de lama e o resto é rejeito arenoso; na outra mina, eu gero 2% de lama só.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não é isso que eu estava...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso tem importância crítica no comportamento do material.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas os elementos são os mesmos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – São, mas o resultado é diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, eu entendo isso. Só que, quando o senhor, lá atrás, disse que nós temos que saber de que se compõe aquela barragem, a questão é a proporcionalidade do que se compõe, mas os materiais são os mesmos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Se for de minério de ferro, sim. Mas importa o tamanho das partículas e tudo mais.

E aqui a gente fez um teste. Essa barragem até não é... Isso é só um dique, não tem alteamento, não tem nada. E olhem que legal... Com o pessoal que trabalha com a gente, não é?

Essa simulação aqui já não é a minha área. A minha área é a da liquefação. Isso aqui eu só botei porque achei bonitinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Não acredito.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Quando isso aqui se liquefaz e você tem um alteamento a montante, naturalmente isso aqui cai. Foi isso o que a gente fez. A gente pegou um material com alto potencial de liquefação – e agora vem o Estado – e licenciamos o alteamento a montante, em cima de um material com alto potencial de liquefação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entendi.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Tivemos um problema. Nós pusemos um...

Basicamente, nós pusemos um muro em cima de uma coisa que podia virar um líquido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas aí o lucro falou mais alto.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não sei, eu acho... Pela surpresa que tenho visto nas empresas, eu acho que existe uma questão de falha técnica mesmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De desconhecimento?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Desconhecimento.

Inclusive, estou tendo várias reuniões com a mesma empresa. Aí, quando eu explico para um cara, e o cara está convencido, aí ele tem que juntar outra reunião, com outras pessoas: "Olha aqui, deixa eu te mostrar o que que está acontecendo...".

E o que costumo dizer é o seguinte, quando eles falam "Fernando, mas isso vai dar uma complicação": ótimo! Nós somos engenheiros! É para isso que nós estamos aqui. A engenharia tem que fazer contas. A gente não faz engenharia com Excel nem com calculadora financeira: faz com calculadora científica. É isso. Vai dar trabalho. Bom demais!

Bom... Então, a gente vê aqui...

Isso aqui é simulado para um sismo de até 5 pontos na Escala Richter. É legal, porque a gente vê o que que pode acontecer no futuro. A gente não vê o que que vai acontecer daqui a duas horas. Espera aí, ó: aqui há uma parte vermelhinha. Estou numa região que pode ter sido de 5 pontos na Escala Richter. Vamos agir agora. Vamos agir agora, porque, com 5 pontos na Escala Richter, vai acontecer daqui a algum tempo. Então, a gente calcula um monte de coisas, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, há uma listinha de tecnologias que a gente propôs, testou e comprovou. Existem outras tecnologias? Provavelmente existem. Nesse evento do Ibram a que vou amanhã e depois há empresas apresentando isso. Algumas já vi que estão apresentando coisas que são inadequadas, porque, muitas vezes – aí vem aquele problema –, é uma empresa que já vende coisa para minério de ferro lá na Austrália. A extração de minério de ferro na Austrália é diferente da daqui. O material de lá é diferente do daqui. O que é problema aqui não é problema lá. E as coisas não são adequadas.

Bom, no final da contas – eu precisava de toda a apresentação para falar isso –, se eu puder sugerir, os senhores tirem, por favor, a palavra "recomendações", lá de cima, e coloquem "sugestões para recomendações urgentes": 1^a) não misturar lama de processo em rejeito arenoso – essa é fundamental; 2^a) dispor do rejeito arenoso em pilhas confinadas. Como é que você vai fazer com essa pilha? Se você vai botar aglomerando, de qual altura vai ser. Cada unidade vai ter que fazer um estudo específico para isso. Onde vai ser essa pilha? Depende de topografia. Onde é que está a sua mina? Não sabemos, mas é uma recomendação importante. Que ela seja confinada, porque senão ela pode dar problema até de silicose, nós não sabemos. Posso estar falando bobagem, porque não sou da área de saúde. Mas não sabemos, não é?

Bom, com respeito à lama de processo, a recomendação é que sejam gerados produtos e coprodutos com 100% dela. "Ah, mas aí vai cair o preço do propante." Vai. Faz parte da vida. Mas é um processo que se paga aí... *payback* disso é quatro, cinco anos. Um *payback* muito bom.

Isso daqui é o que a gente acha que é o futuro da mineração de minério de ferro em Minas Gerais. Isso daqui agora é o seguinte: antes de descomissionar, antes de fazer qualquer coisa, amostrar. Nós já começamos a fazer o plano de amostragem; a gente também não pode ir com sonda profunda nesses materiais.

Eu ouvi falar... Eu não sei. Eu ouvi falar que houve operações de sondagem lá em Brumadinho. Isso pode ter sido o gatilho para a liquefação. Ouvi falar. Não tenho esse dado, tá?

Então, amostrar superficialmente, que vai ser o material mais crítico, e modelar todos os depósitos. Aqui eu botei as tecnologias – que são as que a gente vê, né? – físicas de sistemas complexos, que é uma que eu vou trabalhar, e métodos de elementos finitos. São duas coisas tradicionais. A gente só não fez. Por quê? Ah, não precisava. Está tudo tranquilo.

Então, talvez, com esse eslaide aí, a gente estando convencido de tudo que eu mostrei... Com esse eslaide aí... É claro que a gente precisa de um texto elaborado para isso, quais são os senões de cada uma delas, mas, para as barragens com alteamento a montante, eu acho essencial que essa quarta aí aconteça imediatamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professor, só para...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de o senhor encerrar aqui, quer dizer que, pelo menos no meu raciocínio, o Estado de Minas Gerais, no caso, diante desse desafio todo, do que fazer, a gente poderia criar algum sistema, do próprio Estado, de financiamento e incentivo à produção do reaproveitamento disso, como do propante, por exemplo. Criar programas de financiamento.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sem a menor dúvida. Sem a menor dúvida.

Agora, há empresas que estão...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... estudando isso já.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – ... dispostas, estão fazendo análises disso. Inicialmente, não é?

Mas a questão é a seguinte: a maior parte das pessoas não tem essas informações, Senador. Então, o que está acontecendo? Eles estão pensando, por exemplo: "Não... Vou pegar a lama, vou secá-la junto com rejeito arenoso e vou empilhar." Porque agora está seca, não é? É, gente, mas o Brasil é tropical. Aqui chove. Vai molhar de novo, vai reter umidade. Essa lama é o contrário do rejeito arenoso. O rejeito arenoso é hidrofóbico, e a lama é hidrofílica; ela gosta de água. Ela retém água. Ela promove a liquefação.

Há outros estudos no sentido de, por exemplo, pegar a lama e colocá-la numa barragem só para lama. Aí eu já sou contrário, porque uma barragem só para lama é uma barragem de lama que vai ficar 500 anos aí. "Mas, não, mas aí nós vamos colocar junto com algum polímero, alguma coisa que forme um gel". Se nós podemos fazer um produto com esse negócio, eu vou deixar esse passivo numa forma de gel? Isso pode ser lixiviado, pode ir para lençol freático depois. Isso é uma solução que eu gostaria? Há várias soluções. Com algumas eu não comungo. Mas é posição pessoal minha.

Eu acho que a gente, podendo transformar em produto e fazendo uma coisa até com um desafio de engenharia maior... É o que eu quero. A empresa normalmente quer a coisa mais simples, o menor desafio de engenharia; eu quero o maior. Eu faço engenharia. Entendo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professor...

Mas pode falar, por favor, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Professor, eu estou, assim, meio...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A senhora está sem microfone.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada.

Por isso o senhor é professor, não é?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu estou de olho aqui! (*Risos.*)

A senhora pode ficar à vontade. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada, professor.

Olhe só, professor, uma coisa que me incomoda é a dengue no Brasil.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Pois é! A minha mãe e a minha filha saíram do hospital com dengue grave, depois de duas semanas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então: dengue.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Está registrado aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Dengue.

A gente sabe que a dengue existe. A gente põe o lixo ali, e vai, etc., etc... Os Governos estão sempre fazendo uma propaganda subliminar. Não é uma propaganda direta, porque aquela que se faz na televisão é muito sem-vergonha. Na verdade, é um compartilhamento de decisões para combater a dengue, por exemplo.

Quando o senhor... Eu, ouvindo essa narrativa toda, e de onde eu estava também estava prestando atenção – eu estava despachando a questão da educação. Assim... Como é que pode não haver compartilhamento técnico tanto na elaboração do processo como na administração do processo? Cada um sabe um pouco, não compartilha com o outro? E aí, de repente, o senhor, professor, nos mostra...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A senhora estava na Comissão de Educação?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sou de tanta Comissão, professor, mas neste momento...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Então, deixe-me falar com a senhora uma coisa: nos últimos anos – isso já vem há muitos anos – tem ficado cada vez mais difícil, com a burocracia nossa, das universidades, trabalhar com as empresas. A gente já teve casos, assim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah sim, nós estávamos tratando disso. É por causa do...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – ... que, para fazer uma parceria com uma empresa, a gente leva dois anos para começar a trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, nós estávamos tratando disso, professor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não há jeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Depois eu vou conversar com o senhor sobre o que que nós conversamos, em decorrência dessas limitações absurdas.

A universidade do meu Estado fez um convênio com a Renova, para estudos, pesquisas, e tudo o mais, e esse dinheiro não pôde participar do orçamento da universidade. Mas isso é outra história.

Como é que não compartilham informações, e uma parte técnica elabora um estudo que diz: "Nós vamos construir uma barragem a montante"? Isso vai para dentro da empresa, a empresa constrói. No final de todo esse processo da catástrofe e tudo o mais, o que é que nós estamos ouvindo aqui? O professor mostrando várias coisas que não devem ser feitas, como não misturar lama de processo e rejeito arenoso... A minha pergunta é a seguinte: em nenhum momento desse processo como um todo, que desencadeou tudo isso, há compartilhamento técnico das informações, para que essa dramática conclusão a que nós estamos assistindo – a título do seu próprio conhecimento, da sua sabedoria técnica... Ninguém nunca compartilhou informação com o outro, para que o outro dissesse: "Ó, isso não é bom; não pode ser feito assim"?

E o senhor falou outra coisa que também me deixa, assim, atônita: a surpresa das empresas quando se discute o assunto. Daqui a pouco o senhor fala para um grupo, depois chama outro grupo... Isso não é absurdo?

Como é que nós vamos saber, por exemplo, que tudo aquilo que nós estamos conversando agora e tudo isso que está sendo formulado – dispor do rejeito em pilhas, por exemplo, confinadas –; se isso, amanhã, por falta desse compartilhamento... Eu não sei se eu estou me fazendo entender. O senhor está me entendendo?

Eu propus uma coisa idiota há alguns anos para o Governo. A campanha da saúde sobre a dengue utiliza as escolas. As escolas têm espaços, professores, e agentes que podem produzir essa campanha. E no nosso Estado e no Brasil, caiu significativamente a contaminação pela dengue. Por quê? Porque a escola entrou no processo que a saúde disseminava como um agente importante para combater a dengue. A escola entrou como agente. Como é que, num projeto essencialmente técnico, para construir uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barragem, ainda que seja em proveito do lucro das empresas, um técnico não conversou com outro, e a gente chegue depois de tantos anos... O senhor é que chega, não é? Nós aqui apenas absorvemos a informação de que não se pode misturar lama de processo e rejeito arenoso.

Uma pergunta idiota, mas por que nunca, nem tecnicamente...

Fazem aí uma barragem a montante. É bom, é feito assim, põe isso, põe isso, põe isso. Pronto! Ninguém nunca chegou a essa conclusão mínima, que está lá em cima, que pode ser objeto até de um projeto de lei, que é também absurdo...

Eu nunca legislei tanto na minha vida. Em 35 anos de mandato, eu nunca legislei tanto. Nós somos o detalhe do detalhe do detalhe do detalhe – está aí o TCU presente –, e a gente tem que disciplinar por lei aquilo que pode ser regulamentado, que pode ser adotado por decreto, coisas essenciais para fazer andar um projeto de lei.

Ninguém um dia falou: "Olha, já que eu estou cuidando da parte da areia, o outro está cuidando do assunto, lá, dos ferrosos, enfim, por que que eu não posso chamar todo mundo, sentar à mesa e: escuta, qual é a técnica para depositar os rejeitos de minérios? Qual é a melhor técnica? E, sendo essa a melhor técnica, qual o mínimo de consequência que haverá para a população?"

Por que que isso nunca foi discutido? Entendeu? É uma coisa que deixa... Se o Brasil todo se movimenta dessa maneira, então nós estamos perdidos, professor. Nós estamos perdidos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Posso dar uma opinião pessoal?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, o senhor pode dar uma opinião. Desculpe o desabafo, mas é que eu fico perplexa, porque nós vamos continuar, professor, nós vamos continuar... Entende?

Nós não estamos aqui acabando com nada. Nós estamos criando alguns regramentos por lei, mas – entende? – a Vale continua. Há outras mineradoras menores e estão espalhadas. Se ninguém conversar com ninguém, se ninguém alertar para ninguém, e se tudo isso ficar no desdobramento das consequências... E o senhor, aqui... É uma dádiva para a gente estar ouvindo o senhor. Eu tenho certeza de que outras pessoas que estão ouvindo neste momento, outros técnicos, famílias e tudo o mais. Entende isso?

Não é preciso depois organizar o pensamento técnico, a iniciativa técnica, a administração do processo técnico, para se chegar à conclusão de que aquele é um caminho que vai ter menores danos possíveis. Eu fico com essa pergunta na cabeça.

Desculpe-me.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Senadora, sim, eu tenho opiniões pessoais a respeito disso. Então...

Infelizmente, essa falta de compartilhamento dessas informações na mineração, na saúde, na educação, está disseminada em nossa sociedade. Nós temos dificuldade, na universidade, de um departamento saber o que que o outro, a duas portas abaixo, está fazendo. Mas essa é uma questão que eu acho que a gente acaba alimentando muito, sabe, Senadora?

Uma das coisas que dificultam a comunicação é uma das coisas em que a gente é campeão: é burocracia. Qualquer coisa que você vai... E isso está saindo muito da esfera pública, que é a que eu vivo, e indo também para dentro das empresas. Isso chega lá a uma empresa, você fala com o camarada: "Olha, isso que você está fazendo não está certo". "Ah, mas isso aí não é a minha área. Isso aí, você tem que procurar outro cara." Aí começa a haver um monte de obstáculos. Dentro das universidades é assim, eu imagino que dentro dos hospitais seja assim...

E há uma coisa que eu ouvi outro dia... O que é que a gente está fazendo, falando especificamente da engenharia? Nós trocamos engenharia por gestão. É importante haver muita gestão nas empresas, mas você tem que gerir a engenharia, você tem que ter a engenharia robusta. E não é isso que a gente tem tido, por causa desse monte de barreira burocrática.

Mas isso ainda é uma... Isso é uma opinião minha. Eu acho que isso está dentro da nossa sociedade. "Isso aí não é comigo, isso aí é com o outro lá...". Eu acabo participando de muito, porque eu até militei... Eu trabalho em muitas áreas, desde material eletrônico até com isso, porque eu sou físico – até com mineração. Mas como eu sou físico e falo a respeito do assunto, aí, na hora em que eu falo a respeito de um problema básico de física, aqui, que é reologia, eu falo com o engenheiro de minas, ele fica chateado comigo, eventualmente, porque eu estou entrando na área dele.

Então, o que a gente precisa fazer, na minha opinião...

Alguém me disse outro dia que o Japão tem sete vezes mais engenheiros e 15 vezes menos advogados que o Brasil. A gente tem que olhar essas coisas. A gente tem que olhar essas coisas. Mas isso é só uma opinião.

Eu acho que eu poderia concluir aqui.

Isto aqui é um exemplo de um processo do que vai ser feito daqui para frente.

É uma foto de Ouro Preto. Meu contato. Ouro Preto é bom para passear.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Ouro Preto está comprometido?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não.*(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não. A barragem que há lá perto de Ouro Preto... Quer dizer... Foi uma coisa genial, não é? Fizeram a barragem no alto, porque aí é joia, não é? Mas ela é uma barragem a jusante, ela é de pequeno volume, ela é rasinha, não está ameaçada. Mas não foi bom terem feito, não é?

O Canadá está com essa notícia porque a empresa que fez originalmente era canadense. Chamava-se Alcan.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professor, nosso prazo já está um pouquinho... A gente vai...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – É, eu falei que, se me deixasse, eu iria falar muito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu gostaria só que, antes de o senhor terminar... Foi colocada uma pergunta interessante, porque nós não temos as barragens de rejeitos só de minério de ferro. Nós temos a de fosfato, temos a do ouro, que é venenosa... Como é que nós ficaríamos nessa determinação de dez anos para todas as barragens do Brasil terem desaparecido? Esses setores encontrariam soluções também? Existem pesquisas para isso?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Olha, existem várias pesquisas para isso, e essas pesquisas não foram adiante, em muitos casos, por questões econômicas. As de ouro, por exemplo...

Vamos pensar aqui nos minérios, não é? Você tem uma barragem de minério de ferro, que eu falei que 50% do material vira rejeito.

Então nós lavramos, em Minas Gerais, 600 milhões de toneladas, para produzir para produzir 300 milhões de toneladas de minerais de ferro, de produto, e 300 milhões de toneladas de rejeito. Isso porque a gente tem teores em torno de 50% de ferro. Agora imaginem quando se está lavrando ouro, cujos teores são da ordem de partes por milhão! Você vai lá, lava uma enorme área, retira de lá 0,4 parte por milhão do ouro daquele depósito, e o resto o que é? Rejeito.

Cada caso tem que ter um estudo, cada caso tem que ter uma investigação específica. E vamos lembrar: quem fez barragens muito grandes desses... Essas barragens que têm materiais tóxicos, a gente tem até nos Estados Unidos hoje ainda, algumas para as quais não foram encontradas soluções. Há uma perto de uma cidade que é interessante. Ela tem uma água, e ela está contaminada. Eu não sei exatamente por que, só sei que, de vez em quando, pousa um cisne nela e ele morre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto a essas barragens com material de alta toxicidade, é preciso ter muito cuidado antes de a gente sair com resoluções para elas, porque a emenda pode sair pior do que o soneto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Professor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu é que agradeço a todos pela paciência de me ouvir esse tempo todo. Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Prof. Fernando Araújo, da Fundação Gorceix, professor também da Universidade Federal de Ouro Preto, Presidente. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está aqui também participando desta oitiva o Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU).

Gostaria de passar a palavra inicialmente para o Relator para que possamos identificar as perguntas necessárias para o esclarecimento desta Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Primeiro, quero agradecer mais uma vez o Prof. Fernando pela aula, pelas explicações. Assim, a gente consegue entender um pouco mais de o que estamos falando, exatamente quais são os pontos que nós temos que discutir e o tamanho do desafio que o Brasil enfrenta, especialmente as minhas Minas Gerais, na questão da sobrevivência econômica da mineração, mas também na questão de dar uma resposta sobre os riscos futuros.

Nós convidamos também o Dr. Uriel Papa, que tem sido muito útil. Gostaria aqui de deixar, Senadora, o nosso agradecimento à equipe do Tribunal de Contas da União, que vem trabalhando conosco, vem nos municiando de informações importantes nestes tempos destas discussões, nos municiando de informações sobre a questão da mineração.

O Tribunal de Contas da União produziu um relatório muito interessante, que traz o seguinte questionamento: o que as fiscalizações do TCU identificaram? Um setor da mineração que representa 16,7% do PIB industrial, 30% da balança comercial, R\$32 bilhões de faturamento só em 2017. Eles identificaram grave déficit institucional em quatro pontos: limitações orçamentárias e financeiras, quadro técnico deficitário, insuficiente capacitação do corpo técnico, altíssima exposição à fraude e à corrupção.

E pasmem: aqui, da mesma maneira que o Prof. Fernando nos trouxe a informação de que ninguém atinou para o fato de que os materiais não pudessem ser misturados, esse relatório foi produzido depois do desastre de Mariana, em 2015. O Tribunal de Contas já produziu um grande trabalho sobre a questão da mineração, e, mais uma vez, se nós tivéssemos levado em consideração todos os detalhes que estão aqui neste relatório, nós poderíamos ter evitado as mortes daquelas pessoas em Brumadinho. É um negócio impressionante como o Brasil, infelizmente, acaba cultuando a tragédia e não festejando a prevenção! É algo impressionante!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, inclusive, há uma parte que me chamou muito a atenção: "As falhas e irregularidades verificadas nesta auditoria envolvem a atuação, em nível institucional, da autarquia e alertam para o risco latente potencial de novos acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração no Brasil". Neste relatório, isso está aqui. No ano de 2016, na conclusão de Mariana, vocês já colocavam isso.

Dr. Uriel, a palavra está com o senhor, por gentileza.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Exma. Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu perguntaria, em função da agenda que o Presidente Davi colocou, se podíamos fazer todas as perguntas, para ele dissertar sobre todas elas conjuntamente. Está de acordo, Senador?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. Na verdade, eu acho que ele poderia fazer a exposição dele toda, e nós...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas, mesmo fazendo a exposição, eu gostaria de deixar algumas indagações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeito!

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... sobre o que nós estamos fazendo.

O Tribunal de Contas, sobretudo, tem uma finalidade fiscalizadora. Nós fizemos um projeto nesta Casa que fala exatamente da proibição de a empresa construtora de barragens e de outras coisas semelhantes contratar uma empresa para auditá-la, para fiscalizá-la, para supervisioná-la, haja vista que, em determinado momento, nós trouxemos aqui um quadro de informações em que se mostrava que determinada empresa para a qual a Vale pedia a auditoria das barragens se negou a assinar os lados.

Então, a pergunta seria esta: o que o senhor acha disto, de a empresa construtora ser a que contrata a empresa de auditoria? O que seria mais adequado? O que poderia ser feito em termos de mudança de legislação?

Eu já estou avançando para fora do seu diagnóstico sobre a questão de Brumadinho e de Mariana, querendo chegar ao cômputo geral.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Pois não, Excelência!

Primeiramente, agradeço o convite feito. Agradeço, em nome do Presidente do TCU, Ministro José Mucio, o convite feito por esta Comissão para que pudéssemos participar do debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperamos, como órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo, contribuir aqui para encontrarmos as respostas que o País busca em relação às responsabilidades do Poder Público diante do desastre ocorrido em Brumadinho.

Também esperamos contribuir para encontrarmos caminhos para evitar que novas tragédias, novos desastres como esses aconteçam.

Cumprimento também o Senador Carlos Viana, Relator da Comissão, e o Dr. Fernando Araújo, parabenizando-o pela aula ministrada.

Respondendo ao questionamento, Presidente, entendemos que existe um notório conflito de interesses na contratação feita pelos empreendedores, ao contratarem as entidades fiscalizadoras para auditar a segurança das próprias barragens. Esse risco, esse conflito de interesses é prejudicial para o modelo, que é um modelo baseado em premissas de autodeclaração. Isso gera riscos, fragilizando a fiscalização pública sobre esses empreendimentos, sobre essas barragens.

Então, de fato, é um modelo que merece todo o questionamento, como vem sendo feito aqui na Comissão. E, como órgão de controle que somos, não exploramos especificamente esse ponto, mas o fato é que é necessário, no nosso entendimento, revisitar esse modelo de forma a eliminar este conflito de interesses existente, o do empreendedor que contrata a empresa que vai fiscalizá-lo, num mecanismo de contratos em série. A empresa tem ali um incentivo ou um desincentivo em fazer – em alguns momentos, pode ter um desincentivo – laudos e pareceres idôneos e imparciais. Então, de fato, é um modelo a ser revisitado.

Um exemplo de solução – não sei dizer se é o melhor – é que haja uma contratação a partir de sorteio. O contratado pode ser pago diretamente pela agência reguladora ou pelo empreendedor, mas a escolha da empresa que vai fiscalizar seria feita mediante um sorteio supervisionado pela agência reguladora. Esse seria um exemplo ou um caminho possível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A própria empresa contratada...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Ela pode pagar. A questão é a escolha da entidade que vai fiscalizar, que vai auditar. Pode ser um pagamento por intermédio do Poder Público ou pela própria empresa, mas a escolha dessa empresa de auditoria poderia ser feita via sorteio. É uma possibilidade. O fato é que o modelo atual hoje gera, sim, conflito de interesses.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpa, parece que eu estou sempre na defensiva ou no ataque, sei lá o que é. Mas, por exemplo, o nosso País tem uma cultura de que quem paga torna-se quase o chefe de uma engrenagem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequentemente, imaginamos, pelo que temos visto ao longo da história, que ela é quase um subordinado no processo.

Veja o caso da empresa de que nós falamos sem citar o nome aqui, que já é popularmente conhecido. Essa empresa se negou a assinar o laudo. Imediatamente, a empresa contratou outra para fazer o mesmo trabalho, mas, dessa vez, de maneira mais conveniente aos interesses da própria empresa.

O senhor não acha que esse processo estaria contaminado da mesma maneira? Depois de feito, as consequências que surgem desse processo serão sempre estas que nós estamos vendo aqui agora.

Entende, Senador Relator? É importante que... Entra depois a fiscalização, mas as consequências já estão ali alocadas no processo como um todo.

O que é o Projeto GeoControle, desenvolvido pelo Tribunal de Contas? Eu queria que o senhor explicasse isso com mais clareza, porque é importante que todos entendam.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Está legal.

O TCU, em parceria com a UFMG, a Universidade Federal de Minas Gerais, e também em conjunto com a UnB, tem desenvolvido esse projeto desde 2015 no intuito de que as fiscalizações possam utilizar o sensoriamento remoto, ou seja, imagens de satélites obtidas por sensores remotos em satélites e processadas por computadores podem ser úteis para as fiscalizações feitas pelo TCU.

Então, por exemplo, é possível, por meio de imagens de satélite, acompanhar o avanço de determinada obra de infraestrutura, o avanço de uma obra de rodovia ou de ferrovia. Esse avanço pode ser comparado com o projeto, pode ser comparado com os desembolsos financeiros feitos em favor daquela empresa que foi contratada. E, a depender do grau de precisão dessas imagens e do espectro, ou seja, do tipo de informação e de dados que são extraídos a partir dos sensores, é possível fazer diferentes avaliações, não só de avanço de determinado empreendimento, mas, inclusive, de qualidade de material utilizado em determinada obra, em determinado pavimento, ou mesmo de questões de movimentação de terra. Tudo isso é possível, sim.

Então, o Projeto GeoControle visa justamente a isto: aproveitar as tecnologias mais atuais no uso de imagens de satélite geoprocessadas por computadores, para fazer disso uma informação útil para o órgão fiscalizador, que é o TCU, disseminando, é claro, esse tipo de conhecimento, na função pedagógica exercida pelo tribunal, para que outros órgãos fiscalizadores do Poder Executivo, por exemplo, como as próprias agências reguladoras, possam dominar esse tipo de tecnologia para usá-lo nas próprias fiscalizações.

Já fizemos experiências e fiscalizações no campo das ferrovias. Foi feita uma fiscalização na ferrovia Transnordestina que, em questão de poucos meses, conseguiu mapear, levantar informações sobre todo o empreendimento. O empreendimento tem 1,7 mil quilômetros. Na verdade, desses 1,7 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilômetros, metade está construída. E foram detectadas mais de 500 desconformidades entre o que está sendo feito e o projeto que foi aprovado, que é de conhecimento da agência reguladora, no caso a ANTT. Só para exemplificar, essa é uma tecnologia que já vem sendo usada na prática em fiscalizações do tribunal e que, certamente, pode se expandir para outros setores, como o setor de segurança de barragens. Podemos avançar nesse tema, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Há uma pergunta aqui sobre a questão da sustentabilidade. O senhor vai fazer uma apresentação. Não é isso? Então, há a questão, por exemplo, da possibilidade de corrupção e a questão da Cfem, sobre a qual precisamos conversar.

Mas há uma questão aqui, que é a seguinte: esta CPI está avançando para as conclusões. Apesar do curto prazo que nós tivemos, estamos caminhando para um relatório que, acreditamos, vai contribuir muito para essa questão da mineração e para o redesenho desse setor. Mesmo assim, podemos chegar a algumas conclusões, e uma delas é que o atual modelo de mineração não é sustentável quanto a diversos aspectos. Ecologicamente, ameaça ecossistemas importantes, como água limpa – várias comunidades dependem desse bem. Não é socialmente sustentável, não distribui de maneira justa os bilionários lucros da atividade, apoiando-se apenas na criação de empregos como forma de justificar a sua atividade.

Também é uma atividade que depende de um recurso finito, e novamente as empresas não parecem preocupadas com o impacto que isso terá nas comunidades, quando simplesmente decidirem que não vale mais a pena minerar e, é claro, seguirem para outro lado, para outro território. Fica o passivo ambiental, fica o desemprego, ficam cidades destruídas.

Então, eu gostaria de saber – se for o caso, se isso estiver na sua apresentação, o senhor se sinta à vontade para, mais na frente, colocar-se sobre isso – o que é que, como Governo, podemos fazer para tornar a atividade de mineração mais sustentável, com um impacto positivo nas comunidades aonde ela chega.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito, Senador.

A questão da sustentabilidade é crucial para o desenvolvimento do setor de maneira compatível com a sociedade, com o meio ambiente. Estamos, para este ano, prevendo uma fiscalização sobre o fechamento de minas, para avaliar os normativos. Inclusive, certamente, durante essa fiscalização, entraremos em contato com o Dr. Fernando Araújo, devido ao conhecimento técnico que ele detém sobre esse tema, para garantir que o que tem sido feito em relação à mineração e, em especial, sobre o fechamento de minas possa, de fato, estar aderente ao que se espera quando se trata de preservação do meio ambiente e de sustentabilidade em benefício da sociedade, não direcionando que as empresas tenham essa responsabilidade, sendo necessária a alteração da legislação, de normas. Eventualmente, esse é o caminho.

Eu trouxe uma apresentação. Acredito que em 15 minutos... Não sei se esse tempo é razoável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está ótimo! Fique à vontade!

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Está bom.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu não sou o Presidente, não, mas a Presidente...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Presidente, o intuito é trazer...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor pode ficar à vontade, porque sou parlamentarista.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – O intuito é falar um pouquinho das fiscalizações que já foram feitas pelo TCU de 2016 para cá e de outros trabalhos de auditoria que estão em curso neste momento, com resultados próximos de serem entregues aqui para a Comissão, inclusive.

A atuação que fazemos hoje na área de mineração, quando se trata do controle externo, é feita dentro de uma secretaria, que é a secretaria que trata não só de mineração, mas de telecomunicações, de comunicações como um todo e também de infraestrutura hídrica.

Temos trabalhos mais focados em segurança de barragens de rejeito desde 2016. Isso foi provocado por esta Casa Legislativa, pelo próprio Senado Federal, em razão do desastre ocorrido na Barragem do Fundão, em Mariana, em 2015 – então, em 2016, foi iniciada essa fiscalização –, e também pelo próprio Plenário do TCU, que provocou a equipe técnica, que demandou da equipe técnica esse trabalho amplo de auditoria, para que pudéssemos fazer um mapeamento, uma avaliação sobre aspectos institucionais, operacionais, normativos no assunto segurança de barragens de rejeito. Então, foi feito esse trabalho entre janeiro de 2016 e abril de 2016. Na época, o órgão responsável pela fiscalização era o DNPM, justamente para avaliar toda a atuação dessa entidade na fiscalização das barragens de rejeito. Então, foram avaliados aspectos normativos, institucionais e operacionais associados às limitações e atribuições na atuação do órgão daquela autarquia, do DNPM.

Também essa regulamentação atende aos objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens e em que medida a fiscalização daquela autarquia estava correspondendo aos objetivos previstos na lei. Esse foi o trabalho realizado.

Isso, como falei, foi decorrente do desastre em Mariana. E o principal achado desse trabalho de fiscalização foi que o processo de fiscalização de barragens de rejeitos realizado pelo DNPM... Isso – novamente – é um trabalho cujos resultados foram deliberados pelo TCU em 2016. Entendo, o processo de fiscalização realizado pelo DNPM na época não atende aos objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Em 2016.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Em 2016. Isso ficou bem nítido. E é o trecho, inclusive, que o Senador Carlos Viana mencionou:

O DNPM, como instituição de controle, não vem desempenhando a contento seu papel de órgão fiscalizador da segurança das barragens de rejeitos de mineração em conformidade com os preceitos estabelecidos [...] [na Política Nacional de Segurança de Barragens]. As falhas e irregularidades verificadas nesta auditoria envolvem a atuação em nível institucional da Autarquia e alertam para o risco latente e potencial de novos acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração no País.

Então, diante do que nós vimos nessa fiscalização, tivemos essa conclusão, que foi colocada, foi externalizada pelo relatório final deliberado pelo Tribunal de Contas da União.

Esse principal achado decorre de dois achados: um, que a fiscalização não atende à Política Nacional de Segurança de Barragens; e também o que vou mencionar de maneira rápida, mas mais importante, que são as deficiências, a precariedade na estrutura do DNPM, hoje Agência Nacional de Mineração. Então, é algo que é bastante notório; foi verificado já em várias fiscalizações do tribunal.

Bem, sobre as falhas dos processos de fiscalização do DNPM, o que nós vimos em 2016 foi – eu vou agrupar em cinco grandes problemas: primeiro, a questão do cadastro e classificação de barragens. As premissas utilizadas, na forma como o então DNPM acompanhava os registros e cadastros de informação, são premissas até hoje declaratórias. Ele depende muito da informação que vem da empresa, não tendo uma estrutura apta a fazer, de maneira razoável, uma amostragem, uma fiscalização amostral *in loco* para verificar a veracidade daquelas informações. Então, são informações declaradas pelo empreendedor, e o DNPM não dispunha, nessa época, de rotinas que permitissem uma conferência sistemática, permanente, tempestiva da veracidade dos dados informados pelos empreendedores, ou seja, as informações que eram entregues ao DNPM não eram verificadas tempestivamente e, muitas vezes, eram informações que conseguiam mudar a classificação de risco de uma barragem. Isso era entregue ao órgão e não era visto com tempestividade, não era analisado, e a classificação de risco mantinha-se uma classificação antiga, defasada, em razão de um processo cartorial, burocrático, pouquíssimo informatizado ou praticamente sem nenhum recurso de TI – isso em 2016 –, de tal forma que se apresentava um risco imenso de defasagens muito significativas em relação à classificação dessas barragens.

O controle documental, como os extratos de inspeções regulares, as declarações de condições de estabilidade, tudo isso era recebido também e não era analisado tempestivamente pelo órgão responsável.

Os processos de planejamento das fiscalizações feitas pelo DNPM também não eram planejamentos consistentes. Só para exemplificar, de 2012 a 2015, apenas 6% das barragens de alto risco haviam sido ou foram fiscalizadas por esse órgão. Então, não havia também uma rotina, um manual de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização. A vistoria feita, a fiscalização feita dependia muito do perfil do técnico que ia lá até o local. Então, tudo isso também foi visto pelo TCU em 2016.

E, no último tópico ali, na gestão de informações: o que era visto durante os trabalhos de fiscalização não retroalimentava o próprio processo de planejamento de vistorias, de tal maneira que havia uma desconexão entre o que era encontrado e os novos planejamentos feitos para a vistoria de barragens.

Então, tudo isso fazia com que... A conclusão que tivemos foi que o processo de fiscalização de barragens de rejeitos realizado pelo DNPM não atende aos objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Diante disso que foi detectado pelo TCU...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um aparte, por favor, Dr. Uriel.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando o senhor coloca aqui "ineficácia do planejamento das fiscalizações", nós estamos falando de uma falta de método ou nós estamos falando de fatores que podem não levar à fiscalização, como, por exemplo, a própria gestão das empresas ou uma pressão delas para que isso não aconteça?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Bem, nesse trabalho não foi possível chegar a causas (*Fora do microfone*) como essa, se havia pressão que causasse ou que atrapalhasse o processo de planejamento, alguma interferência externa ao DNPM. O que vimos é que, por exemplo, informações relevantes, como o dano potencial associado àquela barragem, que é uma categoria relevante de um empreendimento, não era considerado no planejamento. Eles consideravam alto risco, agora, o dano potencial associado, que era o caso, o mais alto nível desse dano que estava associado, por exemplo, à Barragem de Mariana e também à Barragem 1 do Córrego do Feijão em Brumadinho, isso não era considerado. Então, um problema de método certamente havia. Certamente, problema de método e falhas de rotinas, falhas de ausência de um manual, por exemplo, de fiscalização por parte daquelas equipes que iam lá fiscalizar. Então, tudo isso, em conjunto, leva a essa conclusão de que o DNPM não conseguia atender a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Durante – só complementando também, Senador – o processo de planejamento, não havia critérios claros sobre quais eram os empreendimentos, quais eram as barragens que deveriam compor aquela fiscalização, quais deviam ser priorizadas. Então, era uma desconexão de informações entre as estruturas regionais do DNPM e a sede, de tal maneira que o planejamento era bastante desalinhado com o que deveria ser em termos de prioridade; priorizar aquilo que apresentava maior risco ou maior dano associado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, diante desse achado, o TCU proferiu uma série de determinações e recomendações com vistas a mostrar caminhos para o DNPM, inclusive para determinar a solução de problemas que estavam incompatíveis, mostrando incompatibilidade com a legislação. E, após dois anos, ou seja, em 2018, foi feito o que nós chamamos de monitoramento, ou seja, uma equipe do TCU foi novamente ao DNPM para verificar em que medida aqueles problemas que haviam sido detectados em 2016 foram de fato resolvidos.

Então, foi feito esse monitoramento, e o que se percebeu foi que houve avanços. Já falando em ANM, mas mesmo antes da implementação da nova agência, que assumiu o lugar do DNPM trazendo novas competências, mesmo antes, já houve melhorias significativas. O órgão, essa autarquia, o DNPM começou a implementar sistemas tecnológicos, sistemas informatizados, como é o caso do SIGBM, um sistema que permite que alertas sejam gerados, que a informação entregue pelo empreendedor cadastrado no sistema seja reconhecida tempestivamente pela agência, pelos técnicos da agência, que recebem alertas inclusive no celular. Então, de fato, houve melhorias. E, segundo os próprios servidores da ANM (Agência Nacional de Mineração), muitas dessas melhores foram provenientes do trabalho das determinações e recomendações feitas pelo TCU em 2016.

Então, só para mencionar algumas: foi elaborado um manual de fiscalização, que não havia anteriormente; formulários para inspeção; as sugestões da consultoria geotécnica que havia sido contratada foram implementadas em grande parte pela agência reguladora. Então, uma série de melhorias aconteceu de lá para cá. De 2016 para cá, pode-se dizer que houve um aumento significativo, uma melhoria significativa nesse órgão fiscalizador, mas, de fato, ainda persistem pontos importantes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não suficientes para evitar uma nova tragédia.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Exato, não suficientes.

E aí eu entro no segundo grande achado de auditoria de 2016, que é um problema que vem sendo apontado pelo TCU, não é de agora; já houve fiscalizações em 2011, 2012, 2016, 2017, quando abordamos a questão do nióbio, e novamente agora, em 2018. Mostramos que a estrutura do DNPM é uma estrutura muito deficiente, muito precária. É um cenário – ao visitarmos agora a agência reguladora – de abandono. É um cenário em que a gente percebe ali que as estruturas físicas, a estrutura do órgão, de fato, em todos os aspectos é de precariedade.

Então, percebe-se – e mapeamos isso em 2018 – que desde 2010 há um declínio progressivo nas despesas discricionárias, que são as despesas alocadas para fiscalizações. Então, os contingenciamentos, entre outros motivos, levaram a agência reguladora e o DNPM a um declínio progressivo nos recursos alocados para as fiscalizações.

A estrutura de pessoal...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Uriel, o senhor me permite?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Veja bem, estou ouvindo com muita atenção e li rapidamente aqui esse documento, que é o subsídio que o senhor trouxe à nossa Comissão.

Eu já presidi a Comissão de Orçamentos e recebi, não só como Presidente, como em outras etapas do trabalho parlamentar... O senhor desculpe eu estar de costas, assim. É porque estou me acomodando melhor...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA (*Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Recebi muitos avisos de que o Tribunal de Contas tinha pedido para paralisar determinadas obras no Brasil. Alguma vez houve pedido para paralisar alguma mineradora, alguma construção? Porque paralisar uma rodovia é fácil, é até visível a olho nu quais são os elementos que estão sendo colocados para a construção, a pavimentação de uma estrada. Uma mineradora, por todo o processo que nós detectamos aqui, é muito mais difícil, até na constatação a que o senhor assistiu do professor que aqui esteve, oferecendo dados, subsídios e a constatação absurda de que ninguém compartilhou informações suficientes para impedir que uma barragem a montante fosse construída, como foi, naquela técnica, e que as consequências inevitavelmente viessem depois, se assim fosse. E assim foi.

Aqui, uma das páginas desse relatório há assim: relatório de acompanhamento com o propósito de acompanhar a avaliação... Avaliar a estruturação da Agência Nacional de Mineração de acordo com os parâmetros definidos pela lei tal e as boas práticas levantadas em outras agências reguladoras.

Por que eu pergunto se em algum momento, por tudo que o senhor viu, por tudo que presenciou – não precisa ser o senhor, com a sua idade, com a sua experiência, precisa ter o acúmulo –, se nós nos distanciarmos das informações que são devidas para que um órgão continue o processamento de seu trabalho, para que se chegue a uma conclusão razoável para o serviço público e o serviço à população como um todo... Em algum momento, alguma mineradora foi autuada, com base nas informações do mau funcionamento do DNPM na sua ação fiscalizadora, ou não?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito.

Bom, Presidente, V. Exa. mencionou a questão das obras públicas, quando há injeção...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Os senhores paralisaram várias obras. Eu acompanhei algumas. Inclusive, a gente teve a oportunidade até de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processar as informações para facilitar que aquela obra continuasse como está sendo feita. E o TCU, como é um órgão auxiliar do Poder Legislativo e tem, evidentemente, sua ação fiscalizadora regulamentar, até certos pontos... Como é tão danoso ver o quadro que nós estamos verificando hoje, em nível nacional, em que se encontram essas barragens; toda a ineficiência do DNPM; agora, os senhores constatando aqui a necessidade de acompanhamento da estruturação da agência, que eu acho que vai incidir nos mesmos erros, nas mesmas deficiências e nos deixar a ver navios, como sempre ficamos, nesse processo... Alguma vez, com base nas informações da ineficiência, da precariedade de alguma barragem, foi suspensa a sua obra, a sua construção?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim. Agradeço a pergunta, Presidente.

O fluxo seria um pouco diferente, na atuação do TCU, quando se fala de obras que recebem recursos públicos. E aí de fato existem obras, geralmente obras de barragens de usos múltiplos de água, barragem para contenção de água para abastecimento hídrico de uma determinada cidade, e essas obras, por exemplo, cujos empreendedores são órgãos públicos, a exemplo do Dnocs, da Codevasf, que se utilizam de recursos do orçamento público. E, uma vez detectado algum indício de desvio, por exemplo, de recursos públicos, ou alguma ilegalidade significativa, o órgão público responsável pelo uso do recurso vai ser chamado a responder. E, feito todo o devido processo legal no âmbito do TCU, ainda assim, o plenário entender que existe uma ilegalidade, ele encaminha a sugestão ao Congresso Nacional para que o Congresso Nacional decida sobre paralisar ou não aquele empreendimento.

No caso das mineradoras ou barragem de rejeito de mineração, as barragens nesse caso são feitas com recursos privados, de empreendedores privados...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No passado, não.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – No passado, não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No passado, não. Inclusive, muitas vezes eu votei nesta Casa, ao longo dos anos, recursos públicos para a Vale.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim, eu digo, após a privatização da Vale, não há casos em que o TCU tenha atuado para paralisar ou sugerir a paralisação de recursos para a construção desses...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E a falta de fiscalização por parte do DNPM adequada?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Não é motivo para averiguar, auditar a fiscalização do DNPM e, por consequência, chegar nas barragens?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito. Esse é o trabalho que temos feito, em 2016, de apontar aspectos de melhoria ou, eventualmente, ilegalidades na condução dos processos fiscalizatórios do DNPM, hoje, agência reguladora. Então, fizemos isso em 2016, 2017, 2018, e agora está em curso, em fase de conclusão, Presidente, um trabalho específico sobre o atendimento pela agência de normas e procedimentos regulamentados em relação à tragédia de Brumadinho.

Então, estamos fazendo o que chamamos de auditoria de conformidade, para verificar se as leis e normas foram respeitadas pela agência e se houve alguma responsabilidade desse órgão em razão ou em relação ao ocorrido nessa tragédia de Brumadinho. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De uma maneira preventiva, me desculpe insistir...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... porque queremos compreender que aqui nós vamos elencar uma série de iniciativas de projeto de lei e temos que ter compreensão como um todo. Agora, mesmo o senhor dizendo que o DNPM, hoje agência, conseguiu superar algumas debilidades, o senhor acha que ela poderia funcionar satisfatoriamente com as condições com que ela está sendo implantada?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – A gente imagina... Essa auditoria de 2018 mostra que houve avanços quando se trata da vigilância da ANM, do DNPM sobre a segurança de barragem de rejeito. Embora não tenha sido suficiente, houve, sim, melhorias, especialmente quando se fala em implementação de recursos de tecnologia da informação e tudo mais.

Nós, antes mesmo de a agência ser implementada, iniciamos no TCU uma auditoria com esse lado preventivo, Presidente, de avaliar se a agência está sendo estruturada de acordo com a lei que a instituiu, a Lei 13.575, e também se está sendo implementada de acordo com as boas práticas de agências reguladoras. Já temos um histórico extenso de agências reguladoras no Brasil, temos no TCU um histórico amplo de fiscalizações, desde os anos 90, sobre essas agências. Então, temos conhecimento para avaliar se a estrutura que a agência está montando está de acordo com essas boas práticas de regulação e está de acordo com a legislação.

Então, esse trabalho que está em curso, nós o temos em três etapas. Iremos avaliar a institucionalização da agência, do processo de tomada de decisão, e aí a gente entra na questão da transparência, do *accountability*, da responsabilização dos gestores e mecanismos para reduzir a vulnerabilidade dela à fraude e corrupção, que é algo que também o TCU, em fiscalização do ano





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, mostrou: que a ANM é a segunda instituição pública federal mais vulnerável à fraude e à corrupção quando isso está combinado com o poder de regulação que ela tem, com o poder que ela tem de fiscalizar, de outorgar, de normatizar. Então, mostrou que ela tem uma série de falhas, de lacunas, em relação à sua auditoria interna, em relação a mecanismos de integridade internos, ao próprio processo de tomada de decisão, à transparência.

Tudo isso é algo que precisa ser enfrentado nesse processo de reestruturação, e é um trabalho preventivo, é um trabalho que o TCU tem feito, já, desde 2016, bastante incisivo, com o propósito de buscar caminhos que permitam que essa entidade tão importante, quando se fala de segurança de barragem de rejeito, se fortaleça. Mas, de fato, existem barreiras significativas, como é o caso da ausência de recursos, recursos orçamentários, recursos humanos. Existe um déficit imenso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, os recursos existem, Dr. Uriel. O problema é que eles não chegam à agência, não é isso?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso, perfeito. Existe um...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas tem que ter a receita a agência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não tem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas ela continua funcionando, Relator; enquanto nós estamos aqui sentados, num diagnóstico, ela funciona com os seus objetivos, e, enquanto isso, nada está sendo feito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se ela continua, ela vai ter suas vicissitudes todas dentro desse processo.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nesse momento, ela pode estar fiscalizando uma barragem como essa, a precariedade que nós estamos identificando, e incorrer nos mesmos erros que nós estamos aqui lamentando.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso. E, sem dúvida, até...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não seria exigir que, antes de operacionalizar os seus procedimentos, a agência estivesse, na sua inteireza... Todo relatório que eu leio, acredite, eles falam a mesma coisa, até o relatório do TCU. Está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui escrito assim: falta de recurso, falta de pessoal; falta de recurso, falta de pessoal; falta de recurso, falta de pessoal.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – É, é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas isso não impede as ações administrativas e fiscalizadoras de todos os lados; mas, no caso dela, pior ainda – no caso da agência e do DNPM –, porque ela que se manteve operacionalizando toda essa fiscalização esses anos todos, com todos esses vícios de comportamento, suspeitas de todo... Ela continuou operando, e continua agora.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não seria caso de o TCU adotar um procedimento – que aí eu discuto até, a sugestão que eu faço – de que ela não funcione com essa finalidade enquanto não tiver com a plena capacidade de fazê-lo?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Seria um caminho a finalidade de fiscalizar a segurança de barragens de rejeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas ela fiscaliza precariamente, com vícios de corrupção. Não há uma maneira, como drenar isso, acabar com isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E outra coisa, eu complemento aqui a Presidente, Uriel. Hoje, por exemplo, a agência tem boa parte dos recursos retidos. Se ela é a segunda nessa questão da possibilidade de corrupção mais fragilizada, se esse dinheiro todo que fica retido no Governo fosse para a agência, nós estaríamos podendo potencializar essa questão sobre a corrupção e a falta de controle e comportamento.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito. A maneira como o recurso é aplicado é que vai ser determinante para que isso elimine, mitigue pelo menos, essa vulnerabilidade que a agência tem em relação à sua exposição à fraude e à corrupção. Então, se esse dinheiro, uma vez ele não sendo mais contingenciado, chegando, de fato, à agência, ele sendo bem aplicado na capacitação de pessoas, em programas de integridade, reforço da auditoria interna, porque até recentemente, eu não sei agora, mas até poucas semanas, havia um servidor na auditoria interna... Então, esse dinheiro sendo direcionado para essa estrutura, estrutura de governança, de fortalecimento do processo de tomada de decisão, transparência, aí, sim. Agora, se o dinheiro for para comprar equipamento, comprar sistema, vai ser útil? Vai, mas de fato não vai entrar nesse aspecto da vulnerabilidade à fraude e à corrupção. De fato, o direcionamento desse recurso é muito relevante para que ela se estruture.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, já nesse caminho que eu tracei no TCU, já pude fiscalizar outras agências, como a Aneel, a Anatel, a ANTT, a Antaq, que são agências que têm limitações de recursos humanos, sim, mas não há como comparar com a situação da ANM, que tem, por exemplo, apenas oito servidores capacitados em fiscalizar a segurança de barragens. Oito, e agora mais cinco entraram e estão sendo treinados.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No Brasil todo?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – No Brasil todo.

Em 2016 fomos à regional do DNPM em Minas Gerais. Havia uma pesquisa feita pela autarquia para avaliar quantos servidores seriam necessários em Belo Horizonte, na regional do DNPM de lá, e o fato é que eram necessários 384 servidores, e havia apenas 20% disso. Temos uma situação de fato crítica: 37% dos servidores da agência estão hoje já recebendo abono de permanência, ou seja, eles já têm condições de se aposentarem, se assim quiserem, 37%; 42% dos cargos de especialistas em recursos minerais estão preenchidos; 20% dos cargos de técnicos em atividade de mineração estão preenchidos. Então são números que, mesmo quando comparados com outras agências que também passam por limitações graves de recursos humanos e financeiros, orçamentários, é uma instituição que está num nível muito precário, que realmente chama a atenção pelo abandono. E isso prejudica dramaticamente a sua atuação como órgão responsável pela fiscalização de barragem de rejeito.

Difícil vislumbrar um caminho num cenário de contenção de recursos públicos, mas esse é o cenário que temos hoje, apontado em vários relatórios, como V. Exa. bem apontou. Realmente vários trabalhos, o tribunal tem chamado a atenção do Governo Federal, das Casas Legislativas, desde 2011, sobre essa questão, mas é claro que não... Enfim, não é algo fácil de resolver de fato.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tudo bem, Presidente. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há algum relatório disponível, Sr. Uriel, sobre as últimas reuniões entre a ANM e o TCU, que possa ser disponibilizado, sobre sugestões de funcionamento, serem detectados visíveis atos de corrupção? Há algum relatório disponível para esta Comissão?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Não, por enquanto, não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É só o diagnóstico?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – O que temos é um diagnóstico baseado em vulnerabilidade à fraude e à corrupção. Então, foram vistos aspectos como a ausência de programas de integridade, programas que evitem o nepotismo, problema de falta de transparência, falhas nos processos de tomada de decisão. Isso foi visto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo mais para aspectos concretos, estamos concluindo nos próximos dias, Presidente, um trabalho que tem como foco analisar a regularidade dos atos da agência no cumprimento de normas, leis e procedimentos em relação à segurança de barragem especificamente para o desastre, a tragédia ocorrida em Brumadinho. Isso vai ficar pronto nos próximos dias e vai ser submetido à Ministra Relatora, Ministra Ana Arraes e, em seguida, ao Plenário do TCU. Mas certamente é um trabalho que pode ser submetido ao conhecimento da Comissão antes mesmo da apreciação pelo tribunal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dr. Uriel, na última reunião, nós falamos sobre a questão de sugerir que a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) fosse agregada à Agência Nacional de Mineração. O TCU evoluiu nisso em algum ponto?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Bom, fizemos discussões internas não conclusivas em razão da complexidade de uma... Seria algo como uma fusão. Claro, não seria a competência do TCU, mas o fato é que a CPRM tem uma miríade, uma quantidade muito ampla de outras competências, e esta é uma avaliação que precisa ser feita: qual é o risco que se corre ao juntarem-se essas duas instituições e eventualmente algo preponderar em detrimento de outras competências relevantes da CPRM. Essa é uma avaliação que talvez possa ser feita em uma discussão como esta, mas, de fato, não há. Em virtude de não haver acontecido uma fiscalização com esse propósito por parte do TCU, nós não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso teria de ser iniciativa do Executivo ou nós poderíamos, por lei, por exemplo, redefinir as competências da ANM para facilitar essa fusão?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso poderia ser por legislação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu creio que isso é mais de origem do Executivo, do Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Presidente da República tem, nas suas atribuições, fazer... Pode ser um estudo demandado por V. Exa. que possa ser dirigido ao Presidente da República, conforme, se não me engano, exatamente o art. 84, inciso VI, que fala dessas competências.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, no relatório, a gente pode deliberar sobre isso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza, com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... ao Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria fazer uma pergunta final que me foi sugerida aqui pela assessoria. A inteligência artificial – nós estamos vendo tanta coisa no presente e pode vir no futuro... Há um estudo dessa natureza para substituir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os auditores, por exemplo, na fiscalização – vários auditores – de barragem? Há estudo em andamento? Eu gostaria de saber se esse modelo de auditores de empresa terceirizada poderão simplesmente ser dispensados e substituídos por outros mecanismos que não esses em que nós temos esse diagnóstico desfavorável pela cumplicidade de ações.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito.

Presidente, em razão das restrições fiscais que teremos nos próximos anos, esse é um caminho que me parece promissor. O advento do 5G, a licitação que deve acontecer no Brasil, uma nova tecnologia para telecomunicações, a partir do ano que vem, vai dar um salto nas comunicações interpessoais, mas também vai fazer emergir a chamada internet das coisas, ou seja, piezômetros e outros tantos equipamentos utilizados para medições de pressão e outras características de barragens podem, sim, passar a comunicar-se diretamente com a agência reguladora, sem nenhuma intermediação. Não sei dizer em quanto tempo, mas me parece que é um caminho que solucionaria, não sei, novamente, em quanto tempo. Não sei se o Dr. Fernando tem também alguma ponderação, mas, de fato, é um caminho que traz um otimismo. De fato, não sei quanto tempo levaríamos para chegarmos a esse ponto, até porque demandaria da agência reguladora também uma estrutura de TI, uma estrutura informatizada para receber essas informações e agir sobre esses dados que vão ser recebidos de centenas de empreendimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós estamos sonhando aqui, porque sonhar é permitido, não custa nada, já que não houve nem compartilhamento de informações entre técnicos para evitar essa tragédia toda que está aí.

Eu quero agradecer a sua presença e dizer da importância que ela tem para que nós possamos, em parceria – legislação, tribunal –, formar uma frente deliberada mesmo a coibir as administrações específicas sobre investimento no País sem fiscalizações rígidas que possam manter a integridade dos interesses do povo brasileiro. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos a palavra com o Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo. Como ele vai falar sobre, me parece, o que poderia ser feito em relação às barragens...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah! O senhor já falou?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Já, já.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu que sou ausente. Me perdoe. Quando eu ouço falar em Gabriel, eu lembro do meu filho Gabriel e vou embolando tudo.

Mas eu quero agradecer. Vamos dar por encerrada a reunião, porque temos que comparecer à reunião de Líderes. Eu gostaria, mais uma vez, de pedir aos senhores, inclusive ao Sr. Fernando – me desculpe, por favor –, que nos deem subsídios para que possamos formalizar algumas questões de proposta legislativa ou mesmo de andamento, como essa que o Senador poderá fazer nos termos constitucionais, sugerindo ao Governo, seja esse ou qualquer outro, que atitudes sejam tomadas para formatar uma nova estrutura que funcione melhor do que a que vem funcionando até agora.

Agradeço a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

